

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

DIRCEU BASSO

**RACIONALIDADES MODERNAS E IDENTIDADES SOCIOPROFISSIONAIS
DE AGRICULTORES FAMILIARES**

PORTO ALEGRE

2013

DIRCEU BASSO

**RACIONALIDADES MODERNAS E IDENTIDADES SOCIOPROFISSIONAIS
DE AGRICULTORES FAMILIARES**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

Série PGDR - Tese Nº 66

PORTO ALEGRE

2013

CIP - Catalogação na Publicação

Basso, Dirceu
Racionalidades modernas e identidades
socioprofissionais de agricultores familiares /
Dirceu Basso. -- 2013.
238 f.

Orientador: Ivaldo Gehlen.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Agricultores familiares. 2. Racionalidades
modernas. 3. Identidade socioprofissional. 4.
Relações com o mercado. I. Gehlen, Ivaldo, orient.
II. Título.

DIRCEU BASSO

**RACIONALIDADES MODERNAS E IDENTIDADES SOCIOPROFISSIONAIS
DE AGRICULTORES FAMILIARES**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de agosto de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR e PPGS)

Dr. Valter Bianchini
Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA-SAF)

Prof. Dr. Glauco Schultz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG-Agronegócios)

Prof. Dr. Guilherme Radomsky
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR e PPGS)

Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (ILAESP)

Dedico esta tese a querida esposa Zélia, amiga e companheira, que com seu incentivo e sua dedicação soube compartilhar comigo tanto os momentos mais difíceis quanto os bons, contribuindo de forma fundamental para a concretização desta tese.

Aos filhos Felipe e Marcelo que souberam compreender minha distância em vários dos momentos importantes de suas vidas, pelo carinho e pelo entusiasmo recebido durante o estudo.

Aos pais Amantino e Adelina (*in memorium*) e aos familiares pelo carinho e por sempre terem apoiado a minha insistente busca por conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta tese além de proporcionar-me crescimento pessoal e profissional resultou na construção de relações que extrapolam a realização como pesquisador e, por tudo isso, agradeço:

Ao Professor Dr. Ivaldo Gehlen, por aceitar a minha orientação e pela sua dedicação, empenho, amizade e compreensão nos inúmeros momentos, contribuindo, assim, decisivamente para a realização desta tese.

Aos professores Dr. Daniel Gustavo Mocellin (UFRGS), Dr. Glauco Schutz (UFRGS) e Paulo Dabdab Waquil (UFRGS), da banca de qualificação do Projeto de Tese pela análise e sugestões enriquecedoras.

Aos colegas da turma 2009, mestrado e doutorado, pelos momentos de aprendizado compartilhados.

Aos agricultores e as agricultoras familiares entrevistados, pelo recebimento sempre aberto e franco em seus estabelecimentos, dispondo do seu tempo e de seus conhecimentos, percepções e informações, sem os quais não seria possível desenvolver os objetivos deste estudo.

Ao agricultor familiar e diretor presidente da Unicafes Nacional Luis Possamai, por contribuir na fase de construção do Projeto de Tese.

Ao colega e amigo Christophe de Lannoy pela convivência e reflexões sobre a dinâmica dos agricultores familiares modernos.

Aos professores Dr. Neto e Ms. Régis e aos estudantes do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), por terem a compreensão do processo de construção da tese, contribuindo deste modo para o amadurecimento e o desenvolvimento da mesma.

Ao colega Dr. Samuel Fernando Adami (UNILA), pelo seu apoio na construção da Figura ilustrativa das regiões políticas do Paraná.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, por ter proporcionado as condições para a realização desta tese.

Aos professores do PGDR, pelos momentos de convivência e de dedicação ao proporcionar crescimento pessoal e profissional.

A equipe técnica da Secretaria do PGDR, pelo apoio e pela disposição à resolução dos problemas e por terem proporcionado as condições necessárias para a realização desta tese.

À CAPES, pela disponibilização de bolsa nos dois primeiros anos de estudos, apoio esse fundamental para a realização da tese.

A cunhada Claudia e a Marla, pelo apoio e carinho dedicado durante minhas atividades de estudo em Porto Alegre.

Por fim, a todos meu profundo agradecimento.

RESUMO

A presente tese propõe a análise das racionalidades que orientam as condutas produtivas dos agricultores familiares modernos. Estes, ao viabilizarem sua sustentabilidade social promovem diferentes ajustes nos sistemas de produção. O estudo das condutas foi realizado a partir das suas práticas sociais, tendo como eixo as relações estabelecidas entre os agricultores e o mercado nas dimensões de comercialização, de tecnologias e de sociabilidade. Levantaram-se duas hipóteses: a primeira está assentada na ideia de que os agricultores familiares modernos, para orientar suas condutas, constroem diferentes racionalidades, resultantes de significados embasados pela sustentabilidade social; a segunda destaca que a construção das identidades socioprofissionais dos agricultores são definidas pelas racionalidades. A perspectiva de abordagem baseou-se nos agricultores familiares. Para melhor entendimento destas condutas sociais, o estudo fundamentou-se nos tipos ideais de Weber, o que possibilitou substituir a diversidade de condutas por um conjunto inteligível, coerente e racional. O universo social desta investigação contemplou duas regiões políticas do Paraná, o Sudoeste e o Oeste, um espaço contínuo em que predominam estabelecimentos de agricultores familiares e heterogeneidade produtiva. Para o levantamento das informações, foram realizadas entrevistas com auxílio de roteiros semi-estruturados com agricultores e informantes qualificados. O conceito de racionalidade social de Weber foi utilizado para compreender as condutas sociais dos agricultores. Os homens, ao criarem valores, atribuem significados as suas condutas cujos valores orientadores expressam-se em racionalidades. Os resultados do estudo permitiram verificar que os agricultores forjam diferentes racionalidades e que a (re)construção das identidades socioprofissionais são definidas pelas racionalidades adotadas, confirmando as hipóteses da tese. As racionalidades que orientam as condutas dos agricultores têm importante contribuição na construção do conceito de agricultura familiar; os agricultores podem, também, ser definidos pela sua racionalidade na interação que estabelecem com o mercado. Esta especificidade entre os agricultores familiares, por sua vez, passa a demandar das políticas públicas de Estado um caráter cada vez menos universal e mais específico.

Palavras-chave: Agricultores familiares. Racionalidades modernas. Identidade socioprofissional. Relações com o mercado.

ABSTRACT

The present study proposes the analysis upon the rationalities that guide the production conducts of modern family farmers who foster different adjustments in the production systems through their social sustainability practices. The study of these conducts was carried out based on their social practices, always from the axis of the relations established between the farmers and the market as far as commercialization, technologies and sociability are concerned. Two hypothesis were assumed: the first one is founded on the idea that modern family farmers make different rationalities in order to guide their conducts, and these rationalities are the result of significations which are based upon social sustainability; the second hypothesis suggests that the construction of farmers' social identities is defined by these rationalities. The approach perspective was based on family farmers. So as to better understand these social conducts, this study was grounded on Weber's ideal types, and that made it possible to substitute the diversity of conducts for an intelligible, coherent and rational material. The social universe of this research involved two political regions of Paraná: southwest and west, which are a continuum space where family farmers' establishments and productive heterogeneity dominate. In order to provide information gathering, interviews were conducted with farmers and qualified informants with the use of semi structured scripts. Weber's concept of social rationality was used to comprehend farmers' social conducts. Men attribute meaning to their conducts when they create values, and the values that guide their conducts are expressed in rationalities. The results of the present study made it possible to determine that farmers build different rationalities and that the (re)construction of their social professional identities are defined by the rationalities adopted by them, which confirms the initial hypothesis herein stated. The rationalities that guide farmers conducts strongly contribute to the construction of the concept of family farming; farmers can also be defined by their rationality regarding the interaction they establish with the market. Hence, this specificity concerning family farmers calls for state public policies that are characteristically more specific and less universal.

Key words: Family farmers. Modern rationalities. Social professional identity. Relations with the market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Figura ilustrativa das regiões políticas do Paraná.....	28
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Dimensões, variáveis e indicadores do roteiro de entrevistas	22
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAFASFI	Central de Agricultores Familiares de Salgado Filho
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CAPAF	Central de Associações de Pequenos Agricultores da Fronteira
CAPAVI	Central de Associações de Pequenos Agricultores do Vale do Iguaçu
CEASA	Centrais de Abastecimento
CIAPA	Central Intermunicipal de Pequenos Agricultores
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
COAFASO	Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária do Oeste do Paraná
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAFI	Sistema de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar Integradas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAC	Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura
DESER	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
ECA	Escola Comunitária de Agricultores
ECOVIDA	Rede Ecovida de Agroecologia
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FCR	Fundo de Crédito Rotativo
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Sem Terra
NPK	Nitrogênio, Fósforo e Potássio
OCEPAR	Organizações das Cooperativas do Paraná
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTF	Produtividade total dos fatores
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SISCLAF	Sistema de Interação Solidária das Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar
SISCOOPLAF	Sistema de Cooperativas de Agricultores Familiares de Leite do Oeste
STRs	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICAFES- PR	Federação de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	As hipóteses.....	17
1.2	A metodologia.....	19
1.3	Procedimentos metodológicos.....	28
2	MODERNIDADE, RACIONALIDADES E IDENTIDADES SOCIOPROFISSIONAIS.....	32
2.1	Crítica da razão e da ciência social moderna e a emergência do ator social.....	33
2.2	Racionalidades modernas e construção social dos significados.....	50
2.3	Identidades socioprofissionais: experiências construídas nas trocas	73
3	O UNIVERSO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	80
3.1	A dinâmica ocupacional, produtiva e de comercialização do sudoeste e do oeste paranaense.....	80
3.2	Tecnologias produtivas: as diferentes demandas dos agricultores familiares.....	92
3.3	Organizações econômicas associativas.....	97
3.4	Movimentos sociais: lutas proativas e propositivas.....	103
4	CONDUTAS E ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	108
4.1	Estratégias de comercialização dos produtos.....	108
4.1.1	Produtos agrícolas e não-agrícolas comercializados.....	108
4.1.2	Mecanismos de comercialização.....	117
4.1.3	A produção para consumo no estabelecimento familiar.....	125
4.2	Condutas tecnológicas dos agricultores.....	128
4.2.1	Máquinas, equipamentos e instalações.....	128
4.2.2	Genética vegetal e animal.....	133
4.2.3	Práticas agronômicas.....	136

4.3	Sociabilidade dos agricultores familiares.....	147
4.3.1	Qualificação profissional dos agricultores	147
4.3.2	Organizações sociais, políticas e econômicas.....	150
4.3.3	O futuro dos filhos.....	155
5	RACIONALIDADES MODERNAS APROPRIADAS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	161
5.1	Racionalidade não convencional: conduta enraizada em valores substantivos.....	161
5.2	Racionalidade convencional: conduta enraizada na eficiência e maximização dos resultados.....	173
5.3	Racionalidade em transição: combinando diferentes matrizes de racionalidade.....	184
6	A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE AGRICULTORES FAMILIARES MODERNOS.....	193
6.1	Os significados de existência.....	193
6.2	A experiência na construção de identidade socioprofissional.....	204
6.3	As lutas pela permanência na atividade agrícola	215
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	220
	REFERÊNCIAS.....	223
	APÊNDICE A - PRÉ-TIPOLOGIA DE AGRICULTORES FAMILIARES MODERNOS.....	229
	APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES MODERNOS.....	230
	APÊNDICE C - LISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS.....	235
	APÊNDICE D - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS QUALIFICADAS.....	237

1 INTRODUÇÃO

A presente tese discute as racionalidades adotadas pelos agricultores familiares modernos nas relações que estabelecem no mercado, objetivando compreender os valores que sustentam a diversidade dessas relações entre eles.

Ao lutarem pela sustentabilidade social, pela sua permanência na atividade agrícola, esses agricultores promovem diferentes ajustes nos sistemas de produção. Condutas diversas que se expressam na definição dos produtos comercializados, nos mecanismos utilizados para venda dos produtos, nas tecnologias utilizadas para a produção, no processo de qualificação profissional, na inserção organizacional e na produção de consumo.

As condutas desses agricultores, ao estarem orientadas por variados motivos e significações, possibilitam a existência de comportamentos diferenciados nas relações estabelecidas com o mercado. Os agricultores desenvolvem estratégias produtivas que se concretizam opondo-se ao modelo agrícola hegemônico ou integrando-se na dinâmica da modernização da agricultura e/ou, ainda, ressignificando suas práticas produtivas incorporando aspectos de diferentes matrizes de racionalidades.

A presente tese objetiva compreender esses significados subjetivos autoatribuídos pelos agricultores que guiam as suas práticas sociais na (re)construção dos sistemas de produção; ela permite incorporar ao conceito de agricultura familiar a perspectiva da racionalidade dos agricultores com o mercado. Desse modo, será possível ampliar o conceito de agricultura familiar percebendo as especificidades das condutas, da heterogeneidade nas maneiras de realizar a agricultura entre os agricultores. Situação que é evidenciada nos conflitos sociais presentes em suas organizações tanto de representação quanto de caráter econômico e nas demandas por políticas públicas específicas.

Na sociedade moderna, a agricultura familiar apresenta-se como uma realidade multiforme e uma categoria genérica (WANDERLEY, 1999; GEHLEN, 2001). Sua diversidade de condutas nas práticas sociais é resultante da sua capacidade de adaptação no universo social. Para Lamarche (1993, p. 14), “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade”.

Na (re)construção dos sistemas de produção, objetivando a sustentabilidade social, os agricultores autoatribuem sentidos que orientam as suas condutas. Para analisar as motivações e os significados presentes nas condutas dos agricultores, busca-se suporte teórico em Weber fazendo uso dos conceitos de ação social e de racionalidade social. Os homens, ao criarem valores, atribuem significados as suas condutas cujos valores expressam-se em racionalidades e cujo conceito de racionalidade é tomado como paradigma teórico-interpretativo da presente tese.

Ao fazer uso heurístico do conceito de racionalidade para a compreensão dos processos sociais, ela é definida como um sistema de regras de pensamento e condutas dos atores sociais; tal sistema ocorre no interior de uma estrutura econômica, política e cultural determinada, legitimando um conjunto de ações e conferindo um sentido à sociedade em seu conjunto (LEFF, 2006). Essas regras orientam um conjunto de práticas e processos sociais para certos fins, enquanto uma construção social, reflete-se em suas normas morais, suas crenças, seus arranjos institucionais e em seus padrões de produção.

A compreensão das condutas dos agricultores familiares passa pela análise das suas práticas sociais, tendo como eixo as relações estabelecidas entre esses produtores e o mercado nas dimensões de comercialização, tecnologias e sociabilidade.

Nas últimas décadas, os agricultores familiares modernos vivenciaram um universo social de pressão política e de amadurecimento institucional, de transformações tecnológicas e de profundas mudanças nas formas de intermediação entre a produção familiar e o mercado. De acordo com estudiosos, esses agricultores estão inseridos numa crise de civilização, num contexto em que a própria desarticulação do mundo conduz à coisificação e à uma superexploração da natureza (LEFF, 2006).

Diante dessa constatação, evidenciam-se condutas de resistência e de oposição por uma parcela de agricultores às práticas da agricultura convencional modernas; em suas práticas sociais, constata-se a reconstrução de interações a partir de valores substantivos (RAMOS, 1989) com a sociedade e com a natureza. Condutas sociais resultantes de conflitos sociais e enraizadas no princípio de autonomia.

Os agricultores, ao (re)construírem as práticas produtivas e os processos de interação social e econômica, em geral, modificam as maneiras de trabalhar, de produzir e de viver na agricultura. Emergem estratégias que proporcionam dinâmicas produtivas com outras condições objetivas do que aquelas da modernização da agricultura, como outros significados de existência com vistas à sustentabilidade social. As condutas sociais dos agricultores não se apresentam como homogêneas. Esse fato demanda dos pesquisadores a necessidade de ampliar a compreensão de outras racionalidades diferentes da eurocêntrica (LEFF, 2006).

Nos dias atuais, diversos atores sociais que estiveram submetidos à idéia da modernidade – orientada pelo triunfo da razão em sua dimensão funcional (RAMOS, 1989) - entre eles os agricultores familiares, que se insurgem e se recusam a designar de moderno um mundo que não reconhece simultaneamente suas experiências particulares e seu acesso ao universal (TOURAINÉ, 1994).

Assume-se a premissa de que os agricultores adquirem e constroem capacidades (SEN, 2000) de agir a partir de suas ações cotidianas, num papel ativo a atuante como atores no processo de mudança social. Portanto, os agricultores adquirem capacidade objetivando arquitetar soluções para confrontarem-se com os problemas cotidianos (TOURAINÉ, 1994). Os caminhos exatos da mudança e os significados assumidos pelos agricultores em suas condutas não podem ser explicados como impostos de fora, nem mesmo em termos de uma estrutura lógica inexorável (LONG, 2007).

A constatação da existência de outras racionalidades adotadas pelos agricultores à revelia da teoria da modernização (SANTOS, 1999) permite desvelar os círculos perversos, os aprisionamentos e encadeamentos que prendem as categorias do pensamento e os conceitos científicos à racionalidade econômica-instrumental da modernidade (LEFF, 2006). No mundo contemporâneo, em particular nas sociedades centradas no mercado, os atores sociais vão-se percebendo mais conscientes do efeito deculturativo do mercado (RAMOS, 1989).

A análise das motivações e dos significações presentes nas práticas dos agricultores familiares possibilita evidenciar as especificidades das condutas por eles assumidas. Desse modo, interessa a este estudo a reflexão sobre a diversidade das interações que os agricultores familiares estabelecem com o mercado, portanto, uma análise das estratégias (re)construídas pelas famílias nas relações estabelecidas

com o mundo dos negócios, das tecnologias e da sociabilidade, geradoras de diferenciação social. Para compreender o sentido das condutas dos agricultores, serão analisadas as suas práticas sociais e a representação social.

Para isso será necessário responder a duas questões: as racionalidades que orientam as condutas desses agricultores na interação com o mercado são diferentes entre si? As identidades socioprofissionais modernas desses agricultores são resultantes das racionalidades por eles adotadas?

O objetivo geral é o de compreender as racionalidades modernas adotadas pelos agricultores familiares na interação com o mercado. Para desenvolver esse propósito foram definidos três objetivos específicos:

- a) analisar as estratégias de comercialização dos agricultores;
- b) analisar as estratégias tecnológicas utilizadas na dinâmica dos sistemas produtivos; e
- c) analisar as condutas de sociabilidade dos agricultores no seu universo social.

1.1 As hipóteses

As diversas racionalidades que orientam as condutas dos agricultores promovem modificações nos sistemas produtivos, no estilo de vida, bem como nas identidades sócio-profissionais. Duas hipóteses resultam dessa constatação:

- a) os agricultores familiares modernos constroem diferentes racionalidades para orientar as suas condutas, resultantes de significados autoatribuídos.
- b) a construção das identidades socioprofissionais dos agricultores familiares modernos são definidas pelas racionalidades.

Como tema de estudo as racionalidades modernas (re)construídas pelos agricultores familiares, justifica-se por alguns aspectos que o tornam relevante.

O estudo das racionalidades dos agricultores assume importância devido ao reconhecimento alcançado pela agricultura familiar nas últimas décadas. Uma

realidade que se efetivou por meio de um movimento conjugado por fatores sociais, políticos e intelectuais (SCHNEIDER, 2006).

A crescente projeção socioeconômica e política da agricultura familiar no país vêm sendo materializada através de políticas governamentais cada vez mais identificadas com este segmento social. Além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), outras ações podem ser destacadas atualmente como a renovação da extensão rural, da produção agroecológica e da aquisição de alimentos (SCHNEIDER, 2006).

A diversidade da agricultura familiar não é assumida como obstáculo ao desenvolvimento rural. Ao contrário, o desenvolvimento rural é tomado como tributário da diversidade das racionalidades dos agricultores pelas quais conseguem viabilizar as condições de vida e de produção para garantir sua identidade sócio-profissional e sustentabilidade social. Diante desse fato, a compreensão da diversidade de ser da agricultura familiar ganha importância nos processos de desenvolvimento rural, em seus papéis de mudança social e política do meio rural.

A compreensão das racionalidades que orientam as experiências de produção e vida dos agricultores contribui para potencializar políticas de desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar. Ou seja, é importante avançar no conhecimento sobre a agricultura familiar, ampliando as possibilidades de sua própria definição ao incorporar as diferentes racionalidades utilizadas pelos agricultores.

A diversidade das racionalidades que orientam os agricultores apresenta-se no contexto da busca de caminhos para superar a crise de uma sociedade centrada no mercado, sob a lógica de uma razão funcional (RAMOS, 1989), de uma modernidade sob o triunfo de uma razão que coloniza a vivência dos indivíduos pela noção do cálculo, portanto, da necessidade de reconstruir a modernidade (TOURAINÉ, 1994), de pensar em descontinuidades e em mudanças paradigmáticas (SANTOS, 1999); a crise que se apresenta não é apenas funcional ou operativa da racionalidade econômica imperante, mas de seus fundamentos e das formas de conhecimento do mundo (LEFF, 2006).

Assim, as outras racionalidades, para além da racionalidade orientada pela modernização da agricultura, emergem e ganham importância no processo de fortalecimento da produção e do estilo de vida familiar. Essas racionalidades têm

papel de destaque no cenário de “alternativas” para a promoção de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural.

1.2 A metodologia

A perspectiva de abordagem deste estudo está baseada nos agricultores familiares modernos, no olhar sobre as suas condutas e suas práticas sociais. Atores sociais são capazes de criarem valores e de atribuírem significados às suas condutas, de dar sentido às suas ações. A compreensão dos motivos e dos significados presentes nas ações dos agricultores familiares é realizada a partir da análise das suas práticas sociais, tendo como eixo as relações estabelecidas entre eles e o mercado.

Para compreender as motivações e os significados presentes nas condutas dos agricultores são utilizados os conceitos weberianos de ação social e de racionalidade social.

A ação social é definida como uma conduta humana (ato, omissão, permissão) dotada de um significado subjetivo dado por quem executa, significado que orienta sua conduta, tendo em vista a ação (passada, presente, ou futura) de outro ou outros que, por sua vez, podem ser individualizados e conhecidos (WEBER, 2002). Os homens, ao criarem valores, atribuem significados às condutas. Esses valores orientadores de condutas expressam-se em racionalidades.

O conceito de racionalidade é tomado como paradigma teórico interpretativo da presente tese. Nas diferentes formas dos processos sociais, a racionalidade emerge como estruturante, tanto das configurações materiais (modelos de desenvolvimento e de agricultura) quanto no sentido teórico ou ideológico. A racionalidade social, ao ser construída e estruturada, orienta práticas e processos sociais para certos fins, através dos meios socialmente construídos.

Ao fazer uso heurístico do conceito de racionalidade para compreender as condutas e práticas dos agricultores, a racionalidade é definida como um sistema de regras de pensamento e de condutas dos atores sociais que ocorre no interior de uma estrutura econômica, política e cultural determinada, legitimando um conjunto de ações e conferindo um sentido à sociedade em seu conjunto. Tais regras orientam condutas e práticas sociais para certos fins enquanto construção social,

refletindo-se em normas morais, crenças, arranjos institucionais e em padrões de produção (LEFF, 2006)

O estudo baseia-se numa perspectiva metodológica dos tipos ideais de Weber. A construção do tipo ideal como operação de estilização da realidade social para melhor compreender é característica da sociologia em geral e do conjunto das ciências humanas. Ao utilizar o método tipológico, visa-se obter a inteligibilidade das relações sociais “no âmbito de um conhecimento intelectual e racional” (SCHNAPPER, 2000, p.14) estabelecidas pelos agricultores familiares, através das interações por eles estabelecidas no contexto socioeconômico, político e ambiental em que se inserem.

Os tipos ideais não objetivam expressar o conteúdo da realidade como ela é em sua essência. Eles apenas são um meio que o pesquisador possui para organizar a realidade social de forma lógica, no plano do pensamento, sem pretensão de traduzir exatamente a estrutura da sociedade (WEBER, 2002).

O tipo ideal é sempre uma construção mental elaborada pelo pesquisador. Desse modo, o pesquisador pode acentuar que aspectos da realidade investigará, objetivando atender as questões e as hipóteses propostas. Neste estudo, o olhar dirige-se aos agricultores familiares analisando condutas e práticas agrícolas nas dimensões de comercialização, das tecnologias e da sociabilidade.

Outro aspecto dos tipos ideais é o fato de que eles não reproduzem ou refletem a realidade tal como ela é em si mesma. Trata-se de uma idealização da realidade como construções teóricas puras, que possibilitam ao pesquisador aproximar-se da realidade e compreendê-la a partir dos valores que orientam as condutas (WEBER, 2002). Por meio dos tipos ideais será possível compreender a realidade pesquisada, observando em que medida, em cada caso concreto o comportamento dos agricultores familiares (atores sociais) aproxima-se ou distancia-se do tipo ideal. Desse modo, o tipo ideal opera como referência precisa para localização de fenômenos, permitindo a identificação da sua presença ou ausência mediante o confronto entre as características do tipo construído e dos dados observados (COHN, 2003).

A construção tipológica, nesta tese, não se constitui um fim em si mesmo, trata-se, sim, de um instrumento pelo qual seu uso é justificado pelas hipóteses do estudo. É um quadro simplificado e esquematizado do tema da tese com o qual se

buscará a compreensão dos significados das condutas sociais unicamente como meio do conhecimento (SCHNAPPER, 2000).

O processo de construção da tipologia dos agricultores familiares modernos para este estudo contemplou duas etapas. A primeira objetivou construir uma pré-tipologia dos agricultores (Apêndice A) a partir da literatura bibliográfica e documental e da análise dos cadastros socioeconômicos de uma amostra aleatória dos agricultores familiares associados à Cooperativa de Crédito Rural Cresol Francisco Beltrão.

A segunda etapa da construção tipológica contemplou a realização de sete (7) entrevistas qualitativas com os chefes dos estabelecimentos familiares modernos de Francisco Beltrão, região política do Sudoeste do Paraná, tendo como referência os pré-tipos construídos na fase da pré-tipologia. A construção do roteiro utilizado para a realização das entrevistas considerou as dimensões, variáveis e indicadores destacados no Quadro 01.

A identificação dos agricultores foi realizada a partir de diálogos com as lideranças das organizações cooperativas dos ramos de crédito e de produção e do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Francisco Beltrão. Esses diálogos com as lideranças objetivaram identificar os agricultores familiares que melhor poderiam representar os pré-tipos definidos para posterior entrevista. Os agricultores representantes do pré-tipo convencional e dos agricultores não convencionais possuíam um período de consolidação das atividades produtivas superior a cinco anos, através da regularidade da atividade econômica.

Das sete entrevistas, duas foram realizadas com os chefes de estabelecimento representantes do pré-tipo moderno convencional; três com os representantes do pré-tipo moderno em transição e duas com os representantes do pré-tipo moderno não convencional. A realização de uma entrevista a mais para o pré-tipo em transição justifica-se devido à maior variabilidade deste quando comparada com os demais pré-tipos.

Os resultados obtidos após o processamento dos dados das entrevistas com os chefes dos estabelecimentos foram confrontados com duas entrevistas qualificadas, sendo uma realizada com um diretor do cooperativismo da agricultura familiar e outra com um técnico prestador de serviços técnicos e de extensão rural. Essas entrevistas objetivaram verificar se as informações obtidas nas entrevistas

estariam de acordo com os pré-tipos construídos ou se seria necessário fazer alguns ajustes.

Quadro 01: Dimensões, variáveis e indicadores do roteiro de entrevistas.

Dimensões	Variáveis	Indicadores
Comércio	Mecanismos de comercialização	Mecanismo(s) utilizado (s): Proximidade Institucional (governamental) Nicho (orgânico) Virtual (à distância)
	Produtos comerciais (agrícola e não-agrícola)	Características do sistema produtivo Produtos comercializados Produtos agrícolas com valor agregado Produtos não-agrícolas Venda de trabalho Venda de horas máquinas
	Produção para consumo	Produção de subsistência Produção para obter valor comercial
Tecnologias	Equipamentos, máquinas e instalações	Bens Condição de uso Demanda de capital financeiro Nível de automatização
	Genética animal e vegetal	Tipos de sementes utilizadas Raça predominante dos animais
	Práticas agronômicas	Insumos utilizados na produção Formas de controle de pragas e doenças (vegetal e animal) Formas de plantio dos cultivos Práticas de conservação do solo Estratégias de manutenção da fertilidade do solo Alimentação animal leiteiros Formação do rebanho leiteiro
Sociabilidade	Qualificação profissional	Escolaridade Palestras Informações Cursos
	Organizações políticas, econômicas e social.	Comunidade da Igreja Grupos/associações Cooperativas Sindicato
	Futuro dos filhos	Escolaridade Formação profissional Local de trabalho

Fonte: Elaborado pelo autor (2011).

Por fim, foi construída a tipologia com três tipos ideais de agricultores familiares modernos. Os tipos estão descritos a seguir:

a) Tipo moderno convencional

Fazem parte do tipo moderno convencional os agricultores que possuem um sistema produtivo especializado. A venda de seus produtos, vegetais e/ou animais, é realizada fazendo uso somente do mecanismo de comercialização virtual (à distância), o mercado de *commodities*.

A produção comercial desses agricultores contempla o cultivo de cereais (milho, soja e trigo) e a produção animal (avicultura, suinocultura e a produção de leite), podendo integrar ou não os produtos vegetais e animais no mesmo sistema produtivo. As atividades de avicultura e suinocultura ocorrem com base no processo de integração agroindustrial. Parte desses agricultores vendem também serviços de horas/máquinas para terceiros.

A produção para o consumo é fracamente valorizada por esses agricultores, dirigindo-se fortemente ao mercado para atender tanto o consumo de subsistência quanto o consumo destinado à produção com finalidade de renda comercial. Com exceção para os produtores de leite, que produzem, em suas unidades produtivas, as forrageiras de alto valor nutritivo de que necessitam para alimentar os animais leiteiros.

No campo da tecnologia esses agricultores possuem um parque de máquinas e equipamentos adequado à produção em escala, com constante incorporação de inovações tecnológicas. Os agricultores com produção animal possuem instalações automatizadas e/ou semiautomatizadas. Portanto, fazem uso intensivo do capital financeiro para dinamizar o sistema produtivo.

Tanto na produção de cereais quanto na produção animal, esses agricultores fazem uso das inovações mais recentes no campo da genética, obtendo índices de produtividade superiores à média alcançada na região e dentro dos padrões dados pela lógica da modernização da agricultura.

Em suas práticas agronômicas, fazem uso intensivo de insumos de origem industrial. Nos cultivos vegetais realizam o plantio direto sobre a palhada e o controle de pragas e doenças é realizado com uso de agrotóxicos. Promovem dois cultivos comerciais anuais de safra de verão sobre as áreas de terra de lavouras; e, na produção leiteira fazem uso de forrageiras de alta qualidade nutricional. São

agricultores que valorizam mais os resultados econômicos da produção do que a manutenção do equilíbrio energético da propriedade.

Esses agricultores realizam com frequência eventos de qualificação profissional circunscritos à especialização produtiva e à busca constante da produtividade.

Possuem fortes vínculos comunitários onde residem, suas relações de grupos e associações, quando existem, ocorrem com agricultores que pertencem ao mesmo tipo. Encontram-se fortemente associados em cooperativas de crédito rural e medianamente associados em cooperativas de produção. Sua associação ao sindicato objetiva basicamente a obtenção da condição legal de agricultor familiar.

b) Tipo moderno em transição

Agricultores modernos em transição são os que se encontram em processo de (re)construção do sistema produtivo objetivando a permanência na atividade agrícola. Os cultivos tradicionais de cereais, milho, soja e feijão, e a fumicultura estão perdendo importância comercial para esses agricultores, Esses cultivos são substituídos por outras atividades como a produção de leite e a hortifruticultura e pela verticalização da produção. Priorizam, em seus sistemas de produção, atividades que possibilitem a otimização dos fatores de produção terra e trabalho agrícola.

Nesse processo de (re)construção do sistema produtivo, fazem uso tanto do mecanismo de comercialização virtual quanto do mecanismo de proximidade e do mecanismo institucional (compras governamentais) para vender seus produtos. O mercado de trabalho não agrícola é uma estratégia de renda complementar valorizada por uma parte desses estabelecimentos familiares.

A produção para o consumo é medianamente valorizada; dirigem-se ao mercado para comprar parte dos produtos objetivando a subsistência da família. Com relação à produção para consumo na unidade de produção há uma variação expressiva entre esses agricultores, estando fortemente nos sistemas produtivos daqueles que possuem a produção de leite, com a produção de forrageiras, e daqueles que atuam com a agroindustrialização em pequena escala, produzindo sua própria matéria-prima para processamento.

No campo das tecnologias, esses agricultores, quando possuem máquinas e equipamentos para o cultivo de cereais, estão limitados a poucos bens (trator, grade e pulverizador, outros) e com muitos anos de uso, com exceção de alguns que, de forma individual e/ou cooperada possuem máquinas e equipamentos com poucos anos de uso. Esses agricultores compram de terceiros os serviços de que necessitam para o cultivo de cereais, com ênfase para as práticas de plantio e de colheita. Os agricultores que produzem leite reaproveitam as instalações antigas (galpões de fumo, chiqueiros), fazendo, na medida do possível, os ajustes necessários para adotar as especificações dos laticínios; possuem ordenha mecânica e equipamento de resfriamento do leite por imersão ou expansão. No que se refere às pequenas unidades agroindústrias, com até 150 m², elas são simples e apenas parte delas atendem as exigências dos órgãos de vigilância sanitária municipal.

No cultivo de cereais esses agricultores fazem uso de sementes híbridas e transgênicas. Na produção de leite, a genética animal utilizadas está situada entre os animais mestiços, ainda não especializados, e os animais especializados com ênfase a da raça Jersey, obtendo uma produtividade no de leite que se situa em torno da média regional.

Em suas práticas agrônômicas, fazem uso semi-intensivo de insumos de origem industrial. No cultivo de cereais realizam o plantio direto, com o controle de pragas e doenças a partir do uso de agrotóxicos. Na produção leiteira, fazem uso de forrageiras de média-alta qualidade nutricional, com pastejo rotacionado. Sempre que possível valorizam o uso de adubos orgânicos provenientes das camas de aves, diminuindo o uso de insumos químicos industriais. Em sua prática, visam obter uma produtividade média nas atividades, preocupam-se com a saúde familiar, com destaque para o cultivo do fumo e, sempre que possível, visam reduzir a penosidade do trabalho.

A qualificação profissional é valorizada por parte desses agricultores: entre os que buscam qualificação, uns preconizam os eventos de capacitação circunscrita a perspectiva de modernização da agricultura enquanto outros participam em eventos que visam a uma produção agrícola com base na valorização de princípios de diversificação do sistema produtivo e/ou da agricultura agroecológica.

Possuem fortes vínculos comunitários onde residem, encontram-se medianamente articulados em grupos e associações, mas fortemente associados a cooperativas do ramo de crédito rural, do segmento cooperativo solidário, e fracamente associados a cooperativas de produção, tanto do segmento empresarial quanto do solidário. Estão associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais objetivando tanto obter a condição legal de agricultor familiar quanto participar em movimentos sociais e eventos diversos direcionados a promover alternativas não convencionais de produção agrícola.

Esses agricultores podem transitar para o tipo de agricultor familiar moderno convencional ou agricultor moderno não convencional e/ou, ainda, contribuir para construção de outras racionalidades produtivas conforme as influências recebidas e ajustadas ao projeto familiar de vida e de produção.

c) Tipo não convencional

Os agricultores do tipo não convencional possuem sistemas produtivos diversificados, orientados a partir das diretrizes da produção agroecológica, integrando princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos para preservar e ampliar a biodiversidade do sistema produtivo objetivando a sustentabilidade socioambiental.

Para vender os produtos, esses agricultores fazem uso de três mecanismos de comercialização: de proximidade, o institucional e o de nicho (mercado orgânico). Uma parte dos estabelecimentos familiares faz uso do mercado de trabalho não agrícola para complementar a renda.

A produção comercial contempla predominantemente os produtos ligados aos cultivos de hortifruticultura e os derivados dos processos de agregação de valor às matérias-primas (vegetais e animais) em pequena escala, com diferentes níveis de processamento.

A produção para o consumo é fortemente valorizada no estabelecimento desses agricultores, dirigindo-se fracamente ao mercado para compra de produtos tanto aqueles para atender as necessidades de subsistência quanto para os destinados à unidade de produção com o propósito de obter renda agrícola.

No campo das tecnologias, possuem equipamentos tradicionais e/ou adaptados aos cultivos realizados, em geral de pequeno porte e pouco demandante de capital financeiro. As instalações são, de modo geral, tradicionais, com exceção das unidades agroindustriais de pequeno porte que visam atender as exigências dos órgãos de vigilância sanitária municipal.

Em seu sistema produtivo, utilizam sementes crioulas e/ou variedades adaptadas localmente. Na produção pecuária, existe uma variação entre esses agricultores, com valorização de animais de raças crioulas, mestiças e/ou especializados, como os animais da raça Jersey, que se adaptam à produção em bases de produção agroecológica.

As práticas agronômicas contemplam o uso de fertilizantes orgânicos e a valorização dos processos naturais para conservar a fertilidade dos solos. A reciclagem dos nutrientes no solo é realizada por meio da rotação de culturas. As ervas daninhas são controladas por meio do manejo dos adubos verdes e das práticas mecânicas. O controle de pragas e doenças é realizado com produtos naturais, fitoterápicos, homeopáticos, iscas e armadilhas. São agricultores em que a preocupação com o equilíbrio entre a dinâmica produtiva e a fertilidade do solo precede sobre a busca de resultados econômicos na produção.

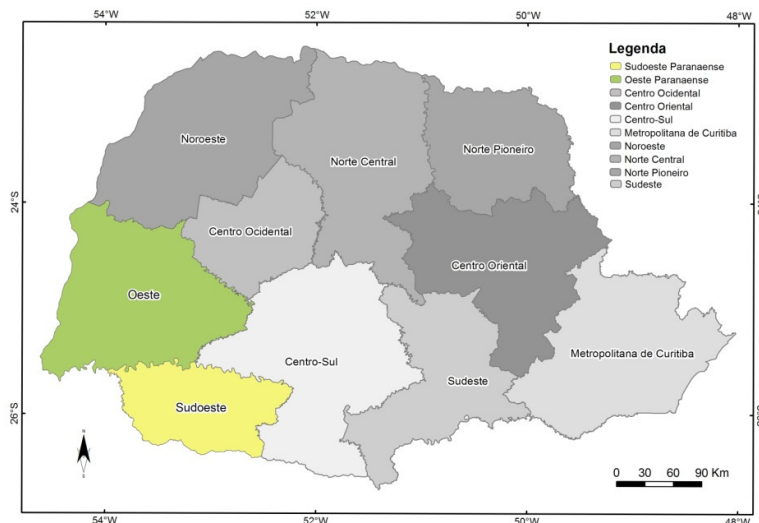
Os agricultores qualificam-se realizando cursos e participando em eventos ligados à agricultura agroecológica. Possuem fortes vínculos com a comunidade onde residem e estão fortemente ligados a grupos/núcleos e/ou associações de agricultores inseridos no mesmo tipo. Estão associados tanto às cooperativas de crédito rural quanto às cooperativas de produção e comercialização do segmento solidário. Associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais tanto com o propósito de obter a condição legal de agricultor familiar quanto para participar das lutas sociais e eventos diversos objetivando a permanência na agricultura.

O universo social

Nesta tese, são estudados os agricultores familiares do tipo moderno convencional, os agricultores do tipo moderno em transição e os agricultores do tipo moderno não convencional.

Tais agricultores encontram-se em duas regiões políticas do Paraná, o Sudoeste e o Oeste, mas, para os fins desta tese, essas regiões compõem um todo contínuo. Figura 1.

Figura 1 – Figura ilustrativa das regiões políticas do Paraná



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Assim, a região de estudo é esse contínuo, uma escolha realizada por ser uma região com predomínio de estabelecimentos familiares e possuir uma importante diversidade produtiva, com valores e racionalidades semelhantes. Uma região com condições favoráveis para verificar as racionalidades que orientam os agricultores familiares modernos.

1.3 Procedimentos metodológicos

As leituras realizadas a partir da literatura bibliográfica e da literatura documental auxiliaram na definição da temática e na delimitação do estudo bem como na construção das hipóteses e na metodologia utilizada. A questão das racionalidades e das identidades socioprofissionais, a crítica à razão moderna, a diversidade da agricultura familiar, o ator social e o conflito social e a (re)construção dos sistemas produtivos são alguns dos principais temas aqui analisados e embasados em leituras.

Para a presente investigação foram realizadas entrevistas semi-estruturadas. O roteiro de perguntas abertas (Apêndice B) foi construído com base no Quadro 1. No total, foram realizadas 30 entrevistas com os chefes dos estabelecimentos familiares (Apêndice C) no período entre setembro de 2011 a março de 2012.

Desse total de entrevistas, 9 foram realizadas com os agricultores do tipo não convencional, 11 com os agricultores do tipo em transição e 10 com os agricultores do tipo convencional, residentes nos municípios de Coronel Vivida, Verê, Marmeleiro, Francisco Beltrão, Salgado Filho, Capanema, Missal, Medianeira e Serranópolis do Iguçu.

A amostra do estudo é do tipo não-probabilística, pois ela não visa à representatividade da população do estudo por meio de uma seleção aleatória, mas, sim, de uma seleção cuidadosa de agricultores com características especificadas (SAMPIERI; COLADO; LUCIO, 1994) conforme a tipologia previamente construída.

Para a identificação dos agricultores entrevistados foram consultadas as lideranças sindicais, lideranças das cooperativas de crédito rural ligadas ao Sistema Cresol e profissionais da área técnica ligados aos órgãos do Estado e das ONGs que prestam serviços aos agricultores familiares dos municípios visitados. Procurou-se identificar aqueles que melhor representavam os tipos construídos na tipologia.

Na construção da amostra, foram identificados os agricultores do tipo convencional e os do tipo não convencional que se encontravam com sistemas produtivos consolidados, ou seja, com mais de cinco anos de regularidade da atividade econômica. A delimitação do número de entrevistas para cada um dos tipos foi considerado o critério de saturação das respostas.

As entrevistas foram realizadas nos estabelecimentos familiares dos entrevistados e gravadas. Sempre que possível foi valorizado a participação do cônjuge e filhos.

Após o processamento e análise dos dados obtidos nas entrevistas, foram realizadas seis entrevistas qualificadas (Apêndice C), entre fevereiro e março de 2013. Foi entrevistado um pesquisador e um professor da área das ciências agrárias, três profissionais que atuam com acompanhamento técnico e extensão rural, sendo um da área pública, dois das organizações dos agricultores e um dirigente sindical. Para essas entrevistas foi elaborado um roteiro específico (Apêndice D) e foram realizadas nas instituições de trabalho dos entrevistados.

Essas entrevistas objetivaram atender três aspectos: primeiro, verificar se as informações e os dados obtidos com os agricultores correspondiam com a dinâmica produtiva e vida familiar dos tipos construídos para o estudo. O segundo teve o propósito de aprofundar o debate sobre questões que contribuiriam tanto para construção do capítulo descritivo, do empírico, quanto para capítulo analítico, que tratou das racionalidades dos agricultores. Por fim, e tendo em vista ser uma pesquisa com abordagem qualitativa, buscou-se aumentar a confiabilidade do estudo observando os critérios de consistência e confirmabilidade (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2004) das análises realizadas sobre as racionalidades.

Destaca-se, como resultado desse momento das entrevistas, a receptividade dos entrevistados e a consistência das variáveis e indicadores do estudo, o que permitiu um primeiro contato do pesquisador com os elementos constitutivos das racionalidades. Outro resultado relevante foi o aprendizado do pesquisador obtido com a metodologia aqui utilizada.

Observação participante

Para acompanhar as discussões sobre a dinâmica dos agricultores familiares, revelou-se importante a participação em eventos que tratavam de temas relacionados à agricultura familiar. Entre os principais, destaca-se: Festa das Sementes Crioulas do Paraná; Feiras Municipais ligadas à agricultura familiar, como a Feira do Melado de Capanema e a Festa do Vinho e do Queijo em Salgado Filho; ExpoCoopavel, em Cascavel; Seminário sobre a diversificação da produção na Bacia do Paraná 3, organizado pelo Programa Água Boa – Itaipu; Seminários do cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária, organizados pela Unicafes-PR; e, o III Colóquio da agricultura familiar e desenvolvimento rural. O III Colóquio, realizado em Porto Alegre, novembro de 2011, oportunizou um espaço interdisciplinar de debate e reflexão entre pesquisadores, estudantes, professores e profissionais sobre a construção dos mercados para a agricultura familiar.

Tais participações contribuíram para estabelecer diálogos com agricultores, lideranças, pesquisadores e profissionais que atuam no meio rural objetivando aprofundar os debates sobre as racionalidades modernas dos agricultores familiares.

Trata-se de outros espaços de reflexão utilizados com o propósito de maximizar a confiabilidade do estudo qualitativo, com verificação da análise e dos resultados junto aos atores sociais que atuam no meio rural.

2 MODERNIDADE, RACIONALIDADES E IDENTIDADES SOCIOPROFISSIONAIS

Este capítulo tem como objetivo trazer para reflexão as contribuições teóricas de estudiosos sobre os temas da modernidade, das racionalidades e das identidades socioprofissionais. Bases conceituais que, além de oferecer suporte teórico à análise das condutas dos atores sociais, visam oferecer apoio à compreensão do tema em estudo, as racionalidades modernas dos agricultores familiares. Devido à amplitude dos temas do quadro conceitual, são valorizadas as contribuições de diversas disciplinas do conhecimento.

O capítulo está organizado em três partes: a primeira (2.1) busca estabelecer uma crítica da razão e da ciência social moderna com o propósito de evidenciar que condutas sociais estão sendo guiadas por uma diversidade de racionalidades, reconhecendo a simultaneidade de experiências particulares. Condutas sociais que estão num esforço de (re)construção da modernidade, de rompimento com sua forma mais ambiciosa, que, ao agir conforme as suas leis, a humanidade caminha, simultaneamente, em direção à abundância, à liberdade e à felicidade. Reflexões que levam a um questionamento da natureza da modernidade e da ciência social e destacam a necessidade de uma representação da vida social com base nas noções de historicidade, de movimento social e de sujeito, tendo como objeto as condutas e as relações sociais.

Na parte 2.2 as reflexões teóricas visam diferenciar analiticamente a racionalidade formal (funcional) e a racionalidade substantiva. Embora a ciência social moderna deixe de distinguir suficientemente uma e outra, ambas constituem categorias fundamentais de duas concepções distintas da vida humana. As reflexões objetivam alargar a compreensão da racionalidade para além daquela da modernização com pretensão universalista, apontando para as múltiplas matrizes de racionalidade como um potencial criativo dos atores sociais.

Na parte 2.3, são realizadas reflexões sobre a identidade socioprofissional. A identidade emerge como um sistema de representações e de recursos simbólicos que orienta as condutas dos indivíduos a partir das suas experiências sociais.

2.1 Crítica da razão e da ciência social moderna e a emergência do ator social

O ser humano resiste a ser despojado do seu atributo essencial, a razão. Contudo, para viver conforme as prescrições da sociedade centrada no mercado os indivíduos são coagidos a conter a função normativa da razão na construção de seus projetos de existência social (RAMOS, 1989).

A sociedade centrada no mercado é inerente à astúcia de induzir o indivíduo a internalizar a coação como condição normal de sua existência e “[...] esta circunstância é verdadeiramente legitimada pela psicologia motivacional implícita nas ciências sociais de nossos dias.” (RAMOS, 1989, p.1). Para o autor, uma das manifestações dessa astúcia encontra-se no fato de que a sociedade centrada no mercado, em vez de declarar frontalmente a sua incompatibilidade com as prescrições da razão deu-lhe um sentido consonante com a síndrome psicológica constitutiva de seu caráter.

O que se chama de razão na sociedade centrada no mercado bem como nas ciências sociais em geral, “[...] é uma corruptela do termo tal como ele mesmo e seus equivalentes sempre foram universalmente entendidos até o limiar dos tempos modernos.” (RAMOS, 1989, p.XV).

No mundo contemporâneo, com mais ênfase nas sociedades centradas no mercado, o ser humano vai percebendo-se mais consciente do efeito deculturativo do mercado. Essa práxis emergente do modelo de relações sociais entre os indivíduos e entre eles e a natureza objetivando restaurar o que a sociedade centrada no mercado deformou, ou o que, em parte, destruiu, como os elementos permanentes da vida humana, é compreendida por Ramos (1989, p.XVI) como uma “revolução silenciosa”.

A categorização desse modelo emergente na práxis de atores sociais, em todo o mundo, tem importância universal, pois constitui a “[...] referência magna da crítica da sociedade moderna, e de sua ideologia que, sob o disfarce de ciência, de vários modos comanda o processo configurativo da vida dos povos.” (RAMOS, 1989, p.XVI). De acordo com Ramos (1989, p.1), a ciência social estabelecida é ingênua e essa ingenuidade tem-se constituído, na realidade, o fator fundamental de seu sucesso, que tem sido unidimensional, “[...] exercendo um impacto desfigurador

sobre a vida humana associada.” A ciência assume tal caráter porque se sustenta na racionalidade instrumental inerente à ciência social dominante no Ocidente.

A noção de ingenuidade a que Ramos se refere está com o mesmo sentido com que ela foi empregada por Hursel (1965¹, apud RAMOS, 1989). Ele reconheceu que a essência do sucesso tecnológico e econômico das sociedades industriais desenvolvidas tem sido uma consequência da intensiva aplicação das ciências naturais. Para Husserl, as ciências naturais do Ocidente não se fundamentam numa forma analítica de pensamento, na medida em que se envolve numa trama de interesses práticos imediatos.

Contudo, se as ciências naturais podem ser perdoadas por sua ingênua objetividade, tendo em vista sua produtividade, Ramos (1989, p.2) destaca que tolerância não pode ter vez no domínio social, no qual premissas epistemológicas errôneas passam a ser um “fenômeno cripto-político”, ou seja, uma dimensão normativa, disfarçada, imposta pela configuração de poder estabelecido. Para o autor, a ciência social estabelecida fundamenta-se numa racionalidade instrumental, particularmente característica do mercado.

Ao analisar os estudos de Hobbes, escritos no clima cultural do século XVII, ficou evidente para Ramos (1989) que o significado do termo razão, em seu sentido antigo, era compreendido como força ativa da psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e, desse modo, ordena a sua vida pessoal e social. Nos trabalhos de Hobbes, a razão é definida como uma capacidade que o indivíduo adquire “pelo esforço” e que o habilita a nada mais do que fazer o “cálculo utilitário de conseqüências” (HOBBS, 1974, p.41² apud RAMOS, 1989).

De acordo com Ramos (1989), Hobbes pretendeu despojar a razão de qualquer aspecto normativo no domínio da construção teórica e da vida humana associada. No entanto, no período moderno da história intelectual do Ocidente, que começou no século XVII e continua nos dias atuais, o significado previamente estabelecido das palavras que constituem uma linguagem teórica fundamental mudou drasticamente e numa direção determinada. Diante dessa constatação, Ramos destaca que o termo racionalidade é agora empregado, tanto por leigos

¹ HURSEL, E. **Phenomenology and the crisis of philosophy**. New York: Harper & Row, 1965.

² HOBBS, Thomas. In: OAKSHOTT, Michel. **Leviathan**, introd. Peters, R.S. London, Macmillan, 1974.

quanto por cientistas sociais, segundo uma feição enganadora, que não mais reflete o tipo de investigação consciente empreendido por Hobbes, e sim profunda desorientação.

Frente às enganosas implicações de que se reveste o termo racionalidade, Ramos (1989, p.3) chama atenção para a necessidade de serem identificadas pelo que realmente são, uma vez que, hoje a racionalidade toma para si, com frequência, “[...] conotações antitéticas relativamente aos propósitos fundamentais da existência humana”. A transavaliação da razão, levando do bom ao funcional e, mesmo, do ético ao não-ético, caracteriza o perfil intelectual de escritores que tentam legitimar a sociedade moderna exclusivamente em bases utilitárias.

Ao comparar com outras sociedades, Ramos (1989) constata que a sociedade moderna tem demonstrado uma grande capacidade de absorver, distorcendo, palavras e conceitos cujo significado original se chocaria com o processo de autossustentação dessa sociedade. Dada a força do caráter central que a razão tem na vida humana, a sociedade moderna tornou-a compatível com sua estrutura normativa. Desse modo, na sociedade moderna centrada no mercado, a linguagem distorcida tornou-se normal. Diante disso, Ramos (1989, p.3) destaca que uma das formas de criticar essa sociedade consiste na “[...] descrição de sua astúcia, na utilização inapropriada do vocabulário teórico que prevalecia antes de seu aparecimento”.

Os representantes da Escola de Frankfurt corroboram com as reflexões, ao afirmarem que, na sociedade moderna, a racionalidade transformou-se num instrumento disfarçado de perpetuação da repressão social, em vez de sinônimo de razão verdadeira (RAMOS, 1989). Os autores da Escola recusam “[...] o pressuposto de Marx de que a racionalidade é inerente à história, e que o processo da sociedade moderna, por meio da crítica dialética de si mesma, conduzirá à Idade da razão.” (RAMOS, 1989, p.8); salientam também que Marx não percebeu que, na sociedade moderna, as forças produtoras haviam conquistado seu próprio impulso institucional independente e dessa forma, atuam subordinando toda a vida humana a metas que nada têm a ver com a emancipação.

As interrogações a que Horkheimer e Adorno submetem o conceito de razão de Marx estão relacionadas à consequência lógica de sua análise da tradição iluminista. Para esses autores, o Iluminismo é assumido como o momento em que o

conhecimento da razão foi separado de sua herança clássica. Para Horkheimer (1947³, apud RAMOS, 1989), há uma teoria da razão objetiva, oriunda de Platão e Aristóteles, passando através dos escolásticos e mesmo através do Idealismo alemão, que enfatiza os fins de preferência aos meios e as implicações éticas da vida para a existência humana. Assim, com o Iluminismo o pensamento transformase em mera tautologia; o mundo é escrito em fórmulas matemáticas e o desconhecido perde seu transcendente significado clássico, tornando-se alguma coisa relativa às capacidades de cálculo disponíveis (RAMOS, 1989). Horkheimer e Adorno escrevem:

A redução do projeto a um aparelho matemático esconde a sanção do mundo como seu próprio instrumento de mensuração. O que parece ser o triunfo da ... racionalidade, a sujeição da realidade toda ao formalismo lógico, é pago pela obediente submissão da razão ao que é dado diretamente. O que é abandonado é a total reivindicação e abordagem do conhecimento: a compreensão do que é dado como tal ... A factibilidade ganha o dia [...] (1972, p.26-27⁴ apud RAMOS, 1898).

A “liquidação” da razão “como um fator de compreensão ética, moral e religiosa” (HORKHEIMER, 1947, p.18 apud RAMOS, 1989) não teria sido consumada no decorrer dos últimos séculos sem a concomitante desnaturação da linguagem filosófica e da linguagem usada nos negócios humanos comuns. Divorciando palavras e conceitos de seu respectivo conteúdo intrínseco, “[...] o Iluminismo desencadeou um processo de corrupção da fala, que conduziu à decadência cultural.” (RAMOS, 1989, p. 9 -10). Neste sentido, Horkheimer escreve:

A linguagem foi reduzida a mais um instrumento no gigantesco aparelho de produção, na sociedade moderna. Toda a sentença que não equivale a uma operação parece ao leigo tão desprovida de significado quanto é assim considerada pelos semânticos contemporâneos, que entendem que aquilo que é puramente simbólico e operacional, quer dizer, a sentença puramente sem sentido, faz sentido ... Na medida em que as palavras não são usadas com o propósito evidente de calcular tecnicamente probabilidades importantes, ou para outros objetivos práticos, entre os quais se inclui o relaxamento, correm elas o risco de se tornarem suspeitas ... porque a verdade não constitui um fim em si mesma” (1947, p.22 apud RAMOS, 1989).

³ HORKHEIMER, Max. **Eclipse of reason**. New York: Oxford University Press, 1947.

⁴ HORKHEIMER & ADORNO, Theodor W. **Dialectic of Enlightenment**. New York: Herder and Herder, 1972.

Ao ver o processo de desnaturação da linguagem como um resultado da profunda socialização do indivíduo no sistema industrial moderno, Horkheimer (1947, p.22 apud RAMOS, 1989) descreve o homem moderno como um “[...] ego contraído, prisioneiro de um presente efêmero, esquecendo de usar as funções intelectuais pelas quais foi capaz, um dia, de transcender sua efetiva posição na realidade”. O indivíduo moderno perdeu sua capacidade de usar a linguagem para transmitir significações, é capaz, preferencialmente, de exprimir propósitos. Como consequência, recusa-se Horkheimer a aceitar o usual comportamento das pessoas, na sociedade moderna, como base para decidir o significado de racionalidade (RAMOS, 1989). Sem dissimular sua indignação moral diante da modernização, Horkheimer escreve a seguinte afirmativa no final de seu livro *Eclipse da razão*: “A denúncia daquilo que é hoje chamada de razão é o maior serviço que a razão pode prestar” (HORKHEIMER, 1947 apud RAMOS, 1989).

Habermas (1987), em seus esforços para elaborar a diferença entre trabalho e interação, realiza uma crítica às percepções de Marcuse sobre tecnologia. Para ele, Marcuse estava convencido de que, naquilo que Weber chamou de racionalização não se implanta a racionalidade como tal, mas, em nome da racionalidade, uma determinada forma de dominação política oculta. Em sua crítica a Max Weber, Marcuse conclui que o conceito de razão técnica é, talvez, também em si mesmo ideologia. Não só a sua aplicação, mas a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante sobre a natureza e sobre o homem (HABERMAS, 1987). Determinados fins e interesses da dominação não são outorgados à técnica apenas posteriormente e a partir de fora, inserem-se já na própria construção do aparelho técnico. A técnica é, em cada caso, um projeto histórico-social e nela se projeta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas.

De acordo com Habermas (1987, p.47), Marcuse chamou atenção para o peculiar fenômeno que, nas sociedades capitalistas industriais avançadas, “[...] a dominação tende a perder o seu caráter explorador e opressor e a tornar-se racional, sem que por isso desvaneça a dominação política.” A racionalidade da dominação mede-se pela manutenção de um sistema que pode permitir-se converter em fundamento da sua própria legitimação o incremento das forças produtivas

associadas ao progresso técnico-científico. O que, na opinião de Habermas (1987), ao fazer a análise da sociedade a peculiar fusão da técnica e dominação, de racionalidade e de opressão, Marcuse situa-se na perspectiva de enlaçar uma nova ciência.

Em suas reflexões críticas sobre a modernidade, Touraine (1994) evidencia que, durante muito tempo, o Ocidente acreditou que a modernidade era o triunfo da razão, a destruição das crenças, das tradições e a colonização da vivência pelo cálculo. Contudo, nos dias atuais, diversas categorias sociais que estiveram submetidas à elite esclarecida insurgem-se e recusam-se a designar de moderno um mundo que não reconhece simultaneamente suas experiências particulares e seu acesso ao universal. Touraine (1994, p. 9) argumenta que é preciso reconstruir a modernidade, pois, em sua forma mais ambiciosa, a ideia de modernidade foi a afirmação de que

[...] o homem é o que ele faz, e que, contudo, deve haver uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia, [...], a organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal, animada pelo interesse, mas também pela vontade de se liberar de todas as opressões. [...]. A humanidade, agindo segundo suas leis, avança simultaneamente em direção à abundância, à liberdade e à felicidade.

A correspondência repousaria sobre o triunfo da razão, pois somente ela estabelece uma correspondência entre a ação humana e a ordem do mundo. Para Touraine (1994, p.10), essa afirmação central é que foi questionada ou rejeitada pelos críticos da modernidade. Pois, a assertiva de que o progresso é o caminho para a abundância, a liberdade e a felicidade, ainda que tais propósitos estivessem fortemente articulados entre si, nada mais são “[...] que uma ideologia constantemente desmentida pela história”.

Para os críticos radicais da modernidade, o que é designado como reino da razão não é por acaso a influência crescente do sistema sobre os atores sociais, a normalização e a estandarização. Essa dominação tanto é praticada liberalmente quanto exercida de maneira autoritária, contudo, em todos os casos tal modernidade tem por finalidade a submissão de cada um aos interesses do todo, quer se trate de empresa, de nação e de sociedade (TOURAINÉ, 1994).

A modernidade, seja em sua forma mais intransigente à sua forma mais branda, perdeu sua força de libertação e de criação (TOURAINÉ, 1994). Para esse autor, é preciso superar a tradição histórica que reduziu a modernidade à racionalização e introduzir o tema do sujeito pessoal e da subjetivação: “[...] a modernidade não repousa sobre um princípio único e, menos ainda, sobre a simples distribuição dos obstáculos ao reinado da razão; ela é feita do diálogo entre Razão e Sujeito.” (p.14). Estabelece-se, portanto, a necessidade de questionar a natureza da modernidade, pois o êxito desta rejeitou, esqueceu ou encerrou em instituições repressivas tudo o que parecia resistir ao triunfo da razão (TOURAINÉ, 1994).

À medida em que o mundo aceita a modernidade, quase todas as sociedades são penetradas por novas formas de produção, de consumo e de comunicação. Para Touraine (1994), a questão é a de saber como se embarca na modernidade; ela identifica-se como o espírito de livre iniciativa e choca-se sempre com o espírito doutrinário e com as defesas dos aparelhos de poder. E nisso é preciso ter sempre claro que nada permite identificar modernidade com um modo particular de modernização, isto é, o modelo capitalista, que se define por sua extrema autonomia da ação econômica: “não existe modernidade sem racionalização; mas, também, não sem a formação de um sujeito-no-mundo que se sente responsável perante si mesmo e perante a sociedade.”(TOURAINÉ, 1994, p. 215-216). Para ele, a sociedade moderna assume a imagem de uma economia fluida, de um poder sem centro; em resumo, de uma sociedade sem atores. Segue argumentando que a visão racionalista da modernidade, definida pela eficácia da racionalidade instrumental, não deve ser rejeitada de maneira alguma, todavia ela não oferece uma idéia completa da modernidade, esconde a outra metade: a emergência do sujeito humano como liberdade e como criação. Assim, não existe uma figura única da modernidade, mas duas figuras voltadas uma para outra e cujo diálogo constitui a modernidade: a racionalização e a subjetivação (TOURAINÉ, 1994). Para Touraine, a noção de sujeito é fundamental, pois para ele não existe modernidade a não ser pela interação crescente entre sujeito e razão, entre consciência e ciência social. O mundo moderno cada vez mais é ocupado pela referência a um Sujeito que está libertado: “O Sujeito é a vontade de um indivíduo agir e de ser reconhecido como ator.” (TOURAINÉ, 1994, p. 221).

O ator não é aquele que atua em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que, com sua conduta, altera o meio ambiente material e, sobretudo, o social no qual está inserido, modificando a divisão do trabalho, as formas de tomada de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais (TOURAINÉ, 1994).

A modernidade também triunfa com as condutas humanas reguladas pela consciência, e não mais pela busca de uma conformidade à ordem do mundo. A subjetivação é a penetração do Sujeito no indivíduo e, assim, a transformação parcial do indivíduo em Sujeito, como aquele que tem domínio de suas obras. É em termos de autor e de conflito social que se define o Sujeito (TOURAINÉ, 1994).

Em sua contribuição à reflexão sobre a modernidade e a ciência social, Santos (1999) argumenta que a transição entre paradigmas epistemológicos, entre a ciência moderna e ciência pós-moderna⁵, deveria ser completada por uma reflexão entre paradigmas sociais, ou seja, entre diferentes modos básicos de organizar e viver a vida em sociedade. Isso se deve, para Santos, ao fato de que as diferentes formas de conhecimento têm uma vinculação específica com diferentes práticas sociais. O esgotamento do estruturalismo trouxe consigo a revalorização das práticas e dos processos sociais, a valorização dos indivíduos que os protagonizam, marcando o regresso do indivíduo (SANTOS, 1999).

A transição paradigmática, para Santos (1999, p. 34), torna-se mais evidente no domínio epistemológico, pois:

[...] por de baixo de um brilho aparente, a ciência moderna, que o projeto da modernidade considerou ser a solução privilegiada para a progressiva e global racionalização da vida social e individual, tem-se vindo a converter, ela própria, num problema sem solução, gerador de recorrentes irracionalidades.

Esta transição paradigmática manifesta-se também no plano societal global. O processo civilizatório instaurado com a conjunção da modernidade e o capitalismo, portanto, limitando as possibilidades de modernidade às possibilidades do capitalismo entrou num período final (SANTOS, 1999). Dois sintomas do esgotamento desse processo podem ser destacados: um refere-se à conversão do progresso em acumulação capitalista, transformando a natureza em mera condição

⁵ Dado a ausência de um nome do novo paradigma epistemológico Santos (1999, p.34) o denominou de “pós-moderno”.

de produção; o outro está ligado ao processo em que, quando o capitalismo confronta-se com suas crises endêmicas de acumulação, suas saídas são realizadas ampliando a mercadorização da vida, estendendo-a a novos bens e serviços e a novas relações sociais.

No plano sociopolítico, a transição paradigmática processa-se de forma diferente para Santos (1999). Segundo ele, ela vem sendo compreendida de dois modos antagônicos. Por um lado, há os que pensam que a transição reside numa dupla verificação; em primeiro lugar, que as promessas da modernidade, depois que esta deixou reduzir as suas possibilidades às do capitalismo, não foram e nem podem ser cumpridas; em segundo, depois de dois séculos de promiscuidade entre modernidade e capitalismo, tais promessas, muitas delas emancipatórias, não podem ser cumpridas em termos modernos nem segundo os mecanismos desenhados pela modernidade. Santos (1999, p. 35) argumenta que no tempo presente, e pela primeira vez no século XX, “a crise da regulação social corre de par com a crise de emancipação social”.

De outro lado, a segunda versão da transição é daqueles que pensam que o que está em crise final “[...] é precisamente a idéia moderna de que há promessas, objetivos trans-históricos a cumprir e, ainda mais, a idéia de que o capitalismo pode ser um obstáculo à realização de algo que o transcende”. (SANTOS, 1999, p. 35). Para Santos,

[...] o que quer que falte concluir da modernidade não pode ser concluído em termos modernos sob pena de nos mantermos prisioneiros da mega-armadilha que a modernidade nos preparou: a transformação incessante das energias emancipatórias em energias regulatórias. Daí a necessidade de pensar em descontinuidades, em mudanças paradigmáticas e não meramente subparadigmáticas (SANTOS, 1999, p. 93).

Ao analisar os desafios da pós-modernidade em sociedades periféricas e semi-periféricas, Santos (1999) adota a posição de que no caso da sociedade portuguesa, ela ainda tem que cumprir promessas da modernidade, mas tem de cumpri-las à revelia da teoria da modernização. Para ele existem duas importantes implicações a serem observadas: de um lado, as promessas da modernidade, como a distribuição de recursos com vistas aos problemas da desigualdade e a democratização política do sistema político democrático, necessitam ser cumpridas

em curto-circuito com as promessas emergentes da pós-modernidade; de outro, é preciso combater a ideia de que tudo o que as sociedades periféricas e semi-periféricas possuem de diferente das sociedades centrais seja sinal de atraso e que deve ser erradicado no processo de desenvolvimento.

Algumas das características que distinguem essas sociedades periféricas são intrinsecamente boas e devem ser valorizadas no processo de desenvolvimento. Essas características novas como, por exemplo, as práticas sociais dos agricultores familiares, sustentadas em valores de qualidade de vida, socialmente útil e em comunhão com a natureza, podem contribuir com a construção do paradigma emergente da pós-modernidade.

A problemática ambiental vivenciada atualmente emerge de uma crise de civilização que se encontra assentada na cultura ocidental, na racionalidade da modernidade e de uma economia globalizada (LEFF, 2006). Não se trata de uma

[...] catástrofe ecológica nem um simples desequilíbrio da economia [...] é a própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza, [...] da perda do sentido da existência que gera o pensamento racional em sua negação da outricidade. (LEFF, 2006, p.15)

A crise atual não se manifesta apenas pela falta de significação das palavras, a perda de referentes e a dissolução dos sentidos que o pensamento da pós-modernidade denuncia: “é a crise do efeito conhecimento sobre o mundo” (LEFF, 2006, p.16).

A crise da racionalidade moderna, antes de se apresentar como um problema no campo da epistemologia, já se evidenciava na sensibilidade da poesia e do pensamento filosófico (LEFF, 2006). Todavia, como destaca Leff, a crítica à razão do Iluminismo e da modernidade iniciada por diferentes correntes do pensamento⁶ “[...] não tem sido suficiente para mostrar a radicalidade da lei limite da natureza diante dos desvarios da racionalidade econômica” (1999, p.16). Essa crítica precisou mostrar-se no real da natureza, fora da ordem simbólica, para fazer justiça à razão. Não se trata apenas de uma crise funcional ou operativa da racionalidade econômica imperante, mas de seus fundamentos e das formas de conhecimento do

⁶ Pela crítica da metafísica (Nietzsche, Heidegger), pelo racionalismo crítico (Adorno, Horkheimer, Marcuse), pelo pensamento estruturalista (Althusser, Foucault, Lacan) e pela filosofia da pós-modernidade (Levinas, Deleuze, Guatarri, Derrida).

mundo. Frente ao questionamento da hipereconomização do mundo, do transbordamento da racionalidade coisificadora da modernidade, dos excessos do pensamento objetivo e utilitarista, Leff (2006) propõe a racionalidade ambiental.

Na análise da crise ambiental, preocupa-se Leff tanto na forma quanto no grau com que a racionalidade da modernidade vem

[...] intervindo no mundo, socavando as bases de sustentabilidade da vida e invadindo os mundos da vida das diversas culturas que conformam a raça humana, em uma escala planetária. [...] a racionalidade da modernidade está carcomendo suas próprias entranhas, como Saturno devorando a sua progênie, socavando as bases de sustentabilidade da vida e perversando a ordem simbólica que acompanha sua vontade ecodestrutiva” (LEFF, 2006, p. 17).

A crise ambiental não é apenas a passagem da modernidade à pós-modernidade, uma troca epistêmica marcada pelo pós-estruturalismo, o ecologismo e a desconstrução, a emergência de um mundo que vai além da natureza e da palavra. A crise ambiental inaugura uma nova relação entre o real e o simbólico, “[...] nos situa dentro do limite e da potência da natureza, na inauguração de sua relação com a ordem simbólica, a produção de sentidos e a criatividade da linguagem.” (LEFF, 2006, p.17). Ao se posicionar contrário a epopeia do conhecimento por apreender uma totalidade concreta, objetiva e presente, Leff (2006, p. 18) destaca que

a epistemologia indaga sobre a história do que não foi e do que ainda não é (externalidade denegada, possibilidade subjugada, outridade reprimida), mas que traçado a partir da potência do real, das forças que estão no jogo da realidade, e da criatividade da diversidade cultural, ainda é possível que seja. É a utopia de um futuro sustentável.

A racionalidade ambiental permite o desvelar dos círculos perversos, os aprisionamentos e encadeamentos que amarram as categorias do pensamento e os conceitos científicos ao núcleo da racionalidade de suas estratégias de dominação da natureza e da cultura. A contribuição da racionalidade ambiental permite desentranhar o efeito da racionalidade moderna, nas dimensões teórica, econômica e instrumental, na coisificação do mundo (Leff, 2006). Evidenciam-se as causas epistemológicas da crise ambiental, das formas de conhecimento que, ancoradas na metafísica e na ontologia do ente, chegam a desestruturar a organização

ecossistêmica do planeta e a degradar o ambiente. “[...] a ideologia do progresso e do crescimento sem limites topa com a lei limite da natureza, iniciando a ressignificação do mundo para a construção de uma racionalidade alternativa” (LEFF, 2006, p.18).

Na teoria de Leff, a racionalidade ambiental não se apresenta somente como um empreendimento filosófico e teórico, ela também se encontra enraizada em práticas sociais e em novos atores políticos. Trata-se de um processo que inclui a emancipação no que se refere à descolonização do saber submetido ao domínio do conhecimento globalizante e único, para “fertilizar saberes locais”, tornando possíveis novas maneiras de vida, através de uma “política do ser e da diferença” (LEFF, 2006, p.19).

Nas reflexões de Touraine (1996), interessa analisar a superação da imagem forte de uma sociedade em que o conhecimento do sistema social e a compreensão dos atores revelam uma correspondência perfeita, a liberdade do indivíduo e a sua participação na vida coletiva parecem indissociáveis.

Esse modo de representação da vida social entrou em crise há mais de meio século, na medida em que, por detrás de palavras demasiado vagas como sociedade e sistema social evidenciam-se formas de dominação, tanto de classe ou de Estado (TOURAINÉ, 1996). Para Touraine, Talcott Parsons reforçou a correspondência das análises do sistema e dos atores; a sociologia foi solidamente construída sobre noções complementares de instituição e de socialização e consolidadas pelo conceito de papel central. Essa construção da sociologia teve uma vida mais efêmera do que a da sociologia propriamente clássica.

O ator rebelou-se rapidamente contra o sistema,

[...] não aceitou definir-se pela sua participação social, denunciou o imperialismo irracional dos dirigentes, definiu-se mais pela sua história e pela sua cultura particular do que pelo seu grau de modernidade. (TOURAINÉ, 1996, p.8-9).

Ao rejeitar as regras da vida social o ator passa a procurar sua identidade, que pode efetivar-se no seio de pequenos grupos de consciência e expressão.

A partir do início dos anos 1980, deixa de existir uma representação dominante da vida social. As ideologias políticas e, em particular as nacionais, que definem o ator como cidadão e apregoam que o reforço da ação coletiva e a

conquista do poder do Estado comandam a libertação pessoal, “esboroaram-se e não suscitam mais do que indiferença ou rejeição” (TOURAINÉ, 1996, p. 9).

Surge a necessidade de substituir a representação da sociologia clássica por outra representação da vida social, esta com base nas noções de historicidade, de movimento social e de sujeito, tendo agora como objeto da sociologia as condutas e as relações sociais (TOURAINÉ, 1996). E sugere-se o afastamento das tentativas “ilusórias para analisar o ator sem qualquer referência ao sistema social ou, inversamente, para descrever um sistema sem atores” (TOURAINÉ, 1996, p. 11).

A construção de uma nova representação da vida social só se desenvolverá com a formação de novos atores e a organização de conflitos para a gestão da historicidade. Na sociologia clássica, os atores são apenas definidos como favoráveis ao progresso ou opondo-se a ele; portanto, o ator, primeiro foi ocultado pela lenda dos séculos, depois, é esmagado pelo determinismo econômico (TOURAINÉ, 1996).

A cultura, para Touraine (1996, p. 24), deixa de ser um quadro geral de relações sociais, um conjunto de valores e muito menos uma ideologia dominante, para ser tomada como

[...] um conjunto de recursos e de modelos que os atores sociais procuram gerir, controlar, de que se apropriam ou cuja transformação em organização social negociam entre si. As orientações são determinadas pelo trabalho coletivo, pelo nível de ação (de produção de si) que as coletividades consideradas exercem sobre si mesmas. (TOURAINÉ, 1996, p. 24)

Esse nível de ação social é designado por Touraine (1996) como nível de historicidade e manifesta-se tanto na ordem do conhecimento quanto na do investimento econômico ou da ética.

No que se refere à ética, a moralidade já não se define pela concordância com as regras e a superação de interesses e paixões, mas pela vontade de se afirmar e de se escolher a si mesmo, bem como de reconhecer os outros como pessoas, nas suas diferenças e na sua própria vontade de ser. As orientações culturais, que definem o campo da historicidade, são partilhadas pelos atores sociais, que disputam o seu controle (TOURAINÉ, 1996).

A sociologia da ação, ao recusar a explicação do ator pelo sistema social, “[...] vê em toda a situação o resultado das relações entre os atores, definidas pelas suas orientações culturais e pelos seus conflitos sociais” (TOURAINÉ, 1996, p. 25).

A noção de movimento social tem importância na abordagem teórica de Touraine não porque constitui uma resposta a uma situação, mas sim pelo questionamento da relação de dominação que permite ao ator gerir os principais recursos culturais disponíveis; ao mesmo tempo em que o ator é dependente de uma situação, ele participa na produção da referida situação (TOURAINÉ, 1996).

Na dinâmica do movimento social, evidenciam-se diferentes significados da conduta social e dos diferentes tipos de relações sociais em que o ator está inserido. Assim, foge-se das interpretações arbitrárias que pressupõem que tudo remete ao caráter capitalista e a sua modernidade.

O ator exerce um controle regulador e organizador sobre suas práticas sociais à medida que vive pessoalmente a historicidade. Ou seja, tem a capacidade de demarcar as formas e as normas de reprodução dos comportamentos e do consumo, para participar da produção de modelos culturais (TOURAINÉ, 1996). Quanto mais a vida social produz um nível de historicidade, mais o ator afirma a importância e os direitos da consciência. Só existe movimento social, conduta coletiva empenhada no conflito pela gestão da historicidade,

[...] se o ator possuir a capacidade de se sobrepor às meras reivindicações e mesmo às negociações políticas para se reconhecer e afirmar mais como produtor do que como consumidor da situação social, como capaz de a pôr em questão em vez de tão-só lhe responder. A vida social é antes de tudo definida pela ação autoprodutora e autotransformadora que as pessoas exercem sobre si mesmo por intermédio dos seus investimentos, dando a esta noção um sentido mais lato que o seu sentido puramente econômico, através dos conflitos pela gestão desses investimentos, pela consciência cada vez mais viva do actor-sujeito que se distancia dos produtos dos seus investimentos e reconhece-os como criações suas, reflete sobre a sua própria criatividade e forma para si como valor central o reconhecimento e a experiência de si mesmo como sujeito, e dos outros como seus semelhantes unicamente pela sua capacidade de serem sujeitos (TOURAINÉ, 1996, p. 28).

A unidade do sistema social é dada pelo campo onde se produz a historicidade, que aposta nos conflitos sociais e fundamenta-se na consciência do sujeito. O ator social não é nem o reflexo do funcionamento (ou das contradições) da

sociedade, nem a soma dos interesses e desejos individuais (TOURAINÉ, 1996). Da mesma forma que o ator não mais fala em nome da história, mas sim em seu próprio nome, como um sujeito determinado, um ator que reclama pela liberdade, pelo direito de ser ele mesmo, em suas lutas e negociações para dar uma forma social às orientações culturais que valoriza. Afastando-se de uma sociedade industrial e dos modos de pensamento que lhe eram próprios e entrando num tipo de situação social definida pela capacidade crescente que os atores, individual e coletivamente, têm de agir sobre si mesmos.

Assim, novos atores e novos conflitos sociais emergem, elegendo como tarefa sociológica a compreensão da conduta dos atores, exigindo uma “renúncia total à procura de leis da vida social” (Touraine, 1996, p. 47), sejam elas quais forem, leis da razão moderna ou leis do lucro.

A organização social passa a ser compreendida como o resultado de relações conflituais entre as forças sociais que lutam para garantir o controle dos modelos que a coletividade organiza de forma normativa.

Nos estudos sobre a realidade social, Long (2007) rompeu com as assertivas dominantes da antropologia estrutural-funcionalista. Corrobora com Touraine (1996) ao destacar que o conflito e a incompatibilidade das normas institucionais são aspectos inerentes à vida social. Destaca Long que os atores sociais possuem capacidade de negociação para construção de seus projetos, resultando em diversidade de respostas, individuais e coletivas, no universo social em que vivem.

Com a noção de orientação ao ator, Long (2007) enfatiza a importância de analisar os processos de desenvolvimento das ações dos atores sociais e não a partir dos discursos oficiais ou das definições normativas. Supera, portanto, as limitações teóricas e metodológicas do desenvolvimento que se apoiavam em várias formas de determinismo, linearidade e hegemonia institucional.

Ao sublinhar a perspectiva orientada ao ator, Long (2007) objetiva compreender como os atores sociais enfrentam-se numa série de lutas entrelaçadas por recursos e significações pelo controle e pela legitimidade institucional. Long incorpora o entorno sociocultural e a mediação com as comunidades epistêmicas como componentes essenciais na definição de situações e interesses dos atores sociais.

Enraizado na perspectiva de construção social, Long (2007) enfoca o fazer e o refazer da sociedade, mediante ações e percepções dos atores sociais, em processos emergentes e complexos que estão no extremo das condições evolutivas de arenas sociais diferentes. Processos que implicam em redes de relações, recursos e significações em diferentes padrões de organização. Desde contextos interativos de pequena escala a cenários mais globais que moldam a distância opções humanas e potencialidades. Todavia os próprios atores são os produtores de extensas cadeias e de repercussão da ação social e de seus impactos em componentes humanos e não-humanos (LONG, 2007).

Na perspectiva de construção social interessa, portanto, compreender as práticas sociais pelas quais os atores sociais e as redes de atores sociais comprometem-se e reproduzem seus mundos sociais e (inter)pessoais e coletivos. Não somente retrabalhando repertórios culturais existentes ou por conta aprendidas, se não também mediante as muitas maneiras em que os atores sociais improvisam e experimentam velhos e novos elementos e reagem segundo a situação e com imaginação, com conhecimento ou sem ele, as circunstâncias que encontram (LONG, 2007).

O interesse em analisar as práticas sociais dos atores apoia-se na convicção de que é pouco satisfatório basear a análise em conceitos de determinação externa, ainda que, conforme Long (2007), pode ser verdade que importantes mudanças estruturais sejam resultado de efeito de forças externas, devido à invasão do mercado, do Estado ou dos organismos internacionais. Todas as formas de intervenção externa introduzem-se necessariamente nos modos de vida dos indivíduos e dos grupos sociais afetados, contudo são mediados e transformados por esses mesmos atores e pelas suas estruturas sociais.

Para compreender a mudança social faz-se necessário uma perspectiva que enfatize a interação e a determinação mútua de fatores e as relações internas e externas e que seja capaz de reconhecer o papel central desempenhado pela ação humana e pela consciência (LONG, 2007). Essa constatação permite verificar as diferentes estratégias dos atores como criação deles mesmos, pois eles não figuram como simples categorias incorpóreas ou destinatários passivos da intervenção externa, são participantes ativos que recebem e interpretam informações e desenham estratégias em suas relações com o mercado. As diferentes condutas dos

atores sociais, dotadas de significados, emergem como resultado de interações, negociações e lutas sociais que têm lugar entre os diversos atores, pois eles são capazes de processar e sistematizar suas experiências e atuar a partir delas (LONG, 2007).

De acordo com o exposto nesta parte, compartilha-se com o pressuposto de que os atores sociais, ao tomarem consciência do efeito deculturativo da sociedade centrada no mercado, implementam condutas objetivando estabelecer outros sentidos às suas práticas sociais. Os atores sociais, por meios de suas práticas sociais atribuem outras significações às suas condutas, revelando outros sentidos em suas ações. De modo que se recusam a permanecer limitados a condutas guiadas pela lógica da sociedade moderna centrada no mercado.

Ao desenvolverem suas experiências de vida e de produção, os atores sociais lutam para ser percebidos em suas maneiras particulares de conduzir suas ações e para ter acesso ao universal. Engajamento que se expressa num esforço de (re)construção da modernidade, de rompimento com a sua forma mais ambiciosa, que, ao agir conforme as suas leis, a humanidade caminha, simultaneamente, em direção à abundância, à liberdade e a à felicidade.

Os atores sociais ao desenvolverem suas práticas sociais questionam, portanto, a correspondência entre a ação humana e a ordem do mundo, que repousa sobre um princípio único do triunfo da modernidade. Rompem com a perspectiva de identificar a modernidade como a um modo particular de modernização, o modo capitalista, que se define por sua extrema economia da ação econômica e vivenciam uma maneira não convencional em seus projetos de produção e de estilo de vida. Apresentam-se como sujeitos no universo em que se inserem, orientam-se por condutas que os revela responsáveis por si mesmos perante a sociedade e o meio ambiente.

Não se trata de rejeitar a racionalidade instrumental-produtivista inerente à ciência social dominante, mas ter a clareza de que ela não oferece uma ideia completa da modernidade. De acordo com Touraine (1994), ela esconde sua outra metade: a emergência do sujeito humano como liberdade e como criação, reconhecido como ator de seu projeto. A modernidade também triunfa com a conduta humana regulada pela consciência, e não mais pela busca de uma conformidade com à ordem do mundo.

Diferentes formas de conhecimento (paradigmas epistemológicos) estão vinculadas, de modo específico, com diferentes práticas sociais, com outras maneiras de viver a vida e organizar a produção. Condutas outras que podem, por um lado, romper a perspectiva de mercadorização da vida, de uma coisificação do ser e, por outro, de perceber a natureza não somente como mera condição de produção, promovendo uma superexploração do meio ambiente natural.

É possível uma dinâmica social que se desenvolve com a formação de novos atores sociais e de novos conflitos na gestão da historicidade, num movimento social que permite aos atores gerirem os principais recursos culturais disponíveis, evidenciando-se, dessa forma, diferentes significados da conduta social dos atores nos diversos vínculos de relações com a sociedade e com o meio ambiente, resultando numa diversidade de respostas, individuais e coletivas. A questão referente à racionalidade dos atores sociais será objeto de reflexão a seguir.

2.2 Racionalidades modernas e construção social dos significados

Ao fazer um julgamento crítico do capitalismo e da sociedade de massa, Max Weber chocava-se com a maneira como a sociedade fazia a reavaliação do significado tradicional de racionalidade (RAMOS, 1989). Weber não era um fundamentalista no sentido que explicava o mercado e sua lógica específica como síndrome de uma época singular: “[...] a história, segundo ele [Weber], não iria encerrar seu curso com o advento dessa época” (RAMOS, 1989, p. 4).

Enquanto autores modernos, como Adam Smith, negligenciaram o caráter precário da lógica de mercado, Max Weber o interpreta como um requisito funcional de um determinado sistema social episódico. Sem qualquer compromisso dogmático com a racionalidade gerada pelo sistema capitalista, Weber salientou que a racionalidade formal e instrumental (*Zweckrationalität*) é determinada por uma expectativa de resultados, ou “fins calculados” (WEBER, 2002). A racionalidade substantiva, ou de valor (*Wertrationalität*), é determinada independentemente de suas expectativas de sucesso e não caracteriza nenhuma ação humana interessada na construção de um resultado ulterior a ela (WEBER, 2002).

Nessa conformidade, Weber descreve a burocracia como empenhada em funções racionais, no contexto peculiar de uma sociedade capitalista centrada no

mercado, e cuja racionalidade é funcional e não substantiva. A racionalidade substantiva constitui um componente intrínseco do ator humano.

Embora a ciência social moderna em geral deixe de distinguir suficientemente entre a racionalidade funcional e a racionalidade substantiva, ambas constituem categorias fundamentais de duas concepções distintas da vida humana associada à abordagem teórica de Ramos (1989). Tal necessidade de distinguir para o autor deve-se ao fato de que a ciência social e o desenho dos sistemas sociais exclusivamente baseados na concepção moderna de razão, conforme analisado em 2.1, são desprovidos de validade científica.

Diferente dos tempos de Hobbes e de Weber, hoje, é mais difícil pôr de lado a viabilidade de uma teoria substantiva, “porque agora é evidente que o relativismo no tocante a valores conduziu a vida associada a um beco sem saída, intelectual e espiritual” (RAMOS, 1989, p. 26). No diálogo com Weber, Ramos evidencia que ele desejava um tipo de ciência social fortemente comprometida com uma tarefa peculiar a uma determinada época. Ao fazer a distinção entre racionalidade formal (ou funcional) e racionalidade substantiva Weber sugeria que uma, ou a outra, poderia servir de referência para a elaboração técnica (Ramos, 1989). Escolheu Weber, no entanto, desenvolver um tipo de teoria baseado, sobretudo, na noção de racionalidade funcional (ou formal).

Três qualificações evidenciadas por Ramos (1989) contribuem para realçar as distinções entre a teoria substantiva e a teoria formal da vida humana associada. A primeira, uma teoria da vida é substantiva quando a razão, no sentido substantivo, é sua principal categoria de análise. E, na medida em que a razão substantiva é entendida como uma categoria ordenativa, a teoria substantiva passa a ser uma teoria normativa de tipo específico:

Os conceitos da teoria substantiva são conhecimentos derivados *do* e *no* processo da realidade, enquanto os conceitos da teoria formal são apenas instrumentos convencionais de linguagem, que descrevem procedimentos operacionais (RAMOS, 1989, p. 27).

Na segunda, uma teoria substantiva é algo que existe há muito tempo e seus elementos sistemáticos podem ser encontrados nos trabalhos dos pensadores de todos os tempos, passados e presentes, harmonizados ao significado que o senso comum atribui à razão, embora nenhum deles tenha jamais empregado a expressão

razão substantiva. É graças às peculiaridades da época moderna, através das quais o conceito de razão foi escamoteado pelos funcionalistas de várias convicções, que nos dias atuais é necessário qualificar o conceito como *substantivo*, “[...] que constitui a essência da forma política da vida, e também, o requisito essencial para o suporte de qualquer bem regulada vida humana associada em seu conjunto” (RAMOS, 1989, p. 27).

Karl Polanyi, fundador da teoria econômica substantiva, assinala que os conceitos formais, extraídos da dinâmica específica do mercado, na melhor das hipóteses, são válidos como instrumentos gerais de análise e de formulação dos sistemas sociais apenas numa sociedade capitalista, durante um período em que o mercado esteja relativamente livre da regulação política (RAMOS, 1989).

Os adeptos da teoria econômica formal alegam que esses conceitos formais são universalmente válidos. Polanyi corretamente, segundo Ramos, afirma que, uma vez que a economia sempre esteve “engastada na sociedade”, a sociedade capitalista tem que ser entendida como um caso excepcional e não como um padrão para avaliar a história geral e econômica (RAMOS, 1989, p. 28). Os teóricos políticos da fase pré-moderna não precisavam acentuar esse aspecto porque nunca estiveram expostos à semelhante condição. Diziam a mesma coisa que Polanyi quando preconizava que a vida gregária do homem precisava ser politicamente regulada.

A terceira e última qualificação é a de que a teoria substantiva, tal como concebida por Ramos (1989), envolve uma superordenação ética da teoria política sobre qualquer eventual disciplina que focalize questões da vida humana associada.

Existe um círculo vicioso ligando a ciência social à disposição moderna, de acordo com Ramos (1989), cuja sedução continua a ser tão eficaz que a maioria das pessoas toma, de fato, decisões sobre si mesmas e sobre os problemas sociais, de acordo, acima de tudo, com os pressupostos característicos dessa disposição. Para ele, a perda do senso comum pela disposição moderna constituiu a essência do que ele se propõe a chamar de síndrome comportamentalista⁷. A identificação dessa síndrome como uma deformação, mais do que sùmula da natureza humana, é

⁷ Ramos (1989, p. 53-68) realiza uma discussão analítica de quatro traços principais da síndrome comportamentalista: a) a fluidez da individualidade; b) o perspectivismo; c) o formalismo; d) o operacionalismo. Indica as conexões entre os traços e a mentalidade imposta pelo mercado.

essencial para compreender os alicerces psicológicos da antiga e da nova forma da organização.

Nos esforços para o desenvolvimento de uma nova teoria das organizações, pois a em voga não consegue proporcionar uma compreensão exata da complexidade da análise e desenho dos sistemas sociais, Ramos (1989, p.50) destaca que uma teoria da organização não se baseia em sistemas cognitivos inerentes a qualquer tipo de organização existente, “[...] mas antes faz a avaliação das organizações em termos da compreensão da conduta geralmente adequada a seres humanos, levando em consideração tanto requisitos substantivos como funcionais”.

Para explicitar o reducionismo psicológico da atual teoria da organização, Ramos (1989, p.50-51) considera importante distinguir comportamento e ação. O comportamento

[...] é uma forma de conduta que se baseia na racionalidade funcional ou na estimativa utilitária das conseqüências, uma capacidade – como assinalou Hobbes – que o ser humano tem em comum com os outros animais. Sua categoria mais importante é a conveniência. Em conseqüência, o comportamento é desprovido de conteúdo ético de validade geral. É um tipo de conduta mecanomórfica, ditada por imperativos exteriores. Pode ser avaliado como funcional ou efetivo e inclui-se, completamente, num mundo determinado apenas por causas eficientes.

Em contraposição, a ação “é própria de um agente que delibera sobre coisas porque está consciente de suas finalidades intrínsecas. Pelo reconhecimento dessas finalidades, a ação constitui uma forma ética de conduta” (RAMOS, 1989, p. 51). Para o autor, os seres humanos são levados a agir, a tomar decisões e a fazer escolhas porque causas finais, e não apenas causas eficientes, influem no mundo em geral. Diante desse argumento, a ação baseia-se na estimativa utilitária das conseqüências, quando muito, apenas por acidente.

A síndrome comportamentalista é uma disposição socialmente condicionada, que afeta “a vida das pessoas quando estas confundem as regras e normas de operação peculiares a sistemas sociais episódicos [como o capitalismo] com regras e normas de sua conduta como um todo” (RAMOS, 1989, p. 52).

A ofuscação do senso pessoal de critérios adequados à conduta humana, de modo geral, tornou-se uma característica básica das sociedades industriais

contemporâneas, que tentam criar um tipo nunca visto de vida humana associada, ordenada e sancionada pelos processos autorreguladores de mercado. Na análise de Ramos, a experiência foi bem sucedida na medida em que o mercado tornou-se força histórica e social abrangente, mas também mostrou-se conveniente à “escalada e à exploração dos processos da natureza e para a maximização da inventiva e das capacidades humanas de produção” (1989, p. 52). Com tal experimento o indivíduo ilusoriamente obteve melhora material em sua vida, no entanto, pagou por ela com a perda do senso pessoal de auto-orientação. A isenção do mercado da regulação política deu origem, conforme Ramos (1989, p. 52), a “uma sociedade em que o puro cálculo das consequências substitui o senso comum do ser humano”.

É impróprio considerar como ciência social formal aquela se baseia na noção comportamental do ser humano (RAMOS, 1989). Essa ciência trata de socialização, de aculturação e de motivação como se os padrões do bem fosse inerentes a tal sociedade. Consoante Ramos, o bom homem nunca é um ser inteiramente socializado, mas antes, “um ator sob tensão, cedendo ou resistindo aos estímulos sociais, com base em seu senso ético” (1989, p. 52), pois os processos sociais não regulados do mercado jamais podem gerar uma boa sociedade. Tal sociedade só pode resultar das deliberações de seus membros em busca da configuração ética, substantiva, de sua vida associada (RAMOS, 1989).

Diversamente da racionalidade formal, a racionalidade substantiva nunca poderá ser confinada num enunciado interpretativo. É somente por meio da livre experiência da realidade e de sua precisa articulação que a racionalidade substantiva poderá ser compreendida. Ela está sempre em elaboração, em cada época crescendo e expandindo o legado milenar de percepções da natureza humana e da vida humana associada (RAMOS, 1989).

A sociedade centrada no mercado e o caráter social que produz são eventos históricos recentes, consumados em uns poucos países do Ocidente, e tal transformação não pode ser considerada como o único caminho que esses países poderiam ter tomado.

As limitações que a ecologia impõe à produção e ao consumo deixam os alicerces ideológicos da ciência social convencional cada vez mais a descoberto. Para Ramos (1989, p. 199), a produção não assume apenas uma questão técnica,

mas uma questão moral, porquanto “[...] a produção não é apenas uma atividade mecanomórfica, é também um resultado da criativa satisfação que os homens encontram entre si mesmos”.

A necessidade de alargar a compreensão da racionalidade para além de sua matriz eurocêntrica, com sua pretensão universalista, é analisada por Leff (2002; 2006; 2009). Suas reflexões apontam para múltiplas matrizes de racionalidades enquanto um potencial criativo da humanidade. Para ele, a racionalidade ambiental está sendo gestada na reapropriação social da natureza, em lutas que são, ao mesmo tempo, epistêmicas e políticas. Essa racionalidade emerge “no questionamento da hipereconomização do mundo, do transbordamento coisificador da modernidade, dos excessos de pensamentos objetivos e utilitaristas” (LEFF, 2006, p. 16).

A condição de existência do homem vai tornando-se mais complexa não só quando a temporalidade da vida enfrenta a erosão de suas condições ecológicas e termodinâmicas de sustentabilidade, mas também quando se abre para o futuro por meio “do poder do desejo, da vontade de poder, da criatividade da diversidade, do encontro com a outricidade e da fertilidade da diferença” (LEFF, 2006, p. 18).

A crítica ecológica à racionalidade econômica é radical; ela emerge da constatação de que a dinâmica econômica implica um processo de transformação de massa e energia, regidas pela segunda lei da termodinâmica, resultando em processo de degradação entrópica que não pode ser evitado. O processo econômico encontra-se inserido num sistema ecológico aberto, mas finito, ficando sujeito às leis da natureza. Isso quer dizer que todo processo produtivo transforma recursos de baixa entropia em dejetos de alta entropia (LEFF, 2006).

Sua manifestação é visível nos índices crescentes de degradação dos ecossistemas complexos dos quais dependem a conservação da biodiversidade e a regeneração de recursos renováveis provenientes da energia solar; de contaminação com a produção de dejetos que ultrapassam a capacidade de diluição dos ecossistemas terrestres, aéreos e aquáticos; e da degradação da matéria e energia, manifesta no aquecimento global do planeta (LEFF, 2006).

Diante do ritmo positivo de crescimento da economia global fica evidente para Leff (2006) que não existe solução meramente tecnológica para uma economia sustentável a não ser a criação de outra racionalidade produtiva. Essa outra

racionalidade necessita permitir um equilíbrio entre a produção neguentrópica de biomassa a partir da fotossíntese e a transformação entrópica dos recursos finitos do planeta. A produção em grande escala que promove a globalização econômica dominante não compensa, se comparada a vantagens do comércio internacional e do mecanismo de desenvolvimento limpo, a destruição dos ecossistemas, a destruição das práticas tradicionais, a vulnerabilidade, o risco ecológico e a insegurança econômica frente os ziguezagues do mercado mundial.

A diversidade cultural e a diversificação de estilos de desenvolvimento atuam como um princípio conservacionista que desativa os efeitos ecodestrutivos da produção em grande escala para o mercado globalizado (LEFF, 2006).

A implementação de propostas da economia ecológica e da tecnologia para submeter o sistema econômico aos ecossistemas sustentáveis enfrenta as condições ecológicas para promover a sustentabilidade a partir de seus próprios mecanismos.

Nos marcos da racionalidade predominante “a única saída possível seria uma estratégia de decrescimento; mas, a racionalidade econômica, diferentemente das sementes *terminator*, não tem inscritos em seu “código genético” os mecanismos de sua própria desativação” (LEFF, 2006, p. 229).

As políticas neoliberais, estabelecidas para recuperar e manter o crescimento econômico sustentado, negam as leis da termodinâmica, “a desconstrução da racionalidade econômica seria tão quimérica como tentar transformar um avião supersônico em pleno vôo em um helicóptero capaz de aterrissar neste mundo antes de estatelar-se contra o tempo” (LEFF, 2006, p.229,231).

Da mesma maneira, conforme destacado por Ramos (1989), Leff (2006, p. 231) evidencia que a economia formal não se mostrou como “uma disciplina capaz de delimitar seu campo de conhecimento, de acolher outras racionalidades, de abrir-se à alteridade e à alternativa”. Pelo contrário, apresentou-se como uma razão totalitária que se expande e globaliza, impondo um processo de racionalização que vai penetrando em todas as esferas da vida social e da ordem ecológica. A economia, devido a sua natureza, transpõe o campo da produção para capitalizar a natureza e a cultura.

Frente à constatação de que o crescimento econômico não é sustentável e de que a racionalidade que o sustenta não contém os mecanismos para sua

desativação, Leff (2006; 2002) evidencia a necessidade de construir outra racionalidade produtiva que possa operar de acordo com os princípios da sustentabilidade. Portanto, corrobora com a proposição de Ramos (1989) e Santos (1999) sobre a necessidade da construção de outra racionalidade.

Para Leff (2002), a racionalidade ambiental deve operar sobre a base dos potenciais ecológicos do planeta, do poder do saber, da ciência e tecnologia, e das formas culturais de significação da natureza. Esse novo paradigma produtivo, fundado sobre bases de racionalidade ambiental, implica uma estratégia de desconstrução da racionalidade econômica predominante. Os atores sociais necessitam ser capazes de mobilizar processos políticos que possam conduzir a transformações produtivas e do saber objetivando obter os propósitos da sustentabilidade, mais do que por meio de normas que possam impor-se ao capital e aos consumidores para reformar a economia (LEFF, 2006).

Diante um cenário de diversidade cultural, soberania nacional e autonomias locais, Leff (2006, p. 233) destaca que essa nova ordem sustentável não emergirá pela globalização do mercado, mas por meio de processos socioculturais nos quais se definam estratégias de apropriação, uso e transformação da natureza, numa dinâmica em que a economia global seja reconstruída com a articulação de economias locais sustentáveis. Processos estes que implicam encontro de diversas racionalidades, certamente algo mais complexo, porém mais viável como estratégia de sustentabilidade do que os ditames do mercado.

A racionalidade econômica desenvolveu uma estratégia de poder para legitimar seu princípio de racionalidade fundado num modelo cientificista da modernidade. Então, ela não apenas define como racional a conduta dos atores sociais que se regem pelas motivações do mercado, da lucratividade e da utilidade, como também visa deslegitimar os demais modos de organização social orientados por outros valores (LEFF, 2006). Nesse cenário, as práticas tradicionais, as demandas das comunidades locais e das sociedades não-capitalistas, nos discursos apologéticos da globalização econômica, emergem como direitos e valores, todavia carentes de racionalidades. Para os apologéticos, a racionalidade que orienta a conduta dessas sociedades “tradicionais” (aspas de Leff) não se institui por meio de leis objetivas de seu mundo ideal e material, “embora, em toda a organização cultural, o real seja incorporado nos mundos de vida dos sujeitos sociais através de

processos de significação, de racionalização e de produção de sentidos, em diferentes códigos culturais” (LEFF, 2006, p. 235).

Lutas de resistência dos povos emergem para não se submeter às regras homogeneizantes do mercado globalizado que visa instalar a soberania do consumidor no lugar da soberania dos povos (LEFF, 2006). Essas lutas sustentam-se em princípios como regras de coesão e solidariedade social e os imaginários coletivos que definem as necessidades e desejos das pessoas dentro das organizações culturais diferenciadas. Assim, lutam para não serem reduzidos a elementos de um “capital humano” (aspas de Leff), a dissolver seus valores e estilos de vida. Portanto, surge uma crítica à racionalidade econômica a partir da ética, evidenciando o caráter irredutível dos princípios de autonomia, solidariedade e autossuficiência à razão reducionista do mercado. Nesse sentido, para Leff,

[...] a reivindicação da qualidade de vida no debate ambiental vai mais além da percepção economicista sobre a produção e administração do ócio e do tempo livre. O desenvolvimento sustentável não apenas está guiado pela racionalidade do equilíbrio ecológico, mas pela “finalidade” do prazer e do gozo, o que dá maior complexidade ao significado da produção e do consumo. O bem-estar, devorado pelo desejo, não se esgota nem na acumulação de bens nem na frugalidade do consumo, mas sim na qualidade de vida derivada de processos de significação cultural e em sentidos subjetivos de valor da vida (2006, p. 236).

É a partir desses aspectos que se estabelece uma crítica da racionalidade ambiental à racionalidade da modernidade no esforço de valorizar outros princípios de produtividade e de convivência socioambiental. Torna-se evidente que as práticas cotidianas, os sentimentos, os saberes empíricos e as tradições, os mitos e os ritos “constituem diferentes matrizes de racionalidade que dão coerência e sentido às diferentes formas de organização cultural” (LEFF, 2006, p. 237). Abre-se, desse modo, a possibilidade de pensar futuros alternativos e de gerar outros valores e princípios produtivos para construir novos sentidos civilizatórios, desde a valorização do diverso e do qualitativo.

Importante retomar que, para Leff, a racionalidade ambiental apresenta-se como um processo de produção teórica e de transformações sociais. É uma categoria que

[...] aborda as relações entre instituições, organizações, práticas e movimentos sociais, que atravessam o campo conflitivo do ambiente e afetam as formas de percepções, acesso e usufruto dos recursos naturais, assim como a qualidade de vida e os estilos de desenvolvimento das populações. Esse conjunto de processos sociais - em que se entrelaçam as relações entre as formações teóricas e ideológicas, a produção de saberes e conhecimentos, a organização produtiva e as práticas sociais induzidas pelos valores do ambientalismo - orienta as ações para construir uma nova racionalidade social e para transitar uma economia global sustentável (LEFF, 2006, p. 241-242).

Assim, a construção de uma racionalidade ambiental é um processo político e social que ocorre, dentro outros aspectos, pela confrontação e concertação de interesses, pela reorientação de tendências, como consumo, padrões tecnológicos, pela ruptura de obstáculos epistemológicos e barreiras institucionais, pela inovação de conceitos, método de investigação e conhecimentos e pela construção de novas formas de organização produtiva (LEFF, 2006, p. 242-248). Também exige a necessidade de introduzir reformas no Estado para canalizar a participação da sociedade na gestão dos recursos, para incorporar normas ao comportamento econômico, para produzir técnicas para controlar os efeitos contaminantes e dissolver as externalidades sociais e ecológicas resultantes da racionalidade moderna; esta, fundada no cálculo econômico, na formalização, no controle e na uniformização dos comportamentos sociais e na eficiência dos seus meios tecnológicos.

A racionalidade ambiental, segundo o pensamento de Leff (2006), não se apresenta como a expressão de uma lógica ou de uma lei (do valor, do mercado, da entropia). Ela é resultante de um conjunto de normas, significados, interesses, valores e ações que não ocorre fora das leis da natureza, mas que a sociedade não se limita simplesmente a imitar. Em sua dimensão substantiva, ou seja, segundo os valores que normatizam as condutas sociais, ela necessita considerar: o direito de todos os seres humanos ao pleno desenvolvimento de suas capacidades, a um ambiente sadio e produtivo e ao desfrute da vida em harmonia com seu ambiente; os direitos dos povos à autogestão de seus recursos naturais para satisfazer suas necessidades e orientar suas aspirações de acordo com os valores culturais; a preservação da base de recursos naturais e do equilíbrio ecológico; o valor da diversidade biológica, a heterogeneidade cultural e a pluralidade política; a eliminação da pobreza e da miséria extrema; a abertura da globalização econômica

para uma diversidade de desenvolvimento, fundado nas condições ecológicas; a construção de um pensamento complexo; a descentralização do poder e o fortalecimento da autogestão das comunidades e a autodeterminação tecnológica dos povos, com a produção de tecnologias ecologicamente adequadas e culturalmente apropriáveis (LEFF, 2006).

Ao tratar sobre uma política pós-moderna, no contexto de uma transição paradigmática destacada na parte anterior, Boaventura de Sousa Santos (1999) argumenta que a idéia moderna de racionalidade global da vida social e pessoal desintegrou-se em uma quantidade indeterminada de minirrationalidades ao serviço de uma irracionalidade global, inabarcável e incontrolável. Questiona-se sobre a possibilidade de reinventar as minirrationalidades da vida de modo a que elas deixem de ser partes de um todo e passem a ser totalidades presentes em múltiplas partes. Para ele, “[...] é essa a lógica de uma possível pós-modernidade de resistência” (SANTOS, 1999, p. 102).

A pujança do capitalismo gerou dois efeitos complementares: por um lado, “esgotou o projeto da modernidade, por outro lado, fê-lo de tal modo que se alimenta desse esgotamento e se perpetua nele”. Produziu um vazio global que não pode ser preenchido no contexto do paradigma da modernidade. Santos (1999, p. 102) destaca a análise realizada por Hirschman (1977, p.132⁸) e diz que ele está com a razão quando argumenta que o

[...] capitalismo não pode ser criticado por ser repressivo, alienante e unidimensional em contraste com os seus princípios fundamentais porque, ao contrário, o capitalismo realizou precisamente o que dele se esperava, ou seja, reprimir a variedade humana e produzir uma personalidade humana menos multifacetada, menos imprevisível e mais unidimensional.

Para Santos (1999) o projeto da modernidade esgotou-se e as promessas cumpriram-se tanto em excessos quanto em déficits irreparáveis; e, mais, são eles, os excessos e os déficits que constituem a contemporaneidade atual e, a partir deles, é preciso imaginar o futuro e criar as necessidades radicais cuja satisfação o tornará diferente e melhor do que o presente.

As práticas e os processos sociais que passam a ocupar o vazio deixado pelo projeto da modernidade não podem ser orientadas em termos modernos devido a sua conjunção com o capitalismo; portanto, devem ser estar orientadas à revelia da

⁸ HIRSCHMAN, Albert. **The passions and the interest**. Princeto University Press, 1977.

teoria da modernização, superando dessa forma, tanto o uso da natureza como mera condição de produção quanto a mercadorização da vida (SANTOS, 1999). Assim, a racionalidade, que orienta as práticas sociais a serem valorizadas nos processos de desenvolvimento em favor do paradigma emergente, deve estar sustentada em valores de qualidade de vida, socialmente útil e em comunhão com a natureza.

É necessário uma “dupla ruptura epistemológica” (SANTOS, 1999), possibilitando que o conhecimento científico transforme-se num novo senso comum, com a criação de saberes. Tais conhecimentos devem intervir em favor do humano e privilegiar o próximo em detrimento do real, pois o conhecimento moderno assenta-se na representação, ou seja, na criação e isolamento de um outro (objeto).

A teoria crítica pós-moderna apresenta-se como afirmativa na medida em que busca incessantemente alternativas que ocorrem pelo caminho da reciclagem das realidades, estas contidas no imenso depósito que a própria modernidade foi acumulando. O reencantamento do mundo, para Santos (1999), exige a inserção criativa da novidade utópica no que se encontra mais próximo, cultivando novos interesses, práticas emancipatórias concretas, tendo a consciência do excesso ao “não desejar tudo o que é possível só porque é possível” bem como a consciência do déficit ao “aprendemos a desejar também o impossível”.

Para Santos (1999), o desafio está em (re)construir um arquipélago de racionalidades locais, quer existentes, quer potenciais, pois quanto mais global for o problema, mais locais e mais múltiplas devem ser as soluções.

A (re)construção das diferentes racionalidades de que destaca Santos remete a necessidade de compreender “o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (Sen, 2000:17). Torna-se importante considerar as liberdades instrumentais que os sujeitos possuem para (re)construir suas condutas.

As liberdades estão condicionadas a determinantes, como as disposições sociais e econômicas, por exemplo, acesso aos mecanismos de comércio, as tecnologias e a vínculos de sociabilidade.

Na perspectiva de Sen (2000) o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade. O que as pessoas conseguem realizar é influenciada por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e

por condições habilitadoras. Ao mencionar sobre o papel do mercado, como parte do processo de desenvolvimento, Sen observa a privação de liberdade no acesso ao mesmo.

A perspectiva de Seniana possibilita investigar o processo de desenvolvimento integrando considerações socioeconômicas, políticas e culturais. O exercício da liberdade, conforme Sen (2000), é mediada por valores que, por sua vez, são influenciados por discussões públicas e interações sociais, que são elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação.

A visão de liberdade adotada envolve tanto os *processos* que permitem a liberdade de ações e decisões quanto as *oportunidades* reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. A expansão da liberdade é considerada *o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento* (Itálicos de Sen). Respectivamente, referem-se ao papel constitutivo e o papel instrumental da liberdade no desenvolvimento.

O papel constitutivo relaciona-se á importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. Ela inclui capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem com as liberdades associadas a saber ler e escrever, liberdade de expressão, etc. Nessa perspectiva constitutiva, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades básicas: é o processo de expansão das liberdades humanas.

O papel instrumental da liberdade concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos⁹ contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para o desenvolvimento em geral. Na visão desenvolvimento como liberdade de Sen (2000), as liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade global que as pessoas, direta e indiretamente, têm para viver como desejariam.

Cinco tipos distintos de liberdades, vistos de uma perspectiva instrumental, são investigadas particularmente nos estudos empíricos: as liberdades políticas,

⁹ O entitlement, traduzida como “intitamentos”, de uma pessoa é representado pelo conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa. Em uma economia de mercado com propriedade privada, o conjunto de entitlement de uma pessoa é determinado pelo pacote original de bens que ela possui (denominada de dotação) e pelos vários pacotes alternativos que ela pode adquirir, começando com cada dotação inicial, por meio de comércio e produção (denominados seu *entitlement* de troca) (SEN, 2000, p. 53-54).

referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, as possibilidades de fiscalizar e criticar autoridades, de ter liberdade de expressão etc.; as facilidades econômicas, são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca, disponibilidade de financiamento e o acesso a ele pode ter uma influência crucial sobre os intituamentos que os agentes econômicos são efetivamente capazes de assegurar; as oportunidades sociais, são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Elas são importantes para uma participação mais efetiva em atividades econômicas; as garantias de transparência, referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar (confiança): a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza; e a segurança protetora, necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria (em alguns casos até mesmo a morte).

Para Sen (2000, p. 29), o desenvolvimento necessita estar relacionado com a melhora da vida que as pessoas levam e das liberdades que desfrutam. Portanto, expandir as liberdades não só torna a vida mais rica e mais desimpedida, mas, também, “permite que sejamos seres sociais mais completos (...), interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo”.

Nos anos de 1960, vários autores de formação neoclássica desenvolveram estudos objetivando responder à questão relacionada ao processo de integração das unidades de produção familiares ao mercado, de maneira a elevar sua renda e, presumivelmente, seu bem estar, como também promover a oferta de produtos agrícolas à sociedade. De acordo com Abramovay (2007), os problemas concentravam-se na questão dos motivos do subdesenvolvimento e das perspectivas e políticas necessárias para sua superação. Diante dessa constatação, a compreensão da racionalidade da produção familiar poderia fornecer elementos importantes à política de desenvolvimento econômico.

Três modelos de análise da racionalidade da produção familiar com base nos estudos de Abramovay (2007) serão valorizados neste estudo. O primeiro modelo é apresentado por Theodore Schultz (1965); para ele, o agricultor familiar orienta suas práticas sociais de forma tal que não se diferencia de uma empresa moderna no que

diz respeito à racionalidade econômica, celebrada na expressão de pobres, mas eficientes.

Os agricultores tradicionais assumem um sistema coerente e racional de uso dos fatores produtivos com um funcionamento praticamente perfeito. Essa perfeição está enraizada na eficiência e na maximização do lucro (SCHULTZ,1965). Da relação entre os insumos dos quais os agricultores dispõem e os resultados econômicos, a conduta deles se manifesta como equivalente à das empresas modernas. Conforme Abramovay (2007. p. 93), “é perfeitamente legítimo que se faça abstração de todo o conteúdo cultural e até psicológico envolvendo a ação dos indivíduos: seu resultado traduz a conduta maximizadora de lucros”. Essa questão corrobora com as contribuições aportadas por Ramos (1989), quando, em sua reflexão, explicita a síndrome comportamentalista dos indivíduos.

Além de ser capaz de utilizar seus instrumentos de maneira a obter a maior quantidade possível de produto, o agricultor, em sua estratégia, considera também o nível relativo dos preços, de forma a minimizar os custos e maximizar os resultados da produção. Dessa forma, o agricultor comporta-se de maneira eficiente tanto sob o ângulo técnico quanto sob o da eficiência alocativa.

A eficiência alocativa é um conceito bem determinado na microeconomia e refere-se à “capacidade de utilizar os fatores produtivos de maneira a encontrar a maior quantidade possível de produtos e, também, (sem o que não há eficiência) escolher entre os fatores – por definição – escassos aqueles que correspondem ao menor preço e/ou que propiciem a maior renda” (ABRAMOVAY, 2007, p. 93).

Na perspectiva de Schultz, mesmo considerando que o agricultor familiar tem o trabalho como um recurso básico de que dispõe, qualquer trabalho adicional e que represente esforço com retorno insuficiente não será utilizado pela família; da mesma forma, “é impensável que o agricultor deixe de esforçar-se para obter a situação ótima que, no quadro de recursos que ele dispõe, pode alcançar” (ABRAMOVAY, 2007, p. 93).

Não existe conservadorismo no comportamento do agricultor tradicional, o lucro é o móvel do agricultor, é uma aspiração universal dos agentes econômicos que, “em princípio, no pensamento econômico básico é tão aplicável a países

pobres como a países ricos” (SALOMON, 1977, p.16¹⁰, apud ABRAMOVAY, 2007). Não adianta o agricultor trabalhar mais com retornos permanentemente decrescentes quando utiliza somente terra, enxada e estrume. Somente máquinas e insumos de origem industrial, combinados com um sistema de pesquisa e extensão (voltados precisamente para este tipo de modernização) podem elevar a produtividade do trabalho e, também, permitir a liberação de trabalho agrícola do estabelecimento familiar, sem com isso representar uma queda na oferta de produtos agrícolas.

O segundo modelo é proposto por Michael Lipton (1968), por meio de um artigo, em que procura contestar a perspectiva construída por Schultz (1965). Os agricultores adotam condutas que visam a maximização de seu bem-estar, para isso definem os meios para o seu alcance e consideram o contexto em que se inserem para alcançar o objetivo. Assim, sua conduta não se orienta pela maximização do lucro, implementando uma racionalidade diferente e alternativa à de maximização do lucro.

Os agricultores não se orientam como se fossem empresas, há diferenças de riscos existentes entre ambos. Em qualquer sociedade mercantil, existe um grau de incerteza ligado às atividades econômicas, entretanto, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, mais que incerteza, os agricultores operam com a idéia de risco. Desse modo, os agricultores familiares buscam garantir um nível mínimo de resultado econômico, suficiente para a subsistência da família. Essa decisão do agricultor precede sobre o uso dos fatores na perspectiva da eficiência alocativa.

Os agricultores familiares, ao levarem em conta o fator risco, agem a partir da conduta de aversão ao risco, assumindo um comportamento maximizador de oportunidades de sobrevivência, considerando o ambiente ecológico e social hostil a essa sobrevivência (LIPTON, 1968). Desse modo, levam em consideração, em primeiro lugar, as oscilações climáticas, pois estas não permitem que as decisões de investimentos dos agricultores apoiem-se numa média previsível de situações naturais. Isso tem grande importância pelo fato de que os agricultores não podem permitir-se a obter uma quantidade de produto abaixo do mínimo necessário à sua sobrevivência. Portanto, se houver, em torno dos ganhos adicionais possíveis riscos

¹⁰ SALAMON, B. M. **Agricultores de baixa renda**: um estudo de seu comportamento em relação à alocação do tempo. São Paulo, FEA/USP, 1977.

de perdas que impliquem redução da produção aquém da subsistência, eles não optam por maximizar seus lucros.

Outros aspectos como os sociais e os institucionais contribuem para bloquear a conduta de maximização de lucros: toda inovação pode envolver certo risco, este é mais grave para a família que vive dentro do limite estreito da subsistência, no qual o prejuízo da colheita significa fome (GALBRAITH, 1979¹¹, apud ABRAMOVAY, 2007); a precariedade da informação sobre os preços reflete um mercado imperfeito em que os elementos materiais da produção não são simplesmente fatores produtivos passíveis de uma equivalência mercantil; as regras sociais ligadas à herança refletem mais a busca pela segurança do que a rentabilidade.

As incertezas climáticas, as imperfeições do mercado e as regras sociais e institucionais são fatores que impedem o funcionamento das mais elementares normas da competição perfeita. Esses aspectos fazem com que um agricultor otimizador busque algoritmos de sobrevivência e não de maximização (LIPTON, 1968). Tem-se, portanto, uma imagem da racionalidade e da capacidade maximizadora do agricultor familiar bastante diferente da racionalidade Schultziiana (ABRAMOVAY, 2007). Para aqueles agricultores com uma conduta econômica regida pela aversão ao risco existirá, evidentemente, um espaço técnico no interior do qual é possível uma alocação dos próprios fatores da agricultura tradicional de forma a promover o seu crescimento.

Por fim, o terceiro modelo importante no processo de tomada de decisão da família está relacionado ao nível de consumo da família, a fusão entre a unidade de produção e a de consumo. A microeconomia voltou sua análise para cada um desses aspectos constitutivos do agricultor tradicional, o trabalho fornecido pela família e a renda (monetária ou não) derivada. Partindo da idéia chayanovista de campesinato, o equilíbrio microeconômico da relação entre as necessidades de consumo da família e o trabalho necessário para isso, três estudiosos propuseram modelos sobre o comportamento do agricultor em relação à aversão à penosidade do trabalho, Mellor (1963), Sen (1966) e Nakagima (1969).

São os fatores internos que determinam seu desempenho produtivo, fundamentalmente a contraposição entre o produto marginal do trabalho e seu custo. Enquanto as necessidades básicas da família não forem atingidas haverá disposição

¹¹ GALBRAITH, J. K. **A natureza da pobreza das massas**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.

para grandes sacrifícios no trabalho, embora haja retorno econômico muito baixo (ABRAMOVAY, 2997). Porém, quando obtidas as necessidades elementares, a estimativa realizada em torno da utilidade de bens adicionais cai e aumenta a aversão à penosidade do trabalho. Diferentemente do que ocorre no modelo de Schultz, em que a produtividade marginal dos fatores orienta as decisões de investimentos dos agricultores, neste modelo a

[...] produtividade marginal é objeto de uma avaliação subjetiva cuja base não são os preços de mercado, mas sim o imenso esforço despendido para se atingir a produção de subsistência e, portanto, a tendência a renúncia a este esforço tão logo as necessidades básicas tenham sido alcançadas (ABRAMOVAY, 2007, p. 102)

Esse equilíbrio permanece inalterado enquanto o comportamento da família for determinado por causas fundamentalmente endógenas. Contudo, essa racionalidade de agricultor tradicional pode ser alterada de forma significativa quando da existência de um mercado de trabalho, pois o esforço familiar adquire outro parâmetro de comparação, considera o custo de oportunidade. Nessa situação, as necessidades básicas podem ser obtidas não mais com base no trabalho no interior da unidade produtiva, mas da venda da força de trabalho. Nesse cenário, Abramovay (2007) destaca que a unidade de produção camponesa deixa de ser exclusivamente a fusão entre o empreendimento produtivo e a família consumidora.

Além destes três modelos, estratégias de autonomia emergem, por parte dos agricultores familiares, como ações de contestação ao modelo de agricultura da modernização. Para Almeida (1994, p. 212-213), a (busca de) autonomia se encontra “no coração das principais manifestações em favor de uma agricultura “alternativa” ou “diferente”, buscando traçar uma das vias essenciais na direção da possibilidade de um projeto alternativo de agricultura”. Em seus aspectos, conforme ele, a autonomia é objeto de reivindicações, de proposições ou de aspirações contra uma determinada organização do trabalho, a dominação da racionalidade moderna, um processo de modernização que induz a um crescimento que destrói os equilíbrios naturais fundamentais, aumenta as desigualdades e impõe uma corrida acelerada e esgotante em direção às mudanças.

Os agricultores esforçam-se para atingir uma coerência no processo moderno de produção e reabilitar a exploração enquanto um lugar/espço de

coerência social. Ao dividir as estratégias dos agricultores segundo alguns grandes eixos, que se entrecruzam, Almeida (1994) destacou as aquelas que buscam: ultrapassar a ruptura entre as funções de produção e aquelas de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas; transgredir a ruptura/clivagem entre o agrícola e não-agrícola; incorporar novas produções ao sistema tradicional, com uma diversificação que passa por vezes por um amplo leque de produtos visando se assegurar da “entrada” de renda ao longo do ano; integrar as atividades agrícolas à vida familiar; recuperar de tecnologias e procedimentos mais tradicionais que visam uma melhor adaptação da mão-de-obra disponível às condições de trabalho, um maior respeito ao meio ambiente e um aumento das rendas; a auto-organização, desembocando num sistema de solidariedade (cooperativas, associações) para fazer frente às dificuldades crescentes da produção, da comercialização e da vida no meio social rural. De acordo com Almeida (1994) é importante que os atores sociais que lutam pela autonomia, como uma disputa conflitual, a percebam na perspectiva de orientá-la em direção de uma nova concepção da vida social, como um projeto social.

Corroborando com as reflexões de Leff (2006; 2002) Romeiro (1998) destaca que a sociedade, em que pese os avanços da ciência e da tecnologia, defronta-se com problemas sociais e ambientais. Ao refletir sobre a questão da modernização e o seu dilema entre conservação do ecossistema agrícola e produção abundante e barata de alimentos, observa que a crise que se abateu sobre a agricultura dos principais países capitalistas avançados levou pesquisadores a uma redescoberta da racionalidade das práticas agrícolas tradicionais.

Como essa agricultura tradicional havia aprendido empiricamente a valorizar os recursos existentes dentro do espaço agrícola, Romeiro (1998) sugere o retorno dessa racionalidade com base no que existe de mais avançado em matéria de conhecimentos científicos e tecnológicos, “[...] a partir da concepção de tecnologias agrícolas fundadas no manejo inteligente das próprias forças da natureza” (ROMEIRO, 1998, p.15). Idéia esta que se encontra no centro do conceito de ecodesenvolvimento construído por Sachs (1980) e aplicado à agricultura, destaca Romeiro (1998, p. 15).

O progresso científico e tecnológico oferece, mais do que no passado, a possibilidade de “fazer a natureza trabalhar para os homens”, por meio de práticas

agrícolas que articulam plenamente as complementariedades e simbioses existentes entre animais e vegetais (ROMEIRO, 1998, p. 16). Desse modo, valoriza-se uma concepção de sistemas de produção com maior “valor adicionado biológico” (ROMEIRO, 1998, p. 16). As práticas agrícolas baseadas na lógica da modernização desperdiçam esse potencial, fazendo o uso intensivo de fontes exógenas de energia e nutrientes.

As opções abertas pelo desenvolvimento científico e tecnológico permitem mais do que uma racionalidade produtiva, contudo o sucesso das diferentes racionalidades produtivas encontra-se dependente mais diretamente da ação do Estado na implementação de políticas públicas de apoio e, em última instância, da evolução da opinião pública (ROMEIRO, 1998).

As transformações estruturais que ocorrem na agropecuária brasileira estão em interface com o desenvolvimento científico e tecnológico ligado ao setor (GEHLEN, 2001). Em suas reflexões, Gehlen evidencia que duas tendências simultâneas, distintas, e por vezes conflitantes, disputam as demandas dos agricultores no que se refere às pesquisas e às tecnologias. Uma busca, de forma crescente, circunscrever a produção agropecuária como segmento especializado, intensivamente tecnificada e altamente dependente. Também conhecida como produção moderna convencional, “é demandante de conhecimentos e de competências profissionais específicas, especializadas, cuja competitividade está diretamente vinculada à sustentabilidade econômica garantida pela produtividade” (GEHLEN, 2001, p. 74). Para essa tendência, a disputa por recursos e por políticas específicas junto ao Estado é feita através das vias institucionais e do poder político constituído.

A outra tendência visa à redefinição de um modelo tecnológico,

[...] cuja competitividade garanta as condições de reprodutibilidade sustentável sociocultural, econômica e ambiental, no tempo e no espaço, cuja autonomia se assenta na interação, através de redes organizativas dos sistemas produtivos e dos produtores e através de políticas de desenvolvimento. Nesse modelo a qualidade (do trabalho, do produto, do ambiente, da ocupação do espaço, etc) é prioritária, demandante de conhecimentos e de competências profissionais diversificadas e abrangentes (GEHLEN, 2001, p. 74).

Segundo essa tendência, a disputa por recursos e por políticas específicas dá-se principalmente através das lutas e mobilizações sociais, que desenvolvem

consciência e práticas coletivas de planejamento como processo assumido pelas sociedades locais e/ou regionais. O Estado desempenha papel central na fonte de recursos e como gerador de políticas tanto para uma tendência quanto para outra. Desse modo, Gehlen (2001) corrobora com Romeiro (1998) sobre a importância do Estado no apoio à diversidade das maneiras de promover a agricultura familiar.

Os agricultores, ante os impactos sociais provocados pelas transformações tecnológicas e pelo processo de reestruturação produtiva, promovem um processo de (re)elaboração da noção de competitividade, incorporando as dimensões de qualidade e produtividade (GEHLEN, 2001). Conforme Gehlen, os diferentes enfoques construídos sobre a noção de competitividade correspondem as diferentes racionalidades dos sistemas produtivos e das relações de trabalho. Com base nos estudos, Gehlen (2000) evidenciou o conflito entre a racionalidade competitiva das agroindústrias do setor que priorizam a produtividade e a racionalidade competitiva dos produtores que tendem a priorizar a reprodução social e a sustentabilidade social, econômica e ambiental, objetivando a melhoria da qualidade de vida.

Ao estudar as estratégias dos agricultores familiares inseridos num faxinal paranaense, Floriani et al. (2008) observaram que as atividades produtivas tradicionais desses produtores estão cedendo lugar aos monocultivos comerciais intensivos sob a lógica da modernização. Os ajustes em curso dos sistemas produtivos implementados pelos agricultores visam à reprodução social e à sustentabilidade social das famílias. Dois aspectos da conduta dos agricultores é relevante destacar. Um diz respeito às estratégias produtivas das famílias que combinavam, num mesmo estabelecimento familiar, práticas sociais sob a racionalidade produtivista ao lado de outras práticas com racionalidade substantivo-tradicional. As últimas são “ [...] as práticas e ideótipos de agricultura tradicional, representada pelos policultivos, criações extensivas e os extrativismos florestais seletivos” (FLORIANI et al., 2008)

O segundo aspecto da conduta desses agricultores faxinalenses está relacionado ao processo de ressignificação das práticas produtivas. Isso quer dizer que as práticas ligadas à modernização da agricultura são ressubjetivadas pelas famílias, considerando aspectos sociais e geocológicos e incorporadas, segundo o *habitus* da comunidade (FLORIANI et al., 2008). Para os pesquisadores, as mudanças tecnológicas não apontam necessariamente para a substituição das

práticas tradicionais pelas da racionalidade da modernização da agricultura e tão pouco para a universalização destas últimas. O saber-fazer local mostra-se ainda operacional, não podendo ser substituído pela tecnociência. Desse modo, o fenômeno de transformação identitária e cognitiva pode ser explicado também como um “processo de resistência de uma determinada organização cultural à dominação e à assimilação de influências de formações sociais externas” (FLORIANI et al., 2008, p.19).

Para compreender as motivações e os significados da conduta dos atores sociais buscar-se-á aporte teórico em Weber (2002), nos conceitos de ação social e racionalidade social. A ação social é assumida como uma conduta humana dotada de um significado subjetivo, dado por aquele que executa, que orienta sua prática social.

A racionalidade social é definida como um sistema de regras de pensamento e de conduta dos atores sociais que ocorrem no interior de uma estrutura econômica, política e cultural determinada, legitimando um conjunto de ações e conferindo um sentido à organização da sociedade em seu conjunto. Tais regras orientam um conjunto de práticas e processos sociais para certos fins, enquanto uma construção social, refletindo-se em suas normas morais, suas crenças, seus arranjos institucionais e em seus padrões de produção (LEFF, 2006, p. 243).

Com o conceito de racionalidade social, Weber abriu a possibilidade de incorporar ao estudo da conduta dos agricultores familiares modernos uma multiplicidade de motivações e de significações presentes nas práticas sociais.

Por fim, faz-se necessário trazer elementos teóricos sobre a agricultura familiar. Na sociedade moderna, a agricultura familiar apresenta-se como uma realidade multiforme e uma categoria genérica (WANDERLEY, 1999; GEHLEN, 2001); a diversidade de situações específicas e particulares de formas sociais é resultante da sua capacidade de adaptação nos contextos socioeconômico e ambiental onde se insere. Agricultura familiar não é uma categoria social recente e, ao reproduzirem-se, os agricultores familiares obrigam-se a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social (WANDERLEY, 1999). Para Lamarche (1993, p. 14), “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade”.

Para uma delimitação conceitual da noção de agricultores familiares modernos, destacam-se duas vertentes de análise. Uma considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas; e, outra argumenta ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas (ALTAFIN, 2007).

Tendo como base a situação europeia, a primeira vertente menciona que não há significado buscar as origens históricas do conceito estabelecendo uma relação com a agricultura. Desse modo, Abramovay (1992, p.22,127) destaca que uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado com capacidade de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais “não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa. [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida, converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho”.

De acordo com Abramovay, ganha importância na definição conceitual os ambientes sociais, econômicos e culturais em que se inserem os agricultores, pois a própria racionalidade de organização familiar não depende da família em si mesma, “mas, ao contrário, da capacidade de que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve” (ABRAMOVAY, 1992, p.23). Segundo ele, de uma categoria social que estava fadada a decomposição no processo de expansão do capitalismo, na teoria dos clássicos marxistas, converteu-se no seu expoente mais saliente. Esses agricultores, para Abramovay (1997), não são nem capitalistas e nem camponeses, ocupam eles uma posição própria na estrutura de classes no meio rural.

Por outro lado, enfatiza-se o fato de que as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com as formas anteriores, ao contrário, há uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Nessa vertente, e a partir do caso brasileiro, destaca-se o estudo de Wanderley (1999, p. 52), ao considerar que o agricultor familiar moderno inserido ao mercado “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças”. Para

Lamarche (1998, p. 314), pode-se constatar que “o estabelecimento familiar moderno funciona sensivelmente como o estabelecimento de tipo camponês, com mais técnica e mais necessidades”. O fato dos agricultores familiares implementarem práticas como a produção para o consumo, a reutilização de produtos na unidade de produção, fazer pouco endividamento financeiro e realizar práticas de ajuda mútua, entre outras, distante de significar um atraso tecnológico isso, constitui estratégias de adequação às condições adversas do meio em que se inserem.

Para esta tese, os agricultores familiares modernos são definidos como aquela forma social de produção em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo; e as transformações vivenciadas pelos vínculos entre esses agricultores e o mercado apresentam graus variados de rupturas com relação à agricultura familiar tradicional.

2.3 Identidades socioprofissionais: experiências construídas nas trocas

Nesta parte do capítulo, a identidade social é analisada como um fenômeno do processo de mudança que está sacudindo as estruturas e os processos centrais das sociedades modernas. A presente tese analisa, como segunda hipótese, a (re)construção das identidades socioprofissionais dos agricultores familiares a partir do processo de socialização no mercado. A identidade emerge como um sistema de representações e de recursos simbólicos que orienta as condutas dos indivíduos a partir das suas experiências sociais.

A identidade é um conceito complexo e ainda muito pouco desenvolvido e compreendido na ciência social contemporânea (HALL, 2006). Reforça essa questão o crítico cultural Kobena Mercer pois para ele, “[...] a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990, p. 43¹² apud HALL, 2006).

Mudanças estão ocorrendo com relação à concepção sociológica clássica de identidade. Em sua concepção clássica, a identidade é formada na “interação entre

¹² MERCER, A. Welcome to the jungle. In: RUTHERFOR, J. (Org). **Identity**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

o eu e a sociedade” (HALL, 2006, p.11). De acordo com Hall, a noção de sujeito sociológico reflete

[...] a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com outras pessoas importantes para ele, que mediavam para os sujeitos os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava.

De acordo com essa perspectiva, o indivíduo tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real” (aspas de Hall), mas este forma-se e modifica-se na relação contínua com os mundos culturais “exteriores” (Idem) e as identidades que esses mundos ofertam. Portanto, na medida em que os indivíduos projetam-se nessas identidades culturais e internalizam seus significados e valores, contribuem para alinhar seus sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupam no mundo social e cultural e “[...] a identidade, então, costura o sujeito à estrutura” (HALL, 2006, p.12). Tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que os indivíduos habitam tornam-se ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.

Entretanto, de acordo com Hall (2006), são exatamente essas coisas que nos dias atuais estão mudando. Para ele, aquele sujeito previamente vivido que se percebia como tendo uma identidade unificada e estável, está fragmentando-se, agora composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Esse processo faz emergir o sujeito pós-moderno, definido como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente (HALL, 2006, p. 12).

A identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais os indivíduos são representados ou interpelados pelos sistemas culturais que os rodeiam (HALL, 2006). Ela é definida historicamente e não biologicamente. Esse processo encontra-se ligado ao caráter da mudança na modernidade tardia, pois as sociedades modernas são, por definição, sociedade de mudanças constantes, rápidas e permanentes.

Diferentemente do que ocorre nas sociedades tradicionais em que, conforme Giddens (1991, p. 44) “o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações”, com o advento da modernidade a reflexividade assume um caráter diferente. A reflexividade é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão

constantemente refratados entre si. Na vida social moderna, além das experiências de convivência com mudanças rápidas, abrangentes e contínuas, a reflexividade consiste no fato de que

[...] as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim, constitutivamente seu caráter. [...] a todos os aspectos da vida humana, inclusive a intervenção tecnológica no mundo material (GIDDENS, 1991, p. 45).

Outra reflexão sobre a natureza da mudança da identidade é oferecida por Ernesto Laclau (1990¹³) citado por Hall (2006). O conceito de deslocamento é utilizado por Laclau para dizer que uma estrutura deslocada é aquela cujo centro é deslocado, não substituído por outro, mas por uma pluralidade de centros de poder. As sociedades modernas, no pensamento de Laclau, não têm nenhum centro, nenhum princípio articulador ou organizador único e não se desenvolvem de acordo com o desdobramento de uma única “causa” ou “lei” (HALL, 2006). Diante dessa constatação, a sociedade está constantemente descentrada ou deslocada por forças de si mesma, distante da perspectiva de que ela se produz por meio de mudanças evolucionárias a partir de si mesma. Esse deslocamento, para Laclau, possui características positivas na medida em que desarticula as identidades estáveis do passado e, também, abre possibilidades para novas articulações, a criação de novas identidades e a produção de novos sujeitos.

A preocupação quanto à complexidade do conceito de identidade também é reforçada por Wautier (2001, p. 49) como “[...] um conceito nômade, no sentido em que há um vaivém entre as diferentes disciplinas”, o interesse é multidisciplinar. Para ela, seja qual for a abordagem, “[...] a identidade aparece como um sistema de representações, de recursos simbólicos que orienta as condutas, uma dinâmica construída nas trocas” (2001, p. 50). Trata-se de “mundos construídos mentalmente pelos indivíduos a partir de sua experiência social” (DUBAR, 1991, p. 107¹⁴ apud WAUTIER, 2001).

Os sistemas de representações e o processo de socialização para Wautier (2001, p. 50-52), contribuem para compreender “as diferentes lógicas constitutivas

¹³ LACLAU, Ernesto. **New reflections on the resolution o four time**. Londres: Verso, 1990.

¹⁴ DUBAR, C. **La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles**. Paris: Colin, 1991.

de identidade” que se apresentam sobre modalidades complementares, que não são impermeáveis, mas imbricadas umas às outras. A primeira é a identidade pessoal tomada como um “sentimento pessoal de sua identidade”; um sistema de representações que possibilita ao sujeito projetar-se numa “continuidade existencial” e construir um significado que preserva o apreço por si mesmo. Ela é o que o singulariza, o que permite ser reconhecido.

A segunda é a identidade coletiva, “constituída por um sistema de representação compartilhado, pela elaboração coletiva do projeto”. Esta identidade permite que a pessoa atue enquanto ator coletivo, portanto, trata-se da identidade que é percebida nas relações sociais. Os movimentos sociais são exemplos de identidades coletivas.

A terceira é a identidade social e pode ser definida como socialmente reconhecida. Ela resulta de duas formas de identificações sociais: uma pelo indivíduo que se atribui características de seu grupo; outra, realizada pelo meio no qual vive o indivíduo e que lhe atribui algumas características; é a ação pela qual os indivíduos são identificados, reconhecidos.

Independente da lógica utilizada e da modalidade sob a qual aparece a identidade, o que surge mesmo como fio condutor é que a identidade “constrói-se sobre a capacidade de elaborar, mas também de reconhecer projetos enraizados numa história pessoal e social” (WAUTIER, 2001, p. 53).

A busca de identidade supõe a “regulação de projetos”, que são “socialmente definidos numa rede de interações e de instituições múltiplas” (TAP, 1986, p. 8, 249¹⁵ apud WAUTIER, 2001).

Diante da complexidade do conceito de identidade, Wautier (2001, p. 53-56), ao analisar diversos autores, destacou três dimensões essenciais, associadas umas às outras. A primeira é a dimensão do espaço: a identidade é influenciada em termos de espacialidade, portanto, constrói-se numa relação com o contexto onde se inserem, com os segmentos sociais desse meio que “podem variar à medida que os indivíduos sentem-se mais ou menos implicados”. Desse modo, a identidade de um indivíduo pode mudar à medida que passa de uma organização para outra, ou seja, toda a organização produtora de vínculo social é suscetível de gerar processo identitário.

¹⁵ TAP, P. (Org). **Actes Du colloque production et affirmation de l'identité**. Toulouse: Privat, 1986.

A segunda diz respeito ao tempo e compreende dois elementos: o biográfico e o “projeto” (aspas de Wautier). O aspecto biográfico considera o movimento das socializações anteriores, pois a primeira identidade “é antes de tudo uma herança: étnica, social e cultural, história familiar que vai modelar, através de rupturas e continuidades [...]” (p. 54). A identidade não é apenas “transmitida por uma geração à seguinte, ela é construída por cada geração com base nas categorias e posições da geração anterior, mas também das estratégias identitárias” (p. 54). O “projeto” como elemento da identidade permite ao sujeito viver numa “continuidade existencial”, por meio de suas aspirações, tenta permanecer ele próprio. Isso significa que a identidade é um processo sempre em movimento, não está fixa nem é definitiva.

A terceira dimensão é a relacional: a identidade delinea-se numa experiência vivida, numa trajetória, e constrói-se nas trocas. De acordo com a Wautier (2001), trata-se de “um movimento constante de pêndulo entre si mesmo e os outros, um movimento contraditório feito de identificação e distanciamento, de integração e de oposição” (p. 55). Trocas que se caracterizam pelo compromisso entre o que “o indivíduo quer ser e a imagem que os outros têm ou esperam dele; entre identidade reivindicada, que se traduzirá em relação de adesão ou de conflito, e seu reconhecimento por outrem” (p. 56).

A experiência social, no pensamento de Dubet, é a atividade, o trabalho pelo qual o indivíduo pode construir uma identidade social quando articula as diversas lógicas de ação nas quais está engajado. A diversidade das lógicas de ação e as exigências de individualização que se encontram nas condutas sociais atuais são as formas tomadas pela experiência social moderna, mencionadas por Weber e Simmel (DUBET, 1994¹⁶, apud WAUTIER, 2003). De acordo com Dubet, a fragmentação da experiência social era o fundamento mesmo da modernidade, em contraposição à homogeneidade funcional e à institucionalização das condutas.

De acordo com Wautier (2003), Dubet concebe o sistema social como uma justaposição de grandes tipos de sistemas: a comunidade, o mercado e o sistema cultural. Cada um dos sistemas é fundado numa lógica própria e a experiência social é o resultado de uma articulação aleatória entre estas três lógicas, autônomas e não hierarquizadas. A primeira é a lógica da integração; nela o ator é definido pelos seus

¹⁶ DUBET, François. **Sociology de l'expérience**. Paris: Sustentável, 1994.

vínculos com a comunidade, é a lógica de ação da sociologia clássica. A identidade “é “adscrição”, submissão pela interiorização de valores institucionalizados através de papéis” (WAUTIER, 2003, p. 182). O ator é reconhecido na medida em que está integrado, as relações sociais são caracterizadas pela oposição entre “eles” e “nós”. O outro é definido pela diferença e o que fundamenta a ação são os valores. Na lógica de integração, as condutas de crises são consideradas como patológicas, como falhas na socialização e na integração ao sistema, pois os indivíduos têm como objetivo manter a continuidade de sua identidade.

A segunda, a lógica da estratégia em que a identidade “é um recurso, um meio, num mercado concorrencial” (WAUTIER, 2003, p.183). Ela vincula-se ao conceito de status, “o ator é reconhecido na medida em que ele pode, em que tem recursos para influenciar os outros a partir da posição que ele ocupa” (p.183). Conforme Wautier (2003), não se trata mais de uma posição social, mas de posição “relativa”, pois depende das oportunidades e dos recursos disponíveis nessa posição. A identidade é um meio para atingir determinados fins, “e a integração é substituída pela regulação: as regras do jogo” (p. 183). Dessa forma, as relações sociais são definidas em termos de concorrência, de rivalidade de interesses individuais ou coletivos. Nessa ação está em jogo o poder, os atores vão definir seus objetivos, identificar o que lhes é útil, enfrentar a concorrência com os outros, construir estratégias para influenciar os outros.

A última das três lógicas refere-se à subjetivação como lógica do sujeito. Ela é uma atividade crítica, diferenciando-se das demais lógicas, da integração e da estratégica. No âmbito da identidade, o ator é, na qualidade de sujeito, “[...] capaz de se distanciar de si mesmo e da sociedade” (WAUTIER, 2003, p. 184). Sua identidade é definida como um engajamento “permitindo a ele de se perceber como o autor de sua própria vida” (WAUTIER, 2003 citando DUBET, 1994, p. 128). O conflito social é a luta contra a alienação; esta é tomada “no sentido da impotência, do sentimento de não ser nada mais do que espectador de sua própria vida” (WAUTIER, 2003, p. 184). O que se encontra em jogo, nesta lógica, é a cultura, compreendida como definição histórica do sujeito e não mais apenas como valor que sustenta a sociedade, funda a moral e a ordem. Nesta lógica, os atores encontram-se diante de uma postura crítica em que denunciam a alienação e a dominação. A alienação, retoma Wautier (2003, p. 184), entende-se como “privação da capacidade

de ser sujeito”, como desencantamento que “esvazia a experiência social de seu sentido, através da racionalidade instrumental”.

De acordo com Wautier (2001, 2003), as contribuições de Dubar e Dubet destacam que o trabalho desempenha papel de grande importância na construção identitária, pois as identidades são, ao mesmo tempo sociais e profissionais. Trata-se de um momento decisivo de reconhecimento - pelos outros - das competências e de construção de si e de seu projeto, esta é uma dimensão de profissionalidade (WAUTIER, 2001). A formação, tanto a inicial quanto a continuada, na composição da trajetória social e profissional do indivíduo, tem um lugar de importância também na construção das identidades.

A afirmação da identidade socioprofissional, para Gehlen (2007, p. 7), transforma “a identificação genérica (agricultor familiar) em referência específica, reconhecida socialmente e concretizada pela competitividade resultante da atividade”. Ela é definida pelas atividades que o indivíduo “[...] sabe fazer ou quer saber fazer com qualidade e competência profissional, pois, através dela, ganha prestígio e status, ou seja, reconhecimento social” (GEHLEN, 2007, p. 7).

As identidades socioprofissionais devem ser percebidas como patrimônio sociocultural (GEHLEN, 2007, p. 7); são um potencial de desenvolvimento, não se apresentando como um entrave ou estorvo.

Assume-se, para efeitos desta tese, que a construção da identidade socioprofissional ocorre a partir do processo de socialização e de representações, no qual os agricultores (indivíduos) atribuem-se propriedades de seu grupo. A identidade é realizada pelo meio no qual vive o indivíduo e que lhe atribui algumas características. É a ação pelo qual os indivíduos são identificados e reconhecidos no processo relacional, por suas capacidade de elaborar e de reconhecer projetos enraizados numa história pessoal e social.

3 O UNIVERSO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES

No presente capítulo, realiza-se uma descrição do contexto socioeconômico, político e ambiental do universo social em que vivem os agricultores familiares modernos estudados. Na descrição, são priorizadas as variáveis selecionadas para o presente estudo. As características das regiões são destacadas de forma individualizada e ampla, contemplando dados e informações mais gerais e relevantes para o propósito desta tese.

Os dados e os aspectos aqui apresentados contribuem de forma relevante na construção da tipologia dos agricultores familiares modernos bem como são importantes na construção do capítulo que trata sobre condutas e práticas agrícolas dos agricultores (capítulo 4).

Este capítulo está dividido em quatro partes. A primeira (3.1) são destacados os dados e as informações referentes à dinâmica ocupacional, produtiva e de comercialização dos agricultores das duas regiões em estudo.

Na segunda parte (3.2) são analisadas as tecnologias produtivas utilizadas pelos agricultores familiares no âmbito do Estado do Paraná com o propósito de verificar a diversidade tecnológica existente na agropecuária.

A terceira parte (3.3) objetiva descrever as diversas formas de organização econômica-associativas utilizadas pelos agricultores para interagir com o mercado; e, por fim, na quarta parte (3.4) é descrita a dinâmica das lutas sociais vivenciadas por segmentos dos agricultores familiares como instrumento de resistência para permanecerem na atividade agrícola.

3.1 A dinâmica ocupacional, produtiva e de comercialização do sudoeste e do oeste paranaense

A região Sudoeste está localizada no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área que corresponde a 6% do território estadual. A região faz fronteira a Oeste com a República Argentina e ao Sul com o Estado de Santa Catarina; e constituída por 44 municípios, entre os quais se destacam Pato Branco e Francisco Beltrão.

O processo de ocupação do espaço Sudoeste foi marcado por uma intensa luta pela posse da terra, notadamente na década de 1950. A ocupação ocorreu no bojo da última onda de povoamento que se expandiu pelo território paranaense, avançando no sentido Sul-Oeste do Estado (IPAERDES, 2004), composta, em grande medida, por correntes migratórias provenientes dos estados sulinos.

Colonos gaúchos e catarinenses fizeram uso do sistema de produção da policultura combinado com a criação de suínos, substituindo, progressivamente, a prática de pousio pelas colheitas anuais (IPARDES, 2004). Sua base produtiva assentava-se inicialmente na exploração da madeira remanescente, no cultivo de lavouras alimentares e na criação de animais destinados à subsistência. Portanto, somente no transcorrer da década de 1950 desenvolveu-se o movimento de dinamização e de integração da região Sudoeste ao restante do Estado.

Os agricultores do Sudoeste, no período entre 1950 e 1970, desfrutaram de relativa prosperidade. Nesse período, as unidades de produção familiar eram mais homogêneas em suas técnicas, nas quantidades produzidas e na forma como era explorado o trabalho agrícola. Tinham, portanto, em sua base técnica, maior independência do mercado, possibilitada por fatores como a propriedade da terra, trabalho num solo fértil, agricultores com uma tradição de economia mercantil e um mercado de produtos em expansão (ABRAMOVAY, 1981).

Conforme IparDES (2004), a região apresenta terrenos com declividade de 0 a 10% em 55% da área total distribuída em toda sua extensão. Essa área, portanto, é considerada apta para uso agrícola (lavoura e pastagem). O relevo ondulado, que ocorre em 30% da área, com declividade de 10 a 20% e distribuído por toda a região, é considerado apto para agricultura não-mecanizada e reflorestamento, apresentando restrições ao uso de mecanização agrícola devido à vulnerabilidade erosiva. Em 15% da área da região, o relevo é fortemente ondulado entre 20 e 45%, apresentando-se inapto para agricultura mecanizada e com restrições severas para agricultura não-mecanizada.

No que se refere ao relevo para fins agrícolas, a região caracteriza-se por apresentar solos com baixa produção decorrentes de problemas de erosão (IPARDES, 2004). Áreas consideradas potencialmente aptas para a agricultura, consideradas na categoria boa, ocorrem em apenas 10% da região e estão

distribuídas nos municípios de Santa Izabel do Oeste e Pranchita e em área parcial de São João, Sulina e Saudades do Iguacu.

A região teve uma redução nos recursos florestais; atualmente, corresponde a 6% da área de cobertura original da mesorregião, devido ao desmatamento ocorrido, decorrente da ocupação do território e da exploração seletiva de algumas espécies vegetais de interesse econômico. Conforme Ipardes (2004), o total da área florestal ainda existente representa 3% da cobertura florestal do Estado, posicionando a região na penúltima posição entre as demais quanto à contribuição florestal do Paraná.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a conjugação de fatores como a fertilidade dos solos, a produção de excedentes agrícolas, a instalação de uma (ainda que incipiente) estrutura viária e a regularização da propriedade das terras, entre outros, desencadeou um processo continuado de modernização/intensificação da base produtiva com desdobramentos que se entendem até hoje (IPARDES, 2009). Para o Ipardes, durante esse período, a formação de associações e cooperativas de produtores viabilizou o acesso ao crédito, máquinas, insumos, armazenagem e comercialização dos excedentes das safras, repercutindo na inserção desses produtores no mercado do agronegócio, extrapolando o nível regional.

A inserção da região Sudoeste no processo de modernização da agropecuária paranaense dos anos 1970 foi lenta (MAGALHÃES¹⁷, 1996 apud IPARDES, 2004). De acordo com Magalhães, isso decorreu das características da base produtiva, essencialmente assentada na produção de alimentos e na suinocultura, com o predomínio da pequena propriedade familiar, relativamente integrada ao mercado, e em virtude da topografia característica da região, mais acidentada e com a presença de declividades acentuadas.

A agricultura familiar, em pequenas propriedades, predomina como forma de organização fundiária da região e de organização da produção agrícola, como um modo de vida e de relação com o ambiente externo. Com base na classificação socioeconômica, estabelecida a partir dos estratos de área¹⁸, verifica-se que a

¹⁷ MAGALHÃES, Marisa V. O Paraná e as migrações – 1940 a 1991. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado) - CEDEPLAR, UFMG.

¹⁸ Ipardes, para fins de classificação socioeconômica, considerou que os estabelecimentos com até 50 ha, pela predominância do trabalho familiar, constituem a categoria de agricultores familiares. Os estabelecimentos com área superior a 100 ha, devido a predominância de trabalho contratado,

região Sudoeste paranaense tem mantido sua característica de *locus* da agricultura familiar no Estado, tendo em vista que 92,8% de seus estabelecimentos agrícolas possuíam, em 1995, área inferior a 50 ha (IPARDES, 2004).

Nas décadas mais recentes, a região passou por grandes transformações em sua base produtiva - com a introdução de novas práticas de cultivos, com a soja e o milho ocupando grandes extensões de terra - a partir do modelo apregoado pela modernização da agricultura. Diante desse desenvolvimento agrícola, emerge o processo de industrialização da agricultura de forma intensa no setor de carnes de aves, mesmo naquelas áreas onde o relevo não permitia. No ano de 2000, a região foi responsável por 28,5% do abate inspecionado de aves no Estado do Paraná (IPARDES, 2004)

A dinâmica do setor agroindustrial da região Sudoeste desenvolveu-se a partir de empresas privadas, pois as cooperativas agropecuárias não conseguiram desenvolver e consolidar o processo de agroindustrialização da agricultura, experiência realizada com sucesso na região Oeste do Estado. Na década de 1980, com a queda dos preços dos cereais comercializados - provocada pela crise econômica do período que ficou conhecido como década perdida e pela existência da crise de gestão das cooperativas mistas - as cooperativas do Sudoeste não conseguiram viabilizar alternativas de produção e agregação de valor da matéria-prima dos agricultores familiares. Portanto, as cooperativas agropecuárias da região, em sua maioria, não conseguiram implementar a estratégia de agroindustrialização, tendo como produtos o leite, as carnes, o milho e a soja. (BASSO, 2003).

No setor da agroindústria, o Sudoeste é representado essencialmente pelo segmento de abate e industrialização de aves e pelas pequenas e médias unidades de laticínios, atuando no fortalecimento da bacia leiteira regional (IPARDES, 2003a). O processo de industrialização da agricultura emergiu de forma intensa no setor de carnes de aves, mesmo naquelas áreas onde o relevo não permitia. Esse importante processo de agroindustrialização contou com uma produção de soja e milho que foi ocupando grandes áreas, tornando possível a implantação da indústria de ração (IPARDES, 2004).

foram classificados como agricultores empresariais. Já os estratos de 50 a 100 ha, pelo critério das relações de produção predominantes, enquadram-se na categoria de agricultores familiares; contudo, pelas suas características produtivas aproximam-se dos empresários, constituindo-se, por isso, um estrato em transição. Porém, no presente estudo do IparDES, está sendo considerado como categoria de agricultores familiares (IPARDES, 2004).

A partir de meados dos anos 1980 em diante, atores do segmento rural vêm repensando sua estrutura produtiva no Sudoeste, devido às consequências inerentes ao modelo de desenvolvimento agrícola atrelado à lógica da modernização, o qual trouxe para a região, entre outros aspectos, a perda de qualidade dos solos, exclusão social e empobrecimento de parcela significativa dos agricultores.

Os atores do governo e da sociedade, há vários anos, dedicam esforços na busca de novas atividades agrícolas “genericamente chamadas de reconversão ou diversificação da economia agrícola do Sudoeste, envolvendo as atividades de fruticultura tropical e temperada, gado leiteiro, pequenas agroindústrias rurais, olericultura, entre outras” (PERIN, 2001, p. 9).

Para o Ipardes (2004), a iniciativa de retomada da diversificação da economia agrícola está intimamente relacionada à existência da estrutura fundiária em que predomina a pequena propriedade familiar e com a presença de entidades que organizam e representam os agricultores familiares.

Comparando o Censo Agropecuário de 1985 com o de 1995, observa-se uma redução no número de estabelecimentos do Sudoeste paranaense da ordem de 17,55%, representando mais de 10 mil estabelecimentos, acentuando-se entre os agricultores familiares e, entre estes, naqueles estratos situados de área inferior a 10 ha (7,6 mil). Os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2008) destacou que, no período de 1996 e 2006, no Sudoeste paranaense, houve uma redução da ordem de 5,6% dos estabelecimentos agropecuários; enquanto isso, no Paraná, evidenciou-se um aumento de 0,91 dos estabelecimentos agropecuários e, no Brasil, houve uma variação positiva de 7,08% (NUNES, 2008). Dados que evidenciam a crise vivenciada por parte da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná, decorrente do processo de empobrecimento e de exclusão imposto a esses agricultores pela dinâmica da modernização da agricultura.

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2008), houve uma redução de 20,12% do pessoal ocupado na agricultura; em 1996, contava com 159.560 e, em 2006, com 127.450. Queda verificada em função do aumento da produtividade do trabalho agrícola. No Sudoeste, a queda ficou acima das médias verificadas nas demais regiões brasileiras.

Para o Ipardes (2004), no Sudoeste, mesmo que se fale em diversificação da produção e na policultura, ainda existe concentração do valor da produção em cinco produtos: aves, milho, soja, suínos e leite - em ordem decrescente de representatividade - que correspondem a 79,51% da receita bruta do setor primário. Esses mesmos produtos, em 1990, participavam com 71,53% do valor da produção da região.

No Sudoeste, há uma forte combinação entre a presença de agricultores familiares e as restrições naturais que influenciam diretamente as atividades produtivas em sua dimensão econômica. O contexto socioambiental contribui para explicar a conformação de uma estrutura de produção de proteína animal (aves, suínos, leite, bovinos, ovos de galinha) conjugada à presença do cultivo de grãos, majoritariamente, soja e milho (IPARDES, 2009).

A região Oeste paranaense, está localizada no Terceiro Planalto Paranaense, abrange uma área que corresponde a cerca de 11,5% do território estadual. Região que faz fronteira com a Argentina e Paraguai, tem como principais marcos de divisa os rios Piquiri, Paraná e Iguaçu, é constituída por 50 municípios, dos quais se destacam Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo (IPARDES, 2003b).

Historicamente, a região Oeste constitui a última fronteira de ocupação do Estado, integrando-se à dinâmica estadual apenas a partir dos anos de 1970. Como fatores decisivos que a mantiveram, por tanto tempo, isolada e com baixa densidade populacional, pode-se destacar sua localização distante da porção leste do território paranaense e a quase inexistência de infraestrutura de comunicação interligando-a ao restante do Estado (IPARDES, 2003b).

A conformação de sua paisagem é bastante uniforme com planaltos pequenos e pouco elevados e pelas extensas várzeas do rio Paraná, o relevo vai de plano a suavemente ondulado, com solos do tipo terra roxa, enquadrados na categoria com fertilidade boa e pouca suscetibilidade à erosão, associados à baixa declividade dos terrenos. Na maior parte da região predomina climas com verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas regulares nos meses de verão (IPARDES, 2003b). Trata-se de uma região de clima úmido e de solo fértil em 75% de área, portanto, solos potencialmente aptos para a produção agrícola, ocupados por culturas cíclicas de soja, milho e trigo e, secundariamente, por pastagens plantadas.

A realidade da região possibilita práticas agrícola com alto nível tecnológico, envolvendo aplicação intensiva de insumos e melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras (IPARDES, 2003b). A região mantém, em termos de conservação ambiental, o Parque Nacional do Iguaçu (185,3 mil ha de florestas nativas) e conta com a proteção de biomas via Programa de Recuperação Ambiental de Biomas – Projeto Paraná Biodiversidade.

A partir dos anos 1970, a região integra-se ao movimento mais amplo de expansão da agricultura moderna que se instaura no Paraná, com introdução maciça de inovações tecnológicas, substituição de culturas alimentares para o mercado interno pela produção de *commodities* e alterações radicais nas relações de trabalho, todos esses elementos altamente poupadores de trabalho agrícola (IPARDES, 2003b).

A atividade agrícola da região, fundada na boa qualidade dos solos e numa razoável capacidade técnica dos produtores, propiciou incremento de renda e expansão do comércio bem como formaram-se inúmeros núcleos urbanos para dar suporte à agricultura em expansão (IPARDES, 2003b).

O Oeste do Paraná, entre as regiões do Estado, é, para IparDES (2003b), aquela em que melhor se visualiza o processo de desenvolvimento tecnológico na produção agropecuária. A constituição dos segmentos industriais, principalmente à jusante do setor, com forte participação de cooperativas empresariais, além de forte participação nas exportações primárias, definiram a dinâmica da economia regional e a sua articulação às economias estadual, nacional e mundial.

Com a intensificação da modernização da produção agrícola, a região vem sofrendo um contínuo processo de reordenamento fundiário, com progressiva redução do número de estabelecimentos, concentrada naqueles com área inferior a 10 ha, porém estende-se até o estrato de 50 a 100 ha (IPARDES, 2003b).

Entre 1985 e 1995, conforme o IparDES, houve a redução de 13,3 mil estabelecimentos - 19% do total – de agricultores que, de modo geral, não conseguiram adequar-se às novas exigências tecnológicas, por incapacidade financeira ou por não alcançarem a escala mínima do novo padrão de produção exigido pelos atores dominantes das cadeias produtivas. O padrão da base técnica de produção agrícola da região é formada pela tríade: mecânica, química e genética (IPARDES, 2003b).

É dominante a presença de agricultores familiares, contudo a maior parte das terras pertence ao segmento empresarial. Dos quase 56,8 mil estabelecimentos registrados em 1995, os estabelecimentos de até 50 ha representavam 88,3% e ocupavam apenas 39% da área de terra (IPARDES, 2003b). Os estabelecimentos com área superior a 100 ha agregavam 5,3% dos estabelecimentos e perfaziam 47,2% da área de terra total.

Comparativamente com o Paraná, a região Oeste apresenta a maior especialização da região em relação ao plantio de lavouras temporárias, com uma área de lavouras de 51%, enquanto no Estado é de 30%. Os agricultores familiares ocupam a maior parte da área com lavouras temporárias (62% da área total), enquanto a agricultura empresarial ocupa apenas 38% (IPARDES, 2003b).

A utilização das terras concentra-se na exploração de lavouras temporárias e pastagens, que ocupam 85% dos estabelecimentos e incorporam as principais atividades agrícolas da região (IPARDES, 2003b). A soja, cultivo que se disseminou rapidamente na região, foi o principal condutor do progresso técnico incorporando à produção e, portanto, do processo de reordenamento fundiário. Em 1960, o cultivo de soja foi de 5.000 há, passando para 733.114 ha cultivados em 2001 (IPARDES, 2003b).

Foi a partir da soja que se articularam as cooperativas empresariais e as agroindústrias com produção de óleo e farelo (Complexo Soja Regional). Com a produção dos insumos básicos para indústria de rações, o farelo de soja e a produção de milho, criaram-se as bases para a produção e a industrialização de carne de pequenos animais, atividades ligadas aos agricultores familiares e constituído-se em relevante suporte à reprodução da agricultura familiar (IPARDES, 2003). A produção de aves e suínos ocorre predominantemente no sistema de integração com produtores familiares. No ano de 2000, a região foi responsável por 38,8% do abate de aves e por 53,8% do abate inspecionado de suínos (IPARDES, 2003).

A produção agropecuária do Oeste segue uma trajetória em direção a atividades caracterizadas pela forte articulação à agroindústria e pela inserção no mercado internacional, fatores que vêm garantindo níveis de rentabilidade mais elevados aos produtores da região, em detrimento de atividades mais dependentes da intervenção estatal e voltadas quase exclusivamente ao atendimento do mercado

doméstico (IPARDES, 2003b). Os dados evidenciam essa tendência: a produção de soja e milho da região praticamente dobrou no período 1990-2001, saltando de 2,4 milhões para 4,7 milhões de toneladas. Na grande maioria dos municípios a pauta agrícola é pouco diversificada e reproduz o padrão concentrado da região, com predominância dos cultivos de soja e milho. Para mais da metade dos municípios da região esses dois produtos representam 70% do valor bruto da produção agrícola (IPARDES, 2003b).

A continuidade de inserção da agricultura familiar no dinamismo produtivo da região encontra-se na forte dependência dos agricultores com as agroindústrias, paralelamente às condições favoráveis de preços dos produtos e dos insumos, volumes de produção, financiamentos e taxas de juros (IPARDES, 2003b). Questões essas que fazem parte das pautas de reivindicações das organizações dos agricultores familiares.

Diferentemente do que ocorreu no Sudoeste, no Oeste do Paraná, o rápido crescimento da atividade agrícola, nas décadas de 80 e 90, acompanhou o surgimento e crescimento, principalmente, de agroindústrias cooperativadas. Até meados dos anos 1980, a região caracterizava-se como essencialmente agrícola; desse período em diante, a dinâmica agropecuária passou a ser orientada pelo comportamento do agronegócio cooperativado, reunindo o maior número de agroindústrias cooperativas no Estado, criadas, em sua maioria, ao longo dos anos de 1980 e, principalmente, em 1990 (IPARDES, 2003b).

No que se refere à população ocupada na agropecuária, a região acompanha a tendência do Estado; registra uma redução de 35,4% no total de pessoas ocupadas entre 1985 e 1995. Para o Ipardes (2003b) essa realidade é reflexo direto da diminuição do número de estabelecimento e do ganho de produtividade do trabalho agrícola.

No período entre os dois últimos censos agropecuários (1996-2006) a produção brasileira dos produtos mais importantes praticamente dobrou, estimulada tanto pela ampliação do mercado interno quanto pela ampliação do mercado externo (NUNES, 2008). Como um indicativo desse fenômeno, destaca-se o saldo da balança comercial do agronegócio que passou de, aproximadamente, US\$ 9 bilhões

para US\$ 35 bilhões (JANK et al., 2007¹⁹ *apud* NUNES, 2008) e o consumo per capita de alguns dos produtos elevou-se de forma significativa, como, por exemplo, o consumo interno de carne de frango entre 1996 e 2006 passou de 22,05 kg para 35,58 kg. Ao mesmo tempo, alguns produtos tiveram queda no consumo, como o caso do feijão (RUAS, 2006²⁰ *apud* NUNES, 2008).

Com relação às ocupações agrícolas, os dados do Censo 2006 evidenciam uma queda no Paraná com variação de menos 14,77%, se comparados com os dados do Censo de 1996, variando em âmbito nacional negativamente 8,46% (NUNES, 2008). Apesar do crescimento da produção agropecuária brasileira, o incremento em tecnologias permitiu elevar a produtividade do trabalho agrícola. O plantio direto da soja e do milho, por exemplo, reduziram a necessidade de trabalho e, no caso da produção leiteira, a substituição da ordenha manual pela ordenha mecânica contribuiu para diminuir a demanda de trabalho na atividade.

Os dados dos censos evidenciam aumento das escalas de produção no período dos dois censos agropecuários (NUNES, 2008). No caso da atividade leiteira, enquanto o número de estabelecimentos sofreu uma variação negativa de 25,91% no Brasil, o aumento de produção por estabelecimento aumentou 61,35%. No Paraná, a queda dos estabelecimentos leiteiros foi de 32,04 % e um aumento de produção por estabelecimento de 122%. Esse processo de aumento de escala verificado no leite também aconteceu em outras cadeias produtivas. Na avicultura, o efetivo de aves alojadas aumentou 73,16%, com queda no número de produtores.

O aumento das escalas de produção nas atividades que tiveram aumento da produtividade laboral estão permitindo que o trabalho assalariado cresça entre algumas atividades em relação às ocupações agrícolas totais. Situação verificada na avicultura e na suinocultura. A automação e o aumento dos galpões na avicultura tem permitido que o mesmo trabalhador cuide da produção de um número maior de aves. Os galpões de aves que, décadas atrás necessitavam de um pequeno capital para sua construção e alojavam entre 6 a 12 mil aves, atualmente alojam 23 mil e já há experimentos que indicam a possibilidade de alojar 70 mil aves em único galpão, tornando necessário um investimento em capital bem mais elevado (NUNES, 2008).

¹⁹ JANK, Marcos et al. O setor externo da economia brasileira: desafios da globalização e dos acordos regionais. In: **Seminários sobre o Brasil no Século XXI**. São Paulo, 25 de abril de 2007. Disponível em <www.econ.fea.usp.br>. Acesso em: 25 de mar. de 2008.

²⁰ RUAS, João Figueiredo. **Feijão**: proposta de preço mínimo para a safra 2006/07. Disponível em <www.conab.gov.br>. Acesso em: 25 de mar. de 2008.

A partir de meados dos anos de 1990, ocorre um processo de concentração do controle do setor agropecuário, por um pequeno número de grandes indústrias nacionais e internacionais (NUNES 2008). Estas empresas encontram-se inseridas no mercado global e, sempre que necessário, realocam suas unidades produtivas com vistas a obter menores custos de produção. Trata-se de um processo que levou também à junção de empresas que atuavam em setores distintos da economia, como na agricultura e na indústria farmacêutica. Apenas como exemplo, a Monsanto adquiriu cinco empresas brasileiras produtoras de sementes, entre elas a Agroceres, maior empresa de capital nacional privado do setor (COMCIENCIA, 2002²¹ *apud* Nunes, 2008).

Um forte processo de concentração agroindustrial também é observado entre as grandes empresas que passam a controlar setores inteiros ou ramos de cadeias produtivas, a partir do setor produtivo e comercial (NUNES, 2008). Essas grandes empresas, com elevada porcentagem da produção total comercializada no país, exercem forte controle sobre a produção agropecuária. Destacam-se as agroindústrias e hipermercados que passam a estabelecer preços, demandar padrões de qualidade, promovem o consumo de novos produtos via processo de marketing etc.

No setor varejista também ocorreu uma transformação importante; de acordo com Wilkinson (2002),

[...] houve uma internacionalização paralela do varejo, liderada pelos gigantes europeus – Carrefour, Metro, Ahold – mas seguida de perto pela Wal-Mart, que se acelerou acentuadamente nos anos 1990. A Wal-Mart talvez seja um caso especial, dada a importância de itens não alimentares, mas as empresas líderes do varejo, acima mencionadas, estão começando a superar suas congêneres na indústria alimentar. [...] A concentração no varejo avança em forma frenética e previsões apontam para uma redução ainda maior no número de atores globais. Nos países recém-industrializados e em desenvolvimento, os atores globais de varejo precisam, em primeiro lugar, se impor, promovendo o domínio do modelo de supermercado, para em seguida confrontar competidores nacionais e regionais. Uma vez consolidados, eles começam a exercer uma pressão nos líderes da indústria alimentar similar àquela exercida nos países industrializados (p. 154-155).

²¹ COMCIENCIA. Sementeiras brasileiras foram engolidas pelas multinacionais. Disponível em <www.comciencia.br> Acesso em: 12 de jul. de 2007.

Tem-se, portanto, um aumento da concentração e do controle do setor agropecuário por um pequeno número de grandes agroindústrias, por um lado, e, por outro, também, vem aumentando a concentração do setor varejista através de grandes redes de hipermercados.

O desenvolvimento da agricultura brasileira vem sendo capitaneado pelas agroindústrias do setor e também pelo grande varejo da área de alimentos, pois este consegue forjar o aumento das escalas de produção e padronizar processos produtivos.

Atualmente, os instrumentos de política agrícola, principalmente o crédito rural e a política de comercialização, têm contribuído para viabilizar investimentos que permitem o aumento da produtividade do trabalho e a expansão da produção agrícola no País. Além disso, a isenção do ICMS aos produtos destinados à exportação, através da Lei Kandir, em 1996, tem sido tão ou até mais importante para garantir o aumento das exportações e para fortalecer a atual dinâmica dos complexos agroindustriais no Brasil (NUNES, 2008).

Diante do conjunto de transformações que atinge o sistema agroalimentar, a desregulamentação, a globalização dos mercados, a transnacionalização dos atores dominantes e as mudanças dos padrões de consumo alimentar, os agricultores familiares vivenciam diferentes mecanismos de comercialização através de intermediação entre a produção familiar e o mercado dos produtos. Isso implica a necessidade de maior autonomia e de maior capacidade própria por parte dos agricultores (WILKINSON, 2008).

Para comercializar seus produtos, os agricultores fazem uso de quatro formas de acesso ao mercado: acesso direto, sobretudo no mercado local (proximidade); a integração com agroindústria; as compras por parte do poder público e o nicho de mercado orgânico (WILKINSON, 2008).

Relações diversas com os mercados de produtos construídas num contexto socioeconômico em que, de um lado, a reconversão das atividades produtivas foi adotada como uma alternativa por um segmento de agricultores excluídos do mercado de *commodities* diante as exigências da crescente produção especializada; e, de outro, a integração com a agroindústria, devido às novas exigências de escala e qualidade, provocam forte tendência de exclusão dos agricultores no processo de reorganização das grandes cadeias produtivas (WILKINSON, 2008). Essa situação

de exclusão das grandes cadeias produtivas foi observado fortemente na produção de suínos do Sudoeste paranaense. Até o final dos anos de 1980, a suinocultura exerceu uma função de âncora econômica das estratégias dos agricultores, porém, com o processo de reconversão dos sistemas produtivos, a atividade leiteira passou a cumprir a função anteriormente ocupada pela produção de suínos.

O acesso ao mercado local vem passando por maior exigência quanto à fiscalização de vigilância sanitária municipal ou regional. Esse mercado é operado pela venda direta ao consumidor em feiras livres e nas casas dos consumidores bem como em lojas municipais, sob gestão dos agricultores. O mercado de proximidade apresenta-se com persistência, pois passa a aproveitar os limites da capilaridade da grande distribuição e da indústria alimentar, mesmo na condição de economia informal.

Enquanto alguns agricultores estão ligados às agroindústrias, na forma de contratos, outros acessam essas empresas, que atuam no segmento de *commodities*, por meio de agentes de intermediação, como empresa privada ou cooperativa municipal/regional.

As compras do poder público, mercado institucional, podem demandar a participação dos agricultores em processos de licitação pública, melhoria na qualidade dos produtos e organização dos produtores para obter escala.

Há também o mercado de produtos orgânicos, que se encontra sustentado em processo de certificação de produtos e dos processos produtivos.

3.2 Tecnologias produtivas: as diferentes demandas dos agricultores familiares

O estudo sobre os gargalos tecnológicos da agricultura paranaense evidenciou diferentes demandas tecnológicas e específicas para segmentos da agricultura familiar (IPARDES, 2005). Fato que passou a exigir dos extensionistas e pesquisadores uma observação integrada dos componentes da produção para aferir o desempenho e a adequação das intervenções tecnológicas.

Na agricultura convencional, observou-se maior concentração de problemas tecnológicos em áreas como controle de pragas e doenças, baixa

produção/produktividade, manejo e conservação do solo inadequados, melhoramento genético e/ou material propagativo inadequado (IPARDES, 2005).

Na agricultura orgânica, os problemas de pragas e de doenças emergem com mais frequência, seguidos pelo melhoramento genético e material propagativo. Os dois problemas iniciais, além do problema ligado ao manejo e conservação do solo, constituem mais da metade dos problemas observados na produção orgânica (IPARDES, 2005).

Na produção animal convencional (racionalidade produtivista), estudo do IparDES (2005) destacou que já existem soluções para grande parte dos problemas identificados. Para os pesquisadores, o problema que permanece é atribuído à falta de recursos técnicos e econômicos dos agricultores para ter o acesso à tecnologia existente, ao desconhecimento de que tal técnica encontra-se desenvolvida e disponível, à falta de pessoal capacitado para assistência técnica e extensão rural, principalmente de entidades públicas, pois são as principais fornecedoras deste serviço aos agricultores familiares.

A forma de produção orgânica animal mostrou-se ainda bastante incipiente entre os agricultores, muito diferente do progresso técnico observado na produção animal convencional. Nesta última maneira de produzir, os avanços obtidos com o desenvolvimento de insumos químicos e biológicos e os avanços no processo de produção foram apoiados fortemente pela estrutura de ensino, pesquisa e extensão pública e privada (IPARDES, 2005).

O estudo do IPARDES (2005) evidenciou uma importante mudança que está em curso na forma de condução das atividades agrícolas quanto à maneira de produzir. Observou que existem estabelecimentos familiares com uma produção orgânica e outros, com unidades de produção estruturadas a partir das duas maneiras de conduzir a produção: com o uso de tecnologias orgânicas e de tecnologias convencionais.

A agroindústria artesanal e de pequeno porte apresenta-se como alternativa na geração de trabalho e renda na agricultura familiar, contudo, desafios foram observados na transformação da produção para consumo objetivando renda mercantil (IPARDES, 2005). Entre o conjunto de problemas observados, o estudo destacou quatro grandes grupos de gargalos, os quais reproduzem as etapas e a sequência da cadeia produtiva agroindustrial: matéria prima, com problema de

seleção e oferta; transformação, com gargalos no processamento e nas máquinas, equipamentos e instalações; padrão de qualidade e comercialização ligados a aspectos de apresentação de produtos e embalagens; e legislação e gestão, dificuldades ligadas às normas sanitárias e à capacidade de gerir o empreendimento.

A política pública de desenvolvimento tecnológico para a agricultura familiar paranaense, evidenciada pelo estudo (IPARDES, 2005), destaca as diretrizes gerais que devem ser valorizadas: as diferentes realidades socioeconômicas e ambientais; os conhecimentos tradicionais; as tecnologias que contemplem o aumento e a melhoria da qualidade da produção agropecuária e a melhoria da qualidade de vida das famílias; o fortalecimento dos serviços públicos; os processos educativos e formativos; processos de integração, adaptação e reconversão tecnológica por parte da agricultura familiar; a construção de redes e parcerias interinstitucionais, governamentais, não-governamentais e intersetoriais; espaços autônomos de planejamento e de gestão social das políticas públicas.

Entre as linhas de ação do estudo realizado pelo IparDES (2005), destaca-se a que diz respeito a nova matriz tecnológica. A necessidade da definição de uma nova matriz tecnológica para a agricultura familiar. Implicando, desta forma, incentivo à pesquisa na área de produção agroecológica, implementação de programa de (re)conversão da produção convencional (baseada em insumos químicos de origem industrial) para matriz de produção agroecológica, a certificação de produtos orgânicos e agroecológicos.

De acordo com AHRENS et al. (2009) discussões enfocando um modelo mais ecológico de agricultura têm sido cada vez mais presentes num momento em que a população assumiu maior protagonismo na proposição e na execução das políticas públicas bem como pelas preocupações ligadas a questão ambiental. Para eles, no Brasil e no Paraná, existem diversas iniciativas promovidas pelo Estado e por organizações não-governamentais (ONGs) que apóiam a geração, a validação e a transferência de conhecimento formal ou tácito de sistemas de produção alternativos à agricultura convencional.

O Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) possui Programa de Pesquisa em Agroecologia com pesquisas e trabalhos sobre agroecologia e agricultura orgânica, publicados desde 2004 (AHRENS et al., 2009). Esse Programa foi incorporado aos

demais Programas de Pesquisa existentes no ano de 2004. Criado com a finalidade de congrega e coordenar ações de pesquisa para a promoção de sistemas sustentáveis de produção agroecológica, inclui a agricultura orgânica. Frente a isso, atua estimulando a proteção à biodiversidade dos agroecossistemas e o respeito aos ciclos biológicos.

O Programa de Pesquisa em Agroecologia considerou como cenário prospectivo o crescente interesse pela Agroecologia e a necessidade de realizar atividades de pesquisa (AHRENS et al., 2009). Entre os elementos do cenário, foi evidenciado a estreita relação, no Paraná, entre sistemas agroecológicos e estabelecimentos dos agricultores familiares com demandas de políticas públicas de apoio; a presença de movimentos sociais com demandas ao poder público por alternativas de desenvolvimento rural diante do modelo da modernização da agricultura; e a crescente demanda de alimentos saudáveis para alimentação escolar. Diante dessa constatação, o IAPAR vem contribuindo com pesquisas em Agroecologia, reconhecendo as diferentes dimensões da sustentabilidade e a busca de resultados que favoreçam a família do agricultor, o consumidor e o meio ambiente.

Houve, no Brasil, uma forte transformação do setor agropecuário baseada no crescimento da produtividade dos fatores de produção, indicando um processo de mudança tecnológica em curso, gerando crescimento produtivo e eficiência alocativa dos recursos (IPEA, 2010). O estudo constatou que houve modernização de vários segmentos produtivos, os quais foram capazes de incorporar as mudanças tecnológicas ao longo do tempo. Contudo, os pesquisadores do Ipea destacaram a existência de um significativo espaço para o desenvolvimento do setor agropecuário, pois grande parte dos produtores agrícolas (92%) encontram-se com baixa capacidade de absorção de conhecimento externo.

Para o Ipea (2010), um moderno setor agropecuário “é aquele capaz de desenvolver inovações tecnológicas e estimular a produção científica e tecnológica na cadeia produtiva como um todo”. A inovação tecnológica visa, de um lado, aumentar a produtividade agrícola e, de outro, reduzir os custos produtivos. Diante desse pressuposto, para o Ipea (2010) os agricultores que adotam as estratégias bem-sucedidas de inovação são beneficiados na dinâmica do processo produtivo, enquanto os produtores mal sucedidos são marginalizados do processo de

produção. Ainda, destaca que nem todos os segmentos encontram-se em condições de promover uma adequada incorporação tecnológica. Entre os fatores destacam-se os relacionados à deficiência dos meios institucionais e os por falhas de mecanismos de aprendizado.

A importância da mudança tecnológica no setor agropecuário brasileiro foi mensurada e a produtividade total dos fatores (PTF) apresenta trajetória crescente de desenvolvimento da agricultura entre os anos de 1970 a 2006 (IPEA, 2010). O produto da agricultura cresceu 243% entre 1970 e 2006. Para os pesquisadores, esse resultado evidencia que o crescimento da agricultura brasileira tem-se dado principalmente com base na produtividade e nas mudanças tecnológicas.

Mesmo que a agricultura brasileira experimente um significativo crescimento da PTF, para o estudo do IPEA (2010), é bastante baixa a capacidade de absorção tecnológica do setor produtivo. O Censo Agropecuário 2006 destacou que o grau de instrução dos produtores é um fator que limita a capacidade de absorção de conhecimentos externos. Em torno de 90% dos proprietários possuem qualificação inferior ao Ensino Fundamental (IPEA, 2010).

O estudo de Alves e Rocha (2010²²) *apud* Ipea (2010), com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, destacou a heterogeneidade da agricultura. Evidenciou que existem produtores muito produtivos, 8% dos estabelecimento geraram 85% do valor da produção; outros incapacitados de sobreviver, dependentes de políticas assistencialistas, 73 % dos estabelecimentos produziram cerca de 4% da produção. O terceiro grupo, o intermediário, com 19% dos estabelecimentos, foi responsável por 11% do valor da produção, demonstrando que a solução para essa situação é bastante complexa e desafiadora. Enquanto o primeiro grupo encontra-se na vanguarda tecnológica, o grupo intermediário tem acesso à tecnologia, mas não tem capacidade de absorção para utilizá-la de forma adequada. Ressalta o estudo de que nem toda a produção agrícola brasileira é moderna, ela pode variar dependendo do tipo de cultivo, pois alguns setores encontram-se mais atrasados do que outros. Todavia, ressalta que ainda existe um grande espaço para o crescimento e desenvolvimento agropecuário brasileiro, em particular para o grupo de produtores intermediários. E esforços voltados para a

²² ALVES, E.; ROCHA, D. R. **Ganhar tempo é possível?** Brasília: Ipea, 2010.

obtenção de resultados de longo prazo são prioritários na inclusão dos produtores na dinâmica de produção moderna do setor agropecuário.

Com base no exposto na parte 3.1 e nesta parte do capítulo, observa-se que a agricultura familiar ocupa um papel fundamental na dinâmica, tanto das cadeias curtas de produção quanto das cadeias longas de produção. Contudo, as profundas mudanças tecnológicas, regulatórias e institucionais da economia e do sistema agroalimentar vêm excluindo segmentos dos agricultores familiares de posições conquistadas nos modernos mercados de commodities (cadeias longas), nas quais mantinham forte participação. Tal participação estava baseada na produção de milho e de soja e na produção animal (aves e suínos) quando era parceiro privilegiado das agroindústrias.

No período inicial da modernização da agricultura, os desafios de escala de produção traduziram-se em questões de volume, o que foi, em grande medida, contornado pelo importante papel das cooperativas agropecuárias. Nos dias atuais, contudo, trata-se da necessidade de obter escala no estabelecimento produtivo, exigindo dos agricultores índices crescentes de produtividade e uso intenso de máquinas e equipamentos.

Esse cenário de exclusão das cadeias produtivas de *commodities* contribui para que parcela dos agricultores familiares promovam fortes ajustes em seus sistemas produtivos objetivando a sua permanência na atividade agrícola.

As lutas sociais e as formas de associativismos são tomadas pelos agricultores como instrumentos privilegiados para a (re)construção de seus projetos produtivos. Temas estes que serão analisados nas duas próximas partes deste capítulo (3.3 e 3.4).

3.3 Organizações econômicas associativas

Nos anos de 1960 e 1970, no Sudoeste do Paraná, emergem as cooperativas agrícolas inspiradas nas experiências do Rio Grande do Sul. Objetivavam diminuir as dificuldades socioeconômicas vivenciadas pelos agricultores, provocadas tanto pela crise geradora de regressão tecnológica quanto pelo isolamento em relação à dinâmica produtiva do país (BASSO, 2003).

As cooperativas surgem a partir de uma ação conjunta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura (DAC) e da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA). A constituição das cooperativas ligadas à produção agropecuária respondeu a uma decisão “de cima para baixo”, tomadas por organizações externas à região e foi liderada por “elites” empresariais locais (ASSESOAR/DESER/UNIJUÍ, 1992).

Em seus primeiros anos, o cooperativismo experimentou um período de grande crescimento, tanto em sua capacidade de armazenagem e de comercialização quanto em seu quadro social. Nesse período, a comercialização dos produtos dos agricultores era o problema mais importante a ser resolvido.

O cenário de fortalecimento do cooperativismo foi sustentado pela estratégia de modernização da agricultura, desencadeada pelo Estado, a partir do final dos anos 1960, possibilitando às cooperativas um papel privilegiado. Essa realidade foi conquistada pela existência de fatores importantes como o crédito subsidiado e a expansão da cultura de soja na região.

Entretanto, nos anos de 1980, esse cooperativismo de caráter empresarial do Sudoeste paranaense, gestado por elites empresariais e apoiado numa agricultura com racionalidade produtivista moderna, entrou em crise e, atualmente, do conjunto das cooperativas que emergiram nesse período, poucas se encontram em atividade. Entre os fatores que contribuíram para a crise do cooperativismo empresarial, destaca-se a queda no preço da soja devido à crise internacional dos anos 1980, a não preocupação dos gestores com a trajetória dos agricultores e da sua reprodução social, a competição generalizada estabelecida entre as cooperativas na disputa tanto pelo associado quanto pela produção, a falta de capacidade para realizar investimentos nos processos de agroindustrialização da produção e as questões relacionadas à própria gestão democrática das cooperativas.

Tal realidade foi superada de maneira diferente pelas cooperativas do Oeste do Paraná. Estas cooperativas conseguiram viabilizar a agroindustrialização da produção dos agricultores associados, construindo seus parques agroindustriais. A moagem da soja, o processamento das carnes (aves e suínos) e do leite foram áreas prioritárias de investimento das cooperativas agropecuárias do Oeste.

Diante da crise do cooperativismo do Sudoeste, os agricultores defrontaram-se com um quadro de dificuldades e de acirramento das relações cooperativas, em sua grande maioria formada por um quadro social de agricultores familiares. O acirramento das relações e demais problemas davam-se em torno do destino das sobras, do desvio da produção e da queda de associados (ASSESOAR/DESER/UNIJUÍ, 1992).

Nesse cenário, segmentos de agricultores familiares, a partir de meados de 1980, passam a se organizar em pequenas associações formais e informais. A natureza dessas associações está relacionada à necessidade de construir alternativas de organização econômica diante do processo de exclusão provocado pela modernização da agricultura. Para tanto, esses agricultores desenvolveram uma cooperação entre famílias com vistas à necessidade de repensar o processo de produção agrícola, incluindo a implementação de práticas de agricultura não convencional, iniciativas de verticalização da produção em pequena escala e por meio de pequenas unidades associativas e de comercialização coletiva dos produtos (BASSO, 2003).

O processo organizativo representou uma resposta à crise do modelo de modernização da agricultura em curso bem como de promover a cooperação por meio das associações de agricultores familiares. De acordo com DESER (1993), o objetivo principal das entidades promotoras e dos grupos constituídos foi obter melhorias na qualidade de vida das famílias por meio de sua articulação com outras forças locais, governamentais ou não-governamentais, para dinamizar os processos de produção e acesso aos mercados.

Entre as entidades promotoras desse movimento associativo, em resposta ao movimento cooperativo que não mais as favorecia, duas vertentes tiveram maior importância: por um lado, as organizações ligadas aos próprios agricultores como a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e o Movimento dos Sem-Terra (MST); de outro, os organismos governamentais ligados à extensão rural, particularmente a Emater e algumas Prefeituras Municipais (BASSO, 2003).

Nos primeiros anos da década de 1990, mais de 150 associações de agricultores familiares encontravam-se organizadas em 19 municípios do Sudoeste; estavam articuladas a quatro centrais de associações de caráter intermunicipal:

Central de Associações de Pequenos Agricultores do Vale do Iguaçu (CAPAVI), com sede em Dois Vizinhos; Central de Pequenos Agricultores da Fronteira (CAPAF), com sede em Planalto; Central Intermunicipal de Pequenos Agricultores (CIAPA), com sede em Francisco Beltrão; e Central de Agricultores Familiares de Salgado Filho (CAFASFI) (DESER, 1993; BASSO, 2003).

Entretanto, a organização dos agricultores em forma de associações por vizinhança foi revelando-se pouco eficiente para os ajustes dos sistemas produtivos dos agricultores a partir de meados dos anos 1990. Dificuldades tanto para acessar as políticas públicas quanto para relacionar-se com o mercado de produtos agropecuários. Diante dessa constatação, os agricultores familiares tornaram a organizar-se a partir do cooperativismo como forma associativa. Todavia, é importante registrar que a forma jurídica de associação é ainda bastante utilizada pelos próprios agricultores como forma de praticar a cooperação.

Em 1996, emergiu o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol) tendo em sua origem, a experiência do Fundo de Crédito Rotativo (FCR), o qual objetivava apoiar com recursos financeiros as associações de agricultores com práticas de agricultura alternativa (não convencional). De acordo com Coloniese et al. (2010, p.12) ,o Sistema Cresol deu origem, no Sudoeste do Paraná,

[...] à construção de um 'outro' cooperativismo, diferente do cooperativismo chamado empresarial. No lugar de estruturas centralizadas e grandes unidades, optou-se por estruturas descentralizadas, com forma de redes e unidades pequenas, mas articuladas entre si e com a comunidade local, contribuindo assim para a democratização do crédito rural e para o efetivo controle social.

Poucos anos depois, a iniciativa expandiu-se para outras regiões do Paraná, incluindo o Oeste, e para regiões dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Para Abramovay (2000) o Sistema Cresol representa uma inovação cujo alcance vai muito além da região imediatamente atingida, um empreendimento consistente e sustentável que está ligado à densidade do corpo social da região Sudoeste, desde os anos de 1960.

Os agricultores familiares sempre tiveram acesso restrito ao crédito rural e um limitado acesso aos serviços financeiros (ZIGER, 2010). Ainda, conforme Ziger, embora o crédito desempenhe um importante papel na geração de trabalho agrícola e de renda para os agricultores, “são inúmeros os projetos [produtivos] que podem ser desenvolvidos a partir da terra e do capital social. [...] O crédito é uma ferramenta a mais utilizada para inclusão social, qualidade de vida e desenvolvimento rural” (2010, p. 20).

Com base na experiência cooperativa do Sistema Cresol, em 1997, emerge o Sistema de Interação Solidária das Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (Sisclaf). Esse sistema foi construído com o propósito de promover “estratégias produtivas com base em tecnologias de baixo custo [leite a pasto] e acessar o mercado de forma coletiva para que os agricultores não fossem excluídos da atividade leiteira” (BASSO, 2003, p.46). A atividade produtiva ganhou importância comercial na composição da renda familiar de segmento importante dos agricultores familiares.

O Sisclaf está estruturado com mais de duas dezenas de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (CLAFs), de abrangência municipal, articuladas a uma Cooperativa Central (BASSO, 2011). O modo de organização social em cooperativas de leite de agricultores familiares, a partir de 2003, expande-se para outras regiões do Paraná.

No Oeste, os agricultores, tendo como referência o Sisclaf, constituem o Sistema de Cooperativas de Agricultores Familiares de Leite do Oeste (Siscooplaf), uma central de cooperativas que agrega quase uma dezena de cooperativas singulares com abrangência intermunicipal (BASSO, 2011).

Nos primeiros anos de 2000, emerge, no Sudoeste o Sistema de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar Integradas (Sistema Coopafi). As cooperativas singulares e uma Central de Cooperativas, tem a maior concentração de cooperativas no Sudoeste do Paraná. As cooperativas Coopafi têm o propósito de possibilitar ao seu quadro social o acesso a diferentes mecanismos de comercialização, entre eles o mercado de produtos institucionais, em particular via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, criado em 2003, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o mercado local por meio de pequenas lojas instaladas nos municípios (BASSO, 2011).

Nesses últimos anos, nas várias regiões do Paraná, os agricultores seguem construindo outros sistemas de cooperativas de comercialização de agricultores familiares; por exemplo, os municípios em torno de Foz do Iguaçu constituíram, em 2012, a Cooperativa da Agricultura Familiar do Oeste do Paraná (COAFASO) (UNICAFES-PR, 2012).

Além desses diversos sistemas cooperativos mencionados, várias outras cooperativas singulares de agricultores familiares emergiram no Paraná para atuar na comercialização das frutas, do café, do mel e da piscicultura. Em seu conjunto, a Federação de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná (Unicafes – PR) tem, em seu quadro social, 220 cooperativas de agricultores familiares dos diversos ramos cooperativos, com mais de 50 mil agricultores associados (UNICAFES, 2013).

A Organização das Cooperativas do Paraná (Sistema Ocepar) é constituída por 240 cooperativas de diversos ramos, com atuação na economia rural e urbana, agregando mais de 735 mil cooperados, com um faturamento de 32,1 bilhões de reais no ano de 2011 (OCEPAR, 2013). Entre elas, 81 cooperativas são do ramo agropecuário e respondem por 55 % PIB agropecuário do Estado; atuam de forma intensa em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização, possibilitando que o produto do associado chegue tanto ao mercado interno quanto externo. Neste último mercado atua em, aproximadamente, 90 países.

O Sistema Ocepar constituiu-se como importante instrumento de difusão tecnológica da modernização da agricultura e de políticas de desenvolvimento como a difusão do crédito rural, armazenagem, manejo e conservação do solo. Em muitos municípios paranaenses onde estão presentes as cooperativas do Sistema Ocepar, elas se constituem nas mais importantes empresas, as maiores empregadoras e geradoras de receitas. Cerca de um terço dos produtores rurais do Paraná são cooperados, com participação expressiva de pequenos e médios produtores, com área de terra até 50 ha, representando 70% do quadro social total das cooperativas.

Agricultores familiares do Sudoeste e Oeste do Paraná, com estratégias de produção orgânica e/ou com plano de transição para a produção orgânica, estão organizados em núcleos e integram a organização Rede Ecovida. Esta é formada por agricultores familiares, técnicos e consumidores organizados em associações,

cooperativas, grupos informais e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia.

A Rede opera de modo descentralizado e está estruturada em núcleos regionais, possibilitando que seus membros sejam inseridos em regiões com características semelhantes, favorecendo a troca de informações e a realização da certificação participativa (REDE ECOVIDA, 2013). A Rede tem como objetivos promover as iniciativas de produção agroecológica, aproximar os agricultores e consumidores para o consumo de produtos de qualidade, promover o resgate dos saberes populares e certificar os produtos com marca e selo que expressam o processo produtivo, o compromisso e a qualidade do produto.

Dos 23 núcleos da Rede Ecovida, um encontra-se em Francisco Beltrão e outro em Toledo. Atualmente, a Rede abrange 170 municípios, congrega 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores, com centenas de feiras livres ecológicas, dentre outras formas de comercialização. Entre as ONGs, destacam-se a Assesoar, com sede em Francisco Beltrão e área de atuação no Sudoeste, e o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), com núcleos no Paraná, regiões Oeste e Sudoeste, e outros três localizados em regiões de SC e RS.

3.4 Movimentos sociais: lutas proativas e propositivas

O Sudoeste está entre as regiões do Paraná onde as mobilizações e as lutas dos agricultores para (re)construir um projeto de vida digno na agricultura foram vivenciadas nas últimas décadas (BASSO, 2003).

O crescimento econômico sustentado pelo padrão da modernização da agricultura, por um lado, e o processo de exclusão de parcela significativa dos agricultores das cadeias produtivas de *commodities*, de outro, geraram uma situação socioeconômica e política que passou a exigir de um segmento dos agricultores lutas por justiça social, por transformações produtivas e por direitos sociais.

As políticas dirigidas à produção de riqueza não estiveram articuladas com as políticas que possibilitariam aos agricultores acesso aos bens produzidos pela sociedade moderna. Essas antinomias, as necessidades de inovações produtivas e as exigências de justiça inserem-se no conflito social moderno (DAHRENDORF, 1992) vivenciados pelos agricultores.

Da luta pela regularização das terras - que atinge seu ponto maior de conflito com a Revolta dos Colonos de 1957²³ - ao movimento social gerado a partir do final dos anos de 1970, o conflito estabelece-se com os atores do setor agroindustrial e do capital financeiro, no curso da dinâmica de modernização da agricultura. Posteriormente, nos anos de 1990, somam-se as mobilizações por políticas públicas específicas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural.

Conforme destacado por Abramovay (1981), breve foi o período vivido pelos agricultores do Sudoeste do Paraná em que houve determinada sensação de que o “inimigo” estava vencido, final dos anos 1950 e início de 1960. Esse período parecia consolidar o projeto de produção e de vida dos agricultores quase que naturalmente, o que atendia a expectativa da chegada à região quando do processo de colonização.

Parte expressiva dos agricultores paranaenses está envolvida em lutas sociais para construir seus projetos de vida e de produção (BASSO, 2003). As possibilidades de melhores “chances de vida” (DAHRENDORF, 1992) exigem dos agricultores a necessidade de viabilizar, por meio das lutas sociais, as políticas ligadas tanto ao que se refere a aspectos produtivos e de comercialização quanto ao que visava ao alargamento de seus direitos.

É importante considerar que, no início do Regime Militar, os STRs e as Cooperativas Agrícolas, construídas pelas organizações regionais, foram absorvidos pelas estruturas oficiais do Governo, num processo de atrelamento ao Estado. Fato esse que obrigou a estrutura sindical a se afastar de uma ação política de representação dos interesses dos agricultores. Diante de tal situação, a partir dos anos de 1980, um segmento dos agricultores adentra o campo político e apresenta-se, tanto para o Governo como para a sociedade como um sujeito social imprescindível para o desenvolvimento rural (BASSO, 2003).

No início de 1980, vários fatores contribuíram para a entrada concreta dos agricultores no cenário das lutas sociais, entre eles, o descontentamento com a gestão realizada pelas cooperativas agropecuárias, os efeitos negativos da migração, tanto para as regiões Centro-Oeste quanto Norte do país, o empobrecimento das famílias rurais, o descumprimento dos direitos sociais inscritos na legislação vigente, a falta de terras para a reprodução social das famílias e os

²³ Dentre os estudos a respeito deste importante conflito regional destaca-se: Feres (1990), Gomes (1986), Abramovay (1981) e Rêgo (1979).

rumos do movimento sindical. Frente a essa situação socioeconômica e política, conforme Feres (1990, p. 541), os agricultores

[...] lançavam-se na campanha aberta pela democratização da estrutura sindical. Pleiteavam a autonomia sindical em relação ao Estado, o combate à tradição assistencialista e corporativista dos sindicatos tradicionais e denunciavam o caráter colaboracionista e corrupto das lideranças sindicais submissas à ditadura. Propunham um sindicalismo de base, comprometido com a prática na luta política global.

Enquanto, nos anos 1980, ganhavam força as ações de mobilização pela democratização e autonomia das organizações em relação ao Estado, na década de 1990, os STRs concentraram seus esforços nas reivindicações apresentadas e negociadas com o Governo Federal e os Governos Estaduais (DESER, 1993). No plano das reivindicações referentes à política agrícola, agrária e do desenvolvimento rural, duas campanhas relevantes de mobilização nacional dos agricultores familiares foram articuladas: o *Salve a Agricultura* e o *SOS Vida*.

Atualmente, as entidades sindicais nacionais de representação dos agricultores familiares realizam anualmente processos de mobilização e de negociação com os Governos: *Gritos da Terra*, realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e *Caravanas da Agricultura Familiar*, pela Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura FAF (FETRAF-Brasil/CUT). A pauta de reivindicações das entidades sindicais nacionais objetiva o acesso: à terra, ao crédito rural, ao seguro agrícola, à garantia de preços aos produtos agrícolas, aos mecanismos diferenciados de comercialização, à assistência técnica e extensão rural, à implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, contra a desregulamentação e à abertura comercial indiscriminada e por políticas de habitação rural.

Uma das características marcantes do meio rural da região Sul do país, nas últimas décadas, diz respeito à consolidação de uma pluralidade de atores sociais coletivos, com projetos próprios a partir do acúmulo de forças políticas e de alianças que estabelecem com outros setores da sociedade (DESER, 2008). Essa diversidade de organizações produtivas e de cooperação (grupos e coletivos de produção, condomínios, associações, cooperativas e sistemas de cooperativas de

diversos ramos e outros) com variadas formas, dimensões e natureza, conforme já destacado (na parte 3.3 deste capítulo) objetivam implementar estratégias alternativas de produção, agroindustrialização, comercialização e consumo frente à produção convencional moderna.

As organizações foram fomentadas pelo conjunto de entidades (sindicais, movimentos sociais e ONGs) “que desenvolvem ações voltadas para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural, centrado na consolidação da agricultura familiar” (DESER, 2008, p.5). Entre os objetivos das ações dessas organizações destacam-se: reestruturação dos sistemas produtivos; geração e apropriação de tecnologias agrícolas e/ou agroecológicas; agregação de valor das matérias primas; a comercialização da produção das famílias; combate à exclusão social e geração de trabalho e renda; acesso às políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural.

No esforço para descrever e caracterizar o contexto histórico em que o debate sobre o desenvolvimento rural emergiu no Brasil, Schneider (2007) adverte que os debates atuais dos atores sociais são diferentes daqueles que ressaltavam as políticas compensatórias na década de 1970. Nesse momento, os debates encontram-se fortemente alicerçados nas ações e intervenções governamentais que marcam o cenário da política recente, entre elas: política de reforma agrária, crédito para agricultura familiar, geração de renda e agregação de valor, assistência técnica e extensão rural, pronaaf mais alimento, apoio aos territórios rurais, às políticas afirmativas para mulheres.

Na década de 1990, as ações dos movimentos e organizações sociais que ganharam diversidade e espessura, deixaram de ser somente reivindicativas e de contestação para assumir uma conduta proativa e propositiva (SCHNEIDER, 2007). Muitas dessas organizações passam a desempenhar funções que ficaram a descoberto devido a mudanças no papel do Estado como por exemplo, a prestação de serviços de assistência técnica, qualificação profissional e acesso ao crédito rural. A participação propositiva pode ser observada na agenda de desenvolvimento rural da qual participaram os estudiosos, as organizações e as instituições e tem sido “formulada pelo Estado e pelas políticas públicas implementadas desde a década de 1990” (SCHNEIDER, 2007).

Ao analisar a agricultura familiar e o seu potencial dinamizador das economias locais, Conterato (2008, p. 50-51) destaca que

[...] a reprodução da agricultura familiar depende cada vez mais de sua capacidade de fazer escolhas e desenvolver habilidades face aos desafios que lhes são colocados pelo ambiente social e econômico em que vivem. [...] e de que a capacidade empreendedora e inovadora dos agricultores familiares possui implicações diretas na diversidade social e produtiva das regiões rurais.

As mobilizações e as lutas dos agricultores familiares contribuíram de forma relevante na conquista da legitimidade da agricultura familiar como categoria sociopolítica e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira. Por meio da participação política, os agricultores rompem seu isolamento sociopolítico e cultural.

Ao lutarem pela permanência no meio rural e em atividades agrícolas, parte dos agricultores passaram a vivenciar projetos de produção e de estilo de vida familiar diferentes dos apregoados pela modernização da agricultura. As lutas sociais possibilitaram a formação de novos atores sociais que participam, também, na construção de uma nova representação da vida social no meio rural.

4 CONDUCTAS E ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

O presente capítulo tem o propósito de identificar as práticas dos agricultores que constituem as estratégias tecnológicas, de comercialização e de sociabilidade dos agricultores familiares.

Para evidenciar as práticas sociais retoma-se a tipologia dos agricultores modernos construída para este estudo.

Na primeira parte do capítulo, serão identificadas as práticas relacionadas à dimensão do comércio. Na segunda parte, buscar-se-á identificar as práticas da dimensão das tecnologias utilizadas pelos agricultores e, na terceira parte, serão identificadas as práticas relacionadas à dimensão de sociabilidade dos agricultores.

4.1 Estratégias de comercialização dos produtos

4.1.1 Produtos agrícolas e não-agrícolas comercializados

Ao analisar os produtos comerciais agrícolas e não-agrícolas dos tipos de agricultores familiares modernos entrevistados, ficaram evidenciadas diferenças entre eles quanto aos produtos comercializados. Essas diferenças resultam dos processos de ajustes dos sistemas produtivos realizados por esses agricultores diante de profundas mudanças socioeconômicas, políticas e ambientais ocorridas, tanto sobre a produção agropecuária quanto na dinâmica do espaço rural iniciada na década de 1990.

Vários fatores contribuíram para que esses tipos de agricultores promovessem os ajustes em seus sistemas de produção. Entre eles, destacam-se as mudanças na regulação, na organização e nas formas de acesso aos mercados, a globalização dos mercados de produtos e as mudanças nos padrões de consumo alimentar (WILKINSON, 2008); as profundas transformações tecnológicas e as políticas públicas de Estado dirigidas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural.

Para os agricultores do tipo convencional, a adoção de critérios como a economia de escala, os novos padrões de qualidade e a especialização produtiva,

determinados pelos atores dominantes das cadeias produtivas, orientam a produção comercial dos sistemas produtivos. Esses agricultores possuem sistemas produtivos, predominantemente, estruturados a partir da produção de cereais (soja, milho e trigo) e na produção animal (suínos, aves, gado de leite). Enquanto parte expressiva dos agricultores integram a produção de cereais com uma atividade de produção animal, outra parte organiza seu sistema produtivo somente com a produção comercial de cereais e/ou animal.

De acordo com os agricultores do tipo convencional entrevistados, a integração da produção animal com a produção vegetal está fortemente ligada à restrição de área de terra familiar para o cultivo de cereais. Conforme destacou o Entrevistado nº 29, que comercializa cereais e é criador de leitões,

se tivesse cerca de 80 ha ou mais poderia uma família viver só de uma atividade (dos cereais), mas hoje não dá, é preciso ter lavoura e suínos, lavoura e leite, lavoura e aviário, tem muitos agricultores com um desses sistemas produtivos.

A produção de suínos, no Sudoeste Paranaense, está pouco presente como estratégia de renda familiar, destaca o Entrevistado nº 24, professor da Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR). Para esse entrevistado, “de uma atividade estratégica dos anos 1970 e 1980 a produção de suínos se transformou em subsistência nos anos de 1990 em diante”. A atividade de criação de suínos está presente naqueles agricultores que mantêm contratos de integração com empresas integradoras, com elevada escala de produção.

O Entrevistado nº 25, agricultor do tipo convencional, relatou que no final dos anos de 1990 ao (re)construir o sistema produtivo teve de deixar de plantar feijão, produto que “já deu muito dinheiro, hoje não dá mais. [...] tem atividades que devemos deixar de lado e ir por outro caminho”. Já faz quatorze (14) anos que a família mantém contrato de integração com a produção de aves, tendo em vista dispor apenas 12 ha de área para lavoura.

A dificuldade de obter renda suficiente para uma família somente com a comercialização de cereais é também reafirmada pelo agricultor Entrevistado nº35. Para ele, “se não fosse a integração com a empresa de aves, não teria futuro nenhum na agricultura”. Compara-se com seus irmãos agricultores e diz:

[...] a gente se espelha nos dois irmãos. Eles não têm aviário, estão trabalhando de um ano para outro na agricultura só pagando conta das lavouras e não vão para frente [melhoria na qualidade de vida]. Se não tivesse os aviários, minha família estaria na mesma condição.

A situação de dificuldades econômicas vivenciadas pelos agricultores do tipo convencional, que se dedicam ao cultivo de cereais, é evidenciada pelo Entrevistado nº 22, pesquisador do Iapar, como um modelo de produção produtivista insustentável. E para o Entrevistado nº 24, professor, na Europa, atualmente, há um grande esforço de ponderar a questão do produtivismo. Diante dessa constatação, para a Entrevista nº 22, esses agricultores do tipo convencional, com produção de cereais, estão desafiados a construir outro modelo de agricultura que utilize menos insumos da indústria para fazer a produção agrícola se desejarem permanecer na atividade. Para ele, “[...] este modelo de agricultura produtivista está levando [a sociedade] para o abismo e o consumismo hegemônico nos coloca em risco”. O Entrevistado nº 24 destaca:

[...] será necessário resgatar outras maneiras de fazer a agricultura porque se permanecer limitada ao produtivismo a própria agricultura se extingue. [...] Também, é preciso ter claro os limites de investimentos que os países na América Latina possuem para consolidar uma estratégia de agricultura na lógica da modernização.

Os agricultores do tipo não convencional entrevistados dinamizam sistemas produtivos a partir de práticas que valorizam a produção para consumo, reduzindo os custos financeiros dos produtos destinados ao comércio, a produção em baixa escala produtiva e com base em processos tecnológicos menos agressivos ao meio ambiente e a saúde dos agricultores e dos consumidores que compram seus produtos.

Os produtos comerciais desses agricultores derivam de sistemas produtivos complexos, ou seja, sistemas orientados por práticas agroecológicas (ALTIERE, 1998), com uma produção bastante diversificada. De forma predominante, esses agricultores comercializam produtos hortifrutigranjeiros, tanto em sua forma in natura quanto na forma processada e/ou com algum grau de beneficiamento, como doce de frutas, polpa de frutas, conservas diversas, entre outros. Além dos hortigranjeiros, como destaca o Entrevistado nº 2,

[...] tenho o feijão e arroz descascado em saquinho de 1 kg, mandioca descascada, batata doce, amendoim transformado em pé de moloque, açúcar mascavo, melado, ovos, leitões abatidos e peixe fresco. Percebemos a tempo que ela [a produção de cereais baseada em tecnologias produtivistas] não nos daria condição de vida na roça. Realizamos uma mudança para produtos comerciais agroecológicos e para processos de beneficiamento e de agregação de valor aos nossos produtos.

O trabalho na produção dos derivados da cana-de-açúcar é bastante pesado, destacam os agricultores do tipo não convencional (Ent. nº 2 e Ent. nº 5). Para estes agricultores as boas condições de vida familiar que ambos possuem, nos dias atuais, estão ligadas à pequena produção agroindustrial. Ressaltam eles que a produção tradicional anterior não permitia a qualidade de vida que ora desfrutam sobre uma pequena área de terra.

Articular, no estabelecimento familiar, as estratégias de agregação de valor aos produtos, a produção a partir das diretrizes agroecológicas e o processo de comercialização direta dos produtos constituíram a maneira adequada para permanência na agricultura, destaca o Entrevistado nº 2.

Entre os agricultores do tipo não convencional também foi evidenciada a produção de leite a partir das tecnologias referenciadas na agroecologia (Ent. nº 17). A produção de leite da família era comercializada no mercado convencional do leite in natura; para esse agricultor, a transformação do leite em derivados lácteos para comercializar como produto agroecológico é um projeto futuro.

De modo geral, os produtos comercializados pelos agricultores do tipo não convencional estão relacionados à demanda dos consumidores. O Entrevistado nº 2 e o Entrevistado nº 23 mencionam o fato de sempre terem uma demanda por produtos agroecológicos superior à produção obtida. De acordo com a Entrevista nº 22, pesquisador do Iapar, a produção de produtos agroecológicos encontra-se fortemente articulada à demanda dos consumidores desses produtos. Para ele,

A produção orgânica e/ou de origem de um sistema agroflorestal só se viabiliza se a produção estiver articulada com o consumo. Ou seja, essas estratégias produtivas só funcionam por causa da forma como é comercializada, via feira, compras institucionais, outras estratégias. Se esses produtores dependerem do grande mercado de produtos estariam condenados ao fracasso, pois eles, por um lado, não tem escala, constância de produção.

De acordo com o Entrevistado nº 28, extensionista da Cooperiguaçu, a produção de produtos em bases agroecológica é realizada por aquelas famílias que, entre os diversos aspectos, estão preocupadas com a saúde familiar, incluindo a saúde dos consumidores, com as questões ligadas ao meio ambiente, pelo desejo de fazer algo que lhes traga autoestima e por valorizar a participação da mulher e do jovem no trabalho da unidade de produção. Para ele,

Há uma tendência da sociedade em consumir alimentos de qualidade, ou seja, limpos. Em nosso subconsciente estão presentes os sabores dos alimentos naturais, pois, por milhares de anos, a humanidade consumiu produtos naturais. Os produtos convencionais se apresentam com sabores alterados devido à forma de produção e pelo uso intensivo de insumos de origem industrial.

A produção agrícola, os mecanismos de comercialização e o consumo de produtos a partir da perspectiva da agroecologia têm importância diante dos riscos do modelo produtivista e do consumismo que não leva em conta a saúde das pessoas e o meio ambiente (Ent. nº 22). Cabe ao Estado fazer investimentos, incluindo políticas públicas de mercado para os produtos agroecológicos, pois

[...] a perspectiva da agroecologia é mais que a produção orgânica e para atender um nicho de mercado, não se pode reduzir a isso. É preciso ver no curto prazo a qualidade do alimento e da vida familiar do agricultor e no longo prazo considerar sua importância ambiental.

Os agricultores modernos do tipo em transição, ao perceberem as dificuldades para permanecer na atividade agrícola, diante do processo de reorganização das grandes cadeias produtivas de *commodities*, reorientam os cultivos objetivando alcançar um sistema produtivo diversificado, com três ou mais produtos comerciais. Para esses agricultores a produção de cereais, principalmente o milho e a soja, não vêm possibilitando renda satisfatória. São cultivos que estão perdendo importância comercial na unidade de produção familiar; alguns já deixaram de comercializar esses produtos.

Contribuem para a situação em que se encontram os agricultores do tipo em transição estudados fatores como o bloqueio fundiário, a necessidade de comprar serviços de máquinas e equipamentos para realizar o conjunto das práticas

produtivas dos cultivos e a redução da renda obtida com os produtos comercializados (*squeeze* agrícola), entre outros.

A cultura do fumo, presente entre esses agricultores entrevistados, encontra-se em processo de redução do volume cultivado e/ou em eliminação do cultivo das unidades produtivas. De acordo com os Entrevistados nº 21 e Entrevistado nº 33, a cultura do fumo viabiliza elevada renda por hectare de área de terra e tem grande importância na composição da renda familiar. Para os entrevistados, a penosidade do trabalho de cultivo, a diminuição da força de trabalho agrícola familiar, os riscos à saúde e a poluição do solo e da água pelos agrotóxicos são os principais fatores que contribuem para diminuição do volume cultivado de fumo e a sua substituição por outras atividades produtivas. O Entrevistado nº 21 destacou:

[...] o que nos levou a cultivar o fumo foi a renda agrícola estável por área de terra. [...]; até alguns anos atrás [anos 1990], a renda do leite era baixa e não motivava ninguém a produzir. [...], hoje estou diminuindo a quantidade de fumo e profissionalizando a produção leiteira, nos limites da área de terra que tenho.

A atividade leiteira - a partir da produção de leite a pasto (forrageiras) -, a produção de hortifrutigranjeiros, de produtos artesanais diversos e o processamento agroindustrial formalizado em pequenas unidades, como por exemplo, derivados de carne suína, de leite e a produção de vinho, com qualidade diferenciada do colonial, estão entre as atividades produtivas e comerciais dos agricultores do tipo em transição. Esse conjunto de atividades contribuem para o processo de (re)estruturação dos sistemas produtivos. Conforme o Entrevistado nº 3,

Estamos contentes com a comercialização de salame, cuidando do que é nosso. [...] se não fosse essa atividade de processamento, estaria quebrado [inviabilizado economicamente]. Lavoura dá, mas em quantidade maior de área de terra. Estávamos pedalando [sem melhorias de condições de vida] e com dívidas nos bancos para pagar. Hoje, [...] nossa vida mudou para melhor. Temos carro de passeio, melhoramos a nossa habitação, jardinagem em torno da casa, até férias já conseguimos fazer, em apenas três anos de atividade. [...] Com a lavoura que tínhamos não podia sonhar.

O Entrevistado nº 8, extensionista, argumenta que os agricultores salameiros realizam inovações locais ao desenvolverem atividades de agregação de valor à matéria-prima local, pois inserem-se em uma cadeia curta de produção e contribuem

para dinamizar a economia local. Para o entrevistado, é relevante o número de agricultores que estão ajustando-se ao sistema produtivo objetivando integrar as cadeias curtas de produção. Nestas, os agricultores participam da divisão social do trabalho entre atores sociais que a integram, valorizando a economia de escopo.

Ainda conforme o Entrevistado nº 8, é importante considerar que os que se desafiam em processos produtivos de agregação de valor aos produtos em pequenas unidades possuem em comum uma habilidade comercial, ou seja, um determinado conhecimento que lhe possibilita atuar no comércio local. Esses agricultores, destaca o entrevistado, gostam de realizar a atividade comercial, atuam com base em esquemas mentais complexos de como iniciar a venda de determinado produto em um município, “para eles isso é que é a vida, enquanto para outros comercializar seria uma atividade pouco valorizada”.

O Entrevistado nº 22 menciona que há necessidade de sistemas produtivos diferenciados para aqueles agricultores que não viabilizam na produção sob a lógica do produtivismo, da modernização da agricultura. Para os agricultores do tipo não convencional e do tipo em transição, as opções estão na produção de leite a pasto, na hortifruticultura, na verticalização da produção em pequena escala, na pluriatividade, entre outras. São estratégias de produção mais enraizadas (GRANOVETTER, 1985) no desenvolvimento rural. No que se refere à produção de leite, o Entrevistado nº 24 destaca que

[...] até esse momento, o leite cresceu entre os agricultores, com inclusão social, todos os que se propuseram a produzir não foram excluídos, mas já visualiza-se que o número de produtores que saem da atividade é maior do que aqueles que ingressam. Aqueles produtores que se mantêm estão aumentando a produção e é muito evidente que uma pequena parcela destes responde por um grande volume de produção de leite.

Para o entrevistado, ante o processo de modernização, são poucos os agricultores que se adaptam a um padrão altamente tecnificado e inserido na produção de *commodities*. Diante dessa realidade produtiva, os que não desejam ou não possuem as condições para atuar orientados pela modernização buscam viabilizar outros cultivos agrícolas para o mercado, para conseguir permanecer na agricultura com uma renda que atenda as necessidades do estabelecimento familiar. Diante dessa situação, evidenciaram-se atividades não-agrícolas e terceirizações de

trabalho agrícola fazendo emergir o mercado da força de trabalho. Também é importante observar que nem tudo é mercantilizado no meio rural; muitos agricultores mantêm-se no mercado porque articulam em seus processos produtivos relações não-mercantis como, por exemplo, as trocas de trabalhos entre si. Conforme o Entrevistado nº 24, trata-se de instituições tipicamente originárias da agricultura tradicional. Portanto, com práticas que valorizam um hibridismo entre a agricultura moderna e tradicional, os agricultores do tipo não convencional e do tipo em transição permanecem no mercado. Diante disso, o entrevistado destaca que,

[...] a mercantilização se aprofunda em diferentes dimensões entre os agricultores, ela não se resume ao processo de modernização da agricultura. A diversificação resultante das lógicas adotadas pelas famílias de agricultores é uma estratégia de mercantilização e uma expressão da racionalidade utilizada. Os agricultores procuram diminuir os riscos da atividade e a diversificação tem muito a ver com esta questão, bem como com visões a diminuição da penosidade do trabalho. Contudo, os agricultores querem, também, aumentar a renda. As decisões dos agricultores perpassam estas questões e isso vai tornando explícita a estratégia que orienta as atividades da família.

No processo de diversificação do sistema produtivo adotado por uma parte dos agricultores do tipo em transição, verificam-se dois aspectos fundamentais, menciona Entrevistado nº 24: de um lado, a qualidade da diversificação, que é dada, por exemplo, pela estratégia da agregação de valor aos produtos e pela busca de determinada autonomia; de outro, deve-se observar a capacidade (SEN, 2000) de diversificação, ou seja, importa analisar a capacidade de diversificação dos agricultores no momento de crise, no momento de dificuldade, no momento em que aquele paradigma produtivista entra em contestação. Essa situação pode ser percebida, por exemplo, entre os agricultores com contratos de cultivo fumo com as fumageiras. Aqueles com um baixo ou médio grau de dependência da empresa, com menos de 50 mil pés cultivados, estão em melhor situação para, rapidamente, ajustar seus sistemas produtivos; já para os fortemente dependentes (com pouca área de terra e com 100 a 200 mil pés de fumo) sua capacidade de reconverter os cultivos do sistema produtivo é extremamente dificultada (Ent. nº 24).

Alguns agricultores possuem grande capacidade de diversificação porque têm mais acesso a recursos, materiais e imateriais e mais opções produtivas, conforme observado entre os agricultores do tipo em transição. Diante disso, os agricultores

podem fazer ajustes identificando as melhores opções de relações com os mercados de produtos. No que se refere às alternativas para o processo de diversificação o Entrevistado nº 24 argumenta que “não é necessário que elas estejam em atividades, o importante é que elas existam no estabelecimento familiar e que o agricultor possa fazer uso quando necessário”.

A pluriatividade enquanto uma prática social decorrente da busca de formas alternativas de trabalho não-agrícola para garantir a sustentabilidade e a reprodução social é valorizada por parte das famílias dos agricultores do tipo não convencional e dos agricultores do tipo em transição. Analisando a pluriatividade a partir do modo como é exercida pelos próprios agricultores entrevistados, ela é realizada externamente e internamente ao estabelecimento familiar.

No interior do estabelecimento familiar, a atividade não-agrícola é realizada predominantemente pelas mulheres, constituindo-se numa estratégia de renda encontrada tanto entre os agricultores do tipo não convencional quanto entre os do tipo em transição. De acordo com a esposa do Entrevistado nº 2,

[...] existia uma demanda de produtos não-agrícolas, como pães, cucas, bolachas, entre outros. [...] uma boa oportunidade para aumentar nossa renda familiar, não dependendo somente da agricultura. O trabalho da roça é do meu marido, o meu, além de cuidar das atividades domésticas, é produzir panificados em minha pequena unidade industrial.

No ambiente externo ao estabelecimento familiar, a pluriatividade é exercida tanto pelos homens quanto pelas mulheres. Para o Entrevistado nº 11 e o Entrevistado nº 17, ambos agricultores do tipo não convencional, o trabalho externo ao estabelecimento oferece uma renda complementar, maior estabilidade financeira familiar e uma qualidade de vida, fundamental para a permanência na atividade agrícola. O Entrevistado nº 27, extensionista, argumentou que, se nos anos 1970-1980, uma boa safra anual permitia aos agricultores viver um ano sem grandes dificuldades financeiras, atualmente não ocorre mais essa situação. Um conjunto de novas necessidades foi criado no âmbito da unidade familiar e da unidade de produção que passou a demandar dos agricultores uma ampliação da relação com o mercado e, por sua vez, maior demanda de uma renda. E, de acordo com o Entrevistado nº 24, quanto maior for o investimento em educação realizado por quem realiza a pluriatividade, maior é a renda não-agrícola.

Entre alguns dos agricultores do tipo convencional, observou-se ser importante uma renda de base agrícola obtida fora do estabelecimento familiar, com a venda de serviços de máquinas e equipamentos, tanto para outros agricultores familiares do local quanto para agricultores empresariais e/ou empresas agrícolas. Tal estratégia é exercida predominantemente por parte dos médios e grandes agricultores do tipo convencional que produzem cereais. Conforme o Entrevistado nº 4,

[...] tenho um parque de máquinas e equipamentos para trabalhar com cerca de 200 ha de área plantada, mas estou em uma área própria para lavoura de apenas 50 ha. Representa um capital elevado na unidade de produção e tem um custo de manutenção anual. [...] o trabalho externo com venda de serviços de máquinas é um estratégia complementar de renda e capitalização. [...] tenho uns clientes que já são certos, tanto vizinhos a minha propriedade quanto fora da região do Sudoeste. [...] para isso faço minha planta escalonada de forma a poder prestar esses serviços externos.

Essa realidade vivenciada pelo entrevistado da região do Sudoeste do Paraná é compartilhada pelos Entrevistado nº 14 e nº 12 da região Oeste. Para o Entrevistado nº 12, agricultor que possui uma área de terra reduzida, “é preciso ter um uma renda complementar, [...] pois para viver medianamente bem somente com o cultivo de cereais é preciso ter uma área de terra para lavouras superior a 50 ha”.

4.1.2 Mecanismos de comercialização

O propósito aqui é verificar quais são os mecanismos de comercialização utilizados - pelos agricultores familiares modernos entrevistados - no processo de comercialização dos produtos agropecuários e dos produtos de valor agregado bem como identificar os aspectos considerados ao acessarem diferentes mecanismos de comercialização.

Com base nas entrevistas e tendo como referência as contribuições de Wilkinson (2008), os mecanismos de comercialização utilizados pelos agricultores podem ser classificados como: de proximidade (comércio local e regional); o institucional (comércio de compras realizadas por instituições públicas); de nicho (comércio dos produtos orgânicos) e virtual (comércio dos produtos de *commodities*,

integrando a intermediação comercial do atravessador, da cooperativa ou da empresa privada).

Os agricultores do tipo não convencional, ao estabelecerem relações de venda de produtos usam, predominantemente, os mecanismos de comercialização de proximidade, o institucional e o de nicho. Entre tais mecanismos, nos dias atuais, o institucional vem ganhando importância no volume total comercializado, responsável por canalizar mais da metade da produção de parte desses agricultores. Contudo, nem todos os agricultores do tipo não convencional relacionam-se, ao mesmo tempo, com os três mecanismos de comercialização.

O comércio de proximidade é constituído predominantemente pelas feiras livres, a venda direta dos produtores nas casas dos consumidores e pelas lojas municipais sob gestão dos agricultores, sob a forma jurídica de associação e/ou cooperativa. Alguns agricultores, devido a sua proximidade com áreas urbanas e/ou rodovias, também comercializam seus produtos no interior do estabelecimento familiar. Muitos consumidores preferem colher os produtos e/ou abater uma ave ou leitão no estabelecimento do produtor, desejam fazer essas atividades e ficam satisfeitos por preparar os próprios produtos de seu consumo (Ent. nº 11; Ent. nº 2).

No mercado de produtos com venda local, parte dos produtos comercializados pelos agricultores do tipo não convencional encontra-se regularizado através da vigilância sanitária municipal, incluindo a capacitação em boas práticas de produção e fabricação; outra parte é produzida com base nas práticas agrícolas tradicionais e de fabricação artesanal. Para o Entrevistado nº 2, que passou pela experiência de venda dos produtos em feira livre e, atualmente, vende parte de sua produção diretamente nas casas dos consumidores,

[...] temos e vamos construindo relações de confiança com os consumidores; o diferencial dos nossos produtos está na produção agroecológica, fabricação artesanal e por serem produtos frescos. Como dizem os consumidores: “eu não compro carne no supermercado, eu compro de você porque sei o que estou comendo”. [...] muitos dos que compram nossos produtos eram nossos vizinhos, alguns são parentes, outros, por nos conhecerem, eles toda semana estão nos aguardando.

Algumas lojas municipais de comercialização dos produtos possuem anexo uma cozinha industrial de processamento de produtos da hortifruticultura, conforme evidenciado na Associação de Pequenos Agricultores de Verê (Apave). O trabalho

na cozinha da Apave é realizado, predominantemente, pelas mulheres agricultores associadas, nas atividades de limpeza, seleção e embalagem dos produtos bem como na fabricação de doces e conservas. Desse modo, a família do Entrevistado nº 11, além de comercializar sua produção na loja da Apave, participa no trabalho gerado pela unidade de processamento.

Os eventos festivos municipais e regionais são também momentos privilegiados de comercialização para os agricultores do tipo não convencional. Em Capanema, o envolvimento do Entrevistado nº 5 ocorre durante a Feira do Melado, realizada anualmente, tornando-se um importante espaço para a comercialização dos produtos coloniais.

Para a maioria dos entrevistadas do tipo não convencional, está ocorrendo uma melhoria nas condições de vida das famílias que residem na área urbana, com mais trabalho e mais renda familiar, contribuindo para o aumento das vendas no comércio local. Na opinião do Entrevistado nº 11, o comércio local é prioritário, “depois de atender o comércio de proximidade é o comércio institucional que tem prioridade”.

O mecanismo institucional de comercialização, constituído pelas compras públicas, em particular para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA²⁴) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), representa um canal de comércio em processo de expansão e de consolidação. Todos os agricultores do tipo não convencional entrevistados fazem uso desse mecanismo para acessar o mercado de produtos. A Associação Apave comercializou por meio do PAA, em 2010, mais de 30 tipos de produtos hortifrutigranjeiros.

As operações de vendas por meio do mecanismo institucional impõem aos agricultores do tipo não convencional a necessidade de conhecimento relacionado, por exemplo, ao processo de licitação pública, à organização da produção e de sua distribuição nos locais de consumo. Os principais desafios vivenciados por eles referem-se tanto àqueles ligados ao processo produtivo e beneficiamento dos produtos (diversidade, qualidade e apresentação) quanto aos externos ao

²⁴ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O PAA também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos. (site: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>, acessado no dia 08 de junho de 2012.

estabelecimento familiar, como a organização social dos agricultores em associações e/ou cooperativas e o atendimento às normas de licitação pública, escala e distribuição dos alimentos. Para comercializar por meio do mecanismo institucional, esses agricultores valorizam o apoio de suas organizações, em particular os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e as cooperativas, órgãos públicos do município e do Estado e parcerias com Universidades através de Projetos de Extensão (Ent. nº 23; Ent. nº 19; Ent. nº 35). De acordo com os agricultores entrevistados, está ocorrendo entre eles um aprendizado coletivo para atuar no mecanismo de comercialização institucional. “[...] no início, conseguimos incluir no projeto apenas 5 a 6 produtos, hoje, passados mais de 5 anos, estamos conseguindo aumentar para mais de 30 produtos. Estamos aproveitando tudo o que temos nas propriedades” (Ent. nº 11).

O comércio de nicho para os produtos orgânicos é realizado com os supermercados regionais e o Mercado Público de Curitiba. De acordo com parte dos agricultores do tipo não convencional, esse mecanismo de comercialização é utilizado na medida em que os demais mecanismos, o de proximidade e o institucional, estão com as suas demandas atendidas. Diante da estratégia de valorizar o mecanismo local e o mecanismo institucional, o Entrevistado nº 11 argumenta que é muito frequente haver demandas dos mercados regionais: “os mercados ligam para nós [da Apave] dizendo: o consumidor está procurando, nos queremos produtos orgânicos, [e, responde] nós não temos para fornecer”.

Todos os agricultores do tipo não convencional entrevistados que comercializam produtos orgânicos fazem uso do selo de certificação da Rede Ecovida para acessar os mercados dos produtos orgânicos. Em Coronel Vivida, o Entrevistado de nº 2 comercializa açúcar mascavo e feijão no Supermercado com o selo de certificação da Rede Ecovida: “faço isso porque posso ampliar o número de consumidores”.

De forma bastante diferenciada frente ao exposto acima, os agricultores do tipo convencional estabelecem relações mercantis por meio do mecanismo virtual de comercialização, o mercado de *commodities*. Mecanismo este que desafia os agricultores convencionais, conforme observado nas entrevistas, a desenvolverem condutas agrícolas que visem à constante busca de escalas produtivas e à padronização da produção. Tais agricultores, ao estabelecerem relações comerciais

a partir do mecanismo virtual, integram um processo de comercialização que envolve atores econômicos que atuam a partir da dinâmica das cadeias produtivas; estão eles submetidos a relações de comercialização que prescindem de um contato direto com atores hegemônicos da cadeia produtiva, tanto com eles próprios quanto com o que foi produzido.

Desse modo, os agricultores do tipo convencional relacionam-se com um mecanismo de comercialização, cujo padrão de referência, com caráter de universalização, é definido por certos valores como aspectos subjetivos que orientam as condutas, que representam apenas interesse setoriais de alguns setores dominantes ou resultam de um consenso mais amplamente negociado na cadeia produtiva (WILKINSON, 2008). São valores incorporados na conduta dos agricultores que passam a produzir a partir de padrões universalizados e de normas técnicas produtivas que atuam, não somente sobre o produto comercializado, senão também sobre os processos produtivos e os próprios agricultores. Para o Entrevistado nº 4, produtor de cereais, com esse mecanismo de comercialização,

[...] o preço varia muito com a lei da oferta e procura, um ano em alta e outro em baixa. O comportamento dos preços dos produtos no mercado dos cereais [...] é muito volátil e o governo não oferece uma garantia de preço, uma segurança para que o produtor consiga vender e ganhar dinheiro.

Com uma experiência familiar de produção de suínos de ciclo completo, desde os anos de 1975, o Entrevistado nº 29, integrado a uma agroindústria do setor, nos dias atuais, orienta a atividade produtiva somente para a produção de leitões. Contudo, nos primeiros anos de 2000, o projeto produtivo estava estruturado para a fase de criar os leitões e a de creche, para posterior distribuição dos leitões aos suinocultores terminadores. Até os primeiros anos de 2000, todo o trabalho com a suinocultura era realizado com os membros da família. Atualmente, o entrevistado possui 550 matrizes, com planejamento para chegar a 800, somente realizando a fase de cria de leitões, os quais devem alcançar em 23 dias um peso entre 7 a 9 kg. A fase de creche passou para outro suinocultor da região que recebe leitões de vários criadores, denominado de checheiro, que pode cuidar de um plantel de até 10 mil leitões em fase de creche num único estabelecimento. Diante da necessidade de

aumentar o plantel de matrizes, o suinocultor entrevistado está com trabalhadores externos à unidade familiar para desenvolver a produção. Para o Entrevistado nº 29,

[...] as últimas inovações no interior da cadeia de carnes de suínos diminuí os riscos para o produtor. Antes, tinha morte na creche e na terminação, tinha que assumir sozinho [o produtor] as despesas. Hoje, se você der uma ração adequada para os leitões e um bom ambiente, com 23 dias ele chega a 7,5 kg, aí você recebe 18 reais por leitão. Se baixar a média para 6 kg, ganha-se R\$ 15,00. Então, R\$ 3,00 em 10 mil leitões por ano são R\$ 30 mil. Aí é que está. Você tem que elevar o peso para chegar no teto do valor. [...] quem estiver fora da integração, hoje, está quebrado [inviabilizado economicamente]. Minha família não poderia viver como se encontra hoje, com boas condições de vida, só com os cereais numa área de apenas 45 ha de lavoura, produzindo milho e soja com alta tecnologia.

Para o entrevistado, se tivesse que começar a produzir suínos hoje, “sem poder aproveitar o que tinha do sistema anterior [ciclo completo] não faria mais”. Para ele, uma suinocultura com mil matrizes nas condições tecnológicas exigidas pelas agroindústrias necessita de muito capital financeiro, “são milhões de reais, minha terra [45 ha] não vale um milhão, não conseguiria fazer”. De acordo com o entrevistado, está evidente que a empresa integradora atua com a estratégia de “ter números maiores na granja [mais matrizes], menos donos [integrados] e mais qualidade, com lotes uniformes e quantidade [escala]”. Ao comentar sobre o desenvolvimento tecnológico, destacou: “eu pensava assim há uns poucos anos: o dia em que a suinocultura estiver no patamar tecnológico da avicultura está bem, pois chegou”.

O Entrevistado nº 29 destacou também que, entre os agricultores convencionais produtores de leite há uma tendência semelhante. Entre os agricultores do tipo convencional entrevistados que produzem leite, verificou-se que as empresas de laticínios vêm exigindo padrões elevados de qualidade, padronização e aumento de escala, conduzindo esses agricultores a uma dinâmica de produção intensiva e concentrada. Observou-se que esses agricultores familiares que possuem área superior a 30 ha de terra para cultivos e que possuem um plantel de cerca de 40 matrizes leiteiras situavam-se numa tensão decisória entre, por um lado, estabilizar a produção de leite com os animais, a partir da estratégia de piquetes de pastejo, e/ou por outro, migrar para o sistema de produção intensivo com os animais confinados,

podendo vir a adotar a produção de leite conhecido como modelo tecnológico do *Free Stall*. Para um dos agricultores entrevistados, que adotou esse sistema de produção de leite, os resultados em termos de qualidade do produto e a escala de produção estavam, no momento da entrevista, superando as suas próprias expectativas. Disse estar satisfeito com o resultado econômico da atividade e, mais, que o trabalho no modelo *Free Stall* é menos penoso do que era antes de promover a mudança tecnológica.

De acordo com o Entrevistado nº 24, professor, o mecanismo virtual de comercialização, com seus indicadores de escala e de eficiência, está motivando os agricultores familiares a um processo de produção intensiva e especializada. Esta realidade da agricultura pode levar a sociedade a uma situação de insegurança alimentar. A concentração da produção de aves e de suínos e sua corrida tecnológica já estão bem evidenciadas; nesse momento, argumenta o entrevistado, pode-se constatar uma tendência à concentração na produção de leite dos agricultores familiares. No município de Itapejara d'Oeste, atualmente, apenas um produtor de leite é responsável por 20% do leite produzido no município.

Os agricultores do tipo em transição entrevistados, em sua maioria, usam tanto os mecanismos de proximidade e o institucional de comercialização quanto o mecanismo virtual. Conforme destacado anteriormente ao descrever os produtos comerciais desses agricultores, pode-se observar que eles estão em processo de ajustes dos sistemas produtivos, portanto, fazem uso dos diferentes mecanismos de comercialização, com exceção do mecanismo de produtos orgânicos. Assim, a valorização maior de um ou de outro mecanismo para acessar o mercado está ligada à dinâmica da unidade produtiva adotada pelo agricultor. As entrevistas evidenciaram uma tendência de diminuição na produção comercial de cereais e de fumo, diminuindo, portanto, a importância do mecanismo virtual para comercializar. A produção de leite, ao operar como âncora financeira para as famílias, possibilita que os agricultores façam uso de ambos os mecanismos de mercado. Para a ampla maioria dos entrevistados, a produção de leite está dirigida ao grande mercado (mecanismo virtual).

Ao mesmo tempo, para parte dos agricultores do tipo em transição está ganhando importância o comércio de proximidade e o institucional. Isso foi observado na medida em que alguns dos agricultores entrevistados passaram a

valorizar, por exemplo, atividades ligadas à hortifruticultura e piscicultura em seus sistemas produtivos bem como atividades de processamento dessas matérias primas em pequenas unidades agroindustriais. O Entrevistado nº 33, por exemplo, decidiu reduzir a área de plantio de fumo e de cereais para ampliar a atividade leiteira e o cultivo de frutíferas. A comercialização das frutas é realizada localmente, nos supermercados locais, na rodovia que passa ao lado da propriedade e, principalmente, na estratégia da prática “colher e pagar”²⁵. Conforme o entrevistado, a experiência do comércio de proximidade favoreceu a ampliação do cultivo de frutíferas numa lógica que possibilita ficar com o maior período possível do pomar em produção. Para isso, ampliou os cultivos de frutíferas (maçãs, pêssegos e ameixas, caquis, uvas e outros) com diferentes ciclos produtivos (curto e longo) de maneira a permanecer o maior período possível com o comércio de frutas em seu estabelecimento familiar. Nas palavras do agricultor,

[...] vendemos na forma do “colhe e pague”, realizamos isso já há mais de 5 anos. As pessoas vêm colher os produtos para seu consumo. Para nós, isso é vantajoso, pois não temos custo na colheita, de transporte para o mercado e nem de perdas [sobras do supermercado]. Para o consumidor, ele tem frutas a preços mais acessíveis [aproximadamente 50% do valor pago em um supermercado] e pode vivenciar o processo da colheita daquilo que vai comer. Ficam gratificados por fazer a própria colheita.

Na venda dos produtos de casa em casa, o Entrevistado nº 10 consegue obter importante renda complementar para atender as necessidades familiares. Esta forma de comercialização está relacionada com as dificuldades crescentes vivenciadas pela família com a produção de cereais (milho e soja). Duas vezes por semana, o casal dirige-se aos bairros de Francisco Beltrão para realizar a venda do queijo artesanal, diversos tipos de panificados, doces, mel e vinagre, entre outros produtos. De acordo com a esposa do agricultor entrevistado, o comércio local representa

[...] uma terapia diante da crise vivida com o cultivo de cereais. Voltamos das vendas locais oxigenados pela realidade, pela oportunidade de conhecer tantas pessoas e poder produzir comida colonial. [...] a experiência contribui para manter a esperança de

²⁵ Esta última forma de comercializar é uma prática mais difundida entre os piscicultores com a experiência do “pescue e pague”.

permanecer na agricultura, pois somente com as lavouras estamos tendo dificuldade. Pagamos arrendamento e compramos serviços de máquinas para realizar os cultivos de cereais, temos custos de produção elevados com esses cultivos de cereais.

As entrevistas realizadas com os agricultores do tipo em transição permitiram verificar que, para alguns estabelecimentos familiares a alternativa de renda complementar é realizada com a venda de trabalho fora do estabelecimento familiar.

Os ajustes produtivos realizados por esses agricultores objetivam a sustentabilidade social e, para isso, passam a valorizar os diferentes mecanismos de comercialização. Essa experiência implica aos agricultores o desenvolvimento de capacidade para transformar e/ou (re)valorizar processos e produtos para acessar os mecanismos de comercialização.

4.1.3 A produção para consumo no estabelecimento familiar

A diversidade de condutas adotadas pelos agricultores nas relações com o mercado também é verificada no que se refere à produção para consumo do estabelecimento familiar. Nessa produção para consumo encontra-se a produção de subsistência familiar que não incorpora valor monetário e também a produção produzida com o propósito de obter valor no mercado.

Os agricultores do tipo não convencional entrevistados são aqueles que possuem uma forte produção para consumo, tanto aquela destinada à subsistência familiar quanto a destinada a obter valor de mercado. Para esses agricultores, o projeto familiar contempla, de forma contundente, a produção para consumo como uma estratégia de autonomia produtiva; é um dos pilares da agricultura agroecológica. Conforme Entrevistado nº 2, uma produção agroecológica tem sua autonomia no processo produtivo quando o agricultor possui uma forte produção para consumo, dependendo o mínimo possível dos insumos agrícolas externos ao estabelecimento familiar tanto para a subsistência da família quanto para a produção objetivando obter valor comercial.

Conforme se evidenciou, o milho produzido pelos agricultores do tipo não convencional esta destinado a alimentação dos animais cujos produtos (ovos, carnes, leite) são destinados à subsistência da família e ao comércio. Da mesma

forma, pequenas áreas de reflorestamento desses agricultores fornecem lenha para uso no estabelecimento e para a obtenção de renda. O Entrevistado nº 11, argumenta que, mesmo podendo comprar no mercado os insumos de que necessita para produzir de maneira orgânica,

[...] produzo desde o substrato para o plantio das hortaliças, construo os pequenos equipamentos necessários para o beneficiamento dos produtos, como o equipamento para lavar cenoura, fazer plantio. Valorizo o esterco dos animais existentes na propriedade e, desta forma, tenho o próprio composto para adubar as áreas de cultivo. Priorizo o uso de adubos verdes entre as frutíferas bem como as caldas necessárias para realizar as diversas aplicações contra as pragas e doenças, são produzidas na própria propriedade.

Os agricultores do tipo convencional adotam uma conduta contrária a dos agricultores do tipo não convencional na produção para consumo. Para esses agricultores, a produção de subsistência é fracamente valorizada e a produção interna ao estabelecimento com finalidade comercial é praticamente inexistente, com exceção para os que possuem a atividade leiteira em seus sistemas produtivos. Os produtores de leite produzem as forragens de que necessitam para alimentar os animais, adquirindo do mercado os insumos necessários para a produção de forragem, a ração e os medicamentos dos animais.

Os agricultores do tipo convencional que atuam com o cultivo de cereais compram no mercado todos insumos de que necessitam para o processo de produção. Os que possuem contrato de integração com as agroindústrias de aves e de suínos recebem, em suas unidades de produção, os insumos necessários ao processo produtivo. Conforme destacou o Entrevistado nº 29, agora os criadores de leitões recebem as matrizes da empresa, não sendo mais capital produtivo do suinocultor.

As condutas dos agricultores do tipo convencional estão orientadas para práticas que dinamizam sistemas produtivos orientados pela lógica da eficiência, da escala e da especialização produtiva; uma produção altamente dependente de insumos externos e totalmente dirigida para obter renda agrícola. E, portanto, o tipo de agricultores que se dirigem mais fortemente no mercado para atender suas necessidades de subsistência e para o processo produtivo. O Entrevistado nº 30 “priorizar o trabalho na atividade de renda da família. [Para ele] é mais importante ter

duas ou três vacas a mais no rebanho do que dedicar meu tempo de trabalho na produção para consumo, para subsistência da família”.

A produção para consumo dos agricultores do tipo em transição situa-se entre os agricultores do tipo não convencional e os agricultores do tipo convencional. Entre esses agricultores, há uma variação expressiva de condutas relacionadas às diferentes estratégias de ajustes aos sistemas produtivos. Enquanto algumas famílias mantêm alguns produtos de subsistência, tradicionalmente produzidos, como leite, queijo, carne de porco e derivados, aves, ovos, produtos da horta, entre outros produtos; há famílias, nas palavras do Entrevistado nº 21, que “já abriram mão dessas atividades, comprando esses produtos no mercado”. O próprio entrevistado argumenta que ainda produz, em seu estabelecimento o salame e os demais derivados da carne de porco, contudo, para produzir o porco, ele compra leitões com peso entre 20 a 30 kg e a ração necessária para criar o suíno. O Entrevistado nº 10 argumenta que vem reduzindo a produção para subsistência familiar de origem animal, passando a comprar no mercado. A esposa do Entrevistado nº 15, que trabalha fora do estabelecimento familiar uma parte do tempo, destaca que se dedica a cuidar da horta somente para produzir temperos e compra os demais produtos da horta.

Objetivando obter valor no mercado com a produção para consumo observou-se uma variação entre os agricultores do tipo em transição. Entre os agricultores entrevistados, existe uma forte presença da produção de milho (para silagem) e de forrageiras para alimentação dos animais leiteiros. Alguns dos agricultores que possuem pequenas agroindústrias produzem parte da produção da matéria prima, como é o caso dos sucos de uva e vinhos do Entrevistado nº 7 e da produção dos derivados da cana-de-açúcar do Entrevistado nº 5 e nº 2.

Para o Entrevistado nº 22, pesquisador, estudos demonstram que a produção para consumo é fraca entre os agricultores do tipo convencional e forte para os agricultores do tipo não convencional. Para estes, é a produção de consumo que possibilita explicar a sustentabilidade social dos estabelecimentos familiares; para estes agricultores a renda é a soma da produção para consumo mais a produção comercial.

4.2 Condutas tecnológicas dos agricultores

4.2.1 Máquinas, equipamentos e instalações

Os agricultores do tipo não convencional possuem, em suas unidades de produção, equipamentos tradicionais, de pequeno porte e adaptados às práticas da agricultura agroecológica. Parte deles agricultores fazem uso de tração animal para realizar parte das operações produtivas. O Entrevistado nº 17 faz uso da plantadeira de plantio direto com tração animal para plantar a área de milho destinada ao consumo do estabelecimento. Para o entrevistado, que cultivava uma lavoura de milho de 4 ha, “o plantio direto com tração animal sobre a palhada não exige de muito esforço físico; [...] muito diferente de vários anos atrás em que se passava cerca de 90 dias preparando a lavoura [revolvendo o solo] com arado de boi”. Conforme ele, no período anterior, o trabalho era demasiado e resultava em pouca produtividade. O transporte da cana-de-açúcar da lavoura até a unidade de processamento é realizada com tração animal, “tudo o que temos de equipamentos é para uso de tração animal”, destaca o Entrevistado nº 2.

Além de valorizar equipamentos de pequeno porte e a tração animal, alguns agricultores do tipo não convencional compram serviços de máquinas de terceiros, em particular para fazerem o plantio do milho para consumo no estabelecimento (Ent. nº 2; Ent. nº 19; Ent. nº 35). Esta conduta tem o propósito de reduzir o esforço físico; nas palavras do Entrevistado nº 2, “facilitar os trabalhos”. Alguns desses agricultores planejam investir em novos equipamentos e na tração mecânica (trator de pequeno porte); para estes, não se trata de promover uma ruptura da estratégia de produção, mas sim de continuidade e com menor esforço físico.

Os agricultores do tipo não convencional que comercializam leite fazem uso de ordenhadeira mecânica e de equipamento apropriado para resfriamento do leite (imersão e/ou expansão).

As instalações desses agricultores são, de modo geral, rústicas e adaptadas às atividades desenvolvidas no sistema de produção; alguns agricultores possuem galpões para armazenamento da produção para consumo; outros, pequenos silos de concreto com capacidade de armazenamento de até 500 sacas de milho a granel e barracões para abrigo dos equipamentos e máquinas, quando existentes.

Os agricultores do tipo não convencional que verticalizaram a produção possuem unidades de processamento de pequeno porte (área construída de aproximadamente 150 m²), podendo ser de forma individual ou associativa. Outras famílias possuem salas industriais para fabrico dos panificados diversos, de pequeno porte. Contudo, é importante destacar que nem todos os agricultores que adotam a estratégia de agregar valor aos produtos possuem espaço específico para o processamento e armazenagem dos produtos.

Os agricultores do tipo convencional, de modo geral, possuem um parque de máquinas e equipamentos expressivos e atualizados com as últimas inovações tecnológicas disponíveis do setor. Os agricultores que também atuam na produção animal (suínos, aves, gado leiteiro) possuem instalações automatizadas, como é o caso dos avicultores, e/ou em processo de automatização acelerada na suinocultura e na produção de leite.

Para realizar o cultivo de cereais, esses agricultores possuem um conjunto básico de equipamentos constituído de plantadeira de plantio direto, distribuidor de ureia, pulverizadores, graneleiros e, ainda, dois tratores, sendo um de potência maior para realizar os serviços mais pesados, como o plantio direto, e outro de potência menor para os serviços leves, entre eles, fazer as aplicações de defensivos e herbicidas. Porém, parte desses agricultores do tipo convencional possui também colheitadeiras e caminhões para realizar o transporte dos cereais. Aqueles que não possuem estes últimos bens passam a comprar esses serviços de colheita e transporte da safra agrícola. De acordo com os entrevistados, os que compram esses serviços são, em geral, os que possuem uma quantidade menor área de terra destinada às lavouras e/ou dedicam parte da área à produção de leite. Alguns agricultores com produção de leite e de cereais possuem coletivamente apenas equipamentos, como para plantio direto e o pulverizador, mas cada um dos agricultores do grupo coletivo possui um trator com alta potência (Ent. nº 26; Ent. nº 31).

Conforme se observou nas entrevistas, as máquinas e equipamentos recebem manutenção constante e são abrigados em barracões específicos. Como argumentou o Entrevistado nº 12, “não podemos nem imaginar em pleno período de safra ficar com equipamentos e máquinas parados por falta de manutenção; no cultivo de cereais, tem muito dinheiro em risco e o tempo é valioso”. Contudo,

constatou-se a existência de agricultores convencionais com um parque de máquinas e equipamentos com mais de 15 anos de uso. Essa situação pode indicar que esses agricultores encontram-se com dificuldade para renovar o parque de máquinas e de equipamentos, colocando em risco a sua permanência futura na atividade produtiva.

Com a existência de políticas públicas do Governo (PRONAF), a maior parte dos agricultores do tipo convencional conseguiu, nos últimos anos, adquirir máquinas e equipamentos novos e com tecnologia de ponta. Diante dessa possibilidade, esses agricultores incorporam máquinas e equipamentos novos aos existentes, o que lhes permite acompanhar as inovações do setor. Embora, conforme destacado acima, alguns agricultores estejam conseguindo apenas fazer a manutenção de seus bens.

Tem sido recorrente, entre os agricultores do tipo convencional, o argumento de que o parque de máquinas e equipamentos que possuem representa um elevado capital e está subutilizado. Entre os fatores explicativos, destaca-se o bloqueio fundiário da maioria dos estabelecimentos familiares. Essa realidade contribui para explicar porque parte deles vendem serviços de máquinas e equipamentos a terceiros. Uma conduta que objetiva tanto uma estratégia de capitalização quanto obtenção de renda de base agrícola fora do estabelecimento familiar.

Não se observou, entre os agricultores do tipo convencional estudados, instalações destinadas ao armazenamento de grãos. Todos depositam a produção colhida em silos das empresas privadas e/ou em cooperativas empresariais para posterior comercialização. Mas, aqueles que se dedicam à atividade leiteira possuem instalações dentro das condições de manejo animal e de higiene do processo produtivo exigidos pelas grandes agroindústrias do setor. Os estábulos encontram-se estruturados com salas de ordenha, sala para armazenamento do leite, espaço próprios para alimentação dos animais e estrutura para manejo sanitário dos animais. A ordenha é realizada de forma mecânica, com sistema de leite canalizado e/ou com uso de transferidor de leite para o tanque de expansão. Ainda, faz parte da estrutura física dos estabelecimentos leiteiros especializados baias para criação de bezerras, esterqueiras, silos para o armazenamento da silagem e equipamentos para a produção de silagem e roçadeiras mecânicas, entre outros equipamentos afins.

Os agricultores do tipo convencional, que somente possuem a atividade leiteira também possuem um trator de porte médio, máquinas e equipamentos para produção de parte da alimentação forrageira dos animais, em particular para a produção de silagem.

Os agricultores do tipo convencional com contratos de integração com as grandes agroindústrias (empresas privadas e cooperativas empresariais) tanto na produção de aves quanto na de suínos, possuem instalações (aviários e pocilgas) e equipamentos com tecnologia avançada, praticamente todas as atividades encontram-se automatizados ou semiautomatizadas. Os integrados que ainda não possuem o sistema produtivo automatizado estão sendo compelidos a implementar investimentos com o propósito de obter o máximo de produtividade. O Entrevistado nº 25, que possui três aviários (2500 m²) e uma experiência de 14 anos com avicultura, estava no momento da entrevista encaminhando projeto para implementar mudanças tecnológicas, demandadas pela empresa integradora, objetivando automatizar as operações produtivas. Conforme ele,

Se não realizar esses investimentos, a empresa, num primeiro momento, vai remunerando menos os lotes de aves. Constantemente estão pressionando o produtor para as inovações, portanto, ou o avicultor implementa os ajustes ou vai se planejando para sair da atividade. Se sair, o que fazer com todo o investimento realizado?.

Com quatro aviários (4800 m²) para criação de perus totalmente automatizados e há dez anos como agricultor integrado, o Entrevistado nº 34 destaca que seu trabalho agrícola é de “apenas acompanhar o crescimento das aves e apertar alguns botões quando necessário”. Para o Entrevistado nº 29, a instalação para as matrizes de suínos que estão na fase de gestação deve garantir condições para que os animais não se agredam (bacias individuais). Esse manejo contribui para evitar leitões natimortos, perdas de ração e tornar mais fácil a limpeza, entre outros aspectos do manejo do animal. Na terminação de suínos, as instalações são construídas de forma a ter um fluxo que facilite tanto a chegada dos suínos para terminação quanto o processo de carregamento dos animais. Ainda, os cochos de ração são semiautomáticos para propiciar aos suínos acesso a água e ração ao mesmo tempo; dessa forma, os suínos passam a se alimentar com uma ‘ração umedecida’. Com essas instalações e equipamentos modernizados, o produtor de

suínos terminação fornece ração apenas uma vez ao dia, praticamente toda ela de forma mecânica e, a cada dois ou três dias, dedica-se a limpeza das instalações.

De acordo com esses agricultores integrados, ante as inovações tecnológicas existentes e os novos procedimentos adotados pelas agroindústrias, o agricultor integrado não participa nem mais do trabalho de carregamento de aves e de suínos, todo esse trabalho é realizado pelos trabalhadores da própria empresa integradora. O Entrevistado nº 29 fica espantado com a rapidez com que as inovações tecnológicas existentes na avicultura chegaram também à produção de suínos,

Há dez anos, não se falava de cortina dentro do chiqueiro, não se falava de aquecimento na maternidade ou de uma creche; hoje estamos no patamar da avicultura, no mesmo nível tecnológico (aquecimento, ração, instalações, cortina, equipamentos, plantar árvores em torno das instalações,...), está bom para trabalhar. Precisa-se de recursos [financeiros] elevados para investimentos [...], e, hoje, com essas tecnologias, com três pessoas pode-se cuidar uma suinocultura com mil matrizes.

Para os agricultores do tipo em transição que estão em processo de ajustes dos sistemas produtivos verificou-se a existência de uma situação muito próxima entre eles quanto à presença de máquinas e equipamentos em seus estabelecimentos. Isso quer dizer que poucos possuem, por exemplo, um trator e um pulverizador na unidade de produção com menos de 10 anos de uso. A ampla maioria desses agricultores compra os serviços de máquinas necessários para realizar os cultivos de cereais, com ênfase para os serviços de plantio direto, de colheita e transporte dos cereais.

Contudo, é possível observar uma pequena variação entre esses agricultores quanto a máquinas e equipamentos. Recentemente, o Entrevistado nº 29, juntamente com mais três irmãos, aproveitaram o crédito do Programa Mais Alimento, do Governo Federal, e comprou, em parte iguais entre os membros do grupo coletivo, um trator de potência média para realizar parte dos serviços da lavoura. Segundo ele, isso foi necessário devido aos custos elevados da compra de horas máquinas para realizar a produção de cereais e diminuir os riscos das culturas devido ao atraso no plantio. O Entrevistado nº 21, que representa parte significativa dos agricultores do tipo em transição, possui um trator com mais de 20 anos de uso, um carretão agrícola, entre outros pequenos equipamentos tradicionais, utilizados para recolher o fumo da lavoura, para a produção de silagem e demais serviços

cotidianos da unidade de produção. O Entrevistado nº 15, por sua vez, compra todos os serviços para fazer as lavouras de milho e soja, possuindo somente equipamentos de tração animal. Conforme ele, os custos da lavoura de soja ficam superiores a 60% da renda bruta, mostrando ser pouco viável o plantio desses cereais, e que “[...] não é mais possível fazer lavouras de soja e milho de forma manual, somente em alguns “cantos” da propriedade”.

As instalações utilizadas na produção de cereais dos agricultores do tipo em transição são rústicas, simples e de madeira, com mais de 20 anos de uso, em sua maioria. Uma parcela expressiva desses agricultores, com ênfase nos últimos dez anos, passou a incorporar o leite no sistema de produção objetivando renda. Diante disso, esses agricultores passaram a reaproveitar instalações antes utilizadas na produção de fumo (galpões) e de suínos (chiqueiros). Desse modo, para uma grande parcela de produtores, a produção de leite passa a ser realizada em instalações adaptadas, portanto, estábulos rústicos para a atividade de ordenha e de criação de bezerras. As famílias que produzem uma quantidade expressiva de leite, cerca de 70 ou mais litros/ leite/dia, possuem estábulos com infraestrutura mais adequada à produção (salas de ordenha, de armazenamento do leite e de alimentação dos animais) oferecendo melhores condições higiênicas e de manejo dos animais. Todos os agricultores entrevistados realizam a ordenha dos animais de forma mecânica simples (taro ao pé da vaca) e possuem um sistema de resfriamento do leite por imersão ou expansão.

Alguns agricultores do tipo em transição passaram a verticalizar a produção em suas unidades produtivas. Para desenvolver a atividade, possuem pequenas unidades agroindústrias, em sua maioria, formalizadas a partir da legislação municipal (Sistema de Inspeção Municipal).

4.2.2 Genética vegetal e animal

Em seus sistemas produtivos, os agricultores do tipo não convencional fazem uso de sementes crioulas e/ou de variedades adaptadas aos locais para a produção de cereais. O Entrevistado de nº 17 argumentou que, para produzir sua própria semente de milho, observa um período de 28 dias entre os cultivos para evitar contaminação cruzada entre os tipos e também toma cuidado com o plantio das

lavouras de milho dos vizinhos. Conforme ele, “sempre adianto o plantio de milho e busco ajustar o plantio de forma a evitar o cruzamento com as lavouras de milho do vizinho”.

Na produção de leite, predomina o uso de animais mestiços e não especializados. Porém, para alguns dos produtores que realizam a atividade leiteira, tem maior importância econômica a raça Jersey, valorizando sua capacidade produtiva e adaptação desses animais às condições da produção agroecológica. A produção de suínos contempla tanto animais mestiços, de raças comuns quanto animais de raças melhoradas. Conforme observado no estabelecimento do Entrevistado de nº 2, a produção de suínos de raças melhoradas está ligada ao desejo dos consumidores que preferem carne suína com menor teor de gordura. Na produção de aves, predominam raças crioulas e o Entrevistado de nº 2 é um agricultor guardião da raça Galinha Carijó.

Nos cultivos de hortifruticultura, os agricultores do tipo não convencional fazem uso de sementes e mudas frutíferas melhoradas, adaptadas ao local e que tenham uma resposta produtiva a partir das práticas orientadas pelos princípios da produção agroecológica.

Os agricultores do tipo convencional dinamizam seus sistemas produtivos com o que existe de inovações tecnológicas mais avançadas em termos de genética animal e vegetal. Para o plantio da soja, todos os produtores entrevistados utilizam sementes transgênicas. De acordo com o Entrevistado nº 4,

[...] a cada 1 kg de semente de soja transgênica, o produtor pode comercializar 73 kg de soja produzida. [...] os produtores estão sendo monitoradas pelas empresas multinacionais produtoras de sementes. Se vender a soja para dois comerciantes não tem problema, o cadastro é feito na Monsanto, ela controla 100% da produção de soja, ninguém planta sem ela saber. Desde que a soja transgênica entrou no mercado nunca mais plantei a convencional, a pesquisa da soja convencional ficou para “trás”. Entre os meus vizinhos ninguém mais planta semente de soja convencional. A corrida para os transgênicos está mais relacionada aos problemas com ervas daninhas, como o leiteiro, que passou a ter resistência. Contudo, hoje, já estamos tendo problemas de resistência, também, com o glicosato, já existem duas a três ervas daninhas que não morrem mais.

Os agricultores do tipo convencional que produzem leite utilizam animais especializados para a produção (raça holandesa e jersey), com produtividade dentro

do padrão moderno das raças. O Entrevistado de nº 36, que possui um plantel com mais de 25 vacas holandesas em produção, obtém uma produtividade média diária superior a 25 litros, superior à média da região. Esses agricultores utilizam de forma predominante a inseminação artificial, o que lhes possibilita promover um constante e rápido melhoramento genético do rebanho.

Na suinocultura, a busca pela produtividade do rebanho, seja em números de leitões matriz/ano, peso do leitão aos 24 dias e/ou conversão alimentar na terminação, implica uma produção com animais de genética especializada. A fala do Entrevistado de nº 29 deixa evidente a genética animal utilizada na produção de suínos: “com a genética de hoje, o leitão ‘explode’; imagina que, com 23 dias, ele alcança um peso entre 7 a 8 kg”.

Na produção de aves dos agricultores do tipo convencional, a genética possibilita que, aos 29 dias os frangos sejam retirados dos aviários para o abate, demonstrando que os avanços tecnológicos da genética articulados com os avanços tecnológicos obtidos na alimentação, nas instalações e nos equipamentos contribuem para elevar a produtividade desses animais.

Em relação à genética, os agricultores do tipo em transição possuem uma conduta produtiva que se aproxima mais das estratégias dos agricultores do tipo convencional do que dos agricultores do tipo não convencional. Diante disso, no que se refere ao cultivo de cereais, os agricultores fazem uso de sementes híbridas, incluindo as transgênicas. Na produção de leite, predominam plantéis de animais de raças especializadas. Observou-se também que alguns produtores valorizam animais com menor produtividade de leite. Situa-se nessa estratégia o Entrevistado de nº 20. Para ele,

[...] antes, os agricultores compravam vacas oriundas do Uruguai, eram caras e de alta produtividade; hoje sei que não vale a pena essa estratégia. Tenho alguns animais da raça Jersey e outros são mestiças; são vacas menos exigentes para produzir leite com alimentação a base de pasto e para uma produção de 10 a 14 litros/dia/vaca. Não quero saber de animais de alta produtividade em meu rebanho leiteiro.

Outros agricultores do tipo em transição, que estão iniciando cultivos de frutíferas, utilizam em seus pomares, enxertos e mudas com tecnologia avançada, como o Entrevistado de nº 33. Este agricultor utiliza porta enxertos com a tecnologia

conhecida entre os produtores como de “clone”. Conforme o produtor, entre o porta enxerto e o enxerto da planta desejada existe uma terceira planta (geralmente do marmeleiro), com tamanho de cerca de 15 cm, que tem a função de reduzir a circulação da seiva. Essa planta frutífera, ao se desenvolver, mantém uma estrutura baixa, facilitando os tratos culturais e a colheita dos frutos. O Entrevistado de nº 7, com um processo produtivo de verticalização da produção, está introduzindo cultivares para a produção de uva que se adaptem ao local do estabelecimento, um processo que considera o acompanhamento técnico de especialista em viticultura.

4.2.3 Práticas agronômicas

A produção de alimentos sem o uso de fertilizantes de origem industrial e de agrotóxicos é uma conduta tecnológica adotada pelos agricultores do tipo não convencional, o que representa para eles um valor de autoestima como agricultor familiar. “São mais de quinze anos produzindo alimentos sem uso de agrotóxicos e os consumidores locais sabem disso”, argumenta o Entrevistado de nº 2.

A fertilidade dos solos é mantida (e/ou recuperada) por meio de diversas estratégias tecnológicas. Uma delas refere-se à produção de biomassa a partir de adubos verdes e resíduos de colheitas. “[...] uso a adubação verde, como ervilhaca, aveia, a mucuna, feijão de porco. A mucuna, ao fazer boa cobertura do solo, ajuda no controle de inços e promove a fixação de nitrogênio”, destaca o Entrevistado de nº 17. Outra estratégia é usar adubos orgânicos, predominantemente utilizados entre os agricultores entrevistados, a cama de aves. Para utilizar esse tipo de fertilizante, os agricultores necessitam deixar a cama de aviário em processo de compostagem pelo período de tempo de um ano. Esta prática objetiva atender uma exigência contida nas normas de Certificação de Produtos Orgânicos.

Para o Entrevistado nº 11, na produção agroecológica, os nutrientes minerais - menos a parcela que sai do sistema produtivo com os produtos comercializados e consumidos pela família - necessitam estar sendo sempre reciclados no solo. Conforme o entrevistado,

[...] esses nutrientes devem estar sempre em movimento e os adubos verdes [matéria verde, raiz, tronco, folha] cumprem essa diretriz tecnológica, eles tem que estar trazendo para a parte superior

do solo os nutrientes, disponibilizados pelo processo de decomposição da biomassa e dos restos de culturas.

O controle das ervas daninhas realizado pelos agricultores do tipo não convencional é obtido a partir da implementação de práticas agrícolas como a busca constante na produção de biomassa com os adubos verdes; o uso de capinadeira tração animal, a enxada e a roçadeira mecânica. Argumenta o Entrevistado nº 11:

Porque vou usar dessecante se posso ter uma cobertura de solo que me traz muito mais vantagem do que ter um solo descoberto e seco. Eu tenho lá [no pomar de fruticultura] 4 a 5 plantas fixadoras de nitrogênio, recicladoras de nutrientes que garante uma cobertura do solo, que impedem a vinda de plantas espontâneas, como o picão e, ao se decompor, vai disponibilizando nutrientes para os citros.

Esses agricultores utilizam produtos naturais a partir de caldas diversas, como o fertilizante supermagro, a urina de vaca, entre outros, para realizar o controle de doenças e pragas. A urina de vaca, após ficar em repouso, é aplicada com o pulverizador nas diferentes culturas (milho, feijão, hortaliças, outras). O uso de iscas e de armadilhas também são práticas utilizadas para o controle de pragas como as formigas, em particular na hortifruticultura. No comércio de insumos, já é possível encontrar diversos produtos para o controle de doenças e pragas, vegetal e animal para a produção orgânica, como extratos, inseticidas biológicos e fertilizantes orgânicos.

Outras práticas - a rotação de culturas e os pousios - são implementadas pelos agricultores do tipo não convencional como diretrizes fundamentais para desenvolver processos produtivos agroecológicos. Tais práticas contribuem para evitar a propagação de doenças e de pragas. Na horticultura, de acordo com o Entrevistado de nº 11, a rotação de culturas é realizada com os cultivos de famílias diferentes: o tomate é da família das solanáceas, a vagem da família das leguminosas e o pepino da família das crucíferas. Conforme ele, “são três famílias diferentes com doenças diferentes. Isso quer dizer que, se você planta tomate e depois planta vagem, a doença que pode ocorrer no tomate não vai se manifestar no cultivo do pepino”.

Para os agricultores do tipo não convencional, o principal segredo da agricultura agroecológica está em alcançar um equilíbrio entre a dinâmica produtiva da propriedade e a manutenção da fertilidade do solo. De acordo com alguns

entrevistados, são necessários em torno de quatro anos para o produtor perceber que o sistema produtivo está na direção desejada, ou seja, em bases produtivas a partir dos princípios da agroecologia.

Entre os entrevistados do tipo não convencional, foi praticamente unânime a conclusão de que, quando o agricultor estiver diante de um solo degradado e com baixa fertilidade, é necessário realizar a correção do solo com o uso de calcário e de fósforo natural.

O controle sanitário dos animais é realizado pelos agricultores do tipo não convencional de forma alternativa as práticas convencionais. Esses agricultores utilizam produtos fitoterápicos, homeopáticos e tradicionais, como é o caso do uso do alho para o combate das verminoses em aves (Ent. nº 2) e dos banhos de timbó para controle dos carrapatos em bovinos e das cinzas misturada ao sal mineral para diminuir incidência de bernes (Ent. nº 17).

O plantio de culturas perenes em áreas de maior declividade, a implantação de agroflorestas, cordões de isolamentos e o reflorestamento são também outras práticas desenvolvidas pelos agricultores do tipo não convencional. Soma-se também a busca constante para organizar a propriedade de forma a gerar um ambiente saudável para viver.

Vários estabelecimentos dos agricultores do tipo não convencional visitados para este estudo são denominados de propriedades de referência no uso das práticas agroecológicas. As propriedades desses agricultores são visitadas com fins de aprendizagem e pesquisa por pesquisadores, estudantes, extensionistas e agricultores familiares. De acordo com o Entrevistado nº 2,

Quem conhecia nossa propriedade antes [do ano de 2000] e hoje não a reconhece mais. Toda ela foi reconstruída, em apenas 10 anos. A principal mudança é a questão do meio ambiente [incluindo a área de bosque]. Comentam [os visitantes] que ao entrar na propriedade, hoje, parece ter outro ar, têm bastante verde, água abundante, pássaros. Dez anos atrás, não tinha árvores, nem frutíferas nativas ao redor das casas e nem na propriedade.

De acordo com Entrevistado nº 11, existem poucos técnicos especializados na produção agroecológica. Para ele, essa maneira fazer agricultura emergiu em sua propriedade como um desafio a superar, mostrar que seria possível,

[...] há 10 anos, se você pensou em insumos para agricultura orgânica, ou melhor, só em pensar em plantar um tomate orgânico se tivesse 100 pessoas 99 diziam que você era louco. Isso para mim trazia aquele desafio, a vontade de conseguir fazer. O que pareceu no começo um desafio logo, foi sendo superado; hoje, a mídia, programas de televisão mostram que o consumo orgânico é bom para saúde. [...] De um tempo para cá, diria que, hoje, para produzir de forma orgânica já não tem muito segredo, tem insumos, tem extratos, inseticidas biológicos. [...] A agricultura orgânica é muito mais complexa do que a convencional, exige muito mais conhecimento. Portanto, diria assim, hoje a agricultura convencional ficou muito fácil para fazer, e muitos pequenos agricultores arrendam suas terras para um granjeiro fazer. [...] Para ser um agricultor agroecológico, é preciso, antes, mudar o pensamento, [...] estar consciente de que a mudança produz resultados aos poucos, do tempo para reconversão do sistema de produção e valorizar, além do retorno financeiro, o cuidado com a saúde e o ambiente.

A produção agroecológica exige uma quantidade expressiva de trabalho agrícola dos estabelecimentos familiares. Diante dessa constatação, o Entrevistado nº 22 destaca que “existe uma coincidência muito grande entre agricultura familiar e agroecologia”. Ainda, conforme ele, a agroecologia é mais que a produção orgânica, ela é a biodiversidade, considera as características do ambiente. Para o Entrevistado nº 28, “as práticas de produção agroecológicas dialogam com as práticas tradicionais”.

Os agricultores do tipo convencional desenvolvem práticas agronômicas diferentes daquelas observadas entre os agricultores do tipo não convencional. A reposição da fertilidade do solo é realizada por meio do uso intensivo de adubos químicos, de origem industrial, usados tanto nos cultivos de produção comercial quanto nos cultivos para consumo, por exemplo, no cultivo do milho para a produção de silagem destinada aos animais leiteiros.

Ao fazer uso de alta²⁶ tecnologia em termos de fertilizantes químicos, os agricultores entrevistados alcançam índices de produtividade que chegam ao teto da produção de suas regiões. Isso quer dizer que, na cultura do milho, são utilizados oito ou mais sacas de adubo químico (NPK) e oito ou mais sacas de uréia por hectare. Já, no cultivo da soja, são utilizadas em torno de cinco sacas de adubo por

²⁶ Valoriza-se a classificação construída pelos próprios agricultores para classificar as tecnologias quanto ao uso de adubos químicos (NPK) e de nitrogênio (uréia ou sulfato de amônia) na cultura do milho. Uma baixa tecnologia é quando são utilizados menos de quatro sacos de adubos e quatro sacas de uréia por hectare; uma média tecnologia é quando são utilizados entre cinco a sete sacas de adubos e cinco a sete sacas de uréia por hectare; na alta tecnologia os agricultores passam a utilizar de oito a mais sacas de adubos e oito a mais sacas de uréia por hectare.

hectare. Com o uso intensivo de fertilizantes químicos, os agricultores entrevistados alcançaram, no ano da pesquisa (safra 2010-11), uma produtividade média em torno de 185 sacas de milho/ha e de 72 sacas de soja/ha. São índices de produtividade bastante acima da média das regiões.

De acordo com os entrevistados, existe no conjunto dos agricultores uma competição e/ou corrida pela obtenção de produtividade cada vez maior no cultivo de cereais (Ent. nº 4; Ent. nº 14; Ent. nº 34). Essa conduta, motivada pela produtividade, orienta os agricultores a adotarem a estratégia de alta tecnologia no uso dos insumos químicos. A adubação foliar também é utilizada por parte deles para aumentar a produtividade das lavouras.

Os agricultores do tipo convencional que possuem criações de suínos e aves integradas com as empresas bem como aqueles que têm acesso ao comércio de adubos orgânicos (cama de aviário) fazem uso dos adubos orgânicos e reduzem o uso de adubos químicos industriais. O Entrevistado de nº 34, que possui aviários de perus, comenta que 50% da cama de aves é destinada à própria lavoura e a outra parte é comercializada com agricultores do local. Para ele, existe uma redução em até 20 % no uso de adubos químicos e em até 40% dos nitrogenados na cultura do milho, embora, argumenta, “o técnico disse que não precisa tanto adubo químico, mas eu coloco a mais na cultura do milho, na soja não uso”.

A prática de plantio direto já é utilizada por todos os agricultores do tipo convencional. Contudo, existe uma diferença quanto à qualidade desta prática entre os agricultores. Alguns agricultores priorizam o cultivo principal de verão (soja ou milho) e, em seguida, realizam o cultivo do trigo e/ou introduzem um determinado tipo de adubo verde, com destaque para a aveia. Dessa forma, favorece um manejo com rotação de culturas, boa formação da biomassa e reciclagem de nutrientes do solo. Já, outros agricultores, e com mais frequência na região Oeste, preferem realizar dois cultivos de cereais por ano, com a soja no cultivo principal de verão e o milho no cultivo conhecido como de safrinha. Neste manejo produtivo, ocorre o uso intenso do solo com as culturas comerciais, prejudicando a produção de palhada; reconhecem os agricultores que a biomassa é uma condição essencial à prática do plantio direto.

Conforme o Entrevistado nº 12, a entrada do milho safrinha, nos últimos anos, e o plantio a seguir da cultura da soja estão diminuindo o número de produtores que cultivam o trigo e/ou utilizam uso dos adubos verdes. De acordo com ele,

[...] alguns agricultores tentam colocar aveia entre os cultivos, mas são poucos, porque esse período é muito curto e não compensa o custo para fazer uma adubação verde, não dá tempo para criam aquele volume de massa verde e, ainda, tem que entrar dessecando gerando mais um custo de produção.

O Entrevistado nº 14 corrobora que a falta de palhada no plantio direto é causada pela prática do milho safrinha entre os agricultores. Para ele,

[...] nossas áreas não têm nada de cobertura [...], mas o milho safrinha é interessante para nós, é o cultivo que possibilita nossa renda complementar. Só com as lavouras de verão nós não teríamos boa condição de vida. Ou o milho safrinha ou teríamos que trabalhar com vaca de leite.

Conforme os produtores entrevistados, o trigo embora seja uma cultura de risco, devido a problemas climáticos (falta ou excesso de chuva) e de oscilação dos preços no mercado, é uma cultura importante para a cobertura do solo. Para os agricultores familiares que fazem uso de adubos verdes, como a aveia, é necessário realizar uma operação agrícola para aplicar o dessecante, aumentando os custos da produção.

Os agricultores do tipo convencional que possuem sistema produtivo que integra a produção de cereais comerciais com a leiteira usam áreas de lavoura para pastejo dos animais e, mesmo sobre essas áreas, conseguem fazer o plantio direto sem necessidade de remover o solo. De acordo com o Entrevistado nº 34,

[...] realizamos o plantio direto, não mexemos mais o solo. A plantadeira possibilita que se coloque uns pezinhos para gerar um sulco onde tem o pisoteio da vaca, [...] suficiente para abrigar a semente e descompactar o solo. O milho vem bem. Antigamente era patiado, agora não.

As práticas para o controle das pragas e doenças dos cultivos são realizadas pelos agricultores do tipo convencional com aplicações de agrotóxicos e o controle das ervas daninhas é realizada totalmente por meio de herbicidas. A redução de

custos e a segurança no controle das ervas daninhas obtida com o uso do herbicida indicado no cultivo da soja transgênica são dois fatores que contribuíram, de forma significativa, para que esses agricultores migrassem para a produção de cultivos transgênicos. Conforme o Entrevistado nº 4,

[...] hoje, há um custo menor com uso de herbicida, não diria que se usa menos do que antes, período que era preciso usar produtos para folha larga e folha estreita, em várias operações, sendo até duas para folha larga. Anteriormente, se ocorresse 2 a 3 dias de chuva ou 3 a 4 dias de sol que não permitisse entrar na lavoura por falta de umidade ou excesso, a planta daninha passava do estágio e aí não se controlava mais e os lucros da lavoura iam embora.

Para esses agricultores, os herbicidas específicos para cultivos transgênicos trouxeram, além de redução de custo, segurança no controle das ervas daninhas. Antes, a aplicação dos herbicidas estava condicionada a determinados fatores ligados à condição da lavoura, como umidade e tipo de ervas daninhas predominantes, o que colocava em risco a renda da safra agrícola.

Os agricultores do tipo convencional com atividade leiteira produzem a alimentação (forrageiras e a silagem) do rebanho, com exceção da ração que é adquirida do mercado. Na produção de alimentos para animais, os agricultores fazem uso do mesmo pacote tecnológico utilizado nos demais cultivos de cereais com fins comerciais. Assim, predominantemente os agricultores convencionais, para a alimentação do rebanho, articulam a produção de forrageiras, uso de silagem e ração. As forrageiras de verão (milheto + aveia de verão consorciada²⁷) e de inverno (aveia e azevém) são manejadas no sistema de pastejo rotativo e cercas elétricas. A silagem é ofertada predominantemente até duas vezes ao dia e a quantidade de ração oferecida aos animais é determinada pela produção de leite das vacas.

O manejo das bezerras segue um conjunto de práticas próprias: fornecem-lhes leite, ração, feno e silagem; permanecem em locais próprios (bairros e piquetes) até atingirem 4 a 5 meses de vida, depois são manejadas em piquetes de cria, recebendo alimentação complementar em períodos críticos de oferta de forragens. As novilhas e vacas no período pré-parto recebem um tratamento alimentar diferenciado. O manejo sanitário dos animais é realizado de forma a atender as

²⁷ O consórcio se justifica porque o milheto possui um ciclo mais curto de desenvolvimento oferecendo 2 a 3 pastejos, por sua vez a aveia de verão pode chegar a oferecer até mais de seis pastejos (Ent. nº 36).

recomendações sanitárias exigidas (vacinas e testes) pelos órgãos de vigilância do Estado. O controle de endoectoparasitas é realizado regularmente e por meio de drogas comerciais.

O manejo da ordenha é realizado considerando as boas práticas de produção como a lavagem do úbere, uso de papel toalha, descarte dos primeiros jatos, uso de iodo nos tetos. Alguns produtores entrevistados utilizam a água aquecida para realizar os procedimentos de ordenha dos animais e limpeza dos equipamentos. O controle das mastites é realizado de forma sistemática, com vários produtores fazendo o uso do teste da raquete.

Conforme o Entrevistado nº 36, “a renda do leite é obtido em centavos por litro comercializado, por isso não se pode por o plantel de vacas em risco. É preciso manter sempre os animais com um bom manejo nutricional e sanitário”.

De acordo com o Entrevistado nº 22 a produção de leite apresenta-se com diversas tendências: pode passar pelo sistema de produção com animais confinados, mas estudos mostram agricultores com bons resultados na produção de leite a pasto; outros estão produzindo com base no modelo silvipastoril. Essas opções de produção de leite necessitam de pastagens bem adubadas e uso de ração para balanceamento. As forrageiras são altamente demandantes de nitrogênio, esse é o cuidado fundamental que os agricultores devem observar, destaca o entrevistado. O Entrevistado nº 24 destaca que o modelo de produção de leite silvipastoril tem a silagem de milho como importante fonte alimentar na composição diária da dieta alimentar dos animais. Para ele, é importante considerar que existem agricultores “que não desejam ser garçom de vacas, desejam diminuir o trabalho que essa prática envolve; para eles a vaca tem buscar seu alimento”.

Os agricultores do tipo convencional que atuam na produção de suínos e aves encontram-se inseridos no sistema de integração com as agroindústrias. Da mesma forma que ocorre com a atividade de avicultura, a integração de suínos também opera com base na divisão de trabalho entre os integrados. O Entrevistado de nº 29, suinocultor, teve sua atividade de crecheiro retirada pela empresa. Atualmente esse agricultor somente trabalha com a venda de leitões e a atividade de creche dos leitões será realizada por um terceiro produtor. Essa mudança passou a exigir do agricultor entrevistado um ajuste no plantel de matrizes, que deverá passar das atuais 550 matrizes para 800 matrizes, como parte da recomendação da

empresa. Com 23 a 24 dias, pesando entre 6 a 9 kg, os leitões são repassados para o produtor crecheiro, que recebe leitões de vários criadores. Nos período de mais 35 a 40 dias, esses suínos serão repassados para os terminadores, onde ficam até atingir o peso de abate. O Entrevistado de nº 23 é um suinocultor que atua na fase de terminação e realiza a engorda de três lotes de mil (1000) suínos, totalizando três mil suínos terminados/ano. Para o Entrevistado de nº 12, que nos anos anteriores tinha a criação de suínos no sistema de ciclo completo e, nos últimos sete, realiza somente trabalho na fase de terminação de suínos, o sistema de produção de suínos atual é melhor para o agricultor. Para ele,

[...] não temos nada a nos preocupar com o custo da ração, de produzir leitões. Temos apenas a necessidade de manter as instalações, alimentar os suínos e fazer a limpeza. A ração vem pronta da cooperativa (Agroindustrial Lar) e nosso ganho é por cabeça de suíno terminado e pela conversão alimentar alcançada. Estamos numa faixa de R\$ 13,00 a R\$ 15,00 por suíno terminado. Já chegamos a R\$ 17,00, mas são raras essas situações e o valor mais baixo foi R\$ 12,00. Depender só da lavoura, nos dias de hoje, está complicado, tem que ter outro ganho [fonte de renda], a diversificação já ajuda muito. A área de lavoura é muito reduzida, se tivesse mais de 50 ha até que daria para viver só com lavouras.

Os agricultores do tipo em transição e atuantes no cultivo do fumo estão em constante confronto com as empresas fumageiras para somente utilizar parte do pacote tecnológico exigido. De acordo com esses agricultores, ao utilizar todo o pacote tecnológico recomendado pela empresa, o custo de produção fica muito elevado. Diante disso, parte dos insumos fornecidos pela empresa fumageira são, com frequência, destinados pelos agricultores para outros cultivos, geralmente para o cultivo do milho. Conforme o Entrevistado nº 21,

[...] se nós produtores de fumo, aplicarmos o que eles [empresa] orientam, o custo de produção ficaria muito alto. É uma carga pesada de insumos que eles incentivam e repassam, mas nós [referindo-se aos vizinhos] não colocamos. Algumas coisas vamos mudando, um pouco, não tudo. [...] sabemos que os adubos orgânicos são melhores para recuperar a fertilidade do solo, por isso lutamos inclusive para usar esse adubo na cultura do fumo.

De acordo com o agricultor entrevistado, depois de muita persistência na utilização do adubo orgânico no cultivo do fumo, a empresa fumageira liberou o uso

da cama de aviário. “A empresa fumageira proibia o uso de adubos orgânicos de aves no plantio do fumo, argumentando que o fumo produzido com esses adubos orgânicos apresentava alterações químicas, afetando a qualidade do produto final”.

Evidenciou-se, entre os agricultores do tipo em transição, que sempre que foi possível eles usaram cama de aviário para substituir os insumos químicos nos diferentes cultivos do sistema de produção. Para vários agricultores, o adubo orgânico contribui melhor na recuperação e manutenção da fertilidade do solo (Ent. nº 33; Ent. nº 20; Ent. nº 15).

Nos cultivos de cereais, a grande maioria dos agricultores do tipo em transição utiliza uma quantidade de adubos químicos considerada de média tecnologia; comparada com os agricultores convencionais representa redução de um terço da quantidade de insumos. Essa redução do uso dos insumos está ligada a necessidade de reduzir os custos de produção.

Esses agricultores, ao manejar o cultivo de cereais, incluindo o fumo, fazem uso de herbicidas para o controle das ervas daninhas e de agrotóxicos para o controle de pragas e doenças.

Devido ao bloqueio fundiário, os agricultores do tipo em transição adotam a conduta de, por um lado, intensificar o uso do trabalho agrícola familiar no sistema produtivo e, por outro, fazer uso intensivo das áreas de terra, com consequências negativas sobre os recursos naturais. O intenso uso de áreas de terra para cultivos comerciais dificulta que esses agricultores desenvolvam práticas agrícolas que considerem os processos da natureza, por exemplo, o manejo dos solos a partir dos adubos verdes.

Para ampliar a oferta de forrageiras para os animais leiteiros, os agricultores do tipo em transição, crescentemente, utilizam o sistema de irrigação sobre as áreas de forrageiras manejadas com pastejo rotativo (Ent. nº 21; Ent. nº 20; Ent. nº 33). Essas forrageiras são adubas com base em duas estratégias distintas, alguns agricultores priorizam o uso de cama de aviário e outros passam a utilizar nitrogênio de origem industrial (uréia).

De modo geral, os agricultores do tipo em transição adotam uma conduta tecnológica, na qual a preocupação com os custos da produção precede a busca pela produtividade dos cultivos. Essa conduta pode ocorrer também na produção e na maneira de utilizar a silagem para alimentar os animais leiteiros. A silagem é

destinada aos animais notadamente nos períodos de baixa oferta de forrageiras de verão e de inverno. Apenas parte dos agricultores compram ração do mercado para fornecer aos animais; outra parte produz a ração no próprio estabelecimento familiar. O Entrevistado nº 20 argumenta que “[...] temos um gado mestiço, mais rústico, não compramos ração, fazemos a caseira, temos pastagens de verão e de inverno e a silagem é utilizada quando reduz a oferta de pastos”. Para a maioria dos agricultores do tipo em transição, o cultivo do milho está sendo orientado para a produção de consumo.

Aqueles agricultores do tipo em transição que cultivam frutíferas fazem uso de adubos verdes tanto para proteger o solo quanto para manter a fertilidade, com uma rotação entre as plantas fixadoras de nitrogênio e as plantas que atuam sobre a estrutura do solo, como o nabo forrageiro.

Evidenciou-se, entre os agricultores do tipo em transição, uma estratégia de ajuste evolutivo no sistema de produção. Para o Entrevistado de nº 33,

[...] a passagem do fumo para a atividade leiteira vem sendo realizada lentamente, pois o fumo ainda representa a renda mais importante, [...] é mais estável do que a do leite. Ainda dependemos do fumo; antes, 70 mil pés; agora 20 mil; priorizamos o fumo, o que sobra é para o gado, mas o pasto é insuficiente, necessitamos de muita silagem e ração para produzir leite. [...] estamos ficando velhos e tem que ter uma coisa mais fácil para trabalhar. Por isso, iniciamos novas atividades, a produção de leite e de fruticultura, com a participação dos filhos [o filho retornando em tempo parcial e a filha em tempo integral, técnica em agropecuária].

Os agricultores que incorporaram a atividade leiteira em seu sistema produtivo, como renda comercial, promoveram-na numa estratégia de caráter evolutivo. O melhoramento do rebanho leiteiro foi realizado aproveitando parte do rebanho existente e adquirindo um número reduzido de animais de raça especializada, com posterior utilização da inseminação artificial para melhoria dos animais. O manejo das bezerras e novilhas é um dos grandes desafios desses agricultores, pois estão diante de uma atividade que exige profissionalização. Esta estratégia evolutiva do rebanho leva em consideração a necessidade da formação das forrageiras e da recuperação da fertilidade do solo.

4.3 Sociabilidade dos agricultores familiares

4.3.1 Qualificação profissional dos agricultores

A profissionalização dos agricultores constitui-se como uma resposta às transformações vivenciadas na agricultura e no meio rural e estão relacionadas as diferentes condutas produtivas adotadas pelos produtores. O trabalho agrícola familiar mostra-se capaz de conviver e adaptar-se às mudanças dos contextos sociais. Esse processo torna possível aos agricultores (re)construírem suas identidades socioprofissionais específicas, reconhecidas pela sociedade.

Os dados obtidos entre os tipos de agricultores entrevistados evidenciam que a profissionalização segue duas tendências: uma permite qualificar o trabalho para desenvolver de forma crescente a produção primária no segmento especializado, altamente tecnificado e dependente do mercado; a outra tendência de qualificação profissional está ligada à demanda de um modelo de produção diferenciado da moderna agricultura. Quer dizer que essa profissionalização implica conhecimentos desde as políticas públicas para agricultura e ao desenvolvimento rural, passando pelo processo de produção que propõe mais autonomia em relação ao mercado, ao desenvolvimento de práticas agrícolas que possam reapropriar-se dos processos naturais e às questões ligadas à qualidade de vida do produtor e do meio ambiente. Esta última tendência de qualificação demanda dos agricultores competência profissional tanto para realizar as práticas agrícolas produtivas quanto para promover a gestão do estabelecimento nos vínculos com o mercado.

De acordo Entrevistado nº 24, os agricultores estão buscando constantemente a profissionalização naquelas atividades escolhidas para desenvolver seus sistemas produtivos. Esse processo de capacitação (saber-fazer) pode ser observado pelos esforços dos agricultores em participar em eventos de formação profissional, como os dias de campo até os cursos de curta duração.

Evidenciou-se que, nos processos de capacitação profissional de agricultores, encontra-se valorizada a diversidade das estratégias produtivas. Para os agricultores modernos estudados, a profissionalização apresenta-se como condição *sine qua non* tanto para realizar os ajustes das atividades produtivas quanto para garantir a permanência na atividade produtiva.

Entre os agricultores do tipo não convencional, a maior parte dos entrevistados possui o segundo grau completo e são, considerando todos os tipos de agricultores estudados nesta tese, aqueles que mais se dedicaram ao processo de qualificação profissional. Parte deles participaram de cursos de longa duração (mais de 800 h) como o curso de Pós Médio em Agroecologia e o da Escola Comunitária de Agricultores (ECA) realizados pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar) e o Curso de Gestão em desenvolvimento, com ênfase em cooperativismo, realizado pelo Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos).

Cursos de curta duração (40 h), na área de boas práticas de manipulação de alimentos, na área de processamento de frutas, de derivados do leite, de cana-de-açúcar e de homeopatia animal e vegetal foram realizados pelos agricultores do tipo não convencional. Trata-se de uma capacitação profissional que objetiva desenvolver habilidade para as atividades de agregação de valor aos produtos.

O uso da internet para obter informações e realizar estudos técnicos é utilizado por apenas alguns desses agricultores. A maior parte deles recebem as informações tecnológicas a partir de revistas distribuídas pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs), por instituições parceiras como projetos correlacionados com seus projetos produtivos e pelo STRs de que participam como associados.

Quase todos os agricultores do tipo não convencional estão ligados a, no mínimo, uma rede de acompanhamento técnico: do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) (Ent. nº 11; Ent. nº 19), da Assesoar (Ent. nº 2; Ent. nº 17; Ent. nº 5; Ent. 19) e da Emater – PR (Ent. nº 19; Ent. nº 5). Ao estarem ligados às redes de acompanhamento técnico, ampliam sua qualificação profissional a partir das próprias experiências tecnológicas desenvolvidas no interior das unidades produtivas.

Os agricultores do tipo não convencional ampliam sua qualificação profissional ao participar em eventos realizados anualmente no Paraná, organizados pelas ONGs que atuam na perspectiva da produção agroecológica, juntamente com outros atores sociais: A Jornada da Agroecologia e a Festa das Sementes Crioulas.

A busca do conhecimento técnico tem sido o aspecto mais importante e bastante valorizado pelos agricultores. Conforme o Entrevistado nº 17, foi o acesso ao conhecimento técnico que permitiu a realização dos ajustes na propriedade,

[...] antes eu tinha que esperar que alguém de boa vontade viesse na propriedade para dizer o que fazer, como fazer. [...] na época levantava muito cedo e corria [trabalhava] o dia todo, até o anoitecer. Agora não faço mais isso, sei o que fazer e tenho um planejamento a médio e longo prazo.

Os agricultores do tipo em transição, quando comparados com os outros dois tipos, são aqueles que possuem menor escolaridade, a maioria deles não concluiu o Ensino Fundamental. Entre esses agricultores evidenciou-se um comportamento diferenciado quanto ao processo de qualificação do trabalho.

Para uma parte deles a profissionalização vem ganhando importância, como é o caso do Entrevistado nº 21, que está realizando curso de longa duração para qualificar-se em fertilidade do solo, forrageiras para produção de leite, comercialização e políticas públicas, numa perspectiva de produção agroecológica. Cursos de curta duração na área de processamento de frutas, de derivados de leite, de derivados da carne suína e de produção de hortifruticultura são realizados por produtores que estão implantando o processo de verticalização da produção com pequenas agroindústrias (Ent. nº 7; Ent. nº 16; Ent. nº 6; Ent. nº 3)

Eventos como palestras técnicas e dias de campo, organizados principalmente pelas empresas vendedoras de insumos e cooperativas empresariais são os espaços privilegiados de qualificação profissional utilizado somente por uma parte dos agricultores do tipo em transição.

Os serviços de acompanhamento técnico às famílias mostram-se bastante variados entre esses agricultores; enquanto alguns quase nunca recebem visita técnica pública e apenas das empresas vendedoras de insumos quando solicitam (Ent. nº 15; Ent. nº 20), outros valorizam o uso desse serviço de forma bastante intensa. O agricultor Entrevistado de nº 33 é um exemplo do quanto o acompanhamento técnico vem sendo importante no ajuste do sistema produtivo. Ele vivencia uma situação de mudanças no sistema produtivo com estratégias que objetivam a diversificação do sistema. Ele estava, no momento da entrevista, utilizando três serviços técnicos especializados: um da empresa fumageira, mesmo que esteja em processo de redução de plantio; os outros dois são mais recentes, um técnico na área de produção de leite e o outro para os cultivos de fruticultura com serviços da Emater. O serviço técnico em leite é pago com recursos próprios e viabilizado por meio de um grupo de produtores de leite.

Entre os agricultores do tipo convencional a maioria tem um nível de escolaridade que contempla o Ensino Fundamental completo, e alguns possuem o Ensino Médio completo e um agricultor possui curso superior.

A maioria desses agricultores, para sua qualificação profissional, participa com frequência de cursos de pequena duração, os quais são basicamente ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Entre os cursos mais valorizados está o de empreendedorismo rural, organização da propriedade, produção de leite (forrageira, manejo leiteiro, inseminação artificial) e mecanização agrícola. Todos esses cursos encontram-se direcionados para qualificar os agricultores de forma a circunscrever os mesmos na produção primária, uma agricultura especializada e voltada para produção em escala, altamente tecnicizada e dependente do mercado.

Os agricultores do tipo convencional também participam, em sua maioria, em palestras e dias de campo ofertados pelas cooperativas empresariais e ou grandes empresas do setor, tanto na área de sementes e insumos quanto na área de máquinas e de equipamentos. Para os agricultores integrados, o pacote tecnológico vem direto da empresa integradora e contam com assistência técnica da própria empresa.

Entre todos os agricultores, considerando também os demais tipos, são os convencionais que têm maior acesso a informações técnicas por meio do uso do computador via internet. Contudo, ainda é bastante limitado o acesso à internet para o conjunto dos agricultores em seus estabelecimentos familiares.

4.3.2 Organizações sociais, políticas e econômicas

Busca-se identificar a inserção dos agricultores nas organizações sociais, econômicas e políticas e a natureza das organizações às quais se vinculam para desenvolver seus projetos produtivos.

Independente do tipo a que pertençam, todos os agricultores entrevistados possuem uma forte inserção na vida comunitária, nas festas religiosas e nas diversões sociais locais. Vários deles nasceram em suas comunidades e outros vivenciam a dinâmica social da comunidade há mais de duas décadas de anos. Conforme os próprios agricultores argumentaram, são poucos os agricultores das

comunidades que deixam de vivenciar as atividades comunitárias ligadas à Igreja e às diversões sociais.

Nas relações de vizinhança, de natureza profissional, associações e/ou grupos formais e informais, observou-se que os agricultores dos três tipos estudados praticam a cooperação, embora ela seja realizada predominantemente dentro do tipo de pertencimento.

Assim, parte dos agricultores dos três tipos estudados participam em grupos e/ou associações. Essa participação manifesta-se com maior frequência entre os agricultores do tipo não convencional, agricultores do tipo convencional e os agricultores do tipo em transição, respectivamente.

Os agricultores do tipo não convencional veem nas associações a forma organizativa mais estratégica para viabilizar as iniciativas de agregação de valor aos produtos e de comercialização dos produtos. Os agricultores do tipo convencional objetivam participar em grupos com o propósito de adquirir bens, como máquinas e equipamentos agrícolas, para desenvolver os cultivos produtivos. Tal estratégia objetiva fazer uso mais racional dos bens, reduzir custos de produção e evitar o endividamento agrícola. Os agricultores do tipo em transição tem nos grupos de comercialização do leite uma estratégia para obter um preço melhor do produto no mercado. Essa estratégia evita a sua individualização e o baixo volume diário comercializado por estabelecimento familiar.

As cooperativas, enquanto organizações econômicas, sociais e políticas e dispositivo de ação coletiva, tem ganho importância no enfrentamento dos desafios do mercado e em propiciar às famílias rurais melhoria nas condições de vida. Desafios que estão inseridos no contexto das transformações do sistema agroalimentar, na forma de relação das cooperativas com o Estado e nos mecanismos de comercialização, de proximidade e de distância (globalizados). As cooperativas, em que parcela importante dos agricultores entrevistados estão inseridos, podem ser classificadas em dois segmentos a partir da noção de competitividade adotada ao relacionar-se no mercado.

Um segmento cooperativo insere-se no mercado incorporando predominantemente a mesma noção de competitividade que orienta a ação das grandes empresas privadas. Essas cooperativas promovem uma gestão social, muito próxima à desenvolvida por empresas privadas; ou seja, elas passam a

empresariar a sua gestão. Suas práticas de gestão incorporam valores que, levados ao limite, distorcem sua própria identidade, afetando a dinâmica interna das cooperativas e sua relação com seus cooperados (PRESNO, 2001). Essas cooperativas são consideradas, nesta tese, como cooperativas empresariais.

Outro segmento cooperativo interage com o mercado a partir de uma (re)definição diferente de competitividade, incorporando atributos que passam a fazer parte deste conceito. Sua origem está assentada nos movimentos sociais dos agricultores familiares que, a partir dos anos de 1990, criam organizações cooperativas com vistas a assumirem uma atitude mais pragmática, propositiva e proativa, contribuindo para a emergência dos chamados “novos movimentos sociais econômicos” (WILKINSON, 2008; PORTILHO, 2009). De acordo com Portilho (2009, p.2) esses atores, ao interagir no mercado, buscam uma nova cultura de ação política visando à reapropriação da economia a partir de valores próprios. Essas cooperativas integram um quadro social que, em sua maioria, implementam projetos produtivos de resistência à lógica do processo de modernização da agricultura. Agricultores que, de forma coletiva, lutam frente à ameaça de perder a condição de ser um agricultor familiar, bem como influenciam as políticas de desenvolvimento rural que os afetam.

Além de observar a eficiência na gestão burocrática, administrativa e financeira, os gestores dessas cooperativas levam em consideração a importância da capacitação do quadro social mediante a própria gestão democrática e ação social da cooperativa (PRESNO, 2001). Portanto, trata-se de uma forma de gestão cooperativa que demanda uma profissionalização da gestão econômica dos gestores e, fundamentalmente, um processo de valorização da gestão social das cooperativas. Estas são conhecidas como cooperativas solidárias e/ou cooperativas de economia solidária, denominação assumida nesta tese.

Todos os agricultores do tipo não convencional estão associados às cooperativas solidárias e a maioria deles participam como sócios em mais de um dos ramos cooperativos, ou seja, em mais de uma das cooperativas solidárias. Todos os entrevistados estão associados às cooperativas de crédito rural com interação solidário do Sistema Cresol. Os que se dedicam à produção de hortifruticultura, quase todos, também estão associados às cooperativas solidárias de comercialização (Ent. nº11; Ent. nº 19; Ent. nº 23); os que produzem leite participam

das cooperativas solidárias de leite (Ent. nº 17; Ent. nº 23), as quais desenvolvem ações na área da produção e da comercialização da matéria prima dos associados. O Entrevistado nº 19 também participa da cooperativa de habitação rural; esse agricultor, para desenvolver o projeto familiar, está associado a três cooperativas solidárias. De acordo o entrevistado, “ [...] estou tendo acesso às políticas públicas [Pronaf-crédito, habitação rural, PAA e PNAE] porque estou associados a cooperativas solidárias de ramos de atividades específicas”.

As cooperativas solidárias têm um grande papel no processo de capacitação, pois “elas podem fazer a diferença no processo de profissionalização dos produtores” (Ent. nº 24). De acordo com o Entrevistado nº 8, as cooperativas de crédito do cooperativismo solidário estão desafiadas a serem capazes de acompanhar a dinâmica dos projetos familiares do quadro social para evitar que agricultores fiquem sem acesso aos recursos fundamentais para consolidar as mudanças produtivas em curso para além dos cultivos tradicionais cereais e produção de leite, como as “cadeias curtas solidárias”.

O cooperativismo solidário, em seus diversos ramos cooperativos, atua a partir da estratégia de consolidar um ambiente de rede de cooperativas solidárias capazes contribuir para viabilização dos projetos familiares (e coletivos) inovadores na perspectiva do desenvolvimento territorial (Ent. nº 8).

Entre os agricultores do tipo convencional, uma parte está associada às cooperativas solidárias de crédito rural e outra parte às cooperativas empresariais de crédito. Portanto, os agricultores participam dos dois segmentos cooperativos para acessar o crédito rural. No que se refere à produção de cereais, porém apenas uma parte deles está associada às cooperativas empresariais para compra dos insumos e venda dos produtos. Outra parte viabiliza o acesso ao mercado por meio das empresas privada do setor. No que se refere à produção a partir da integração (suínos e aves), os agricultores do Oeste do Paraná estão associados às cooperativas empresariais e os agricultores do Sudoeste às empresas integradoras. Dos agricultores convencionais entrevistados e que produzem leite, nenhum estava associado a cooperativas ligadas ao setor de laticínios, todos realizam as relações de compra de insumos e comercialização diretamente com as empresas privadas.

Em síntese, no que se refere ao crédito, quase todos os agricultores do tipo convencional estão associados às cooperativas, sejam elas solidárias e/ou

empresariais. O mesmo não ocorre na área da produção, pois menos da metade dos agricultores convencionais entrevistados é associada às cooperativas empresariais; nas duas regiões do estudo, os agricultores da região Oeste do Estado são os que mais participam como associados das cooperativas empresariais.

Os agricultores do tipo em transição, em sua maioria, participam como associados das cooperativas solidárias de crédito rural, particularmente os agricultores da região Sudoeste, que contam com maior presença das cooperativas de crédito do Sistema Cresol. Apenas uma parcela deles está associada em cooperativas de produção e de comercialização, e, destes, alguns estão em cooperativas solidárias (cooperativas do leite e cooperativas de comercialização) e outros em cooperativas empresariais (cerealistas). Contudo, evidenciaram-se casos em que, entre esses agricultores, alguns estão associados tanto a cooperativas solidárias quanto a cooperativas empresariais (Ent. nº 33; Ent. nº 16). Conforme destacou o Entrevistado nº 16, “estou mantendo a produção integrada de ovos com a Cooperativa LAR e, em processo de consolidação da produção de horticultura, associado à Cooperativa Coafaso”.

Todos os agricultores entrevistados são associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs). Contudo, a diferença entre os agricultores pode ser observada quanto aos serviços que buscam obter com a associação à entidade. De modo geral, os agricultores do tipo convencional associam-se ao Sindicato com o propósito principal de obter o direito à aposentadoria especial da agricultura familiar, participando raramente das atividades sindicais. Conforme destacado pelo diretor sindical, Entrevistado nº 32, “[...] se eles se associarem no Sindicato Patronal encontram problemas na aposentadoria, a esposa não tem direito a ela. No Sindicato dos Trabalhadores o casal tem o direito à aposentadoria”. Ainda, conforme o Entrevistado, no aspecto produtivo, esses agricultores convencionais estão mais independentes, pois se relacionam com empresas, integradoras ou não, e cooperativas agroindustriais de grande porte.

Por outro lado, a maioria dos agricultores do tipo não convencional e os agricultores do tipo em transição têm o STRs como entidade de representação dos seus interesses e de serviços relevantes. O Sindicato é percebido por eles como a entidade que oferece diversos serviços e apoio na área de informação legal e tecnológica, na organização dos agricultores, com destaque para as cooperativas

solidárias, e na formação política e tecnológica por meio de cursos e palestras. A formação tecnológica conta com importante contribuição da Emater, por meio de ações de cooperação institucional com o STRs. De acordo com as entrevistas nº 23 e nº 19, depois da luta pelas políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar, nos anos de 1990, o Sindicato, nos últimos anos, foi fundamental na emergência do cooperativismo solidário, nas duas regiões em estudo.

De acordo com o Entrevistado nº 32, diretor sindical, mais de 85% dos agricultores familiares estão associados aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, contudo menos da metade dos associados são ativos, ou seja, pagam regularmente a mensalidade. Fato que reduz a capacidade de ação do movimento sindical junto aos agricultores familiares. Ao destacar a contribuição dos STRs para a emergência do cooperativismo solidário, este - menciona o entrevistado - atua como alavanca para que os agricultores familiares menos favorecidos e em situação de fragilidade possam desenvolver seus projetos e alcançar melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade social. Dois exemplos foram destacados pelo entrevistado,

Um agricultor que acessou o Programa de Habitação Rural dizia que, agora sim, estava morando como um “rico” [ao referir-se a casa construída e o bem estar obtido], aspecto importante para garantir a permanência da família como agricultora. [Outro exemplo] Uma família que de arrendatário passou a proprietária de 28 ha e, nesse caso, o acesso ao crédito, a habitação rural e demais políticas públicas, formam os pilares para que a família chegasse à situação atual, de ter área de terra própria.

Os agricultores do tipo não convencional que produzem hortifruticultura encontram-se inseridos nos núcleos de certificação da Rede Ecovida; em cada uma das regiões em estudo existe um núcleo em atividade no qual os agricultores com produção orgânica são participantes.

4.3.3 O futuro dos filhos

A permanência dos filhos na unidade de produção familiar está imbricada no contexto socioeconômico e cultural em que se inserem os agricultores e nas estratégias produtivas por eles adotadas.

Os dados de campo permitem observar que contribuem para a permanência dos filhos fatores como: tamanho da propriedade, inovações tecnológicas e

empreendedoras, possibilidades de inserção nos mercados, políticas públicas, aspiração de renda, formação educacional e profissional e adesão à identidade de agricultor familiar.

O futuro dos filhos dos agricultores não está traçado de antemão, como uma fatalidade, sem outro caminho para os jovens; é resultado de uma construção social ligada as diferentes estratégias produtivas das famílias. Observa-se também que não mais está presente nas famílias o padrão de um filho permanecer junto com os pais. Esse aspecto está claramente superado.

Entre os entrevistados, foram evidenciadas diferentes possibilidades quanto aos projetos dos filhos dos agricultores.

A formação técnica em agroecologia, a estratégia de diversificação da produção e o processo de agregação de valor aos produtos foram fatores que contribuíram para atender as aspirações de um jovem agricultor para permanecer na atividade agrícola (Ent. nº 2). Outro aspecto relevante para essa decisão é o desejo de trabalhar no próprio negócio. Tais fatores encontram-se fortemente presentes nos sistemas produtivos dos agricultores do tipo não convencional.

De acordo com o Entrevistado nº 2, “os jovens que saíram da roça, alguns até melhoraram, mas é aquela questão, eles trabalham para uma empresa, não têm autonomia para trabalhar em alguma coisa para eles, para a família”. A permanência na propriedade do seu pai foi sustentada por um planejamento das atividades produtivas, agrícolas e não-agrícolas, de médio e longo prazo, o que lhe possibilitou renda familiar que garante uma boa condição de vida.

Entre os agricultores do tipo não convencional, evidenciou-se o fato dos pais priorizarem as estratégias produtivas que possam diminuir o esforço físico e a penosidade do trabalho agrícola. Essa preocupação transparece nos argumentos do Entrevistado de nº 11, “a horta é uma atividade que exige muito trabalho diário, plantio, colheita, aí, a gente começou a pensar: vamos começar a trabalhar com a fruticultura que é uma atividade que não exige trabalho diário tão intenso”. Ainda conforme o agricultor, na produção agroecológica, a demanda de trabalho aumenta à medida em que o sistema vai-se consolidando, pois é um sistema produtivo complexo: “estamos incorporando atividade de acordo com nossa força de trabalho, da esposa e filhos que estão entrando na adolescência e participam da dinâmica da propriedade”.

Na expectativa de que os filhos possam continuar na atividade agrícola, o Entrevistado de nº 17 incentivou os filhos a realizarem cursos técnicos ligados à agricultura (Técnico em agroecologia e Casa Familiar Rural). Enquanto o filho é o responsável pela produção da agrofloresta e da fruticultura, uma filha é responsável pelo cultivo de melancias, atividades comerciais que estão sendo introduzidas no sistema produtivo da família. De acordo com o entrevistado,

[...] a idéia é que os filhos possam permanecer na agricultura. É possível, porque antes a área de terra da propriedade era de 7,2 ha e, atualmente, aumentamos para 24 ha. [...] a formação profissional está dirigida à agricultura.

A possibilidade de renda na agricultura convenceu o filho do Entrevistado de nº 19 a retornar ao estabelecimento familiar. A estratégia produtiva estruturada na fruticultura orgânica e no processo de agregação de valor aos produtos foi fundamental para garantir trabalho agrícola para o filho. Para o agricultor entrevistado, “[...] a agricultura de cereais é mais complicada, [...] estamos fortalecendo o setor de fruticultura e temos um projeto para construção de uma unidade processadora de frutas para implantação”.

Entre os agricultores do tipo em transição, a presença dos filhos na unidade de produção é variada. Foram observados casos em que os filhos, após realizarem seus estudos, desejam continuar na agricultura e outros, os filhos trabalham fora do estabelecimento familiar. Nesta última situação encontram-se os Entrevistados de nº 21, nº 10 e nº 15; esses agricultores promovem os ajustes nos sistemas produtivos considerando que os filhos estão deixando o trabalho agrícola do estabelecimento. Conforme o Entrevistado nº 21,

[...] garantimos que as filhas tenham uma formação, apoiamos as decisões delas quanto ao futuro. [...] o trabalho na propriedade é realizado por mim, a esposa e meio tempo da filha adolescente, duas filhas já deixaram o trabalho da agricultura, apenas continuam residindo com a família.

Outros agricultores do tipo em transição estão reduzindo o cultivo de cereais e o cultivo de fumo e, ao mesmo tempo, retomando cultivos como a produção de leite e e fruticultura objetivando a estratégia de diversificação do sistema produtivo. A conduta desse agricultor está tornando possível o trabalho agrícola para os filhos

(Ent. nº 33). O filho trabalha parte do tempo no estabelecimento familiar e a filha, que concluiu o curso técnico em agropecuária, é a responsável pela produção de leite da propriedade. Para esse agricultor,

[...] já começamos no ano passado a separar atividades, um filho cuida de uma atividade produtiva e outro de outra atividade e vão se profissionalizar fazendo cursos. Estamos num esforço de organizar melhor o trabalho agrícola na unidade familiar (Ent. nº 33).

A diversificação do sistema produtivo está viabilizando a permanência dos filhos na agricultura. Para, o entrevistado, os filhos percebem que é possível ter renda agrícola e boas condições de vida na agricultura e comenta:

Temos que colocar os pés no chão: somos pequenos agricultores, mas um carro para passeio precisamos ter. A experiência de mercado é nova, o nosso aprendizado vem crescendo, nós vamos seguindo com nossas atividades na agricultura e na diversificando da produção. [...] eu até cometi um erro, comprei na cidade um lote para os filhos. Hoje estão bem valorizados, é uma segurança para eles, um investimento. A gente não sabe o que vai acontecer para frente; na época eram baratos os lotes, uma hora dessas pode aparecer um pedaço de terra e podemos vender; não estamos arrependido do que fizemos.

A experiência desse agricultor evidenciou que, quando o sistema produtivo estava estruturado a partir dos cultivos de fumo, milho e soja, a renda agrícola para atender as necessidades familiares era insuficiente. Mas, ao promover ajustes produtivos em favor da diversificação produtiva a renda agrícola atual e futura atende as expectativas dos filhos em permanecer nas atividades agrícolas. Essa possibilidade de ampliar as chances de renda familiar resulta da capacidade de diversificação do sistema produtivo (Ent. nº 24).

A possibilidade de trabalho agrícola no interior da unidade de produção dos agricultores do tipo convencional encontra-se em situação oposta à constatada entre os agricultores do tipo não convencional e os agricultores em transição com sistema produtivo diversificado. Para os agricultores com a especialização produtiva e o avanço tecnológico, em particular na mecanização e automatização das atividades, o trabalho agrícola foi fortemente reduzido. De acordo com o Entrevistado nº 36:

Hoje temos facilidade no trabalho, sem esforço físico [...], temos grande produção de leite e ainda libera tempo para trabalhar com as lavouras de milho e soja. Para os próximos cinco ou dez anos vamos manter a dinâmica da propriedade como está. Ela se encontra ajustada somente com o volume de trabalho meu e da esposa. O filho desde que terminou o segundo grau, saiu da propriedade para trabalhar como vendedor de máquinas e equipamentos agrícolas.

Na produção de aves, segundo destacou o Entrevistado nº 34, o trabalho nos dias atuais, está resume-se a observar o crescimento das aves e “apertar botões”; todas as atividades são automatizados. Na produção de suínos, o processo de alimentação está mecanizado; nem o recebimento dos leitões, nem a entrega dos suínos terminados exige mão-de-obra da família porque tudo é realizado pela empresa. A produção de leite também caminha para ampliação da mecanização. Com um filho formado em curso superior e o outro com curso técnico em agropecuária o Entrevistado nº 26 argumenta:

[...] os filhos se encontram fora da propriedade devido ao desejo de terem seu próprio dinheiro e um deles, também, por não gostar de trabalhar com leite. Fizeram cursos de capacitação e estão conseguindo obter bons salários fora da propriedade. Minha esposa ainda não entendeu o porquê da saída dos dois filhos; a saída do mais novo foi rápida demais. Não sabemos bem ainda o que ele quer, pois só tem o segundo grau. [...] a renda do estabelecimento, se dividir por quatro, fica muito baixa e não temos trabalho para todos. Eles saíram para ter sua renda, seu projeto de vida.

Com os dois filhos trabalhando fora da unidade de produção familiar, o Entrevistado nº 31, também, argumentou que, se a renda agrícola não melhorar, vai adotar a estratégia de reduzir o plantio de cereais, podendo até arrendar as terras para terceiros: “estou adotando a atitude do caramujo, de ir se encolhendo; [...] no futuro, os filhos decidirão o que fazer com o estabelecimento familiar, mas a prioridade deles agora não é trabalhar na agricultura”.

Entre os agricultores do tipo convencional, observou-se alguns estabelecimentos familiares com um filho trabalhando com os pais. Em tais casos, os agricultores mantiveram o sistema produtivo com o cultivo de cereais e mais uma atividade de produção animal (leite ou suínos) e, também, a venda de horas de serviços de máquinas para terceiros.

De acordo com o Entrevistado nº 22, pesquisador do Iapar, maior frequência da permanência dos filhos no estabelecimento familiar é encontrada entre os

agricultores agroecológicos e aqueles que possuem sistemas produtivos diversificados. Contudo, é fundamental que haja um processo de sucessão familiar adotado pelos pais. Os filhos não permanecem no estabelecimento familiar se ele não souber qual o projeto da família e qual é a estratégia produtiva da propriedade. Para ele, se a família permanecer com um sistema produtivo, por exemplo, estruturado com o cultivo do fumo e/ou dos cereais, não gera as condições para os filhos permanecerem na propriedade. Da mesma forma, no caso de uma família que se encontra integrada a uma agroindústria do Sistema Agroalimentar, ela fica pressionada a jusante e a montante, não tendo muita oportunidade, quase sem oportunidades para os filhos. Também, destacou que os jovens desejam vivenciar uma causa, uma determinada visão de mundo, um projeto de vida. Mesmo que tenha uma atenção maior para a perspectiva agroecológica de produção, o jovem leva em consideração, em seu projeto de vida, a questão da penosidade do trabalho.

Os jovens, conforme a Entrevista nº 27, extensionista da Emater, já começam a comparar o que significa o trabalho urbano e o trabalho rural; hoje, houve uma diminuição da distância que separava esses dois mundos de trabalho. Os agricultores que não conseguem obter renda adequada ao conjunto dos membros veem seus filhos saírem da propriedade com maior frequência. Ainda de acordo com o entrevistado, contribui para a permanência dos filhos no estabelecimento familiar a possibilidade de eles realizarem suas experiências, de participação no resultado do trabalho familiar e das políticas públicas ligadas ao desenvolvimento rural.

5 RACIONALIDADES MODERNAS APROPRIADAS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES

No presente capítulo, buscar-se-á compreender as motivações e os significados apropriados pelos agricultores familiares modernos e que orientam as suas condutas. Para compreender o sentido das condutas dos agricultores são analisadas as estratégias, as práticas sociais e a representação social.

A ação social define-se como uma conduta humana dotada de significado subjetivo dado por quem executa, o qual orienta seu próprio comportamento, tendo em vista a ação (passada, presente ou futura) do outro ou outros que, por sua vez, podem ser individualizados e conhecidos (WEBER, 2002).

Os agricultores familiares ao atribuírem significados às condutas abrem caminho para analisar as racionalidades das suas ações e o seu conhecimento pelas vias racionais do próprio método científico (COHN, 2003). A direção e significação das ações dos agricultores familiares dependem da natureza da racionalidade que lhe informa os fundamentos do pensamento social e os objetivos da ação.

A primeira parte do capítulo analisa a conduta dos agricultores familiares pertencentes ao tipo não convencional; na segunda, analisa a conduta dos agricultores do tipo convencional e, na terceira parte, analisa a conduta dos agricultores do tipo em transição.

5.1 Racionalidade não convencional: conduta enraizada em valores substantivos

Os agricultores do tipo não convencional atuam a partir da conduta produtiva guiada pela necessidade de (re)construir a maneira de produzir na agricultura, objetivando a superação da matriz produtivista da modernização com sua pretensão universalista (SANTOS, 1999; RAMOS, 1989).

O sistema produtivo desses agricultores evidencia os limites produtivos da lógica de modernização da agricultura e sua perspectiva homogeneizante (LEFF, 2006; ALTIERE, 1998). Resulta de estratégias adotadas no processo de ajustes produtivos implementados pelos agricultores no contexto das crises socioeconômica, política e ambiental que assolam a agricultura e o meio rural.

As estratégias adotadas por esses agricultores na (re)construção dos sistemas de produção não permanecem limitadas a considerar apenas a relação custo/benefício da produção agrícola, reduzindo ou eliminando o uso de insumos químicos sintéticos, entre outros aspectos do pacote tecnológico da modernização. Por meio de suas práticas sociais exprimem os agricultores, acima de tudo, a vontade de lutar e de agir contra o desencantamento do mundo (WEBER, 2002). Valorizam a noção do familiar, da agricultura familiar nas atividades agrícolas da propriedade, a solidariedade entre os agricultores do tipo de pertencimento e entre eles e os consumidores de seus produtos por meio de condutas que valorizam a confiança, as relações de proximidades e as inter-relações entre os atores das redes sociais de comercialização (GRANOVETTER, 1985) bem como estabelecem com a natureza uma relação de respeito (LEFF, 2006). Evidencia-se que valores substantivos (RAMOS, 1989) são apropriados pelos agricultores do tipo não convencional para orientar suas condutas produtivas.

A verticalização da produção com agregação de valor aos produtos, em pequenas unidades agroindustriais, aprofunda a estratégia produtiva na perspectiva da produção agroecológica. Conduta esta orientada com o objetivo de fortalecer a autonomia do sistema produtivo da propriedade, rompendo, portanto, com a ameaça da heteronomia implícita no processo de modernização da agricultura (RAMOS, 1989).

O fortalecimento da estratégia de agroindustrialização familiar (ou associativa) integrada às atividades agrícolas encontra-se viabilizada e consolidada pela persistência dos mecanismos de comercialização de proximidade e de nicho bem como pela emergência do mecanismo institucional de venda de produtos. Valorizando esses diferentes mecanismos de comercialização como estratégia de relação com o mercado de produtos, os agricultores não convencionais resistem à racionalidade funcional da modernização que visa separar as funções de produção e as de transformação e de comercialização.

Esses agricultores comercializam produtos agrícolas resultantes de sistemas produtivos desenvolvidos a partir de práticas agrícolas que consideram diretrizes de reapropriação da natureza. Práticas implementadas numa estratégia que objetiva manter um equilíbrio entre a produção, tanto comercial quanto para consumo, e os

recursos naturais. Valorizando, desse modo, os princípios da agroecologia como maneira de fazer agricultura (ALTIERE, 1998).

Os produtos comercializados derivam, também, de práticas agrícolas que incorporam aspectos que visam proteger a saúde dos membros do estabelecimento familiar e dos consumidores dos produtos; de um estilo de vida integrado com o meio ambiente, da autoestima vivenciada pelos agricultores entrevistados ao assumirem a condição social de agricultor familiar e da valorização da mulher e dos filhos no cotidiano dos trabalhos agrícolas da unidade de produção.

A noção de qualidade dos alimentos em relação aos consumidores não se limita à saúde; ao fornecer alimentos saudáveis, valoriza-se uma tendência existente na sociedade que se refere ao consumo de alimentos ligados à dimensão cultural, em que os sabores dos alimentos naturais estão presentes na memória dos consumidores. Conforme esses agricultores entrevistados, os produtos originados de sistemas produtivos dos agricultores do tipo convencional são percebidos pelos consumidores como produtos com sabores alterados.

Os sistemas produtivos dos agricultores do tipo não convencional estão orientados para realizar cultivos produtivos de maior renda por unidade de área e valorizar o trabalho agrícola. Realidade que está ligada às condições de bloqueio fundiário em que se encontram os estabelecimentos e à necessidade de garantir um mínimo de resultado econômico para atender as necessidades financeiras dos agricultores. Assim, passam a desenvolver cultivos que valorizam a utilização do trabalho familiar e, ao mesmo tempo, tenham condições de obter um rendimento maior por unidade de área quando comparado com os cultivos de cereais através da dinâmica da modernização.

Parte desses agricultores comercializam produtos não-agrícolas, com os quais visam ampliar a renda e, dessa forma, diminuir a dependência financeira da família com as atividades agropecuárias. Trata-se de uma estratégia utilizada para complementar a renda agrícola, garantindo, desse modo, uma estabilização econômica da família no meio rural.

Permanecer no meio rural, integrando atividades agrícolas e não-agrícolas apresenta-se com uma das estratégias que torna possível aos agricultores familiares garantir sua identidade social, condição para usufruir dos direitos sociais, entre eles os da previdência social. No interior do estabelecimento familiar, de acordo com os

agricultores entrevistadas, a pluriatividade é exercida predominantemente pelas mulheres. A venda de força de trabalho fora do estabelecimento familiar, porém é exercida tanto pelo homem quanto pela mulher, variando de acordo com o projeto familiar e a dinâmica econômica local em que se inserem.

Os agricultores não convencionais, ao desenvolverem uma produção agroecológica - portanto, com base na estratégia de pequena escala e de qualidade do produto - priorizam vínculos autônomos nos mercados de produtos. Entre os agricultores, o mecanismo de proximidade é prioritário, seguido pelo institucional e de nicho, respectivamente. Assim, esses agricultores estabelecem vínculos com mecanismos de mercado que não operam a partir de relações impessoais e à distância como supõe a lógica da modernização. Eles mantêm vínculos enraizados territorialmente, sustentados por questões de confiança e inseridos em redes sociais (GRANOVETTER, 1985).

Ao valorizarem os vários mecanismos de comercialização esses agricultores transitam por diferentes redes sociais, as quais possuem diferentes características. No mecanismo de proximidade, agricultores e consumidores estabelecem vínculos comerciais que decorrem da confiança entre os atores, dispensando garantias formais de qualidade que operam em outros mecanismos. Uma rede social que resulta das relações de parentesco, de vizinhança e de novos consumidores com conhecimento pessoal e de repetidas transações entre os mesmos atores que consolidam lealdades e ficam imunes às pressões externas, tanto reguladora quanto de mercado.

No mecanismo institucional, a rede contempla como atores as instituições e, conforme observado, trata-se de um mercado em crescimento e em vias de sua consolidação como espaço de comercialização relevante à agricultura familiar e ao fortalecimento do desenvolvimento territorial. É percebido pelos agricultores como um mecanismo que contempla um determinado grau de incerteza, devido às inovações e os arranjos institucionais inerentes bem como, por um lado, passa a demandar dos agricultores inovações produtivas objetivando atender novos padrões, em particular, nos aspectos de normas sanitárias e de processamento e, por outro, de conhecimentos referentes aos processos de produção, de licitação e de contratos, de produção e de logística de entrega dos produtos.

Ainda, ao participar nessa rede social viabilizada pelo mecanismo institucional de comercialização, os agricultores passam a viabilizar inovações organizacionais e parcerias com atores locais, governamentais ou não, objetivando atender aspectos ligados à escala, diversidade e distribuição dos alimentos resultantes dos contratos realizados. Aspectos estes que propiciam aos agricultores uma dinâmica de cooperação entre si e de um aprendizado coletivo (WILKINSON, 2008), elementos essenciais para estender a participação em novas redes sociais e ter competitividade.

No mecanismo de nicho de mercado, os agricultores estabelecem vínculos com supermercados locais e regionais predominantemente, portanto, vinculam-se a outra rede social. Nesta rede, um selo de certificação dos produtos é o instrumento que permitirá uma relação de confiança entre consumidor e agricultor. A produção destinada a esse mercado é, predominantemente, constituída por produtos vegetais.

Evidencia-se que os agricultores não convencionais estabelecem vínculos com mais de uma rede social para comercializar seus produtos; dessa forma, não se encontram absorvidos por uma única rede, transitando em várias redes com diferentes características. Ao agir no interior de mais de uma rede social, contribuem para o fortalecimento de outros atores sociais que atuam no ambiente social em que se inserem, bem como na promoção de uma pluralidade de normas técnicas de produção entre os produtores. Normas que estão sendo, crescentemente, internalizadas em legislações específicas como, por exemplo, para micro e pequenos empreendimentos agroindustriais, compatibilizando valores maiores ligados à saúde pública.

As tecnologias utilizadas pelos agricultores do tipo não convencional supõem o estabelecimento de uma relação mais estreita e mais equilibrada entre meio ambiente natural e aquele meio criado pelo homem (LEFF, 2006, ALTIERE, 1998). Elas estão inseridas numa dinâmica produtiva a partir de uma conduta que objetiva a autonomia do agricultor para desenvolver o processo produtivo, que se manifesta através de baixa intensidade de capital financeiro, na intensa valorização dos conhecimentos tecnológicos, tanto tradicionais quanto novos conhecimentos, e de gestão do estabelecimento familiar. Por isso, no que a refere a máquinas, equipamentos e instalações, os agricultores fazem uso de bens de pequeno porte, simplificados e adaptados às práticas agroecológicas. Contudo, fazem investimentos

tecnológicos em bens e/ou compram serviços de máquinas de terceiros sempre que for necessário para reduzir o esforço físico do trabalho.

Ao produzirem suas próprias sementes e valorizarem espécies de vegetais e animais crioulos, mestiços e adaptados ao local esforçam-se para conservar e regenerar os germoplasmas e a biodiversidade do meio (ALTIERE, 1998). Portanto, procuram manter em suas áreas de produção policultivos geneticamente heterogêneos, o que permite a diminuição de riscos de pragas e doenças.

A recuperação e manutenção da fertilidade dos solos tem com base a produção de biomassa de adubos verdes, com destaque para as fixadoras de nitrogênio, restos de culturas e a articulação com uso de adubos orgânicos. Entre outras, tais práticas agronômicas possibilitam a viabilização de sistemas produtivos sustentáveis sem fazer o uso de insumos químicos de origem industrial, que degradam o meio ambiente e diminuem a qualidade dos alimentos, tanto na questão nutricional quanto nos sabores e riscos toxicológicos.

No conjunto das práticas agronômicas, esses agricultores objetivam a construção e a manutenção de um equilíbrio na dinâmica do estabelecimento familiar, em particular nas interrelações entre a dinâmica da unidade de produção e a ligada ao processo de proteção da fertilidade do solo. Um equilíbrio que exige determinado tempo para alcançar, mas uma vez alcançado, a agricultura em base agroecológica oferece segurança à produção agropecuária. Para isso, os agricultores desenvolvem capacidades (SEN, 2000) próprias para observar o conjunto de sinais emitidos pelo sistema produtivo, os quais contribuem para planejar práticas agronômicas que visem ao (re)estabelecimento de equilíbrio.

Os agricultores do tipo não convencional orientam suas estratégias tecnológicas para o desenvolvimento de uma agricultura que se propõe desenvolver-se na perspectiva da complexidade (LEFF, 2006), o que pode ser evidenciado, por exemplo, na questão temporal (cronológica) presente nas práticas agrícolas sustentadas por em uma visão de mundo mais ecológica. As tecnologias são implementadas numa dinâmica em que se conjugam os ciclos da natureza com os processos temporais de produção, portanto, permeadas por respeito à natureza, aspecto substantivo de sua racionalidade bem como se manifesta nos entendimentos dos agricultores quando planejam suas práticas considerando as inter-retorrelações das dinâmicas socioambientais, oriundas por um conhecimento

sistêmico da natureza. Conforme destacaram os entrevistados, todo o agricultor que se propõe a atuar a partir da diretriz tecnológica da agroecologia, antes terá de mudar o pensamento e estar consciente de que a mudança produz resultados aos poucos, do tempo necessário à reconversão. O respeito da saúde familiar e do consumidor de seus produtos e ao ambiente precede a busca por resultados financeiros; a produção agroecológica é biodiversidade e considera o diálogo com as práticas de produção tradicional.

As tecnologias de que se utilizam tais agricultores não somente buscam reduzir ou mesmo eliminar o uso de insumos químicos externos como também a produção não se resume a uma questão técnica somente, ela está impregnada de aspectos éticos (RAMOS, 1989). A produção é o resultado da criativa satisfação que os agricultores obtêm consigo mesmos, com a família, com a natureza e com a sociedade. Desenvolveram um padrão tecnológico que, entre outros aspectos, não usa de forma predatória os recursos naturais e nem provoca mudanças agressivas ao meio ambiente. Uma agricultura em que a produtividade agrícola ocorre com um mínimo de impactos ambientais e com retorno econômico capaz de proporcionar uma condição digna de vida às famílias. Evidencia, portanto, uma percepção desses agricultores quanto aos limites dos recursos naturais, dos modos de uso da terra, dos limites das escalas de produção. Nesse sentido, as tecnologias utilizadas correspondem a uma transgressão (em níveis variados) das tecnologias dominantes da modernização e de seus impactos socioeconômicos, culturais e ambientais.

A produção para consumo está inserida nos princípios da produção agroecológica, portanto, manifesta-se como uma diretriz produtiva para os agricultores não convencionais. É uma estratégia valorizada pelos agricultores para obter autorregulação da produção e a sustentabilidade socioeconômica e ambiental (ALTIERI, 1998).

A saída dos filhos dos agricultores familiares do meio rural em direção às cidades mantém-se como uma tendência, conforme-se observou entre os diferentes tipos de agricultores modernos entrevistados. Diante disso, pode-se observar que diferentes estratégias estão sendo adotadas objetivando o futuro dos jovens; ou seja, no âmbito dos estabelecimentos familiares diferentes condutas estão sendo viabilizadas objetivando a realização pessoal e profissional dos filhos.

Os agricultores do tipo não convencional, ao (re)construírem os sistemas de produção e ao fazerem uso de práticas tecnológicas a partir das diretrizes da produção agroecológica, criam um ambiente com arranjos produtivos que oferecem maiores condições dos filhos permanecerem no meio rural com atividades agrícolas quando comparados, sobretudo, com os agricultores do tipo convencional que fazem uso intensivo da mecanização e optam pela monocultura estudados nesta tese.

Contribui para isso a própria dinâmica produtiva dos estabelecimentos dos produtores, pois ela ocorre com forte integração da família ao projeto bem como parte de uma base tecnológica que valoriza o trabalho familiar e se desenvolve com baixo uso de capital se comparada à agricultura convencional especializada; também não exige grandes áreas de terras para desenvolver os projetos quando comparada com produção a convencional de cereais.

A diversificação resultante das estratégias adotadas pelas famílias alternativas amplia o portfólio de oportunidades de renda agrícola e não-agrícola, um dos determinantes para a escolha profissional. A educação é outro aspecto decisivo na definição do horizonte profissional dos jovens. Esses agricultores demandam conhecimentos amplos em que o aprendizado agrônômico é importante tanto quanto os de gestão e de funcionamento dos mercados.

Evidenciou-se entre os agricultores entrevistados o elevado grau de escolaridade e de formação profissional. Esta conduta busca o acesso ao conhecimento e é o grande desejo dos pais para com os seus filhos. O incentivo ao estudo dos filhos é realizado pelos pais, independente se o filho aproveitar disso como um “ingresso” para permanecer ou deixar o meio rural. Portanto, há flexibilidade e apoio das famílias às decisões dos filhos.

Assim, rompendo com a perspectiva segundo a qual a reprodução social é definida por regras externas, as estratégias adotadas pelos agricultores não convencionais em seu sistema produtivo parecem apresentar disposições que contribuem para que os filhos optem por permanecer no meio rural.

As estratégias que se baseiam na produção agroecológica, na verticalização da produção, na pluriatividade, trabalhar no seu próprio negócio e poder vincular-se em diversos mecanismos de mercado objetivam a possibilidade da reprodução e sustentabilidade social. Desse modo, os agricultores do tipo não convencional possibilitam uma socialização prévia dos filhos na atividade agrícola, pois é mais

difícil que alguém se torne um agricultor familiar a partir de um aprendizado exclusivamente escolar; pois, raramente alguém vai iniciar um processo de aprendizado profissional na agricultura em sua fase adulta (BRUMER e ANJOS, 2008). Isso ganha importância maior na agricultura uma vez que a reprodução endógena é particularmente mais elevada, tendo em vista que são poucos os filhos de não agricultores que ingressam nessa atividade.

De acordo o Entrevistado nº 22, pesquisador do Iapar, uma maior frequência dos filhos nos estabelecimentos familiares é observada em sistemas produtivos com estratégias produtivas a partir da agroecologia. É importante observar a valorização do processo de sucessão familiar pelos pais, permitindo aos filhos assumirem projetos produtivos que dialoguem com suas perspectivas de mundo. Conforme observado em entre famílias de agricultores do tipo não convencional, e também nas do tipo em transição com forte estratégia de diversificação do sistema, as filhas, ao permanecem no estabelecimento com seus pais, estão atuando diretamente em atividades produtivas. Portanto, elas permanecem na medida em que encontram espaço para assumir o trabalho propriamente produtivo, participando de forma ativa na renda do estabelecimento familiar. Dito de outra forma, não permanecem com os pais para realizar as atividades consideradas “domésticas”.

Esses agricultores encontram-se qualificados profissionalmente com a realização de cursos de Técnico Agrícola, cursos médios e/ou de especialização em Agroecologia ofertados, em grande medida, pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) que atuam com ações ligadas a agricultura agroecológica. Há jovens que estudam, ou já concluíram, em “Casas Familiares Rurais” (CFRs). Continuam aperfeiçoando-se no conhecimento ligado a políticas públicas de desenvolvimento rural, mercados de produtos e legislação, entre outros necessários às atividades que desenvolvem; em eventos de capacitação ofertados pela organização sindical e pelas cooperativas solidárias de que são associados. Desse modo, os agricultores do tipo não convencional, em seu processo de qualificação profissional, interagem com organizações cuja natureza está correlacionada com seu projeto de produção, com sua racionalidade produtiva.

A capacidade profissional própria é percebida como condição de permanência nas atividades agrícolas e de estratégia de autonomia para dinamizar os sistemas produtivos complexos com os quais trabalham. Como argumentaram, não podem

ficar reféns de profissionais externos, é necessário estar sempre observando “os sinais” emitidos pelo sistema produtivo, fundamentais para o planejamento das práticas agrícolas. Esses agricultores são demandantes de conhecimentos amplos, pois necessitam de conhecimentos sobre políticas públicas relacionadas à agricultura e ao desenvolvimento rural e todos os que dizem respeito às diversas etapas do processo produtivo até chegar ao consumidor.

Ao se qualificarem profissionalmente, tais agricultores contribuem para romper com o pressuposto de que permanecer no meio rural e na atividade agrícola não demanda conhecimentos específicos. Ser um agricultor com racionalidade, não convencional exige, conforme os próprios entrevistados, a qualificação profissional, além de contar também com serviços especializados de profissionais extensionistas e pesquisadores.

As práticas sociais realizadas pelos agricultores do tipo não convencional operam no contexto de uma ação que estabelece vínculos com instituições. Estas, compreendidas em termos de regras, formais e informais, e de valores, que orientam e estruturam as relações ecossocioeconômicas. Nesse sentido, as organizações, como um dispositivo coletivo, constituem-se num tipo particular de instituição, com aspectos que incluem regras e normas de conduta social, tanto explícitas quanto tácitas, que ao serem autoapropriadas pelos agricultores influenciam, a sua conduta social.

Com o propósito de superar problemas produtivos, na unidade de produção, os agricultores vivenciam relações de vizinhança com grupos e associações formais e informais; contudo, elas se efetivam com maior evidência entre os agricultores que se orientam com a mesma racionalidade produtiva. Isso evidencia uma correlação positiva entre formas organizativas de cooperação e a racionalidade produtiva adotada pelos agricultores nos sistemas produtivos. Aspectos também percebidos - como se verá a seguir - nos vínculos organizativos com o movimento cooperativo solidário.

Os vínculos com as cooperativas solidárias, de abrangência municipal ou microrregional, são estabelecidos por todos os agricultores estudados que se orientam pela racionalidade não convencional, de acordo com o observado no capítulo quarto. Além de participarem somente das cooperativas solidárias, a maioria encontra-se associada em mais de um dos ramos cooperativos solidários.

São vínculos sociais estabelecidos com um movimento cooperativo que emergiu nos anos de 1990, no contexto de contestação das práticas de modernização da agricultura, realizada por movimentos sociais, com ênfase na década de 1980 e início dos anos de 1990. Um movimento cooperativo que, em sua missão institucional, constitui-se em torno da perspectiva agroecológica da agricultura. Processo que contemplou determinado deslocamento das lutas sociais para uma ação no mercado, sem deixar de atuar nas relações com o Estado, institucionalizando uma ação econômica dos movimentos sociais no quadro dos “novos movimentos sociais econômicos” (WILKINSON, 2007). Nesses vínculos, os agricultores envolvem-se, além da institucionalização política, num processo de institucionalização econômica visando adaptar os mecanismos econômicos aos valores dos movimentos com que estão interagindo (GENDRON et al, 2009²⁸ apud COMUNELLO, 2010); portanto, estabelecem vínculos com organizações que lutam pelos seus negócios num nível sociopolítico, num processo cultural de ação social visando à reapropriação da economia a partir de valores próprios (PORTILHO, 2009).

Os agricultores com racionalidade não convencional estão participando no STRs objetivando sua representação política junto à sociedade organizada e ao Estado; há também interesse em acessar os serviços com vista ao atendimento dos direitos sociais bem aos serviços informativos, às palestras e dos cursos de curta duração para obter conhecimentos sobre os sistemas de produção. A promoção de práticas ligadas aos princípios da agroecologia e o fomento das novas organizações solidárias são aspectos valorizados pelos agricultores ao associam-se ao movimento sindical.

Uma parte desses agricultores estão vinculados aos Núcleos da Rede Ecovida com o propósito de viabilizar o processo de certificação participativa dos produtos orgânicos. Os Núcleos resultam dos movimentos sociais que lutam pela agricultura agroecológica, portanto, constituem-se em mais uma das formas utilizadas pelos agricultores no caminho de institucionalização econômica a partir dos valores apropriados.

Ao participarem desse leque de organizações, os agricultores com racionalidade não convencional criam um ambiente com vínculos institucionais

²⁸ GENDRON, C; BISAILLON, V. e OTERO, A. I. **The Institutionalization of Fair Trade: More than Just a Degraded Form of Social Action.** Journal of Business Ethics (2009).

diversos e contribuem para diminuir os riscos da individualização das atividades produtivas, da profissão de agricultor familiar; ampliam fortemente as possibilidades da sustentabilidade social na medida em que se vinculam a várias organizações sociais correlacionadas com sua conduta produtiva e com seu estilo de viver.

Com base no exposto, evidenciou-se nas práticas desses agricultores do tipo não convencional a existência de motivos e significados que orientam a conduta. Isto é, uma conduta social de agricultores que se encontra fundamentada numa racionalidade que enfatiza a dimensão substantiva (RAMOS,1989). Esta enquanto um componente do ator humano, embasada em conhecimentos derivados do e no processo da realidade e ordenada por uma forma ética de validade geral. Portanto, condutas implementadas por agricultores em condição de sujeitos (TOURAINÉ,1996), sob tensão e com capacidade de deliberarem sobre as ações, conscientes das suas finalidades intrínsecas e das causas finais. Aspectos subjetivos que conferem a esses agricultores uma racionalidade social muito distante da racionalidade funcional (instrumental) da sociedade moderna, a partir da modernização da agricultura, que será analisada a seguir. Nesta tese, ela é denominada de racionalidade não convencional.

Uma racionalidade não convencional, construída a partir do movimento social (TOURAINÉ, 1996) e objetivando transformações produtivas, estabelecimento de novos vínculos de mercado, valorização das economias territoriais, construção de outros conhecimentos e saberes. Assim, esses agricultores com racionalidade não convencional inserem-se no processo de construção de um novo paradigma produtivo (LEFF, 2006; SANTOS 1999). Em sua conduta sociocultural e política de resistência à submissão às regras homogeneizantes da racionalidade do mercado globalizado, contribuem para a crítica à racionalidade funcional e sua razão reducionista do mercado moderno, ao valorizar os princípios de produtividade e de economicidade na dinâmica dos projetos de produção e vida familiar.

Os agricultores, ao implementarem práticas orientadas pela racionalidade não convencional, entre elas aquelas que valorizam uma reapropriação e o respeito à natureza, à produção de alimentos saudáveis, à valorização das práticas tradicionais, à segurança alimentar, operam com um noção de qualidade de vida que vai além da perspectiva economicista sobre a produção. Assim, além de considerar a importância do equilíbrio ecológico no processo produtivo, no manejo inteligente

das próprias forças da natureza (ROMEIRO,1998), os agricultores levam em conta o prazer e a autoestima de ser agricultor alternativo. Isso confere maior complexidade ao significado da produção e do consumo sob a racionalidade não convencional. Conforme observado entre os agricultores que adotam essa racionalidade, o bem-estar não se resume na acumulação de bens nem na frugalidade do consumo, mas na qualidade de vida derivada de processos de significação socioambiental e cultural e em sentidos subjetivos de valor da vida (LEFF, 2006). Num processo de reencantamento da vida social, alimentada pela inserção criativa de práticas emancipatórias que tem consciência do excesso, não deseja tudo o possível só porque é possível, da mesma forma que possui consciência do déficit por compreender que é necessário, também, desejar o impossível (SANTOS, 1999).

Por fim, os agricultores sob a racionalidade não convencional desenvolvem práticas sociais à revelia da racionalidade dada pela modernização da agricultura, superando tanto a natureza como mera condição de produção quanto a mercadorização da vida (SANTOS, 1999). Contam com uma qualificação profissional em que o conhecimento científico em agroecologia apresenta-se no cotidiano vivido pelos agricultores, configura-se como um senso comum, uma dupla ruptura epistemológica (SANTOS, 1999); conhecimentos que intervêm em favor do humano e da natureza (LEFF, 2006; SANTOS, 1999; RAMOS, 1989).

5.2 Racionalidade convencional: conduta enraizado na eficiência e maximização dos resultados

Os agricultores do tipo convencional estudados possuem uma produção comercial estruturada a partir dos cereais (soja, milho e trigo). Entre eles, muitos também possuem outra atividade comercial de origem animal (suinocultura, avicultura, produção leiteira). Ao analisar quais são os cultivos de cereais priorizados foi verificado que essa decisão é tomada pelos agricultores a partir das informação dos preços das *commodities* no mercado global. Frente a essa conduta, a estratégia de realizar a rotação de culturas no sistema produtivo bem como o cultivo de adubos verdes encontra-se condicionada à perspectiva de preços dos produtos no mercado. A conduta de cultivar o produto agrícola vegetal que, na percepção do agricultor,

estiver mais rentável no mercado motiva alguns agricultores a plantarem a mesma cultura de cereal durante varias safras agrícolas na mesma área de terra.

Os agricultores das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, nos últimos anos, e maneira crescente, estão realizando uma segunda safra agrícola após a safra principal (de verão), denominada de safrinha. O preço do milho, mais elevado do que o da soja no mercado, nos últimos anos, tendo motivado parte desses agricultores a realizar, na mesma safra agrícola, dois plantios de milho, repetindo a mesma estratégia no ano seguinte.

Ao adotarem a estratégia da safra principal e da safrinha, esses agricultores, de modo geral, não conseguem realizar o plantio de uma cultura de inverno que, neste caso, poderia ser o trigo ou um adubo verde para proteger e recuperar fertilidade do solo. De acordo com os agricultores entrevistados, ao fazer duas safras agrícolas não há mais vantagens para realizar a adubação verde, pois esta não terá condições de se desenvolver plenamente para produzir biomassa, resultando num custo de produção que o agricultor não deseja incorporar à produção agrícola.

Observou-se, contudo, que alguns agricultores, com mais frequência na região Sudoeste, devido a uma condição de clima diferenciado em relação ao Oeste, ainda mantêm a estratégia de fazer um cultivo normal de verão e, em seguida, realizar um cultivo de inverno. Conforme se verificou entre os entrevistados, com as inovações tecnológicas recentes, tanto nas sementes quanto nas máquinas e equipamentos, e os preços das *commodities* em patamares favoráveis, a realização de dois cultivos no mesmo ano agrícola vem rapidamente se expandido como estratégia produtiva entre os agricultores do tipo convencional. Para aqueles que realizam um cultivo de inverno, o trigo é uma opção bastante valorizada frente os adubos verdes, mesmo quando os preços podem não ser tão rentáveis. Conforme comentaram os agricultores, a cultura do trigo contribui na proteção do solo para realizar o plantio direto das culturas de verão sobre a palhada. Assim, os ganhos obtidos com a cultura trigo, na redução da preparação das áreas para o plantio direto, são valorizados pelos produtores, mesmo que o preço do trigo no mercado não se mostre tão rentável.

Fatores como preços dos produtos no mercado e inovações tecnológicas ditadas pelos agentes econômicos dominantes das cadeias produtivas de cereais orientam as estratégias produtivas dos agricultores do tipo convencional.

A produção animal está presente nos sistemas produtivos desses agricultores com o propósito de ampliar a renda familiar, tendo em vista o bloqueio de área de terra e o aumento da demanda financeira dos agricultores para atender a elevação do padrão de vida familiar. Tem sido uma constatação unânime entre os entrevistados de que um estabelecimento familiar com menos de 50 ha para o cultivo de cereais não oferece condições para manter a família na agricultura em boas condições de vida. Diante disso e como a ampla maioria dos agricultores familiares não possui área superior a 50 ha, esses sistemas produtivos são constituídos pela cultura de cereais e uma atividade de produção animal.

A questão fundiária e os fatores naturais como solo e clima são fatores que somados aos destacados acima influenciam nas estratégias dos sistemas produtivos que, por sua vez, implicam produtos comercializados pelos agricultores.

Os agricultores do tipo convencional seguem a lógica da produção especializada interagindo com o mercado a partir de uma lista reduzida de produtos, sendo, predominantemente, um produto animal (leite, aves, suínos) e os cereais (soja, milho, trigo) de acordo a estratégia produtiva de cada estabelecimento familiar. Trata-se de estratégias produtivas orientadas para obter, a partir do pacote tecnológico da modernização da agricultura, maior eficiência e maiores resultados financeiros na produção (SCHUTZ, 1965).

A venda de serviços de horas-máquina para terceiros tem sido uma estratégia utilizada predominantemente pelos produtores cerealistas para ampliar a renda familiar. Portanto, a permanência na atividade agrícola de parte importante dos agricultores cerealistas está sendo viabilizada pela estratégia de renda complementar, de base agrícola, obtida fora do estabelecimento familiar por meio da prestação de serviços.

A produção dos agricultores do tipo convencional tem no mecanismo virtual de comercialização (mercado à distância) o caminho para a venda da produção, incluindo a produção com base nos contratos de integração entre os agricultores e as empresas integradoras.

Ao operar com o comércio à distância, os agricultores atuam em mercados formais de circuitos mais extensos, os mercados de *commodities*, que resultam de um longo processo no qual um conjunto de valores é negociado e cuja universalização permite a dinâmica de uma cadeia produtiva com atores agindo à distância, prescindindo do contato direto tanto com o produtor quanto com o produto (WILKINSON, 2008).

Assim, os agricultores orientaram suas práticas para atingir um padrão produtivo de referência universalizada, portanto, romperam com a anterior multiplicidade de produtos (diversificação) e dos processos tecnológicos guiados por valores diferenciados, observados entre os agricultores do tipo não convencional e os agricultores do tipo em transição o que será verificado a seguir. Uma padronização na produção que atinge os produtos, os processos produtivos e, também, a família do agricultor familiar. Assim, os valores organizadores das práticas agrícolas dos agricultores encontram-se ligados à crescente busca pela eficiência alocativa, que se expressa nos aspectos de produção em escala no estabelecimento familiar, níveis crescentes de qualidade e padronização da produção. Valores que definidos à distância pelos atores dominantes da cadeia produtiva, podem estar representando apenas interesses setoriais e/ou o resultado de um consenso mais amplo entre eles (WILKINSON, 2008).

A produção vegetal e animal dos agricultores convencionais é toda ela destinada ao mercado. Os sistemas dos produtores estão orientados para obtenção de renda agrícola, produzindo essencialmente para o mercado. Diante disso, mais da metade do consumo familiar dos agricultores entrevistados tem origem externa ao estabelecimento familiar. O reduzido número de membros na unidade familiar, devido à saída dos filhos das atividades rurais e a priorização do trabalho dos pais nas atividades comerciais, com ênfase para o da mulher na atividade leiteira, são fatores mencionados pelos entrevistados que contribuem à redução da produção para consumo do estabelecimento.

A produção para consumo, particularmente aquela destinada a obter valor no mercado é praticamente inexistente entre os agricultores do tipo convencional, com exceção para os agricultores que produzem leite a partir da produção de forragens e silagem no estabelecimento familiar. Caracterizam-se como agricultores por uma situação de forte dependência das unidades de produção com o mercado. Todos os

insumos necessários à produção de cereais bem como os insumos produtivos dos agricultores que atuam com base em contratos de integração são exógenos ao estabelecimento familiar. Conforme argumentou um suinocultor entrevistado, nos dias atuais, até as matrizes de suínos - para os criadores de leitões - são propriedade da empresa integradora e não mais do produtor rural.

No que se refere à produção de leite, ela está, em grande medida, baseada em forrageiras de alta qualidade e no uso da silagem de milho. Contudo, para a produção desses alimentos, que representam mais de 60% da alimentação dos animais, os agricultores passam a adquirir todos os insumos necessários no mercado, incluindo a ração destinada ao rebanho leiteiro.

Entre os agricultores produtores de leite entrevistados já há sistemas intensivos de produção, tendo como referência o Sistema de Confinamento *Free Stall*, com crescente automatização das atividades produtivas, incluindo inovações tecnológicas na área da alimentação animal com silagem e alimentos concentrados. Nesse sentido, os produtores de leite, da mesma maneira como se encontram os avicultores e suinocultores, estão sendo constantemente instigados pelos atores dominantes da cadeia produtiva a promover inovações tecnológicas com vista à obtenção da produtividade, qualidade e escala de produção no âmbito do estabelecimento familiar.

As tecnologias utilizadas pelos agricultores convencionais estão de acordo com a concepção de produtividade sob a racionalidade do agricultor convencional moderno. A produtividade é tomada como uma relação ideal entre trabalho-tecnologia-produção mensurada pelo tempo (GEHLEN, 2001). As tecnologias são implementadas pelos agricultores convencionais entrevistados a partir da noção de competitividade imposta pelos atores dominantes das cadeias produtivas, agroindústrias, cooperativas empresariais e também por parte das políticas públicas.

A noção de competitividade acordada pelos atores dominantes da cadeia produtiva - tanto a montante quanto a jusante da cadeia produtiva - impele os agricultores, de forma imperativa, a uma conduta de inovações tecnológicas constantes enquanto condição para manter-se na atividade produtiva. Essa situação foi evidenciada entre os agricultores cerealistas que possuem um significativo parque de máquinas e equipamentos que acompanha as inovações do setor. Entre os avicultores, a automatização dos processos produtivos é uma realidade presente

bem como entre os suinocultores e os produtores de leite. Como destacada pelos agricultores integrados entrevistados, a não realização dos investimentos em inovação tecnológica num primeiro momento, reflete na diminuição da remuneração recebida das agroindústrias. Caso a família não realize os investimentos demandados, o agricultor deve preparar-se para deixar a atividade produtiva. A competitividade assumida pelas agroindústrias, de acordo com as estratégias de acumulação de capital, apresenta-se para os agricultores nos padrões de produtividade e de qualidade da produção agrícola, que equivale ao cumprimento de normas legais de sanidade e de procedimentos no sistema produtivo.

Tais exigências tecnológicas a que estão submetidos os agricultores convencionais inserem-se no contexto da chamada reestruturação produtiva. Portanto, são desafiados a atender os determinantes do mercado globalizado, da abertura do mercado internacional e a não adequação às exigências desse mercado põe em risco a sobrevivência do negócio da família.

No que se refere às inovações biológicas e às agronômicas implementadas pelos agricultores, elas se inserem no processo implementado pelas agroindústrias que visam à superação das barreiras naturais encontradas na agricultura, possibilitando a transformação da agricultura num ramo da indústria (WILKINSON, 2008). Os agricultores, ao utilizarem sementes transgênicas, bastantes insumos químicos, plantio direto com máquinas de precisão, realizar cultivos comerciais intensivos sem considerar a reposição de matéria orgânica no solo, põem a natureza a serviço da agroindústria, ou seja, da acumulação do capital (ROMEIRO, 1998). Conforme evidenciado no setor de aves, entre os avicultores, nos dias atuais, frangos já são abatidos com cerca de 30 dias, demonstrando que as inovações na área da genética quando articuladas com os demais avanços tecnológicos obtidos na alimentação, nas instalações e nos equipamentos, entre outros, estão determinadas para um aumento da produtividade e da maximização dos resultados da produção (SCHULTZ, 1965). Na suinocultura observou-se a mesma situação da avicultura; ao articularem, em suas práticas produtivas, o uso de ração balanceada, ambiente propício e a melhoria genética, os leitões “explodem”, argumentou o criador, pois aos 23 dias já alcançam um peso próximo a 8 kg e estão pronto para o desmame.

Para os agricultores do tipo convencional, a adoção desse pacote tecnológico produtivista apresenta-se como a solução dos seus problemas, como uma alternativa única, com o sentido de ou adotar ou deixar a atividade. Situação que evidencia a sujeição pela racionalidade produtivista-instrumental inserida no padrão de modernização da agricultura. Estando os agricultores coagidos a sempre buscar a eficiência, tanto sob o ângulo técnico e alocativo e quanto a maximização dos resultados da produção (SCHULTZ, 1965).

Essa situação pode ser observada entre os suinocultores integrados. Para eles, as inovações tecnológicas diminuem os riscos de quem está inserido na cadeia produtiva de carnes. Aqueles que não incorporarem as novas tecnologias e as novas formas de organização da produção como a divisão do trabalho entre os criadores de leitão, os crecheiros e os terminadores, estão “quebrados” (Entrevista nº 29). Da mesma forma, para os agricultores cerealistas, o uso de sementes transgênicas de soja e os insumos a ela correlacionados, como herbicidas, são condição para o aumento da produtividade da soja. Essa realidade, portanto, está assentada numa forma de conduta mecanomórfica, ditada por imperativos exteriores e assentada em critérios de economicidade (RAMOS, 1989).

Diante disso, padrões de competitividade, dados por um conjunto de fatores internos à cadeia agroindustrial, estão, como no caso da avicultura, materializados nos equipamentos automatizados, no controle de temperatura interna dos aviários, na assistência técnica veterinária, no sistema de carregamento. Esses fatores, variando conforme as atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores, ao serem impostos aos agricultores de forma progressiva, constroem uma percepção de que somente algumas unidades produtivas apresentam condições competitivas, ou dizendo de outra forma, possuem méritos para continuar como agricultores familiares.

O pacote de progressos tecnológicos utilizados por esses agricultores, acompanhando está orientado para a busca da produtividade e, conforme os exemplos destacados, consagra a eficiência competitiva do agricultor convencional moderno. Este, por meio das tecnologias, encontra-se inserido numa produção agropecuária enquanto como um segmento especializado, intensamente tecnificado e demandante de capital financeiro e também altamente dependente de insumos externos, de crédito agrícola, de conhecimento técnicos, de mão-de-obra qualificada.

As práticas agrícolas sob a lógica da produtividade implementadas pelos agricultores implicam - além de um processo seletivo de agricultores familiares (WILKINSON, 2008; GEHLEN, 2001) - impactos diversos. Entre eles, destacam-se:

- a) a diminuição do tempo de trabalho na unidade de produção, expressa de forma clara na saída dos filhos e filhas do estabelecimento familiar;
- b) uma ampliação da divisão do trabalho para atender a lógica da especialização produtiva, com impactos sobre a identidade socioprofissional;
- c) o uso intensivo de capital financeiro e concentração da produção agropecuária, expressa na elevação das escalas, acarretando maior concentração de renda e exclusão social;
- d) a necessidade de realizar práticas agrícolas coagidas pela lógica da monocultura e com elevados impactos negativos sobre o ambiente, a fertilidade dos solos, os trabalhadores e consumidores, com a finalidade de evitar o impacto negativo sobre os níveis de produtividade dos cultivos;
- e) desprestígio das práticas agrícolas tradicionais e ou daquelas que seriam equilibradas do ponto de vista ecológico, não valorizando uma concepção de sistemas agrícolas integrados, potencializando as complementariedades e simbioses existentes entre animais e vegetais.

Para os agricultores do tipo convencional os impactos socioambientais resultantes do uso do pacote tecnológico do padrão de modernização da agricultura são percebidos como problemas sem maiores consequências. Em outras palavras, são problemas fracamente presentes nas preocupações negativas dos agricultores. Portanto, os problemas decorrem da necessidade de produzir alimentos para a sociedade; são mais relevantes aqueles ligados ao mercado de produtos como a oscilação de preços dos insumos e dos produtos comerciais, e os relacionados às políticas públicas para a agricultura, como as ligadas ao crédito, ao seguro agrícola e a garantia de renda ao produtor.

A possibilidade de trabalho para os filhos dos agricultores convencionais entrevistados no interior da unidade de produção apresenta-se com maior restrição quanto mais o sistema produtivo estiver orientado pela lógica da monocultura. Como brevemente destacado, o pacote tecnológico do padrão de modernização da

agricultura está orientado no sentido da busca da eficiência alocativa dos fatores de produção. A utilização desse pacote implica redução do trabalho familiar necessário às atividades agrícolas. No cultivo de cereais, o próprio tempo de trabalho, além de diminuir, concentrou-se em alguns momentos do calendário agrícola (ROMEIRO, 1998). Os agricultores convencionais estão constantemente coagidos a promover o progresso técnico; condição necessária para manterem-se inseridos na cadeia produtiva. A implementação dessa tendência os conduz à introdução de inovações tecnológicas poupadoras de trabalho agrícola nas unidades de produção.

Conforme evidenciado entre os agricultores, houve uma importante redução da demanda de trabalho no interior da unidade de produção agrícola, em sua grande maioria atendida apenas pelo trabalho do casal, dispensando o trabalho dos jovens. Conforme seus argumentos: a unidade de produção está ajustada ao trabalho dos pais e, nos dias atuais, o trabalho já se resume a acompanhar o desenvolvimento dos animais e “apertar botões”. Ao ser dividida com os filhos a renda agrícola assume valores financeiros reduzidos, fator que contribui para saída dos filhos do estabelecimento familiar.

Contudo, para aqueles agricultores que possuem sistemas produtivos integrando ao cultivo de cereais uma (ou mais) atividade animal - com destaque para atividade leiteira – é mais frequente a permanência dos filhos na unidade de produção. Ainda, alguns estabelecimentos familiares atuam com uma renda de base agrícola fora do estabelecimento familiar, por meio da venda de serviços para terceiros. Conforme mencionado, quando se tratou sobre os agricultores do tipo não convencional, o tamanho da propriedade, a existência de um projeto sucessório na família e a perspectiva de renda familiar articulados com a existência de políticas públicas de desenvolvimento rural contribuem de forma relevante para a definição do projeto profissional dos jovens.

De modo geral, nos dias atuais, os jovens agricultores convencionais conseguem realizar o segundo grau completo; entre eles, alguns realizam cursos de técnico agrícola/agropecuária. Outros, com apoio dos pais e esforços financeiros próprios, conseguem realizar cursos universitários. Nesse sentido, os jovens estão capacitando-se para acessar alternativas profissionais tanto no meio rural quanto fora dele, inserem-se num contexto de ampliação dos horizontes para inserção profissional.

O envelhecimento e a masculinização da população rural expressa o próprio declínio rural, com unidades familiares sem sucessores ou apenas um filho residindo com os pais.

A qualificação profissional dos agricultores convencionais está vinculada à apropriação de tecnologias, *savoir-faire*, com vista à aplicação em atividades produtivas sob a lógica da modernização da agricultura. O pacote tecnológico das *commodities* com que os agricultores operam insere-se no processo de globalização que demanda adequação dos produtos aos *standards* para transações internacionais. Portanto, cada vez mais os agricultores tornam-se dependentes da assistência de técnicos especializados, pois a divisão de trabalho tende a se aprofundar, conforme evidenciada entre os suinocultores e avicultores entrevistados.

Para os agricultores convencionais o processo de trabalho agrícola dos dias atuais não mais está baseado nos conhecimentos do agricultor tradicional e não convencional, nem no trabalho do camponês, no qual o *savoir-faire* era obtido pela experiência e transmitido de geração em geração. Nos dias atuais, além de participarem em eventos (palestras, dias de campo) de qualificação profissional, eles contam com os serviços técnicos especializados oferecidos pelas empresas e cooperativas empresariais com as quais mantêm vínculos comerciais. Cursos de curta duração implementados pelo SENAR são bastante valorizados pelos agricultores e complementam a qualificação profissional necessária para que possam operar o conjunto de equipamentos, máquinas e insumos agrícolas.

Ao acessarem as inovações técnico-científicas, sob as diversas formas de qualificação, os agricultores são coagidos a fazer o melhor uso possível dos seus fatores de produção, insumos e bens com o propósito de maximizar a renda agrícola. A qualificação profissional, sob essa lógica produtivista, é um dos aspectos inseridos na noção de competitividade. Portanto, para manter-se como agricultor convencional, num segmento especializado e altamente tecnificado, os agricultores são desafiados a se manterem em constante processo de apropriação de conhecimentos e competências específicas.

Entre os agricultores do tipo convencional entrevistados, apenas uma parcela valoriza os vínculos de cooperação por meio de grupos e/ou associações, os quais atuam com base na mesma racionalidade produtiva de pertencimento e apresentam certo grau de parentesco. Essas relações de cooperação objetivam, em geral,

reduzir a demanda de capital investido em máquinas e equipamentos; por uma lado, diminuem o endividamento agrícola, considerando inclusive a subutilização desses bens devido ao bloqueio fundiário e, por outro, para poder acompanhar as inovações tecnológicas do setor.

O acesso ao crédito rural tem sido objeto de intensas lutas dos agricultores familiares nas últimas décadas. Assim, dada a importância do crédito na dinâmica do sistema produtivo convencional, todos os agricultores encontram-se associados às cooperativas de crédito, uma parte nas cooperativas solidárias e outra nas cooperativas empresariais. O mesmo não ocorre em relação às cooperativas de produção, pois neste ramo cooperativo apenas parte dos agricultores encontram-se associados e, com maior frequência os agricultores do Oeste do Paraná devido à expansão do cooperativismo agroindustrial empresarial. Nessa região, um conjunto de cooperativas consolidou-se a partir da atuação no complexo agroindustrial, tanto vegetal quanto animal, possibilitando aos associados comercializar os produtos no mercado internacional, além do nacional. Já, na região Sudoeste, as cooperativas empresarias de produção, em sua maioria, não se consolidaram após a crise dos cereais nos anos de 1980 e 1990; portanto, poucos são os agricultores convencionais entrevistados que comercializam os produtos com as cooperativas de produção.

Os vínculos dos agricultores convencionais com os STRs estão reduzidos à obtenção dos direitos previdenciários e benefícios sociais. Pouco ou quase nada dos serviços, palestras e cursos oferecidos pelo Sindicato são acessados pelos agricultores do tipo convencional.

Por fim, da mesma forma que com os agricultores do tipo não convencional, a natureza das organizações associativas às quais os agricultores convencionais se vinculam e/ou se qualificam profissionalmente, está correlacionada com a racionalidade de produção do sistema produtivo por eles desenvolvidos.

Portanto, há uma imagem da racionalidade maximizadora dos resultados produtivos do agricultor convencional, bastante diferente da racionalidade não convencional analisada na parte anterior. Nesta tese, a conduta dos agricultores convencionais denominar-se-á de racionalidade convencional. Uma racionalidade que se fundamenta num modelo cientificista da modernidade (LEFF, 2006; RAMOS, 1989; TOURAINE, 1994; SANTOS, 1999), que guia a conduta dos

agricultores pelas motivações do mercado, da produtividade, da eficiência alocativa, da escala de produção, em síntese, pela maximização dos resultados (SCHULTZ, 1965).

Dessa forma, os agricultores orientam suas práticas agrícolas de modo coerente e racional na busca da eficiência e da maximização dos resultados num processo em que ocorre uma abstração do conteúdo cultural e até psicológico dos agricultores (RAMOS, 1989, ABRAMOVAY, 2007). As condutas tecnológicas orientadas pela racionalidade convencional e, de modo mais geral, para os agricultores que somente produzem cereais, desperdiçam as complementaridades entre a produção vegetal e animal, promovendo o uso intensivo de fontes externas de energia e nutrientes (ROMEIRO, 1998).

5.3 Racionalidade em transição: combinando diferentes matrizes de racionalidade

Agricultores familiares do tipo em transição desenvolvem sistemas produtivos a partir de práticas agrícolas e não-agrícolas sustentadas numa reação à racionalidade produtivista-industrial do modelo de agricultura da modernização. As práticas estão inseridas numa estratégia de reconstrução do sistema produtivo, numa conduta de resistência aos critérios de competitividade e eficiência, exigidas pelos atores dominantes das cadeias produtivas (WILKINSON, 2008).

Conforme observado entre esses agricultores, o portfólio de estratégias utilizadas contempla um rearranjo dos cultivos comerciais, agrícolas e pecuários existentes, com redução de plantio e/ou substituição e otimizando o fator trabalho e terra; a verticalização agroindustrial em pequena escala com trajetórias distintas, uma ligada à produção artesanal e colonial, predominantemente informal, e, outra, mais ambiciosa que visa à reapropriação de agregação de valor ao produto no âmbito dos agricultores familiares, de forma familiar e/ou associativa, em grande medida formalizadas; e também o uso do mercado de trabalho não-agrícola (pluriatividade).

A partir das variáveis observadas no estudo, as condutas desse agricultores em transição não podem ser consideradas como guiadas pela racionalidade não convencional e nem pela racionalidade convencional e/ou, ainda, pela racionalidade tradicional, pois eles não chegam a assumir claramente uma ou outra racionalidade

produtiva. As condutas desses agricultores situam-se entre as três racionalidades, diferenciando-se de acordo com as condições do contexto onde as famílias estão inseridas e o projeto do sistema produtivo em construção e consolidação.

Contudo, é importante ter em conta que, entre esses agricultores, as estratégias produtivas por eles implementadas podem priorizar: a adoção de uma das racionalidades acima mencionadas, portanto, assumindo um projeto orientado por uma outra racionalidade produtiva; uma dinâmica que permita a (re)construção de outra racionalidade pelo processo de ressignificação tecnológica a partir das diferentes racionalidades produtivas, e; ainda, podem alguns deles estar deixando de exercer a atividade agrícola por não desejarem mais essa profissão e/ou devido a fatores diversos como restrição de área de terra, falta de profissionalização, dificuldade de acesso aos mecanismos de mercado, por não conseguirem viabilizar a produção agrícola.

Com base no exposto acima, esses agricultores vivenciam estratégias diversas na condução do sistema produtivo. Com maior frequência evidenciou-se entre os agricultores que o cultivo de cereais e de fumo vem diminuindo de importância comercial, ao mesmo tempo, vem ganhando importância a produção de leite, a produção de hortifruticultura e a verticalização da produção. A produção de leite para o mercado é a atividade assumida pela maioria dos agricultores, atuando como uma atividade âncora no sistema produtivo. Essa função foi anteriormente, anos 1970 e 1980, exercida pela produção de suínos, no período em o ciclo completo era a forma de produção realizada pelos suinocultores (WILKINSON, 2008). Diante disso, em sua maioria, os agricultores encontram-se promovendo ajustes tanto de cultivos quanto tecnológicos nos sistemas produtivos de forma que possam acessar o mercado com uma diversidade de produtos, tanto de origem animal quanto vegetal.

Essa realidade apresenta-se com mais evidência quando se observa as condutas de comercialização dos agricultores que fazem uso de mais de um mecanismo de comercialização. Eles estabelecem vínculos tanto no mecanismo de comercialização virtual, quanto nos mecanismos de proximidade e institucional. Portanto, acessam dois ou mais mecanismos de comercialização para vender seus produtos agrícolas. Algumas famílias também acessam o mercado de trabalho com a venda de mão de obra de um dos chefes da família.

Com relação à produção para consumo, os agricultores do tipo em transição encontram-se numa posição intermediária à observada entre os agricultores com racionalidade não convencional e os agricultores com racionalidade convencional. Algumas famílias ainda mantêm a produção de determinados produtos para subsistência familiar, mas outras já adquirem do mercado parte relevante desses produtos de que necessitam. Situação semelhante ocorre com a produção de consumo objetivando o mercado, com exceção para aqueles que possuem a atividade leiteira no sistema produtivo. Esses agricultores produzem a maior parte da alimentação animal (forrageiras, silagem e ração) e valorizam a estratégia de aumentar o rebanho leiteiro de forma evolutiva criando parte expressiva das matrizes para produção de leite.

Evidencia-se que parte expressiva dos agricultores do tipo em transição está realizando ajustes objetivando a estratégia de diversificação do sistema produtivo. Fazem parte dessa estratégia, por exemplo, a redução do cultivo de cereais (milho e soja) e do fumo e a introdução da hortifruticultura, a produção leiteira, o processo de agregação de valor aos produtos e o mercado de trabalho não-agrícola.

A conduta objetivando a diversificação do sistema produtivo para esses agricultores constitui uma reação frente ao processo de diferenciação e de especialização dos sistemas de produção agrícola impostos pela modernização da agricultura. Em outras palavras, uma determinada ruptura com o modelo dominante de agricultura, ainda que não total, como será melhor observado ao tratar sobre as tecnologias utilizadas.

É importante considerar que, entre esses agricultores, a capacidade na implementação das práticas que os conduza à diversificação apresenta-se diversa. O portfólio de alternativas que cada família possui para dinamizar o sistema produtivo implica um grau de aprofundamento da estratégia de diversificação. Entre os agricultores evidenciaram-se alguns com alta capacidade de diversificação, por exemplo, uma família que, ao mesmo tempo, está reduzindo o plantio do fumo e dos cereais (milho e soja) e ampliando produção de leite e investindo em fruticultura, com perspectiva de agregação de valor aos produtos. Os ajustes realizados pelos pais contempla o retorno da filha que está concluindo o curso técnico em agropecuária e, ainda, o tempo parcial de trabalho do filho.

Entre as motivações dos agricultores para viabilizarem a estratégia da diversificação pode-se destacar, por um lado, a demanda para manter uma determinada autonomia na gestão do sistema produtivo e, por outro, a luta para serem reconhecidos na diversidade de suas situações de trabalho e de vida (ALMEIDA, 1999). Ainda de acordo com os entrevistados, outros motivos encorajam os agricultores a promover os ajustes como a busca pela diminuição da penosidade do trabalho, a redução de riscos climáticos e de mercado, em particular, com o cultivo de cereais e a melhoria das condições com ampliação da renda familiar (LIPTON, 1968); a diminuição dos riscos à saúde e a poluição do solo e da água (LEFF, 2006), provocada pelo cultivo do fumo; a valorização de habilidades comerciais para venda de produtos, e inovações institucionais que valorizem outros mercados de produtos assim como os de proximidade e institucional (WILKINSON, 2008).

Os agricultores do tipo em transição adotam uma estratégia de caráter evolutivo na implementação das tecnologias, tanto nas instalações de que necessitam quanto na genética e nas práticas agrônômicas. Como evidenciado pela maioria dos entrevistados ocorre um reaproveitamento das instalações existentes (galpões de fumo e chiqueiros desativados), com ênfase para a atividade leiteira, numa clara conduta que visa reduzir custos de produção e evitar o endividamento financeiro.

No que se refere a máquinas e equipamentos, evidencia-se maior diversidade entre os agricultores, contudo, conforme observado no capítulo quarto, todos os agricultores compram parte significativa dos serviços de máquinas e equipamentos, com destaque para o plantio direto e a colheita dos cereais. Diante dos ajustes que estão realizando no sistema de produção, os agricultores evitam capitalizar em máquinas e equipamentos. A restrição de área, a redução da penosidade do trabalho e a priorização de atividades em atividade com maior rendimento econômico apresentam-se como fatores que contribuem de forma relevante na compra de serviços.

Dessa forma, os agricultores em transição, ao promover os ajustes nos sistemas de produção, são guiados por uma conduta de redução do uso de capital financeiro na realização das práticas agrícolas. Uma conduta técnico-produtiva que considera as dificuldades de inserção e consolidação nas cadeias de *commodities* e

os riscos financeiros que estão presentes no modelo da agricultura intensiva em capital (LIPTON, 1968).

Em relação à genética, esses agricultores fazem uso, predominantemente, das mesmas tecnologias utilizadas pelos agricultores convencionais na área vegetal; todavia, em relação à produção leiteira, uma parte dos produtores valorizam animais menos exigentes na alimentação e no manejo sanitário, priorizando a raça Jersey e as mestiças. De acordo com os produtores de leite que valorizam animais de média produtividade (10 a 15 lts/leite/dia), as vacas com elevada produtividade (raça holandesa) são altamente exigentes na alimentação e no manejo e não possuem as condições necessárias para manter a lógica produtivista de produção.

No uso dos insumos químicos, utilizados nos diversos cultivos, os agricultores são guiados por uma lógica semi-intensiva; uma quantidade de insumos químicos que equivale a até dois terços dos insumos normalmente utilizados pelos agricultores com racionalidade convencional. Para os agricultores, essa estratégia objetiva reduzir custos de produção. Sempre que possível e houver disponibilidade no mercado, priorizam o uso de cama de aviário (adubo orgânico), pois compreendem que é o adubo que melhor contribui para a fertilidade do solo, sendo utilizado tanto de forma conjunta com os adubos químicos quanto individualmente, variando conforme os cultivos.

Devido à necessidade de fazer uso intensivo das áreas de cultivo, dada a redução das áreas das propriedades, possuem dificuldade em fazer uso mais adequado dos adubos verdes. Contudo, os agricultores que atuam com fruticultura, por exemplo, valorizam esses adubos com o propósito de viabilizar a fertilidade do solo e o controle da erosão e das ervas daninhas. Para realizar o controle de pragas e doenças, vegetais e animais, predomina o uso de tecnologias convencionais.

Os agricultores do tipo em transição incorporam parcialmente o pacote tecnológico da modernização da agricultura. As práticas agrícolas sustentam-se numa estratégia de redução de custos financeiros e de valorização dos fenômenos e os recursos naturais. Não se orientam, portanto, pela perspectiva de alcançar elevados índices de produtividade nas atividades produtivas, mas de observar os riscos, como os climáticos e de preços e de garantir a renda familiar.

Ao implementar as diversas práticas tecnológicas, esses agricultores combinam elementos de diversas racionalidades produtivas (convencional, não

convencional e tradicional). Da mesma forma que os agricultores com racionalidade não convencional, os agricultores do tipo em transição também possuem e valorizam o patrimônio cognitivo presente em suas experiências, que se expressa num processo co-evolutivo (simbiótico) entre cultura (de base tradicional e agroecológica) e natureza (FLORIANI et al, 2008). As tecnologias convencionais quando incorporadas no sistema produtivo, não são adotadas integralmente; são ressignificadas com base no patrimônio agrícola cognitivo transmitido entre gerações. Dessa forma, os agricultores preservam, ainda que sob forma ressignificada, elementos do patrimônio acumulado no saber-fazer produtivo local.

A ressignificação envolve a integração de ideotipos das diversas racionalidades produtivas numa outra matriz de racionalidade ordenada pelos agricultores; num processo complexo de hibridação de práticas agrícolas por eles realizadas, configurando a emergência de uma conduta tecnológica híbrida. Dessa forma, visam manter, parcialmente, a autonomia nos processos decisórios de suas práticas agrícolas. O grau da autonomia está correlacionado ao 'desenho' da hibridação que os agricultores conseguirem viabilizar, ou seja, das diferentes combinações possíveis a partir das diferentes matrizes de racionalidades.

Com relação ao futuro dos filhos, os entrevistados do tipo em transição demonstram seguir estratégias produtivas que, por um lado, objetivam contemplar a presença dos jovens no estabelecimento familiar e, por outro, já consideram pouco provável a permanência dos filhos na propriedade. Importante mencionar que todas as famílias dedicam esforços para que os filhos e filhas possam, de modo geral, concluir o segundo grau, podendo alguns jovens incluir o curso técnico em agropecuária, enquanto outros recebem apoio dos pais para realizar curso universitário.

Os que valorizam os ajustes do sistema produtivo objetivando maior grau de diversificação nas atividades agrícolas estão criando um ambiente mais favorável para que os jovens possam assumir a profissão de agricultor familiar. A trajetória de uma família entrevistada evidenciou que os pais já tinham comprado lotes de terra em área urbana para que os filhos, uma vez concluído os estudos, pudessem construir suas casas e desenvolver atividades urbanas. Ocorre que os ajustes implementados na unidade de produção, otimizando o uso da terra, valorizando o trabalho familiar e atuando em dois ou mais mecanismos de comercialização agem

como fatores decisivos para que os filhos decidam permanecer, em tempo total ou parcial, junto a seus pais e dinamizar a unidade de produção.

Outras famílias de agricultores promovem ajustes considerando que seus filhos já estão deixando a propriedade para realizar trabalho não-agrícola. Como argumentaram alguns agricultores entrevistados, até podem continuar morando com os pais, mas o trabalho tende a ser na área urbana. As famílias que estão ajustando sua unidade de produção para a atividade leiteira representam bem essa realidade quanto ao futuro dos filhos; conforme elas, o trabalho do casal já é suficiente para realizar as atividades produtivas, pois as mudanças tecnológicas e de cultivo na unidade de produção reduzem a demanda de trabalho familiar agrícola.

A permanência na atividade agrícola para eles também relaciona-se fortemente com a necessidade da qualificação profissional, fator este destacado também para os agricultores com racionalidade não convencional e os com racionalidade convencional. Para uma parte dos agricultores em transição que participam em eventos de formação profissional evidenciou-se uma variação quanto à tendência de qualificação. A variação pode ser explicada pelas diferentes estratégias de produção que orientam os ajustes dos sistemas produtivos. Alguns agricultores buscam qualificar-se, prioritariamente, com cursos (curta e longa duração) e intercâmbios relacionados com tecnologias ligadas à produção não convencional. Outros participam de eventos dia de campo e de palestras técnicas, os quais se circunscrevem à agricultura guiada pelas tecnologias produtivistas. Tal situação expressa que os ajustes a serem implementados incorporam ao conhecimento dos agricultores aspectos de diferentes racionalidades.

Com exceção dos agricultores que cultivam fumo, que já recebem um acompanhamento técnico, entre os demais agricultores do tipo em transição, são poucos os que recebem acompanhamento técnico especializado. Pode-se observar que os agricultores que acessam à assistência técnica vêm tendo um suporte fundamental na implementação dos ajustes nos sistemas produtivos. Isso foi evidenciando na área leiteira, com agricultores assumindo as despesas financeiras dos serviços técnicos, e com produtores que estão iniciando atividades na área de hortifruticultura, a partir de serviços governamentais ou de ONGs.

Os agricultores, incorporando novos cultivos nos sistemas produtivos, percebem a necessidade da (re)profissionalização como uma necessidade, como

uma condição para viabilizar sua permanência como agricultor familiar. Tal demanda ganha mais importância na medida em que eles desafiam-se a implementar tecnologias híbridas em seus sistemas de produção. Isso ficou fortemente evidenciado nas famílias que estão adotando a atividade leiteira. Essas famílias representam parte expressiva desses agricultores em transição, mas essa profissionalização também é importante, por exemplo, para os que estão priorizando a fruticultura e a verticalização da produção em pequena escala.

No âmbito dos vínculos organizativos, somente uma parte das famílias possuem vínculos de grupos de base ou associações com o propósito de realizar trocas de dias de trabalho; em particular, na produção de silagem para os produtores de leite, acessar serviços técnicos especializados e para adquirir bens agrícolas. Os vínculos de cooperação, por um lado, valorizam a reciprocidade entre as famílias, por outro, estão assentados na redução dos custos de produção.

Todos os entrevistados estavam associados às cooperativas solidárias de crédito rural. Porém, somente uma parcela deles encontrava-se associada em cooperativas de produção/comercialização; alguns associados em cooperativas empresariais, outros em cooperativas solidárias. Deste modo, no âmbito da filiação cooperativa, evidencia-se também a presença de estratégias diferenciadas entre os agricultores do tipo em transição, com correspondência entre a sua tendência produtiva e a natureza da organização que participa. Ou seja, a natureza da organização cooperativa de produção a que o agricultor associa-se correlaciona-se com a tendência produtiva predominante no sistema de produção. É importante, outrossim, observar que alguns se encontram associados a dois segmentos cooperativos de produção, empresarial e solidário, conforme evidenciado nas entrevistas.

Com relação à entidade de representação política, isto é o Sindicato, os agricultores assumem uma conduta que oscila entre as observadas entre os com racionalidade não convencional e os com racionalidade convencional. Alguns possuem vínculos mais forte com a entidade e objetivam acessar informações, envolver-se nas lutas sociais em defesa de suas reivindicações e proposições, no fomento à cooperação solidária, como o movimento cooperativo, na participação de eventos técnicos.

Os vínculos associativos de parte dos agricultores do tipo em transição, em associações/grupos, cooperativas solidárias e sindicato, predominantemente, estão situados no conflito dado pela racionalidade convencional, que prioriza a produtividade, e a racionalidade não convencional. Esta última sustentada na diversificação, em tecnologias híbridas e na solidariedade como estratégias para a sustentabilidade social e a melhoria das condições de vida. Contudo, observa-se que, entre esses agricultores, existe uma parcela com tendência a assumir a lógica da eficiência competitiva, tendo como referência o agricultor orientado pela racionalidade convencional, priorizando, portanto, vínculos associativos com cooperativas empresariais e a associação sindical, esta motivada principalmente na necessidade legal para fins de previdência social.

Com base no exposto nesta parte, evidencia-se que os agricultores do tipo em transição adotam condutas que visam maximizar as condições de seu bem-estar (LIPTON, 1968) e a permanência na agricultura. Para tanto, fazem uso de diferentes estratégias produtivas para alcançar os objetivos e de um processo de hibridação tecnológica que contempla aspectos das diferentes matrizes de racionalidade produtivas (FLORIANO et al., 2008).

A busca por estratégias que os (re)conduza à diversificação, à redução de riscos e ao aumento de renda familiar com o propósito de garantir um resultado produtivo que atenda as demandas familiares básicas precede a decisão de guiar-se pela racionalidade convencional, assumindo, dessa forma, um comportamento maximizador de sustentabilidade socioeconômica, considerando a existência de um ambiente socioeconômico e político hostil à permanência na atividade agrícola. Para fins desta tese, considera-se que esses agricultores atuam orientados por uma racionalidade em transição.

Por fim, conforme já destacado, entre os agricultores com racionalidade não convencional, os agricultores com racionalidade em transição também inserem-se num ambiente de experimentação em seus sistemas para poder viabilizar seus projetos produtivos. Isso ganha maior expressão entre os agricultores que se desafiam a ajustar os sistemas de produção objetivando aprofundar o processo de diversificação.

6 A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE AGRICULTORES FAMILIARES MODERNOS

No presente capítulo, verificam-se as hipóteses a partir das variáveis utilizadas nesta tese, inseridas nas dimensões de comércio, tecnologias e sociabilidade.

Os agricultores familiares gerenciam suas racionalidades e suas identidades socioprofissionais objetivando a sustentabilidade social.

A noção de sustentabilidade encontra-se sujeita a ambiguidades e dilemas quanto ao uso e significado, pois é um conceito bastante amplo e admite variações de acordo com interesses e posicionamentos. Essa polêmica, principalmente em função do seu caráter normativo e polissêmico, não invalida o fato de que, sob o ponto de vista empírico, tem sido utilizado para orientar tanto a ação quanto a reflexão (JOLLIVET, 2001²⁹ apud BRANDERBURG e FERREIRA, 2004).

Nesta tese, a sustentabilidade social está relacionada com a permanência futura dos agricultores familiares modernos na atividade agrícola. Os agricultores gerenciam suas racionalidades e suas identidades socioprofissionais objetivando a sua afirmação como agricultores familiares no futuro e conferindo significado de existência para as condutas.

O capítulo está estruturado em três partes. A primeira analisa os significados atribuídos pelos agricultores às suas condutas, resultando na construção de diferentes racionalidades. A segunda analisa a emergência das identidades socioprofissionais e a terceira propõe uma prospecção das racionalidades modernas adotadas pelos agricultores familiares estudados.

6.1 Os significados de existência

A compreensão dos significados das condutas dos agricultores exige que se considere o sentido dado por eles às práticas profissionais desenvolvidas em seu cotidiano, pois a intencionalidade apresenta-se como aspecto essencial da conduta dos atores sociais. Os significados dados pelos agricultores as suas condutas

²⁹ JOLLIVET, Marcel. **Le développement durable, de l'utopie au concept**: de nouveaux chantiers pour la recherche. Paris: Elsevier, 2001.

dependem da natureza da racionalidade que informa os fundamentos do pensamento e do comportamento dos atores sociais (LEFF, 2002).

Para compreender os significados das condutas dos agricultores entrevistados, faz-se uso do conceito de weberiano de racionalidade social, o qual possibilita incorporar ao estudo das condutas dos atores sociais uma multiplicidade de motivações e de significações que orientam suas práticas cotidianas.

Os agricultores definem sua participação na construção da realidade social forjando racionalidades que podem ser regidas tanto por motivações dadas pelo processo de modernização da agricultura e pela sociedade centrada no mercado quanto por fundamentos que consideram sua própria história e valores outros como o respeito à natureza, a valorização das tradições, a diversidade das formas de produção agrícola negados pela razão moderna (TOURAINÉ, 1996; RAMOS, 1989; LEFF, 2002).

As profundas mudanças que se implementaram nas últimas décadas - principalmente a partir da década de 1990, nos mecanismos de comercialização dos produtos, na regulação dos processos produtivos, nas inovações tecnológicas e na organização da produção - exigiu de todos os agricultores estudados ajustes em seus projetos de produção objetivando garantir sua permanência na atividade agrícola (WILKINSON, 2008).

Para os agricultores com racionalidade convencional moderna estudados, esses ajustes implicaram promover inovações para permanência no interior das grandes cadeias de *commodities*, sob a produção adequada aos novos padrões de qualidade, de produtividade, de menores custos e de aumento da escala de produção.

Para os agricultores estudados que se orientam pela racionalidade não convencional moderna e pela racionalidade em transição moderna, que não desejam e/ou não possuem condições para acompanhar as mudanças oriundas da modernização, foi necessária a (re)construção dos projetos de produção. Para eles o processo de (re)construção dos projetos produtivos exigiu maior autonomia e maior capacidade (SEN, 2000) para permanecerem na atividade agrícola. Portanto, adotaram condutas de resistência à modernização, implementando práticas produtivas com tecnologias menos consumidoras de insumos agrícolas externos e de capital financeiro; práticas orientadas para a estratégia de diversificação, tanto

dos produtos destinados ao comércio quanto da produção para consumo no estabelecimento, e para pluriatividade.

Ao resistirem às imposições da modernização, os agricultores com racionalidade não convencional e com racionalidade em transição são capazes de agir como atores sociais que reconstróem seus projetos de produção e de vida (LONG, 2007; TOURAINE, 1994); lutam para garantir sua participação na dinâmica da realidade social, inserindo-se no movimento social e, ao mesmo tempo, que questionam o determinismo econômico da sociedade moderna, gerenciam os recursos materiais e culturais disponíveis para a reconstrução dos projetos produtivos (RAMOS, 1989; TOURAINE, 1996).

Para gerir os projetos, as condutas produtivas dos agricultores com racionalidade não convencional e parte dos com racionalidade em transição estão baseadas em critérios de respeito à natureza, através de estratégias para manter um equilíbrio entre a produção, os produtos para comercializar e para consumo e os recursos naturais (ALTIERE, 1998; ROMEIRO, 1998; LEFF, 2006) e para articular as funções de produção, transformação dos produtos e comercialização valorizando o trabalho familiar (ALMEIDA, 1994).

Na dinâmica social, evidenciam-se, entre os agricultores estudados, condutas orientadas por diferentes significados, que se expressam nas diferentes racionalidades, objetivando a permanência na atividade agrícola. Essas diferentes condutas possibilitam a emergência de novos atores sociais a partir de uma dinâmica baseada em conflitos sociais (TOURAINE, 1996), pela disputa de recursos materiais e imateriais, objetivando a reconstrução dos projetos produtivos.

Para esses agricultores, as diferentes racionalidades estudadas implicam condutas diversas na interação com o mercado; condutas que se expressam na organização do sistema produtivo, na comercialização dos produtos, nas tecnologias utilizadas na produção e nas formas de sociabilidade ao realizar o processo de qualificação profissional e de inserção nas organizações econômicas e de representação política.

As diferentes racionalidades modernas orientadoras dos projetos produtivos resultam da capacidade de realização dos ajustes dos produtores em seu universo social (WANDERLEY, 1999; LAMARCHE, 1993). Esses agricultores, ao

processarem suas experiências, atribuem-se significados que delinham as maneiras de conduzir os seus projetos de produção e de vida.

As condutas dos agricultores estudados, guiadas pela racionalidade não convencional e pela racionalidade em transição, contribuem para ampliar a diversidade social. Resultam elas de uma estratégia de resistência diante da crise de uma sociedade centrada num mercado que age sob a lógica de uma razão funcional (RAMOS, 1989), de uma modernidade alicerçada numa razão que coloniza a vivência dos indivíduos pela noção do cálculo, portanto, da necessidade de reconstruir a modernidade (TOURAINÉ, 1994), de pensar em descontinuidades, em mudanças paradigmáticas (SANTOS, 1999). Trata-se de um movimento social (TOURAINÉ, 1994), uma “revolução silenciosa” (RAMOS, 1989), na qual os agricultores buscam reconstruir novos significados de existência, os quais foram deformados e/ou fragilizados pela modernização da agricultura.

A realidade social vivenciada pelos agricultores entrevistados, ao revelar-se diversa em suas racionalidades, evidencia que a modernidade é construída com base no diálogo entre a razão e o sujeito (TOURAINÉ, 1994). Assim, com suas experiências, esses agricultores contribuem para a compreensão de que não é correto identificar a modernidade com o modo particular de modernização. As diferentes racionalidades evidenciam a existência de uma representação social complexa por eles vivenciada e que ultrapassa a capacidade de compreensão e de explicação dado pelos paradigmas dominantes da ciência moderna (RAMOS, 1989; TOURAINÉ, 1994; SANTOS, 1999). Os agricultores estudados não se apresentam apenas como um elemento da diversidade. Entre eles próprios, a diversidade está presente (LAMARCHE, 1993), tornando aparente uma representação da vida social diversa.

Os agricultores com racionalidade convencional desenvolvem os seus sistemas produtivos a partir de condutas motivadas pelos critérios de eficiência produtiva e maximização da renda agrícola (SCHULTZ, 1965). As práticas produtivas desses agricultores estão planejadas de modo a utilizar os fatores de produção objetivando crescentes índices de produtividade dos cultivos vegetais e animais, menores custos produtivos e maximização dos resultados econômicos da produção. Frente a essa motivação, os agricultores realizam predominantemente dois cultivos de cereais de verão em cada safra agrícola e apenas parte desses

agricultores realizam o cultivo do trigo como cultura de inverno. O trigo é uma cultura de risco na obtenção de renda agrícola, portanto, quando utilizado, seu benefício está mais fortemente ligado à redução de custos para o plantio das culturas de verão, por meio do plantio direto sobre a palha.

A decisão sobre qual cereal, milho ou soja e/ou ambos, a ser cultivado é sempre tomada a partir das informações de preços desses produtos no mercado de *commodities*. A produção animal (avicultura ou suinocultura e/ou produção de leite) está presente no sistema produtivo desses agricultores objetivando o aumento da renda agrícola familiar.

Os sistemas produtivos dos agricultores com racionalidade não convencional estão orientados por condutas que objetivam determinada autonomia em relação ao mercado (ALMEIDA, 1994). Entre as práticas desses agricultores destaca-se a articulação das funções de produção, de transformação e de comercialização no interior do próprio estabelecimento familiar, no processo de verticalização da produção com agregação de valor. As práticas tecnológicas de produção são convergentes com uma relação de respeito à natureza (LEFF, 2006), sustentadas em princípios e diretrizes da produção agroecológica (ALTIERE, 1998). Esses agricultores desenvolvem um sistema produtivo diversificado visando assegurar renda monetária ao longo do ano e, quase sempre, seguem uma estratégia para integração das atividades produtivas à vida familiar. E, ainda, para parte deles as estratégias de autonomia estão ligadas à comercialização de produtos não-agrícolas e à pluriatividade.

Obter um nível mínimo de resultado econômico para atender as necessidades das famílias orienta a conduta dos agricultores com racionalidade em transição (LIPTON, 1968). Na (re)construção do sistema produtivo, eles passam a considerar, em suas estratégias produtivas, as incertezas do mercado inerentes às atividades econômicas, os riscos climáticos sobre a produção, os riscos à saúde - com ênfase para aqueles que cultivam fumo - e a penosidade do trabalho agrícola. Em suas condutas alguns também passam a considerar as suas habilidades comerciais para venda de produtos e as inovações institucionais que valorizam mecanismos de comercialização, tanto o institucional quanto de proximidade (WILKINSON, 2008). Frente a tais aspectos, os sistemas de produção desses agricultores estão orientados predominantemente para uma redução e/ou substituição do plantio de

cultivos de cereais tradicionais (milho, soja e feijão) e de fumo. Nesta (re)construção do sistema de produção, o leite, para grande parte dos agricultores estudados, assume um papel de “âncora produtiva” (WILKINSON, 2008); para outros, a produção de hortifruticultura, a verticalização da produção com agregação de valor em pequena escala e a pluriatividade constituem o portfólio de estratégias produtivas. Entre os agricultores com racionalidade em transição, alguns adotam em suas condutas produtivas uma estratégia de diversificação, com três ou mais produtos destinados ao mercado, integrando produtos de origem vegetal e animal.

Ao estabelecerem vínculos com o mercado de produtos, os agricultores com racionalidade não convencional atuam através de três mecanismos de comercialização: o de proximidade, o institucional e o de nicho (mercado orgânico). Suas condutas orientam-se, predominantemente, pelas interações de comercialização enraizadas localmente e baseadas em relações de confiança entre os atores sociais envolvidas nos processos de comercialização (GRANOVETTER, 1985). Esses agricultores inserem-se em mecanismos de comercialização mais imunes às pressões reguladoras e aos processos de padronização da produção oriundos da modernização da agricultura.

Os agricultores com racionalidade não convencional, ao atuarem em diferentes redes sociais (GRANOVETTER, 1985) de comercialização, valorizam, em suas práticas, as inovações institucionais e organizativas com os atores territoriais, governamentais ou não-governamentais. Suas condutas de comercialização estão orientadas para transitar em várias redes sociais com diferentes características, contribuindo para uma estratégia de autonomia própria a partir do desenvolvimento da sua capacidade (SEN, 2000) para atuar nos mecanismos de comercialização. Capacidades, por exemplo, relacionadas à organização de uma escala mínima de produção, à diversidade de oferta de produtos comerciais e à logística de distribuição de produtos resultante de contratos oriundos do mecanismo institucional de comercialização. Condutas que valorizam a cooperação entre os agricultores e o aprendizado coletivo (Wilkinson, 2008), aspectos fundamentais para que eles possam estender a participação em novas redes sociais de comercialização.

Os agricultores com racionalidade convencional fazem uso somente do mecanismo virtual de comercialização (mercado à distância) para vender a produção de seus sistemas produtivos. Ao atuar nesse mecanismo de comercialização, tais

agricultores inserem-se em mercados formais de circuitos mais extensos que operam a partir de uma produção padronizada. Portanto, estão os agricultores com condutas orientadas por critérios de produtividade, de escala e de tecnologias de produção negociados e determinados por atores hegemônicos das cadeias produtivas. A permanência dos agricultores nesse mecanismo de comercialização exige práticas agrícolas padronizadas, ditadas por imperativos exteriores ao estabelecimento familiar (RAMOS, 1989). Estão submetidos a um processo produtivo padronizado que atinge os produtos, os processos produtivos e também a família, orientados por valores definidos à distância no qual sua participação é extremamente dificultada ou inexistente.

Os agricultores com racionalidade em transição encontram-se vinculados tanto ao mecanismo de comercialização virtual quanto ao mecanismo de proximidade e ao institucional para vender a produção agrícola. Esses agricultores estão, nesse momento, promovendo ajustes nos sistemas de produção, podendo, no futuro, vir a adotar a racionalidade convencional ou a racionalidade não convencional e/ou, ainda, (re)construir outra racionalidade. Essa conduta de estabelecer vínculos com os diferentes mecanismo é vivenciada fortemente por aqueles agricultores que estão valorizando a diversificação do sistema produtivo como estratégia de sustentabilidade social.

As tecnologias utilizadas pelos agricultores com racionalidade convencional estudados objetivam alcançar índices crescentes de produtividade e de escala de produção no estabelecimento. Com essa motivação, realizam uma produção agrícola a partir de um processo de permanente inovação tecnológica e altamente exigente em capital financeiro, que se expressa em máquinas, equipamentos e instalações automatizadas ou semi-automatizadas. Fazem uso massivo da mecanização agrícola tanto na produção de cereais quanto na produção animal (suínos, aves e leite). Como consequência, o trabalho agrícola da mulher e dos filhos praticamente desapareceu ou tornou-se insignificante nesses estabelecimentos. Com exceção para aqueles agricultores que mantêm, no sistema de produção, a atividade leiteira, na qual o trabalho agrícola da mulher e dos filhos tem importante contribuição para atividade.

Os agricultores com racionalidade convencional que possuem sistemas produtivos exclusivamente estruturado no cultivo de cereais adotam a estratégia de

comprar no mercado todos os insumos (sementes, adubos químicos, agrotóxicos e outros) de que necessitam. Importante observar que uma parte desses agricultores faz uso de adubos verdes, contudo, nesses estabelecimentos, os agricultores priorizam uma safra de verão e deixam de realizar o cultivo da safrinha, o segundo cultivo de verão. Predomina, porém, entre esses agricultores, nesses últimos anos, a realização de duas safras agrícolas (soja e milho ou milho sobre milho). Desse modo, parte deles não realiza a prática do plantio de adubos verdes. Os agricultores convencionais modernos possuem uma conduta de forte vínculo com o mercado de insumos agrícolas de origem industrial.

No entanto, para os agricultores modernos convencionais que possuem uma atividade de produção animal (aves ou suínos) integrada com grandes empresas do sistema agroalimentar, a compra de insumos para uso nos cultivos de cereais é menor. Ao fazerem uso dos adubos orgânicos do estabelecimento, reduzem em aproximadamente em um terço o uso de insumos de origem industrial.

As instalações utilizadas pelos agricultores com racionalidade convencional estudados - nas unidades de produção que possuem atividade animal - estão construídas para atender aos padrões de produção exigidos pelos atores econômicos dominantes das cadeias produtivas. Aqueles produtores que ainda não conseguiram atender o padrão de instalações exigido são coagidos a realizar, condição para não serem excluídos da atividade produtiva. As instalações produtivas desses agricultores encontram-se equipadas com tecnologias crescentemente automatizadas, objetivando criar as condições produtivas para obter índices crescentes de produtividade e de escala de produção.

Ao objetivarem a sustentabilidade social, os agricultores com racionalidade convencional adotam um comportamento orientado para a especialização produtiva e para a divisão do trabalho familiar. Uma especialização que exige desses agricultores um sistema produtivo intensamente tecnificado, com elevada demanda de capital (físico e financeiro), altamente dependente de insumos externos, de créditos para financiamentos e de conhecimentos técnicos especializados.

Os entrevistados com racionalidade não convencional moderna desenvolvem uma agricultura com práticas tecnológicas que valorizam interações estreitas e equilibradas entre meio ambiente natural e unidade de produção (ALTIERE, 1998). As tecnologias utilizadas por esses agricultores valorizam os fenômenos da

natureza, numa conduta que se orienta por um processo de reapropriação da natureza (LEFF, 2006); o sistema produtivo está estruturado a partir do equilíbrio entre a produção agrícola e a utilização dos recursos naturais. Para obter esse equilíbrio, desenvolvem sistemas produtivos a partir de práticas agrícolas que eliminam o uso de insumos químicos de origem sintética, estabelecendo, sobretudo, uma relação de respeito com a natureza. Nessa conduta, dá-se mais importância às práticas produtivas orientadas para a recuperação e a manutenção de policultivos geneticamente heterogêneos, o manejo de pragas e doenças a partir do uso de produtos naturais e orgânicos, além do manejo da fertilidade do solo a partir da produção de biomassa e de insumos de origem orgânica (AITIERE, 1998).

Essas condutas tecnológicas dos agricultores com racionalidade não convencional estão enraizadas numa representação de que é necessário conjugar os ciclos da natureza com os processos temporais de produção. Tais condutas são permeadas pela noção de complexidade da natureza (LEFF, 2006). Portanto, desenvolvem práticas orientadas pelas inter-retorrelações das dinâmicas socioambientais, a partir de um conhecimento sistêmico da natureza e de valorização da biodiversidade.

Diante dessa estratégia produtiva, as práticas agrícolas desses agricultores são desenvolvidas com tecnologias que fazem uso de pouco de capital financeiro, valorizam o trabalho agrícola da mulher e dos filhos e são intensivas em conhecimentos da produção agroecológica (AITIERE, 1998). Conhecimentos estes que lhes permitem orientar suas condutas produtivas observando os indicadores biológicos e produtivos emitidos pelo sistema de produção. A partir desses indicadores, definem-se as práticas necessárias para o restabelecimento do equilíbrio entre a produção agrícola e o uso dos recursos naturais.

A qualidade dos produtos produzidos pelos agricultores com racionalidade não convencional está ligada às tecnologias utilizadas e referenciadas pela perspectiva agroecológica, valorizando a saúde e os sabores naturais presentes na memória dos consumidores.

Portanto, as práticas tecnológicas dos agricultores modernos não convencionais resultam de condutas conscientes quanto às finalidades intrínsecas daquelas, ao adotarem uma racionalidade moderna substantiva (RAMOS, 1989). Na conduta desses agricultores, valores como respeito à natureza, manejo da fertilidade

do solo a partir da produção de biomassa e adubos orgânicos, valorização do trabalho agrícola da mulher e dos filhos e produção de alimentos saudáveis precedem os critérios econômicos da modernização da agricultura.

As condutas tecnológicas adotadas pelos agricultores com racionalidade em transição estão orientadas por uma estratégia semi-intensiva de capital em bens produtivos, de valorização do trabalho agrícola familiar e do uso intensivo da terra. As estratégias tecnológicas por eles utilizadas objetivam obter uma renda agrícola que prioriza o ganho por unidade de produto mais do que o ganho por meio da escala de produção. Assim, para obter renda por produto e não na escala de produção, esses agricultores adotam estratégias tecnológicas evolutivas. Isso está fortemente evidenciado no processo de reaproveitamento das instalações produtivas existentes no estabelecimento e na produção leiteira pela formação de um rebanho produtivo tendo como base o uso da inseminação artificial e a criação das próprias matrizes.

Os agricultores com racionalidade em transição, ao implementar os cultivos agrícolas, fazem uso semi-intensivo de adubos químicos de origem industrial, porém, sempre que possível, preferem utilizar os adubos de origem orgânica. Para realizar os cultivos de cereais (milho, soja), a maioria deles compra serviços de horas-máquina de terceiros, portanto, uma conduta de desintensificação do uso de capital próprio em máquinas e equipamentos.

Ao implementar as práticas tecnológicas esses agricultores adotam uma conduta em que combinam aspectos das diversas racionalidades produtivas (convencional, não convencional e tradicional) como estratégia para permanecer na atividade agrícola. Valorizam o patrimônio cognitivo ligado a sua experiência e que se expressa num processo co-evolutivo (simbiótico) entre cultura (de base tradicional) e natureza (FLORIANI et al, 2008). Desse modo, as tecnologias convencionais da modernização da agricultura quando incorporadas no sistema produtivo não são adotadas integralmente; são ressignificadas com base no patrimônio agrícola cognitivo transmitido entre as gerações. Assim, os agricultores preservam, ainda que sob a forma ressignificada, elementos do patrimônio acumulado no saber-fazer produtivo local.

A ressignificação tecnológica envolve a integração de ideotipos das diversas racionalidades numa outra matriz produtiva ordenada por esses agricultores. Um

processo complexo de hibridação de práticas agrícolas realizadas por eles próprios, configurando a emergência de tecnologias híbridas ao combinar, em suas práticas, aspectos de diversas racionalidades produtivas. Através desta conduta, objetivam manter uma determinada autonomia nos processos decisórios de suas práticas agrícolas; desse modo, o grau de autonomia tecnológica está correlacionada a capacidade (SEN, 2000) de realizarem o processo de ressignificação das tecnologias. Observou-se uma expressiva diversidade tecnológica entre esses agricultores com racionalidade em transição. Assim, enquanto alguns implementam tecnologias híbridas mais próximas à aquelas adotadas pelos agricultores com racionalidade convencional, outros implementam as tecnologias mais próximas às dos agricultores com racionalidade não convencional.

Adotam os agricultores com racionalidade em transição uma conduta técnico-produtiva que considera a existência de riscos climáticos e de endividamento agrícola, de incertezas na renda agrícola e necessidade de reduzir a penosidade do trabalho familiar (LIPTON, 1968). Conforme destacado anteriormente, suas condutas estão orientadas para obter um resultado econômico mínimo que possa atender a família, considerando o ambiente socioeconômico e ambiental em que se inserem.

Por fim, a diversidade de condutas entre os agricultores familiares modernos estudados também é verificada no que se refere à produção para consumo.

Para os agricultores com racionalidade não convencional, a produção de consumo, tanto a que se destina à subsistência quanto a destinada a obter renda no mercado, é fortemente valorizada nas condutas produtivas como uma estratégia de autonomia produtiva. Essa prática insere-se nas diretrizes da produção agroecológica (ALTIERE, 1998) e objetiva sustentar a autorregulação da produção e a sustentabilidade econômica e ambiental do estabelecimento. Para eles a produção para consumo contribui fortemente para explicar a sustentabilidade social, evidenciando a importância dessa produção quando somada com a produção comercial do estabelecimento.

A produção para consumo destinada à subsistência da família, é pouco valorizada pelos agricultores com racionalidade convencional, que adquirem no mercado a maior parte desses produtos. Contudo, a produção para consumo destinada a obter renda no mercado tem variações entre esses agricultores e ela ocorre de forma diferente, segundo o tipo de produto comercializado. A produção de

adubos verdes é uma prática realizada por uma parte dos agricultores que comercializam cereais. Porém, de acordo com esses agricultores entrevistados, mesmo fazendo uso de tal prática, eles fazem uso intensivo de insumos químicos de origem externa. Os agricultores que possuem produção integrada com avicultura ou suinocultura fazem uso dos adubos orgânicos produzidos no estabelecimento para o cultivo de cereais, reduzindo em até um terço os insumos químicos de origem industrial comprados no mercado. A produção para consumo é mais expressiva para aqueles agricultores modernos convencionais que atuam com a produção leiteira. Esses agricultores produzem as forrageiras de alto valor nutritivo de que necessitam para alimentar o rebanho leiteiro, comprando no mercado os insumos químicos para a produção das forrageiras, a ração e os medicamentos. De modo geral, evidencia-se que a produção para consumo entre os agricultores com racionalidade convencional, com exceção para os que possuem a atividade leiteira, é pouco valorizada.

A produção para consumo dos agricultores do tipo em transição situa-se entre os agricultores com racionalidade convencional e os agricultores com racionalidade não convencional. Entre aqueles agricultores há uma variação expressiva de condutas, as quais se relacionam às diferentes estratégias de ajustes dos sistemas produtivos. Na produção para consumo destinada à subsistência, parte deles mantém a produção de alguns produtos tradicionalmente de subsistência; outros adquirem no mercado parte expressiva. Na produção para consumo destinado obter renda no mercado é importante destacar a conduta dos agricultores que verticalizam a produção a partir de pequenas agroindústrias; que produzem toda ou parte expressiva da produção que é destinada ao processo de agregação de valor.

O exposto acima permite concluir que os agricultores familiares modernos, diante do complexo e dinâmico cenário rural, forjam diferentes racionalidades para orientar suas práticas produtivas, atribuindo diferentes motivações e significados às suas condutas.

6.2 A experiência na construção de identidade socioprofissional

Nesta parte, analisa-se o processo de (re)construção das identidades socioprofissionais dos agricultores familiares modernos estudados. A permanência

na atividade agrícola exigiu-lhes a (re)significação das condutas profissionais. Na experiência que objetiva a sustentabilidade social a identidade socioprofissional vem sendo (re)construída e a sua fragmentação opõe-se a homogeneidade funcional da modernidade (WAUTIER, 2003)

Desse modo, as identidades socioprofissionais são (re)construídas continuamente em relação às formas pelas quais eles são concebidos ou interpelados no universo social em que vivem os agricultores (HALL, 2006).

O processo de (re)construção das identidades socioprofissionais dos agricultores estudados está ligada às constantes, rápidas e permanentes mudanças da sociedade moderna (HALL, 2006), sustentadas pela ação reflexiva (GIDDENS, 1991) dos agricultores cujas as práticas sociais são constantemente examinadas e (re)construídas.

A identidade socioprofissional remete a uma condição de existência pública, reconhecida pelo universo social no qual os agricultores em questão vivenciam suas experiências e lhes são atribuídas algumas características. Trata-se de uma ação pela qual os agricultores são identificados, reconhecidos (WAUTIER, 2001). Assim, a (re)construção das identidades socioprofissionais exige desses agricultores uma ordenação de projetos socialmente definidos numa rede de interações diversas e referenciada na relação com o mercado.

A reflexão sobre as racionalidades apresentada anteriormente (Cap. 5) e os significados da existência das condutas possibilitam evidenciar as especificidades das racionalidades entre os agricultores estudados.

As identidades socioprofissionais resultam das diferentes maneiras de interação entre agricultores e mercado; elas são (re)construídas numa experiência, numa trajetória e constróm-se nas trocas. Trocas estas que se caracterizam pelo compromisso entre o que os agricultores são ou desejam ser e a imagem que os outros têm ou esperam deles, que se traduz numa relação de adesão ou de conflito e de seu reconhecimento por outros (WAUTIER, 2001).

O trabalho desempenha um papel importante na construção identitária, que é, ao mesmo tempo social e profissional (WAUTIER, 2001). Trata-se de um momento decisivo de reconhecimento pelos outros das competências e dos projetos produtivos dos agricultores. A identidade socioprofissional é definida pelas atividades que os agricultores estudados sabem fazer ou desejam saber fazer com

qualidade e competência profissional, pois, por meio dela, ganham prestígio e status, ou seja, reconhecimento social (GEHLEN, 2001).

A (re)significação do trabalho dos agricultores com racionalidade não convencional está relacionada com os mecanismos de comercialização de proximidade, de instituições e de nicho utilizados por eles. Os produtos comercializados por esses agricultores nesses mecanismos de comercialização são produzidos em sistemas de produção que fazem intenso uso do trabalho familiar. Tal sistema de produção está alicerçado no baixo uso de insumos externos e numa relação de responsabilidade com a natureza (ALTIERE, 1998; LEFF, 2006). Na ótica desses agricultores, o trabalho manual adquire um significado positivo.

A valorização do trabalho passa pela visibilidade da atividade dos agricultores pelos consumidores de seus produtos; referenciada pelos consumidores, predominando apelos por produtos saudáveis e “limpos”, livres de agrotóxicos, por produtos com características artesanais ou coloniais e por produtos oriundos de processos produtivos que respeitem a natureza.

Os apelos desses consumidores proporcionam uma significação do trabalho na agricultura para os agricultores com racionalidade não convencional estudados. Os crescentes apelos dos consumidores como atores intervenientes na construção de conceitos de qualidade dos produtos e dos processos produtivos determinam mudanças no modo de ser agricultor e de fazer agricultura. Assim, o significado atribuído ao trabalho desses agricultores está fortemente relacionado à produção de alimentos baseados em novos referenciais de qualidade construídos na interação com os consumidores.

Para os agricultores com racionalidade convencional que interagem com o mecanismo de comercialização virtual, mercado de *commodities*, a valorização do trabalho encontra-se referenciada na produtividade, como a relação ideal entre o trabalho, a tecnologia e a produção medida pelo tempo e na escala dos cultivos das unidades de produção desses agricultores. Critérios estes exigidos pelos atores econômicos dominantes nas cadeias produtivas nas quais os agricultores estão inseridos com sua produção agrícola.

Para os agricultores supra citados, há uma diminuição do trabalho familiar, no interior da unidade de produção, provocada pelas constantes inovações de mecanização e de automatização dos processos produtivos bem como do intenso

uso de insumos produtivos externos ao estabelecimento. A agricultura convencional moderna exige deles uma conduta enraizada na eficiência alocativa dos fatores produtivos (SCHULTZ, 1965). Estão, portanto, esses agricultores pressionados a uma conduta que objetiva sempre produzir em maior quantidade e, sem o que não haveria eficiência, fazendo uso de fatores de produção que implicam redução do trabalho agrícola. A valorização do trabalho essencialmente mecanizado, na agricultura convencional moderna, pelos atores dominantes das cadeias produtivas, às quais esses agricultores com racionalidade convencional estão vinculados, provoca uma (re)significação das práticas agrícolas; desse modo, o trabalho referencia-se na produtividade agrícola.

Os agricultores com racionalidade em transição estudados mantêm vínculos tanto com os mecanismos de comercialização de proximidade e de instituições quanto com o mecanismo virtual. Diante desse fato, a (re)significação do trabalho para esse agricultores situa-se entre as duas racionalidades acima mencionadas. Assim, a (re)significação do trabalho está relacionada com a importância que esses mecanismos de comercialização ganham na dinâmica de reconstrução dos sistemas de produção. Para parte desses agricultores, o (re)significado do trabalho vai incorporando os apelos dos consumidores de produtos através dos mecanismos de proximidade e de instituições; para outra parte dos agricultores que priorizam o mecanismo virtual de comercialização, a (re)significação do trabalho está referenciada na produtividade agrícola.

A qualificação profissional atribui características aos agricultores familiares modernos; que contribuem para o processo de (re)construção identitária. A racionalidade instrumental moderna (RAMOS, 1989) desestruturou saberes acumulados e (re)definiu identidades socioprofissionais. A qualificação do trabalho entre os agricultores modernos estudados está correlacionada com as racionalidades que orientam suas condutas produtivas. Trata-se de um processo de (re)profissionalização com saberes específicos os quais (re)definem a identidade socioprofissional.

A profissionalização dos agricultores com racionalidade não convencional, para atuar em sistemas produtivos complexos (LEFF, 2006), exige a apropriação de saberes que os capacita a desenvolverem práticas agrícolas equilibradas entre o meio natural e aquele criado pelo homem. Uma qualificação profissional assentada

na capacidade de desenvolver práticas agrícolas a partir de conhecimentos gerados no interior do próprio estabelecimento, por exemplo, aqueles saberes que permitem observar os sinais oriundos da natureza e implementar com a natureza práticas inteligentes (ROMEIRO, 1998).

O trabalho na agricultura não convencional exige desses agricultores uma competência profissional baseada na autonomia do agricultor para dinamizar o processo produtivo. Desse modo, tais sistemas caracterizam-se por ser intensivos em saberes, tanto naqueles saberes ligados às práticas tradicionais de manejo e cultivo quanto aos relacionados às práticas agroecológicas.

Ao romperem com a separação entre as funções de produção, de transformação e de comercialização, esses agricultores não convencionais atuam com conhecimentos para além do processo produtivo. Diante desse fato, dominam saberes sobre as políticas públicas dirigidas à agricultura familiar, o processo de agregação de valor aos produtos bem como aqueles saberes relacionados ao processo de comercialização. Assim, possuem também saberes para atuar em diferentes mecanismos de comercialização e para compreender o comportamento dos consumidores de seus produtos.

A qualificação profissional dos agricultores com racionalidade não convencional é realizada, predominantemente, sob a modalidade de cursos de curta duração (40h) ou de longa duração (até 800h), sejam eles de nível médio ou de especialização, pelas visitas técnicas em propriedades de referências e pelo próprio processo de certificação da produção. Esta é uma prática demandada por uma parte dos agricultores estudados. O acompanhamento técnico oferecido pelas instituições governamentais e não-governamentais, que atuam com a agricultura não convencional têm papel importante na complementação dos conhecimentos necessários para a solução dos problemas, sejam eles na área da produção, sejam na da comercialização. Outros eventos contribuem para a qualificação profissional como a participação em feiras e as reuniões das organizações a que são associados, como associações, cooperativas solidárias, ONGs e STRs.

As atividades desses agricultores que atuam com a racionalidade não convencional são mais complexas em comparação com aquelas da agricultura convencional, de acordo com os agricultores entrevistados. A construção de saberes, para a agricultura não convencional, é fundamental para o desenvolvimento

das atividades produtivas, de transformação e de comercialização e para a profissionalização desses agricultores.

A qualificação profissional dos agricultores com racionalidade convencional está afastada daqueles saberes dos agricultores com racionalidade tradicional e dos agricultores modernos com racionalidade não convencional. Para os agricultores tradicionais e modernos não convencionais, os saberes obtidos pela experiência e transmitidos de geração a geração têm grande importância nas práticas agrícolas desenvolvidas.

A profissionalização dos agricultores com racionalidade convencional constitui-se numa resposta às profundas transformações tecnológicas vivenciadas por aqueles que estão inseridos nas grandes cadeias produtivas do sistema agroalimentar. Uma qualificação profissional que se circunscreve a produção primária no segmento especializado, altamente tecnificado e dependente. Estão esses agricultores obrigados a um constante processo de profissionalização para operar o conjunto de equipamentos, máquinas e insumos agrícolas disponibilizados pelo processo de modernização da agricultura.

Ao se qualificarem, a partir das inovações técnico-científicas, esses agricultores são coagidos a fazer o melhor uso possível dos fatores de produção. Qualificam-se para implementar práticas tecnológicas que visam à constante superação das barreiras naturais encontradas na agricultura, como sementes transgênicas, uso intensivo de insumos químicos, uso de máquinas e equipamentos de precisão, melhoramento genético animal e instalações automatizadas ou semiautomatizadas. Assim, essas inovações, como a genética animal, quando combinadas com os demais avanços tecnológicos obtidos na alimentação e na automatização das instalações e dos ambientes produtivos, determinam-se ao aumento da produtividade e da maximização dos resultados (SCHULTZ, 1965). Para os agricultores modernos convencionais, trata-se de um pacote tecnológico produtivista que se constitui como solução dos problemas da agricultura, como uma alternativa única para não deixar atividade agrícola.

As práticas agrícolas implementadas pelos agricultores convencionais são orientadas a partir de um padrão tecnológico universalizado. Uma padronização que atinge produtos e processos produtivos a partir do cumprimento de normas legais de sanidade e de procedimentos tecnológicos no sistema produtivo. Práticas agrícolas

orientadas por valores definidos à distância pelos atores econômicos dominantes das cadeias produtivas e, também, por parte das políticas públicas; para Ramos (1989) uma conduta mecanomórfica, ditada por imperativos exteriores.

Na agricultura convencional moderna, o saber necessário é transferido para os agricultores principalmente por meio do processo de assistência técnica. A qualificação profissional contempla atividades como dia de campo, palestras técnicas e cursos de pequena duração. Eventos estes realizadas a partir da perspectiva da modernização da agricultura e são oferecidos por instituições governamentais e não-governamentais, cooperativas e empresas agroindústrias.

A qualificação profissional dos agricultores com racionalidade convencional está referenciada na agricultura convencional moderna. Desse modo, esses agricultores renunciam ao saber tradicional e apropriam-se de um saber especializado, proveniente de instituições que detém o saber legitimado; adotam uma conduta orientada pelos critérios de produtividade e de escala de produção, sendo esses agricultores reconhecidos em virtude da implementação desses valores em suas condutas pelos atores dominantes das cadeias produtivas.

Os agricultores modernos com racionalidade em transição encontram-se em processo de (re)construção dos sistemas de produção. De modo predominante, essa (re)construção está baseada numa conduta de resistência à agricultura moderna convencional. Entre as razões pode-se observar, entre os agricultores entrevistados, que alguns não desejam implementar o padrão de agricultura da modernização e outros por não possuírem as condições produtivas necessárias para permanecer na atividade agrícola orientados a partir do modelo produtivista. Diante desse fato, as necessidades de qualificação profissional estão ligadas aos cultivos produtivos e às estratégias tecnológicas que estão sendo adotadas objetivando a sustentabilidade social.

No que se refere às práticas tecnológicas, esses agricultores realizam predominantemente um processo de ressignificação dos saberes resultando em tecnologias híbridas (FLORIANO et al, 2008). Essa ressignificação tecnológica é realizada a partir dos saberes acumulados, do saber-fazer produtivo local, do patrimônio agrícola cognitivo transmitido entre gerações e dos saberes das tecnologias da racionalidade moderna convencional e da racionalidade moderna não convencional. Portanto, os agricultores com racionalidade em transição, em suas

condutas combinam saberes de múltiplas racionalidades produtivas. Entre esses agricultores em transição existe uma significativa variação tecnológica; uma parte dos agricultores atua com tecnologias mais próximas das utilizadas pelos agricultores convencionais e outra com tecnologias mais próximas àquelas utilizadas pelos agricultores com racionalidade não convencional. Assim, os agricultores em questão objetivam manter uma determinada autonomia na dinâmica dos sistemas produtivos, estando o grau desta autonomia correlacionada ao processo de hibridação tecnológica que os agricultores conseguem implementar em suas práticas agrícolas.

A produção de leiteira, o cultivo de hortifruticultura e o processo de agregação de valor são estratégias produtivas que grande parte dos agricultores com racionalidade em transição está priorizando no processo de (re)construção dos seus sistemas produtivos. Alguns desses agricultores adotam uma dessas estratégias outros que desejam diversificar o sistema de produção adota duas ou mais opções produtivas.

A introdução dos novos cultivos e o uso de tecnologias híbridas exige uma qualificação profissional que é realizada por meio de cursos de curta duração, dias de campo e palestras técnicas. Eventos estes predominantemente realizadas por instituições governamentais e empresas agropecuárias locais. O processo de qualificação para parte desses agricultores também é realizado por meio de serviços de acompanhamento técnicos, governamental ou privado. Contudo, é importante destacar que uma parte dos agricultores em transição entrevistados não participa em eventos de qualificação profissional e quase nunca recebe serviços de acompanhamento técnico governamental em seu estabelecimento.

Assim, evidencia-se que os diferentes saberes priorizados pelos agricultores familiares modernos na (re)construção dos sistemas produtivos contribuem para o surgimento e a (re)construção de diferentes identidades socioprofissionais, reconhecidas socialmente.

A divisão do trabalho familiar entre os agricultores familiares modernos estudados contribui para o processo de construção identitária. Os agricultores com racionalidade convencional possuem uma centralidade quase total no trabalho agrícola masculino, tendencialmente sobre uma única pessoa. Essa realidade é alterada quando se trata de um estabelecimento que além da produção de cereais,

integra a atividade leiteira. Nesses estabelecimentos, o processo de ordenha dos animais contempla o trabalho do cônjuge, ficando sob responsabilidade do trabalho masculino as demais atividades ligadas ao setor leiteiro.

Nos sistemas produtivos dos agricultores modernos convencionais evidenciou-se um aumento da produtividade do trabalho individual, com conseqüente redução da necessidade de trabalho familiar na unidade de produção. De modo predominante, e com a exceção dos estabelecimentos com atividade leiteira, o trabalho agrícola desses agricultores está centrado apenas no chefe do estabelecimento. Essa experiência produtiva vai atribuindo a esses agricultores uma identidade de agricultor familiar moderno convencional.

Os agricultores com racionalidade não convencional vivenciam uma situação contrária à dos agricultores com racionalidade convencional na questão da divisão social do trabalho familiar: desenvolvem sistemas produtivos fortemente demandantes de trabalho familiar na unidade de produção, com baixa produtividade individual do trabalho quando comparada à produtividade do trabalho da agricultura moderna convencional. Tal processo ocorre devido os sistemas produtivos serem mais complexos e mais diversificados, orientados por estratégia que valoriza pequena escala de produção, produtos com boas qualidades para saúde dos consumidores e a priorização de vínculos autônomos na comercialização dos produtos. E, ainda, pelo uso de práticas tecnológicas - orientadas pelas diretrizes da produção agroecológica - as quais são intensivas no uso de trabalho familiar e pouco intensivas em capital.

Parte desses agricultores também atua com as atividades de agregação de valor aos produtos e de comercialização ampliando, desse modo, a necessidade do trabalho familiar. De acordo os agricultores entrevistados, a quantidade de produtos comercializados está fortemente relacionada à disponibilidade de trabalho familiar existente no estabelecimento. A experiência produtiva vai dando-lhes uma identidade de agricultor familiar moderno não convencional.

A divisão social do trabalho para os agricultores com racionalidade em transição situa-se entre as duas racionalidades anteriormente mencionadas; entre eles uma grande variação quanto ao uso do trabalho familiar foi observado. Para grande parte desses agricultores, a concentração do trabalho masculino está sendo dirigida para a atividade leiteira. Conforme observado anteriormente, uma atividade

produtiva quando inserida no sistema de produção, contempla o trabalho agrícola do cônjuge.

Outros agricultores com racionalidade em transição estão reconstruindo seus sistemas de produção através da diversificação produtiva e/ou com atividade de agregação de valor aos produtos, estratégias produtivas que exigem grande quantidade de trabalho familiar, valorizando o trabalho agrícola do cônjuge e dos filhos.

Os agricultores familiares modernos estudados estabelecem vínculos sociais com diferentes organizações, as quais são também importantes para (re)construção das identidades socioprofissionais (WAUTIER, 2001). Nas relações com suas organizações, os agricultores modernos apropriam-se de condições necessárias para o desenvolvimento das práticas agrícolas e o processo de profissionalização.

Os agricultores com racionalidade não convencional estabelecem, predominantemente, vínculos com associações, núcleos de certificação orgânica, cooperativas solidárias em seus diferentes ramos (de crédito, de produção, de comercialização e de acompanhamento técnico), ONGs e STRs. A missão institucional dessas organizações objetiva práticas sociais que se inscrevam no movimento social de contestação a agricultura convencional moderna; um movimento organizativo orientado, de modo geral, pelas diretrizes da agricultura agroecológica.

Sem deixar de atuar nas relações com o Estado, representando os interesses desses agricultores, essas organizações institucionalizam uma ação econômica que se insere no quadro dos “novos movimentos sociais econômicos” (WILKINSON, 2008). Através desses vínculos, os agricultores modernos não convencionais passam a se envolver num processo de institucionalização econômica visando (re)construir suas práticas a partir dos valores do movimento social com o qual interagem. Desse modo, estabelecem vínculos com organizações que lutam pelos negócios em um nível socioeconômico e político que objetiva a reapropriação da economia a partir dos valores referenciados (PORTILHO, 2009): reapropriação da natureza, baixo uso de insumos externos ao estabelecimento, valorização do trabalho familiar, respeito ao consumidor com a comercialização de produtos saudáveis, valorização das economias locais e processos produtivos que rearticulam no âmbito do estabelecimento as atividades de produção, de processamento e de

comercialização dos produtos. Condutas que se encontram referenciadas pela dimensão substantiva da racionalidade (RAMOS, 1989) e que buscam viabilizar maior autonomia desses agricultores nas relações entre eles e o mercado.

Parte dos agricultores modernos convencionais possui vínculos organizativos de caráter associativo, com associações e cooperativas. Na esfera das cooperativas predomina os vínculos com as cooperativas empresariais e, na esfera das associações, os vínculos estabelecidos ocorrem entre os agricultores que atuam com a racionalidade convencional. Outra parte desses agricultores possui vínculos com empresas privadas conectadas ao setor agroindustrial. Na esfera sindical, o vínculo está reduzido à obtenção dos direitos previdenciários e benefícios sociais.

Por conseguinte, todos os agricultores com racionalidade convencional possuem vínculos com organizações, associativas e privadas, que atuam no mecanismo de comercialização virtual, o mercado de *commodities*.

Uma diversidade de vínculos organizativos é realizada pelos agricultores com racionalidade em transição. Enquanto parte deles prioriza os vínculos com as organizações que se inserem no quadro dos novos movimentos sociais econômicos, outros priorizam os vínculos com as organizações que atuam no mercado de *commodities*. Diante do fato de estarem eles em processo de (re)construção dos sistemas produtivos, observou-se que alguns agricultores tanto participam das cooperativas solidárias quanto das cooperativas empresariais. De modo geral, os vínculos organizativos dos agricultores em transição estão correlacionados com a estratégia produtiva que vem sendo por eles adotada no estabelecimento.

A análise dos vínculos sociais dos agricultores familiares modernos evidencia que existe uma correlação entre as racionalidades que orientam as condutas desses agricultores e a natureza, a missão institucional das organizações com as quais eles estabelecem interações.

Por fim, ficou evidenciado que os agricultores familiares modernos vivenciam diferentes identidades socioprofissionais; os agricultores com racionalidade em transição ainda estão buscando (re)construir sua identidade socioprofissional.

Assim, as experiências desses agricultores modernos possibilitam a emergência de um agricultor familiar que se define por não ter uma identidade socioprofissional única e permanente (HALL, 2006). Existe uma coerência entre os agricultores familiares: cada um vai (re)construir sua identidade socioprofissional na

esfera do saber, dos vínculos com as organizações, da divisão do trabalho familiar e das relações com os mecanismos de comercialização. Desse modo, emergem diferentes identidades socioprofissionais objetivando a sustentabilidade social e o surgimento de novos atores sociais.

O que foi exposto acima permite concluir que as identidades socioprofissionais dos agricultores familiares modernos são definidas pelas racionalidades que orientam suas condutas.

6.3 As lutas pela permanência na atividade agrícola

Os agricultores familiares modernos entrevistados promovem mudanças no ambiente socioeconômico em que vivem ao exercer um controle regulador e organizador sobre suas práticas sociais na medida em que podem atribuir motivos e significados para suas condutas no conflito social pela gestão da historicidade (TOURAINÉ, 1994).

As condutas desses agricultores modernos não são guiadas somente pela busca de conformidade com a ordem do mundo (TOURAINÉ, 1994), mas por diferentes maneiras de (re)construir o projeto produtivo e a vida familiar com práticas e processos sociais guiados por diferentes racionalidades. Entre as condutas sociais estão as orientadas à revelia da teoria da modernização, assentadas “em valores de qualidade de vida, socialmente útil e em comunhão com a natureza” (SANTOS, 1999).

Portanto, os agricultores familiares modernos estudados apresentam-se com diferentes racionalidades para orientar suas condutas. A noção de agricultor familiar moderno impede evidenciar este elemento da diversidade. Entre eles existe o agricultor com racionalidade convencional, o agricultor com racionalidade não convencional e o agricultor com racionalidade em transição. Estes agricultores modernos não são iguais, as motivações e os significados de suas condutas diferenciam-nos. Aquela ideia moderna de racionalidade global da vida social e pessoal desintegrou-se em várias outras racionalidades, deixando de ser partes de um todo para passar a ser totalidades presentes no universo social (SANTOS, 1999).

A valorização das diferentes racionalidades entre os agricultores familiares modernos fortalece a dinâmica socioeconômica e ambiental local, desempenhando um importante papel no desenvolvimento. Estudos afirmam que os agricultores familiares são capazes de atuar como empreendedores, herdando a capacidade de inovação característica de seu passado camponês (SCHNEIDER, 2007).

O desenvolvimento local decorre de articulações internas, de respeito e valorização da diversidade e das relações externas por meio de políticas e do mercado. O desenvolvimento resulta da participação das iniciativas coletivas, promovendo parcerias com o Estado (nos três níveis), com organizações civis e com empresas privadas num processo de valorização das potencialidades das diferentes racionalidades dos agricultores, dos recursos institucionais e naturais que compõem o patrimônio sociocultural.

Os agricultores estudados, ao fazerem política de modo propositivo por meio de suas organizações, contribuem para revitalizar a noção de desenvolvimento rural. A partir das diferentes condutas produtivas, os agricultores envolvem-se num conjunto de ações que são capazes de produzir relações e interações práticas, normativas, de saberes e simbólicas que objetivam seu bem-estar e a sua sustentabilidade social. Estas condutas são guiadas por diferentes racionalidades como as baseadas na modernização da agricultura e/ou orientadas pela própria história e valores outros de respeito à natureza, à valorização das tradições e à diversidade de formas de produção agrícola, destacadas nesta tese.

Esses agricultores, ao incorporarem suas demandas nas mobilizações e nas lutas sociais, criam a consciência e a prática de planejar o desenvolvimento como um processo assumido pela sociedade com maior autonomia face ao Estado. Contudo, a presença do Estado, para garantir a diversidade das racionalidades dos agricultores familiares modernos, ainda tem papel fundamental e decisivo, com destaque para os agricultores com racionalidade não convencional e os com racionalidade em transição. Pois, estes agricultores modernos, ao (re)construir seus sistemas produtivos, necessitam de estratégias autônomas e capacidades (SEN, 2000) próprias para desenvolver alternativas às formas de produção baseadas na modernização da agricultura (SANTOS, 1999).

O desafio - para os agricultores com racionalidade não convencional e para parte daqueles com racionalidade em transição estudados - consiste na melhoria de

sua capacidade de interação social e de inserção em mecanismos de comercialização de proximidade (*non-standards*), de instituições – alimentação escolar e programas sociais – e de nicho, num contexto de “economia de qualidade” (SCHNEIDER, 2007). Esta refere-se às múltiplas formas de construção social do mercado, da percepção do que é qualidade, que pode estar na oferta de produtos com características tradicionais, artesanais, regionais, saudáveis e obtidos em processo produtivo com práticas tecnológicas que respeitem a natureza e valorizem o trabalho familiar.

É um cenário em que os agricultores familiares precisam desenvolver habilidades para interagir com os consumidores de seus produtos. Necessitam entender as tendências e os gostos dos consumidores, serem capazes de organizar e participar em redes de organizações do tipo solidárias e de cadeias curtas de produção. As capacidades dos agricultores encontram-se baseadas nas condições de inovação por meio da experimentação (*learning-by-doing*) e aprendizagem coletiva. Como foi observado, entre os agricultores com racionalidade não convencional que necessitam possuir saberes para compreender os sinais emitidos pelo sistema de produção e, a partir destes, planejar as futuras ações; e, entre os agricultores em transição que, de modo geral, promovem um processo de resignificação tecnológica.

As formas de apoio do Estado, as estratégias de verticalização da produção familiar, de forma individual ou coletiva, a ampliação das redes sociais de comercialização, as inovações tecnológicas que respeitem a natureza, os serviços de acompanhamento técnico, a certificação de produtos, o fortalecimento das organizações associativas e a (re)profissionalização dos agricultores são políticas públicas que se inscrevem, predominantemente, nas demandas dos agricultores com racionalidade não convencional e parte daqueles com racionalidade em transição objetivando a sustentabilidade social. Ante as profundas e intensas transformações na agricultura brasileira, desde os anos de 1990, com a desregulamentação e a abertura e integração no mercado global, a (re)profissionalização assume uma condição *sine qua non* para todos os agricultores familiares modernos estudados que objetivam permanecer na atividade agrícola. De acordo com este estudo, mesmo entre os agricultores com racionalidade em transição foi evidenciado a importância atribuída por parte desses produtores à

qualificação profissional, com particular destaque para os que estão promovendo ajustes orientados pela estratégia de diversificação do sistema de produção.

Assim, ganham importância as políticas públicas de Estado capazes de atender as especificidades das estratégias produtivas dos agricultores modernos, ou seja, as diferentes racionalidades que orientam suas condutas. A partir dos agricultores entrevistados tornou-se evidente que as políticas direcionadas à agricultura familiar pelo Estado necessitam de caráter cada vez menos universal e mais específico.

A perspectiva de atuação do Estado, por meio das políticas públicas, é condição para que as transformações tecnológicas, sob a lógica produtivista e as tendências homogeneizantes na agricultura, não venham a desestruturar ou dificultar o desenvolvimento das demais condutas produtivas dos agricultores - orientadas pela racionalidade não convencional e pela racionalidade em transição - que lutam para permanecer na atividade agrícola. Pois a permanência na atividade agrícola – segundo os agricultores entrevistados - depende da própria capacidade de fazer escolhas e desenvolver habilidades frente aos desafios que lhe são postos pelo ambiente socioeconômico e político em que vivem.

As diferentes racionalidades produtivas analisadas resultam de um repertório cultural composto de uma variedade de respostas potenciais a tendências e mudanças na comercialização dos produtos, nas tecnologias e na sociabilidade (LONG, 2007). Na (re)construção dos projetos, os agricultores entrevistados realizam um processo de mediação nas interações que estabelecem com o mercado; portanto, de forma ativa eles gerenciam as suas práticas como respostas diferenciadas às estratégias e às circunstâncias geradas por outros atores, modificando, adotando e/ou a eles contrapondo-se (LONG, 2007) de tal modo que os agricultores, objetivando a sustentabilidade social, escolhem entre alinhar ou distanciar seus próprios projetos daqueles propagados, por exemplo, pelos órgãos do Estado e pelos atores hegemônicos que atuam no mecanismo virtual de comercialização: o mercado de *commodities*.

Por fim, trata-se de enfatizar a questão da sustentabilidade social dos agricultores familiares modernos, no sentido de sua permanência futura na atividade agrícola.

Ante aspectos como a maneira de apropriação da natureza, o grau de dependência do mercado, o trabalho familiar no estabelecimento, o padrão tecnológico, o acesso aos mecanismos de comercialização e a organização associativa, qual das racionalidades analisadas é a mais sustentável, ou, qual é a menos sustentável?

Tal questão abre caminho para estudos futuros, com a perspectiva de compreender a sustentabilidade social dos agricultores familiares modernos a partir das diferentes racionalidades que orientam as suas condutas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese foram analisadas as motivações e os significados das condutas dos agricultores familiares modernos no processo de (re)construção dos sistemas produtivos. Objetivando a sustentabilidade social os agricultores promoveram, no sistema de produção, diferentes ajustes que se expressam na dimensão do comércio, das tecnologias e dos vínculos de sociabilidade. Portanto, a partir da análise das práticas agrícolas desses agricultores, em suas interações com o mercado, foi possível compreender as diferentes racionalidades e o processo de (re)construção das identidades socioprofissionais.

Para alcançar o proposto nesta tese, valorizaram-se os agricultores familiares modernos, através de um olhar sobre os sentidos das suas condutas. Para obter melhor entendimento das condutas sociais, o estudo baseou-se na perspectiva metodológica dos tipos ideais de Weber, o que possibilitou substituir a diversidade de condutas por um conjunto inteligível, coerente e racional. Uma iniciativa que implicou em considerar o sentido que os agricultores dão às suas condutas. A construção da tipologia como operação de estilização da realidade social tornou apreensível as condutas dos agricultores familiares estudados no âmbito do conhecimento intelectual e racional.

O universo social do estudo contemplou duas regiões políticas do Paraná, o Sudoeste e o Oeste. Um território em que predominam estabelecimentos de agricultores familiares e heterogeneidade produtiva. As diferentes maneiras de fazer agricultura e de ser agricultor – neste espaço - tornou possível à realização desta investigação.

A análise das condutas dos agricultores familiares modernos na interação com o mercado e as identidades socioprofissionais, como resultantes das racionalidades, possibilitou confirmar as hipóteses desta tese. Foi possível demonstrar que os agricultores familiares modernos constroem diferentes racionalidades para orientar suas condutas, resultantes de significados por eles atribuídos; e que a (re)construção das identidades socioprofissionais desses agricultores são resultantes das racionalidades.

O conceito de racionalidade social de Weber abriu importante perspectiva para análise das condutas dos agricultores familiares; permitiu refletir de modo

integrado sobre os diferentes processos sociais que dão coerência e eficácia às diferentes condutas sociais. Condutas estas resultantes não apenas por motivos materiais, mas também por motivos que atribuem significados à sua existência. Na teoria weberiana, a análise da conduta social acentua a noção de significação vivida ou de sentido subjetivo. Desse modo, o conceito de racionalidade abriu a possibilidade de incorporar ao estudo das condutas sociais uma multiplicidade de motivações e significações. A teoria weberiana abre-se para a análise da diversidade cultural, também presente entre os agricultores familiares modernos e para os sentidos subjetivos que definem as condutas objetivando a sustentabilidade social.

Entre as contribuições deste estudo para o conhecimento destaca-se a contribuição da racionalidade como um elemento importante na definição do conceito de agricultor familiar; ou seja, é possível ampliar o conceito de agricultura familiar, mover-se para além do atual, pois os agricultores familiares estudados possuem especificidades, não são homogêneos. De modo que os agricultores podem também ser definidos pela sua racionalidade na interação que estabelecem com o mercado.

Com base no estudo, ficou evidenciado que as políticas públicas necessitam ter um caráter cada vez menos universal e mais específico; assim, o Estado poderá contemplar os interesses de diferentes categorias de agricultores familiares modernos. Pois as diferentes racionalidades que orientam as condutas destes agricultores evidenciam a existência de uma representação da vida social diversa e complexa, contribuindo para revitalizar a noção de desenvolvimento rural.

Entre os agricultores estudados, aqueles que se orientam pela racionalidade não convencional e pela racionalidade em transição necessitam desenvolver habilidades para desenvolver uma conduta produtiva mais autônoma; pois, em grande medida, estão fora e/ou sendo excluídos do mecanismo de comercialização virtual - do mercado de *commodities* -, devido às profundas e intensas transformações na agricultura brasileira. Para estes agricultores, são importantes os mecanismos de comercialização de proximidade e o mecanismo institucional e, para os primeiros também o mecanismo de nicho (orgânico). Diante desse fato, as políticas de (re)profissionalização, de agregação de valor aos produtos, de fomento e consolidação do cooperativismo (do tipo solidário) e de qualificação do trabalho

objetivando a pluriatividade têm grande relevância na sustentabilidade social desses agricultores familiares.

Entre os agricultores modernos entrevistados, aqueles com racionalidade em transição necessitam receber uma atenção particular das políticas públicas de Estado. Esta situação se explica pelo fato de que entre parte destes agricultores poderá estar emergindo outras racionalidades produtivas, além das racionalidades analisadas. Alguns dos sinais desta outra racionalidade podem ser evidenciados nas estratégias produtivas orientadas pela perspectiva da diversificação e da ressignificação tecnológica, uma prática que envolve a integração de ideotipos das diversas racionalidades produtivas numa outra matriz de racionalidade ordenada por estes agricultores.

De acordo com esta tese, os agricultores familiares modernos gerenciam suas racionalidades objetivando a sustentabilidade social; ou seja, através da sustentabilidade social as racionalidades adquirem sentido de existência. Desse modo, a questão da sustentabilidade social dos agricultores assume importância e demanda futuros estudos, no sentido de verificar entre as racionalidades aquela que se apresenta como a mais e/ou a menos sustentável.

Por fim, menciona-se que, para a realização de estudos sobre fenômenos complexos e dinâmicos, no contexto da agricultura e do meio rural, tal como foi apreendido nesta tese, é mister uma valorização da interdisciplinaridade na construção do conhecimento. Este foi o esforço empreendido nesta tese e com consciência de serem apenas passos iniciais, pois as contribuições das diferentes áreas de conhecimento das ciências sociais confluem para diversos processos socioeconômicos, políticos e ambientais que visam à (re)construção da representação da realidade social dos agricultores familiares modernos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **Economia Aplicada**, v.4, n.2, São Paulo: FEA/USP, 2000.

_____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. São Paulo, 1981. f. 228. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

AHRENS, D. C.; PELLINI, T.; SANTORO, P. H. (Orgs.). **Agroecologia no IAPAR: resumos de projetos de pesquisa e trabalhos publicados de 2004 a 2009**. Londrina: IAPAR, 2009.

ALMEIDA, J. A busca de autonomia na agricultura: estratégias, limites e possibilidades. In: **Cadernos de Sociologia** / Programa Pós-Graduação em Sociologia. V.6. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1994. p. 212-229

_____. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. – Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília/DF, 2007 (Brochura de circulação restrita)

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.

ASSESOAR & DESER. **Caracterização e diagnóstico dos sistemas de produção do Sudoeste do Paraná**. Francisco Beltrão, 1994.

ASSESOAR; DESER & UNIJUÍ. **Diagnóstico Sócio-Econômico da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná**. Francisco Beltrão, 1992.

BASSO, D. **A produção e a gestão das políticas de desenvolvimento rural pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos- PR**. Porto Alegre, 2003. f. 195. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

_____. **Os Sistemas Cooperativos da Agricultura Familiar emergentes no Paraná: desafios e oportunidades**. Relatório Técnico MDA-CAIXA/SISCLAF, Francisco Beltrão, 2011.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

CARLA, C.; LOURENCI, A.; RODRIGUES, L. M. da S. Sistema Cresol, uma família que cresce com você. In: VOLLES, A. et al. [Orgs]. **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. Londrina: Midiograf, 2010. p. 12-18

COMCIENCIA. **Sementeiras brasileiras foram engolidas pelas multinacionais, 2002**. Disponível em: < www.comciencia.br >. Acesso em: 12 de jul. 2007.

COMUNELLO, F. J. **Os movimentos nos mercados**: movimentos de agroecologia em São Joaquim/SC. Rio de Janeiro, 2010. f. 107. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRJ.

CONH, G. **Crítica e resignação**: Max Weber e a teoria social. 2º Ed. Atual. – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas Regionais do Desenvolvimento Rural e Estilos de Agricultura Familiar**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. p. 290. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

CULTIVANDO AGUA BOA. **O Programa Socioambiental da Itaipu Binacional**. Foz do Iguaçu. Informativo, jun. 2010.

DAHRENDORF, R. **O conflito social moderno**: um ensaio sobre a política da liberdade. Rio de Janeiro: Zahar, São Paulo: Edusp, 1992.

DAVID, A. **Competitividade das cooperativas do sistema de cooperativas de leite da agricultura familiar – Sisclaf**. Francisco Beltrão, 2009. p. 75. Monografia (Especialista em Gestão do Cooperativismo) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão do Cooperativismo Solidário.

DESER. **Formas de Organização da Cooperação Agrícola na Região Sul**: embriões de uma rede de socioeconomia solidária no campo. Curitiba, 2008.

_____. **Movimentos sociais no campo na região Sudoeste do Paraná**: avaliação e perspectiva. Curitiba, 1993.

DUBAR, C. **La socialisation**: construction des identités sociales et professionnelles. Paris: Colin, 1991.

EMATER. **Relatório 2008**. Curitiba: Emater, 2009.

ESCHER, F. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar**: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná. Porto Alegre, 2011. p. 278. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

FERES, J. B. **Propriedade da Terra**: opressão e miséria, o meio rural na história social do Brasil. Amsterdam, CEDLA, 1990.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLORIANO, N. et al. **Modelos híbridos de agricultura em um faxinal paranaense**: confluência de imaginários e de saberes agrícolas, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT2-203-639-20100907224900>> Acesso em: 10 de out. 2011.

GEHLEN, I. **Profissionalização na agricultura familiar e desenvolvimento rural local**. Porto Alegre, 2007. (Texto de circulação restrita)

_____. Pesquisa e competitividade na agropecuária brasileira. In: **Sociologias** – UFRGS, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre, ano 3, n. 6, jul-dez, 2001, p.70-93.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GRANOVETTER, M. **Economic action ans social structure**: the problem of embeddedness. American Journal of Sociology, v.91, n.3, Nov.1985. p. 481-510

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Trad. Artur Morão, Lisboa, 70, 1987.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de março 2008.

IPARDES. **Caracterização socioeconômica da atividade leiteira do Paraná**: sumário executivo. Curitiba, 2009.

_____. **Diagnóstico Social e Econômico**. Curitiba: IparDES, 2003a.

_____. **Identificação de gargalos tecnológicos da agroindústria paranaense**: subsídios para uma política pública: sumário executivo. Curitiba, 2005.

_____. **Identificação dos gargalos tecnológicos da agricultura paranaense**: subsídios e diretrizes para uma política pública: sumário executivo. Curitiba: IparDES, 2005.

_____. **Leituras regionais**: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense. Curitiba: IparDES, 2003b.

_____. **Leituras regionais:** Mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense/ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : Iparde, 2004.

_____. **Os vários Paraná:** identificação de espacialidades socioeconômico institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional. Curitiba: Iparde, 2006.

IPEA. **Estrutura produtiva avançada e regionalmente integrada:** desafios do desenvolvimento produtivo brasileiro. Livro 5 – Vol.1; Brasília, 2010.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar:** comparação internacional. Campinas, SP: UNICAMP, 1993.

_____. **A agricultura familiar:** comparação internacional. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LIPTON, M. **The theory of optimising peasant.** The Journal of Development Studies, 1968.

LONG, N. **Sociologia del desarrollo:** uma perspectiva centrada en el actor. - México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colegio de San Luis, 2007.

MELLOR, J. W. **The use and productivity of farm labor in early stages of agricultural development.** Journal of Farm Economics, 45 (3), 1963.

NAKAGIMA, C. N. Subsistence and commercial family farms: Some theoretical models of subjective equilibrium. In: WHARTON Jr, C.R. (org). **Subsistence agriculture and economic development.** Chicago, Aldine Publishing Co, 1969.

NUNES, S. P. **Censo Agropecuário demonstra aumento das escalas de produção e redução das ocupações agrícolas.** Boletim Eletrônico nº 164, Deser, Curitiba, 2008.

OCEPAR. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/>>, 2013. Acesso em: 01 de mar. 2013.

PERIN, E. et al. **Agricultura familiar na Região Sudoeste do Paraná:** passado, presente e futuro. IAPAR/EMATER: Londrina, 2001.

PORTILHO, F. **Novos atores no mercado:** movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. Revista Política & Sociedade - Programa de Pós-

Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.– Vol 8, nº 15, out.,2009. p.199-224

PRESNO, N. B. As cooperativas e os desafios da competitividade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 17, 2001b, p.119-144.

RAMOS, G. **A nova ciência das organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

REDE ECOVIDA. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/a-rede/>>, 2013. Acesso em: 01 de mar. 2013

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: FAPESP, 1998.

SACHS, I. **Strategies de l'écodeveloppement. Economie et humanisme**. Paris: CPEL, 1980.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodología de la investigación**. Colombia: McGraw–Hill, 1994.

SANTOS, B. S.. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 6.ed.- São Paulo: Cortez, 1999.

SCHNAPPER, D. **A compreensão sociológica: como fazer análise tipológica**. Lisboa: Gradativa, 2000.

SCHNEIDER, S. Abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In: **Cadernos de Sociologias**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Sociologia. Ano 6, nº 11, jan/jun, 2004. p. 88-125

_____. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. Artigo apresentado no XXII Congresso of the European Society for Rural Sociology. Wageningen, The Netherlands, 2007.

SCHNEIDER, S.. Introdução. In: **A diversidade da agricultura familiar** (Org). Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.7-12

SCHULTZ, T. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

SELL, C. E.. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Peasants and dualism with or without surplus labor**. The Journal of Political Economy, LXXIV (5), 1966.

TOURAINÉ, A. **O retorno do actor: ensaio sobre sociologia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

_____. **Crítica à modernidade**. Tradução Elia Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

UNICAFES PARANÁ. **Diretrizes do cooperativismo solidário**. Francisco Beltrão, 2012. (Documento interno).

_____. Disponível em: <<http://www.unicafesparana.org.br/producao.php>> Acesso em: 01 de mar. 2013.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2004

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WAUTIER, A. M. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas**. Ijuí: Unijuí, 2001.

_____. Para uma sociologia da experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, n.9, jan/jun 2003. p.174-214

WEBER, M. **Economía y Sociedad**: esbozo de sociología comprensiva. Fondo de Cultura Económica. 2. Reimpresión, Madri: FCE, 2002.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. Os gigantes da indústria alimentar: entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 18, abril, 2002: p. 147-174.

ZIGER, V. Inclusão financeira no Brasil: perspectivas e desafios para acesso a serviços financeiros adequados. In: VOLLES, A. et al. (Org.). **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. Londrina: Midiograf, 2010. p. 19-26

APÊNDICE A - PRÉ-TIPOLOGIA DE AGRICULTORES FAMILIARES MODERNOS

Quadro 1: Pré-tipologia de agricultores familiares modernos

Variáveis de análise	Pré-tipos		
	Convencional	Em transição	Não convencional
Sistemas produtivos	Estratégias ligadas à escala de produção; especialização produtiva; à lógica da produtividade. Uso intensivos de capital.	Em conversão com diminuição e/ou substituição de cultivos; O fator terra e trabalho são medianamente otimizados; Estratégias direcionadas a diversificação.	Sistema complexos e orientados para preservar e ampliar a biodiversidade. O fator terra e trabalho são fortemente otimizados.
Mecanismos de comercialização	A distância (mercado de commodities)	Atuam em dois ou mais mecanismos: o a distância, de proximidade e o institucional.	Atuam nos mecanismos de proximidade, institucional e de nicho.
Produtos comercializados	Os cereais mais rentáveis (milho, soja, trigo); Na pecuária: aves, suínos e leite.	Os cereais (milho, soja); Fumo; Leite; hortifrutigranjeiros; e, industrializados de origem vegetal e animal (formal e informal).	Hortifrutigranjeiros; e, industrializados de origem vegetal (formal e informal).
Máquinas, equipamentos e instalações	Acompanham as inovações tecnológicas do setor; Automatização dos processos produtivos.	Compram serviços para realizar cultivos (parcial ou total); Reaproveitamento de instalações para produção de leite; Pequenas unidades agroindústrias (até 150 m ²).	Equipamentos para uso com tração animal e/ou de pequeno porte e compram alguns serviços para realizar cultivos de cereais; Pequenas unidades agroindústrias.
Práticas agronômicas	Uso intensivo de fertilizantes de origem industrial; Sementes de alta resposta aos insumos; Uso de agrotóxicos para controle de ervas daninhas, pragas e doenças.	Uso semi-intensivo de fertilizantes de origem industrial; Sementes de média a alta resposta aos insumos; Uso de agrotóxicos para controle de ervas daninhas, pragas e doenças.	Fertilizantes orgânicos e naturais; Sementes crioulas e de variedades; Controle de pragas e doenças com produtos naturais /ou orgânicos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2011).

APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES MODERNOS

1. Identificação:

- a) Nome do entrevistado
- b) Idade
- c) Localidade
- d) Município
- e) Reside aqui aanos
- f) Tornou-se agricultor autônomo em que ano
- g) A quanto anos mantém o sistema de produção atual ...anos.
- h) Escolaridade

2. A começar pelos mais velhos, poderia nos fornecer algumas informações a respeito das outras pessoas que moram na casa:

- a) Nome
- b) Parentesco
- c) Ocupação principal

3. Quanta terra própria possui?

4. Utiliza terra de outras pessoas para a produção?

5. Qual porcentagem da terra é mecanizada?

6. Como o Sr utilizou as terras nesta safra atual (2010-11)? [Lavouras permanentes e temporárias; Pastagens naturais e plantadas; terras em descanso; área reflorestada e vegetação nativa – Reserva Legal; outras]

7. O Sr poderia mencionar sobre as máquinas, equipamentos e instalações de sua propriedade (ano de aquisição, tipo e m²)?

8. Quais são os produtos comercializados e a participação porcentual dos mesmos na composição da renda líquida da última safra?

- a) De origem vegetal
- b) De origem pecuária
- c) Outros

9. Além da renda agrícola e/ou pecuária existem outras fontes de renda familiar (salário, aposentadoria, outras)?

10. Para viabilizar a produção vegetal e animal o Sr necessita contratar serviços de terceiros? Para quais atividades?

11 O Sr poderia descrever as práticas realizadas na produção vegetal comercial:

a) Manejo (Manual/tração animal/mecânico) e preparo do solo (incluindo o número de preparo)

b) Insumos utilizados (sementes, adubos químicos ou orgânicos, agrotóxicos)

c) Uso ou não de adubação verde

d) Forma de plantio

e) Controle de pragas e doenças

f) Modo de fazer a colheita

12. Quais são as práticas de conservação do solo praticadas na propriedade (adubação verde, curvas de nível, plantio direto, rotação de culturas, consorciamentos de culturas, adubação orgânica, reflorestamento, controles alternativos de pragas e doenças)?

13. Qual é a importância dessas práticas de conservação que o Sr implementa em sua propriedade?

14. Onde e como é realizada: (1) a venda da produção vegetal e (2) a compra dos insumos?

15. O Sr poderia descrever sobre a produção animal comercial e as práticas realizadas (leite, carnes, outros produtos):

a) Composição do rebanho

b) Formado o rebanho

c) Raça predominante

d) Alimentação do rebanho (os tipos de forrageiras, insumos externos)

e) Fornecimento dos alimentos

f) A realizada a ordenha

g) Conservação/resfriamento do leite

h) Controle genético (raças)

i) Manejo na criação das bezerras e novilhas

j) Manejo sanitário dos animais

16. Onde e como é realizada:

- a) A venda da produção pecuária
- b) A compra dos insumos

17. Em relação ao crédito para produção o Sr:

- a) Utiliza desde que ano ou não utiliza
- b) Nos últimos cinco anos, utilizou quantas vezes
- c) Finalidade (custeio/investimento/comercialização/bem-estar)
- d) Atividades são financiadas
- e) Instituições financeiras
- f) Nos próximos anos como pretende usar o crédito

18. O Sr ou alguém da família fez curso de capacitação: Quais? Onde? Quantas horas?

19. O Sr recebe serviços de assistência técnica? De quem? Com qual periodicidade?

20. Quais são as atividades no qual os serviços de assistência técnica mais contribuem em seu estabelecimento?

21. Para qualificar-se o Sr lê revistas, jornais e/ou assiste programas especiais? preferencialmente que tipo de conhecimentos o sr busca nesses meios de comunicação? com que frequência?

22. O Sr participa em eventos técnicos (cursos, dias de campo, palestras, exposições) para qualificar-se profissionalmente? Que áreas de conhecimento são priorizadas?

23. A maior parte dos alimentos consumidos pela família vem de onde?

24. Para o Sr, os produtos obtidos na horta e pomar são suficientes para atender as necessidades familiares?

25. Como é produzido o alimento consumido pela sua família?

26. Quais produtos a família processa ou beneficia para seu consumo?

27. O Sr pratica alguma forma de ajuda mútua (associativismo) com outros agricultores em sua comunidade e vizinhança?

28. O senhor é sócio de organizações?

29. Qual é a importância dessas organizações para o Sr?
30. Nos últimos 5 anos o Sr conseguiu aumentar os recursos permanentes na propriedade? Que aspectos contribuíram para isso?
31. Para o Sr, produzir hoje é muito diferente do que antigamente? Em quais aspectos?
32. O que o Sr considera em primeiro e em segundo lugar quando planeja realizar mudanças e/ou ajustes na unidade produtiva? Quais são os motivos que justificam essas escolhas?
33. O Sr pretende fazer algum investimento em outras atividades além das que vem desenvolvendo? Se sim, em quê e por qual razão?
34. Em sua opinião, o que está faltando para melhorar a produção e a vida familiar em seu estabelecimento?
35. O Sr se avalia preparado (ou não) para promover os ajustes/mudanças em sua unidade produtiva diante as transformações socioeconômicas e ambientais atuais?
36. Qual a luta dos produtores que o Senhor considera mais importante?
37. Para o Sr, as políticas de governo estão contribuindo (ou não) para o processo de produção? Em quais aspectos?
38. Em sua opinião, os agricultores familiares influenciam nas políticas públicas de governo?
39. Profissionalmente como o Sr se identifica melhor na sociedade?
40. Onde o senhor preferiria que seus filhos vivessem?
41. O Sr e sua família sentem-se satisfeitos em relação à dinâmica da atividade agropecuária? Por quê?
42. Em sua opinião, o que precisaria ocorrer no seu estabelecimento e na dinâmica regional para melhorar as condições de vida e de produção de sua família?
43. Qual a mudança que mais lhe chamou a atenção nos últimos 5 anos em seu estabelecimento familiar?
44. Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o Sr pensa em fazer o quê?
45. O Sr realiza a reciclagem de resíduos orgânicos (compostagem, esterco, cinzas)?

46. O Sr devolve as embalagens de agrotóxicos utilizadas no processo de produção?
47. O Sr tem nascente e cursos d'água em sua propriedade? encontram-se protegidos?

APÊNDICE C - LISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS

Quadro 02: Lista dos agricultores familiares e profissionais entrevistados

Nº	Nome	Função	Tipo	Local	Data
1	Adão José Nodário	Agricultor	Não convencional	Medianeira	03/2012
2	Adir Lino da Silva	Agricultor	Não convencional	Coronel Vivida	09/2011
3	Alberto Trozinski	Agricultor	Em transição	Coronel Vivida	09/2011
4	Alcinei Ziger	Agricultor	Convencional	Coronel Vivida	09/2011
5	Alfredo Rudhel	Agricultor	Não convencional	Capanema	11/2011
6	Canísio Weber	Agricultor	Em transição	Medianeira	03/2012
7	Celso Predeger	Agricultor	Em transição	Capanema	11/2011
8	Christophe de Lannoy	Extensionista	Qualificada	Francisco Beltrão	02/2013
9	Claudinei Costa	Agricultor	Não convencional	Missal	02/2012
10	Claúdio Póla	Agricultor	Em transição	Francisco Beltrão	09/2011
11	Décio Cagnini	Agricultor	Não convencional	Verê	11/2011
12	Eloi Sachser	Agricultor	Convencional	Missal	02/2012
13	Erci Bialeski	Agricultor	Em transição	Missal	02/2012
14	Ernani Verner	Agricultor	Em transição	Missal	02/2012
15	Fermino Kovalski	Agricultor	Em transição	Francisco Beltrão	09/2011
16	Jair Bloemar	Agricultor	Em transição	Serranópolis do Iguaçu	03/2012
17	José Petri	Agricultor	Não convencional	Salgado Filho	11/2012
18	Leocir Sgarbi	Agricultor	Convencional	Medianeira	03/2012
19	Leocir Tissiane	Agricultor	Não convencional	Capanema	11/2011
20	Leovegildo de Mello	Agricultor	Não convencional	Verê	09/2011
21	Lorimar Berticelli	Agricultor	Em transição	Marmeleiro	10/2011
22	Marcio Miranda	Pesquisador do IAPAR	Qualificada	Curitiba	02/2013
23	Marino Eneger	Agricultor	Não convencional	Missal	02/2012
24	Miguel Perondi	Professor - UTFPR	Qualificada	Pato Branco	03/2013
25	Neri Filiphis	Agricultor	Convencional	Capanema	11/2011
26	Neri Heckler	Agricultor	Convencional	Francisco Beltrão	10/2011
27	Nilton Fritz	Extensionista - Emater	Qualificada	Francisco Beltrão	03/2013
28	Olivo Dambrós	Extensionista - Cooperiguaçu	Qualificada	Coronel Vivida	03/2013
29	Paulo Iess	Agricultor	Convencional	Francisco Beltrão	11/2011
30	Renato Gonçalves	Agricultor	Convencional	Francisco Beltrão	11/2011
31	Roque Henrique Schu	Agricultor	Convencional	Francisco Beltrão	11/2011
32	Sebastião Julião Alves	Sindicalista	Qualificada	Medianeira	03/2013
33	Valter Krause	Agricultor	Em transição	Marmeleiro	10/2011
34	Vanderley Vandresse	Agricultor	Convencional	Francisco	10/2011

				Beltrão	
35	Vicente Carniel	Agricultor	Não convencional	Verê	09/2011
36	Vilmar Crestani	Agricultor	Convencional	Francisco Beltrão	09/2011

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

APÊNDICE D - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS QUALIFICADAS

1. Identificação
 - a) Nome do entrevistado
 - b) Atividade profissional
 - c) Instituição
 - d) Município
2. Diante as profundas transformações na agricultura os agricultores familiares modernos estão realizando diferentes ajustes em seus sistemas de produção. Qual é a sua opinião sobre a dinâmica dos sistemas de produção dos agricultores: ela está sofrendo modificações?
3. Os ajustes produtivos que os agricultores estão realizando orientam-se tanto pela lógica da produtividade e da produção em escala quanto por maneiras diferentes de promover a agricultura e de ser agricultor: qual sua opinião sobre estas condutas?
4. Em sua opinião as diferentes motivações e significados presentes nas condutas produtivas dos agricultores familiares modernos objetivam a sua permanência na atividade agrícola?
5. Os agricultores familiares ao fazerem uso de diferentes estratégias produtivas acessam diferentes mecanismos de comercialização como o de proximidade, o institucional, o de nicho e o virtual. Qual é a sua opinião?
6. Em sua opinião existe uma correlação entre a racionalidade adotada pelos agricultores familiares e os mecanismos de comercialização por eles utilizados?
7. Parte dos agricultores familiares que se orientam pela racionalidade não convencional e em transição fazem uso da estratégia de verticalização da produção e da pluriatividade em seus sistemas produtivos. Qual é a sua opinião sobre essas estratégias utilizadas pelos agricultores?
8. Entre os agricultores com racionalidade convencional alguns integram a produção de cultivo de cereais com uma atividade animal (aves, suínos, leite) devido a limite de área de terra e necessidade de renda familiar; outros vendem horas-máquina para ampliar renda. Qual é a sua opinião sobre estas estratégias dos agricultores?
9. Evidenciou-se uma diversidade de condutas entre os agricultores familiares quanto às tecnologias utilizadas. Alguns utilizam as tecnologias orientadas pela modernização da agricultura, outros àquelas embasadas na produção agroecológica e, ainda, outros ressignificam as práticas tecnológicas. Qual é a sua opinião sobre as condutas tecnológicas adotadas pelos agricultores familiares modernos? Essas condutas estão presentes no cotidiano dos agricultores familiares?

10. A qualificação profissional entre os agricultores familiares, que desejam permanecer na atividade, é valorizada, conforme observado com os entrevistados. Ela é realizada a partir de vínculos com organizações que possuem em sua natureza institucional valores que estão de acordo com as racionalidades adotadas pelos agricultores. Qual é sua análise sobre o processo de qualificação profissional dos agricultores familiares modernos?
11. Os vínculos com organizações de caráter associativo são estabelecidos por parte dos agricultores, mais presente entre os agricultores com racionalidade não convencional, convencional e em transição, respectivamente. Estes vínculos são mantidos com organizações que em sua natureza institucional possuem os mesmos valores que orientam as condutas dos agricultores, ou seja, existe uma correlação entre as condutas produtivas dos agricultores e as organizações com as quais se vinculam. Com base na sua experiência profissional, esta situação vivenciada pelos agricultores é uma realidade entre eles?
12. De acordo com as racionalidades adotadas pelos agricultores familiares observou-se que a racionalidade convencional reduz a necessidade de trabalho agrícola e a racionalidade não convencional valoriza o trabalho agrícola realizada pela cônjuge e pelos filhos; e os agricultores com racionalidade em transição com estratégia de diversificação também valorizam o trabalho familiar. Em sua opinião, qual é a dinâmica do trabalho agrícola nos estabelecimentos familiares?
13. A produção para consumo do estabelecimento familiar – tanto para subsistência quanto para obter renda no mercado - apresentou-se com variação entre as racionalidades adotadas. Os agricultores com racionalidade não convencional são aqueles agricultores que valorizam fortemente a produção para consumo e os agricultores com racionalidade convencional valorizam fracamente. Esta conduta, em sua opinião, está presente entre os agricultores?